UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE MEDICINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATOLOGIA

Valdirene do Carmo Ambiel

Estudo de aspectos antropométricos e médicos dos primeiros imperadores do Brasil

São Paulo

2023

Valdirene do Carmo Ambiel

Estudo de aspectos antropométricos e médicos dos primeiros imperadores do Brasil

Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências

Programa de Patologia
Orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto Pasqualucci

Versão corrigida. Resolução CoPGr 6018, de 13 de Outubro de 2011.

A versão original está disponível na Biblioteca da FMUSP.

São Paulo

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Preparada pela Biblioteca da
Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

©reprodução autorizada pelo autor

Ambiel, Valdirene do Carmo
Estudo de aspectos antropométricos e médicos dos primeiros imperadores do Brasil / Valdirene do Carmo Ambiel. -- São Paulo, 2022.
Tese(doutorado)--Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.
Programa de Patologia.
Orientador: Carlos Augusto Pasqualucci.

Descritores: 1.D. Pedro I 2.D. Leopoldina 3.D. Amélia 4.Antropometria 5.Aspectos médicos 6.História 7.Arqueologia

USP/FM/DBD-505/22

Responsável: Erinalva da Conceição Batista, CRB-8 6755

Esta tese está de acordo com as seguintes normas, em vigor no momento desta publicação: Universidade de São Paulo. Faculdade de Medicina. Divisão de Biblioteca e Documentação. *Guia de apresentação de dissertações, teses e monografias*. Elaborado por Anneliese Carneiro da Cunha, Maria Julia de A. L. Freddi, Maria F. Crestana, Marinalva de Souza Aragão, Suely Campos Cardoso, Valéria Vilhena. 3a ed. São Paulo: Divisão de Biblioteca e Documentação; 2011.

Em homenagem as Suas Majestades Imperiais e Reais, os imperadores do Brasil D. Pedro I, D. Leopoldina e D. Amélia. Aos meus pais Alfredo Ambiel e Zenaide Longo Ambiel, bem como aos queridos tios e padrinhos Eurides Longo e Alan Kardec Longo.

“O importante não é ver o que ninguém nunca viu, mas sim, pensar o que ninguém nunca pensou sobre algo que todo mundo vê.”
Arthur Schopenhauer

“O caminho na ciência é assim mesmo, lento, hesitante, laborioso. É algo que não se pode negar ou mudar. [...] o progresso, no trabalho científico, ocorre de maneira muito semelhante ao de uma análise. Levamos expectativas para o trabalho, mas temos de refreá-las. Através da observação, aprendemos algo novo – ora aqui, ora ali – e inicialmente as peças não encaixam. Estabelecemos hipóteses, fazemos construções auxiliares, que retiramos quando não se confirmam; necessitamos de muita paciência, de prontidão para todas as possibilidades; renunciamos a convicções prematuras, que nos obrigam a não enxergar fatores novos e inesperados, e, por fim, todo o esforço é recompensado, os achados dispersos se combinam, obtemos uma visão de toda uma parcela do funcionamento mental, completamos nossa tarefa e estamos livres para a próxima.”
Sigmund Freud

AGRADECIMENTOS

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela bolsa de estudos que colaborou muito durante boa parte do período das pesquisas desenvolvidas.

A Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, em especial ao Departamento de Patologia. Ao meu orientador Prof. Dr. Carlos Augusto Pasqualucci, aos amigos do Serviço de Verificação de Óbitos da Capital (S.V.O-USP). Museu Prof. Carlos da Silva Lacaz - Faculdade de Medicina USP. Arquivo e Biblioteca do Museu Paulista da USP. Biblioteca do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Instituto Histórico Geográfico de São Paulo. Centro de Arqueologia da Prefeitura de São Paulo. Arquivo Histórico Municipal - SP. Museu Imperial, em Petrópolis. Arquivo do Senado Federal, Brasília. Arquivo da Torre do Tombo, Lisboa. Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa. Mosteiro São Vicente de Fora, Lisboa. Museu Militar do Porto. Venerável Irmandade Nossa Senhora da Lapa, Porto.

Em especial agradeço à Chefia da Casa Imperial do Brasil, na pessoa do príncipe D. Luiz de Orleans e Bragança, falecido em 15 de julho de 2022 e ao seu irmão, o príncipe D. Bertrand de Orleans e Bragança, atual Chefe da Casa Imperial do Brasil, por todo apoio dado a essa pesquisa científica desde o ano de 2010.

Aos queridos amigos que colaboraram de várias maneiras, não apenas com informações fundamentais, mas principalmente com muito estímulo, força e carinho para essa pesquisa: Maria Magdalena dos Santos; Cecília Danz; Isabel, Leonor e Francisco Lisboa; Othmar e Eliane Kremser; Thiago Rezende; Alessandra Ezy; Nilton Fontes Neuman; Graça Almeida; Gustavo Tarelow; Prof. Dr. André Mota; Prof. Dr. Paulo Dumond Braga; Gisela Dantas de Macedo; Prof. Rodrigo Gutenberg; Prof. Paulo José de Podestá Filho;. Major PM Médico Veterinário Arsênio Baptista e Coronel PM Ricardo Andrioli, ambos da oficiais da reserva da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Bem como a Beatriz T. Monteiro, colaboradora de imagens do meu mestrado no MAE/USP, ela sempre foi uma incentivadora dessa pesquisa e, infelizmente, Bia nos deixou no ano de 2022.

Agradeço de todo meu coração aos membros da minha equipe, pessoas que de forma voluntária colaboraram muito para todo o desenvolvimento das pesquisas desta Tese de Doutorado: aos médicos Prof. Dr. Luiz Roberto Fontes; Prof. Dr. Marcelo Bordalo; Dr. Sérgio José Zeri Nunes, além do meu orientador Prof. Dr. Pasqualucci. Aos odontologistas Profa. Dra. Luciana Domingues Conceição, Carlos André Kerber, Sérgio Freitas Ribeiro e Marcos Laboissiere. Ao 3D *Facial Modeler/Character Artist* Rodrigo Sanches Avila e à Ilustradora Gislaine Sanches de Avila. Ao *designer* de produtos Eduardo Moreno N. Vieira. Além da jornalista Lígia Maria de Souza, meu anjo da guarda, a advogada Dra. Isabella Spezia Moni Silva, a editora de vídeo Rita de Cassia Campos Pereira, Rodrigo Cezar Campos Pereira, Dr. Carlo Rondinoni, Gláucia Bento dos Santos, ao Prof. Walfrido Monteiro Júnior. E minha querida professora, que me acompanha desde 1983, Jacy Katia Cadastan Noboa. A colaboração, o conhecimento, a dedicação de cada um de vocês tornaram possível essa pesquisa científica multidisciplinar que agora é apresentada.

SUMÁRIO

1 **INTRODUÇÃO** 18

1.1 LINHA DO TEMPO 29

2 **OBJETIVOS E JUSTIFICATIVAS** 32

3 **COMPILAÇÃO DOS DADOS HISTÓRICOS** 33

3.1 PRIMEIROS IMPERADORES DO BRASIL – HISTÓRIA CONCISA 33

3.1.1 D. Pedro I ou D. Pedro IV 35

3.1.2 Áustria, imperatriz D. Leopoldina de Habsburgo-Lorena 37

3.1.3 Casamento de D. Pedro e a arquiduquesa Leopoldina da Áustria 39

3.1.4 Separação política do Brasil – Independência 47

3.1.5 Governo de um império e perdas 62

3.1.6 Imperatriz D. Amélia de Beauharnais segunda esposa de D. Pedro 67

3.1.7 Participação na vida política brasileira 70

3.1.8 Retorno a Europa: maternidade, guerras, tristezas e mortes 76

3.2 BREVE HISTÓRIA DA MEDICINA 85

4 **ASPECTOS MÉDICOS DOS IMPERADORES DO BRASIL** 97

4.1 Levantamento histórico familiar – D. Pedro de Alcantara Bragança e bourbon 97

4.1.1 Avós paternos 97

4.1.2 Avós maternos 98

4.1.3 Pai 99

4.1.4 Mãe 100

4.1.5 Alimentação 100

4.1.6 Bebidas alcoólicas 101

4.1.7 Atividades físicas 101

4.1.8 Doenças desde a infância 101

4.1.9 Autópsia realizada nos restos mortais do imperador – Anexo I 102

4.2 Levantamento histórico familiar – D. Leopoldina de habsburgo-lorena 103

4.2.1 Avós paternos 103

4.2.2 Avós maternos 104

4.2.3 Pai 104

4.2.4 Mãe 104

4.2.5 Alimentação 105

4.2.6 Bebidas alcoólicas 105

4.2.7 Atividades físicas 105

4.2.8 Doenças desde a infância 106

4.2.9 Gestações 106

4.2.10 Quadro clínico antes do óbito 107
4.3 Levantamento histórico familiar – D. Amélia de Beauharnais 108
4.3.1 Avós paternos 108
4.3.2 Avós maternos 109
4.3.3 Pai 109
4.3.4 Mãe 110
4.3.5 Alimentação 110
4.3.6 Bebidas alcoólicas 110
4.3.7 Atividades físicas 110
4.3.8 Gestação 110
4.3.9 Doenças desde a infância e óbito 111
5 **MONUMENTO À INDEPENDÊNCIA** 112
5.1 Translado dos corpos dos imperadores 115
5.1.1 D. Leopoldina 115
5.1.2 D. Pedro I 118
5.1.3 D. Amélia 120
5.2 Problemas estruturais do Monumento à Independência 121
5.3 Pesquisas arqueológicas 122
6 **MÉTODOS** 129
6.1 ASPECTOS ANTROPOMÉTRICOS 133
6.1.1 Identificação de sexo 133
6.1.2 Aproximação facial 135
6.1.3 Mensurações de ossos e tecidos moles 145
6.1.4 Métodos alternativos para as imperatrizes 146
6.1.5 Músculos, cartilagens e região do pescoço 149
6.1.6 Pele 162
6.1.7 Olhos 169
6.1.8 Cabelos e pelos 173
6.1.9 Material associado – roupas e adereços 180
6.1.10 D. Pedro I 180
6.1.11 D. Leopoldina 190
6.1.12 D. Amélia 197
7 **RESULTADOS** 201
7.1 Relatórios da TC Corpo Total - Avaliação Óssea de D. Pedro I 201
7.2 Relatórios da TC Corpo Total - Avaliação Óssea de D. Leopoldina 203
7.3 Relatórios da TC Corpo Total - Avaliação Óssea de D. Amélia 204
7.4 Identificação do sexo biológico 205
7.4.1 D. Pedro I 205

7.4.2 D. Leopoldina 207
7.4.3 D. Amélia 208
7.5 ESTUDOS ODONTOLÓGICOS 209
7.5.1 D. Pedro I 209
7.5.2 D. Leopoldina 221
7.5.3 D. Amélia 226
7.5.4 Resultado do busto dos três primeiros imperadores do Brasil 230
7.6 ESTADO ATUAL DO MONUMENTO À INDEPENDÊNCIA – OUTUBRO 2022 233
8 **DISCUSSÃO** 242
9 **REFERÊNCIAS** 253
10 **ANEXO I** 266
10.1 Autos da autopsia do corpo de D. Pedro de Alcântara, Duque de Bragança 266
11 **ANEXO II** 270
11.1 Carta dos médicos de D. Amélia ao imperador D. Pedro II, 24/01/1873 270
12 **ANEXO III** 271
12.1 Informativo da morte e testamento da imperatriz D. Amélia – 28 de janeiro de 1873 271
13 **ANEXO IV** 272
13.1 Anatomia dos ossos e músculos cranianos, toráxicos e do membro superior 272
14 **ANEXO V** 277
14.1 Comprovante de submissão para publicação de artigo/livro 277

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Processo de reembalsamamento no corpo de D. Amélia 125
Figura 2 - Sepulcro de D. Amélia construído em 2012 126
Figura 3 - Remoção de fragmentos de zinco do corpo de D. Amélia 126
Figura 4 - Processo de reembalsamamento com o auxílio de luz ultravioleta 127
Figura 5 - Corpo de D. Amélia preservado na urna de aço inoxidável 127
Figura 6 - a) Identificação de sexo biológico através do aspecto medial do ramo ísquio-púbico 133
Figura 7 - b) Identificação de sexo biológico através do aspecto medial do ramo ísquio-púbico 134
Figura 8 - Identificação de sexo biológico através da incisura isquiática. Esquerda masculina. Direita feminina 134
Figura 9 - Príncipe D. Pedro - 1817 138
Figura 10 - D. Pedro, duque de Bragança - 1834 138
Figura 11 - Arquiduquesa Leopoldina - 1817 139
Figura 12 - Retrato de D. Leopoldina de Habsburgo [s.d] 139
Figura 13 - D. Amélia, imperatriz do Brasil 140
Figura 14 - Imperatriz D. Amélia - fotografia, aproximadamente 1870 140
Figura 15 - Captura de tela TC. Remanescentes humanos do imperador desarticulados e sem posição anatômica preservada 141
Figura 16 - Remoção dos ruídos 141
Figura 17 - Centralização, vista anterior do crânio 142
Figura 18 - Centralização do crânio, vista lateral esquerda 142
Figura 19 - Inserção do fragmento na região parietal, vista posterior 143
Figura 20 - Ajuste do fragmento na região parietal do crânio 143
Figura 21 - Centralização do crânio, vista lateral esquerda 143
Figura 22 - Conclusão da inserção do fragmento do crânio na região parietal posterior 144
Figura 23 - Vertebra cervical 145
Figura 24 - Mensuração, vista anterior 146
Figura 25 - Mensuração, vista lateral esquerda; no plano sagital; e comprimento do mastoide 146
Figura 26 - Medição da clavícula de D. Leopoldina 147
Figura 27 - Clavícula de D. Leopoldina, largura e comprimento 147
Figura 28 - Medição parte superior 148
Figura 29 - Medição parte inferior 148
Figura 30 – Com essa técnica foi possível obter a margem e tamanho para assim iniciar a modelação do busto de D. Leopoldina 149
Figura 31 - Inserção dos pinos craniométricos, vista frontal 149
Figura 32 - Inserção dos pinos craniométricos, vista lateral esquerda 150
Figura 33 - Inserção dos pinos craniométricos, vista lateral direita 150
Figura 34 - Marcação para inserção do músculo temporal, vista esquerda 152

Figura 35 - Marcação para inserção do músculo temporal, vista frontal 152
Figura 36 - Inserção dos músculos temporal e masseter, vista lateral esquerda 153
Figura 37 - Modelagem dos músculos temporal e masseter, vista lateral esquerda 153
Figura 38 - Inserção do globo ocular aleatório na cavidade orbital 154
Figura 39 - Ajustes na inserção do globo ocular aleatório 154
Figura 40 - Finalização dos ajustes simétricos do globo ocular 155
Figura 41 - Exemplificando a inserção do globo ocular 155
Figura 42 - Exemplificando a inserção do globo ocular por outro ângulo 155
Figura 43 - Inserção dos músculos corrugador do supercílio e orbicular do olho 156
Figura 44 - Ajuste dos músculos com os pinos craniométricos 156
Figura 45 - Através de vários ângulos os músculos são analisados e ajustados conforme a topologia craniana 157
Figura 46 - Marcação para definir a direção do nariz 157
Figura 47 - Marcador nasal visto por outro ângulo 158
Figura 48 - Shape das cartilagens nasais sinalizada com a seta vermelha 158
Figura 49 - Vista frontal dos shapes das cartilagens 159
Figura 50 - Finalização da modelagem do nariz 159
Figura 51 – Modelagem do nariz visto pelo perfil direito 160
Figura 52 - Imagem frontal do nariz 160
Figura 53 - Inserção do músculo esternocleidomastóideo 161
Figura 54 - Inserção dos demais músculos infra-hióideos e supra-hióideos 161
Figura 55 – Finalizada a inserção dos músculos é dado início a modelagem detalhada 162
Figura 56 - Início da modelagem da pele 162
Figura 57 - Aplicação e readequação da orelha com a continuação da modelagem das formas terciárias 163
Figura 58 - Na etapa de aplicação da técnica do espelhamento é possível construir de forma assimétrica o rosto do imperador 163
Figura 59 - Pinos de referência gradualmente preenchidos 163
Figura 60 - Ombro ganhando formas proporcionais ao crânio 164
Figura 61 - Preenchimento da região torácica 164
Figura 62 - Primeira etapa de refinamento das orelhas 164
Figura 63 – Lábios na etapa de refinamento para o realismo 165
Figura 64 - Exemplo da aplicação da malha azul 166
Figura 65 - Topologia apta para ser texturizada 166
Figura 66 - Refinação da região dos olhos 167
Figura 67 - Olhos adquirindo formas, profundidade e consequentemente realismo 167
Figura 68 - Finalização do encaixe das orelhas seguindo as mensurações 167
Figura 69 - Utilizando a malha tem início a aplicação da textura da pele 168
Figura 70 - Imagem de perfil evidenciando a malha da textura da pele completamente aplicada 168
Figura 71 - Pintura em estilo aerógrafo, capaz de projetar pintas e manchas específicas, tonando o objeto hiper-realista 168

Figura 72 - Esfera pronta para receber os detalhes que moldarão os olhos 169
Figura 73 - Íris próxima a parte central 169
Figura 74 - Escala de cor da íris 170
Figura 75 - Detalhe da carúncula 170
Figura 76 - Poros proporcionando mais realismo. Na imagem em close é possível ver claramente a semelhança com a pele humana 171
Figura 77 - Finalizada a colocação da pele, o objeto torna-se mais real 171
Figura 78 - Os pontos anotados em vermelho projetam a simulação da luz em cena 172
Figura 79 - Durante o processo vários tipos de iluminação foram testadas até encontrar o ponto certo que contrastava com a pele 172
Figura 80 - Medição de altura para inserção das sobrancelhas 173
Figura 81 - Relação de altura e largura para colocação das sobrancelhas 173
Figura 82 - Marcação da parte inferior 174
Figura 83 - Refinamento das sobrancelhas 174
Figura 84 - Vista frontal das sobrancelhas finalizadas 174
Figura 85 - Início da marcação dos cabelos na região do músculo occipitofrontal 175
Figura 86 - Marcação do cabelo finalizada 175
Figura 87 - Marcação da barba e bigode 175
Figura 88 - Visão frontal do processo de marcação da barba e bigode 176
Figura 89 - Uso da máscara responsável por guiar e dar direção aos pelos 176
Figura 90 - Guias amarelas auxiliam a direção dos pelos 176
Figura 91 - Close na implantação dos pelos 177
Figura 92 - Inserção de ruídos ao objeto visando naturalizar os fios e dar movimento 177
Figura 93 - Finalização da colocação dos cílios, técnica fio a fio 177
Figura 94 - Utilização da mesma técnica dos cílios para a barba. Alternando apenas as camadas entre fios espessos e finos 178
Figura 95 - Sequência do processo de implantação da barba 178
Figura 96 - Técnica fio a fio na implantação do bigode, a mesma utilizada na sobrancelha 178
Figura 97 - Para o cabelo foram criadas guias maiores e, ajustadas até dar o volume ao estilo do corte utilizado 179
Figura 98 - Vista frontal da aplicação da técnica 179
Figura 99 - No couro cabeludo foram criadas uma grande quantidade de guias, respeitando a ondulação do cabelo de D. Pedro 179
Figura 100 - Fragmento da túnica de D. Pedro 181
Figura 101 - Fragmentos dos ornamentos das platinas 181
Figura 102 - Detalhes dos fragmentos de bordados em fios de ouro da túnica de D. Pedro 181
Figura 103 - Início da criação da túnica de D. Pedro. Primeira etapa: separação das mangas 182
Figura 104 - Início do refinamento e modelagem 182
Figura 105 - Modelagem da fita ao redor do pescoço que prendia a Insígnia da Ordem do Tosão de Ouro 182

Figura 106 - Modelagem das platinas 183
Figura 107 - Modelagem e refinamento da faixa 183
Figura 108 - Modelagem dos ornamentos das platinas de forma unitária 183
Figura 109 - Ornamento das platinas duplicados e ajustados 184
Figura 110 - Refinamento e detalhamento das platinas 184
Figura 111 - Criação dos bordados da gola da túnica 184
Figura 112 - Close nos detalhes da túnica 185
Figura 113 - Placa da Ordem Militar da Torre e Espada junto aos despojos de D. Pedro 185
Figura 114 - Placa da Ordem Militar da Torre e Espada higienizada pela equipe arqueológica em 2012 186
Figura 115 - Início da reconstrução gráfica da Placa da Ordem Militar da Torre e Espada 186
Figura 116 - Finalização da réplica em 3D 187
Figura 117 - Insígnia da Ordem do Tosão de Ouro encontrada durante a decapagem arqueológica em 2012 187
Figura 118 - Insígnia da Ordem do Tosão de Ouro encontrada com o corpo de D. Pedro em 2012 188
Figura 119 - Início da reconstrução gráfica da Insígnia da Ordem do Tosão de Ouro 188
Figura 120 - Finalização da réplica em 3D 189
Figura 121 - Inserção das comendas na túnica de D. Pedro 189
Figura 122 - Detalhe do vestido de D. Leopoldina e faixa imperial 190
Figura 123 - Fragmento do adorno presente no vestido 190
Figura 124 - Bordados com fios metálicos na manga do vestido 191
Figura 125 - Modelagem dos detalhes da manga do vestido 191
Figura 126 - Criação da gola 192
Figura 127 - Fragmento do toucado junto aos remanescentes humanos da imperatriz 192
Figura 128 - Brinco localizado próximo a região temporal esquerda de D. Leopoldina 193
Figura 129 - Brinco encontrado com a imperatriz 193
Figura 130 - Início da reconstrução gráfica do brinco 194
Figura 131 - Finalização da réplica em 3D 194
Figura 132 - Imagem de D. Leopoldina usando o toucado 195
Figura 133 - Início da reconstrução gráfica da tiara que compõe o toucado 195
Figura 134 - Finalização da réplica em 3D 196
Figura 135 - Medição para criação das penas do toucado 196
Figura 136 - Processo de reprodução das penas do toucado 197
Figura 137 - Detalhes das vestes de D. Amélia 198
Figura 138 - Detalhe das vestes de D. Amélia por outro ângulo 198
Figura 139 - Desenvolvimento das vestes da imperatriz no software 3D 199
Figura 140 - Detalhamento do véu 199
Figura 141 - Refinamento do véu e vestido 200
Figura 142 - Espinha nasal preservada, vista lateral direita 201
Figura 143 - Vista frontal não indicando fratura nasal antes da morte 202
Figura 144 - Aspecto medial do ramo ísquio-púbico 205

Figura 145 - Identificação de sexo biológico através da incisura isquiática. Esquerda masculina. Direita feminina 206
Figura 146 - Incisura isquiática 206
Figura 147 - Aspecto medial do ramo ísquio-púbico 207
Figura 148 - Incisura isquiática 208
Figura 149 - Cavidade abdominal, presença do útero 209
Figura 150 - Elemento 47 com material restaurador em face oclusal (ouro) e terceiro molar impactado com inclinação mesial 213
Figura 151 - Elemento 37. Presença de material restaurador oclusal (ouro) com partes da cavidade sem material. Presença de fratura da coroa em sentido vestíbulo-lingual 213
Figura 152 - Elemento 37, vista vestibular. Cavidade em região vestibular realizada provavelmente com instrumento rotatório 214
Figura 153 - Vista frontal da oclusão - elementos 12 e 22 cruzados, 11 com giroversão mesial 214
Figura 154 - Vista lateral direita - contado de ponta de cúspede do elemento 15 com elemento 45, causando perda óssea. Elemento 18, semi irrompido, com impactação no segundo molar. Ausência do elemento 46 214
Figura 155 - Vista lateral esquerda - dente 26 extruído, 37 mesializado e contato prematuro dos elementos 215
Figura 156 - Padrão de rosto alongado, "olhos caídos" (linha vermelha). Desvio para a direita do osso nasal, espinha nasal e septo para esquerda (linha amarela). Linha média dentária condiz com espinha nasal (linha azul) – ambas desviadas para esquerda 215
Figura 157 - Giro da mandíbula para o lado direito. Linha vermelha evidencia desvio de septo para esquerda e linha amarela mostra desvio do osso nasal para a direita 216
Figura 158 - a) ATM direita mais profunda; b) ATM esquerda mais rasa 216
Figura 159 - Vista oclusal da maxila evidencia uma rotação à esquerda devido a mastigação unilateral do lado direito 216
Figura 160 - Movimento de protrusão dos dentes anteriores não exercendo a função de guiar a mandíbula e dessa forma gerar desoclusão dos dentes posteriores 217
Figura 161 - Movimento de protrusão dos dentes anteriores não exercendo a função de guiar a mandíbula e dessa forma gerar desoclusão dos dentes posteriores 217
Figura 162 - Série de interferências, causadas pela falta de relação funcional entre o elemento 23 com o 33 218
Figura 163 - Interferência no elemento 12 (incisivo lateral superior direito) por estar na relação de mordida cruzada com dente 43 (canino inferior direito) 218
Figura 164 - Perda óssea encontrada nos elementos dos elementos 12 (incisivo lateral superior direito) e 22 (incisivo lateral superior esquerdo) 219
Figura 165 - Interferência que acontece entre os dentes ao lado oposto e nos elementos 47 (segundo molar inferior direito) e 17 (segundo molar superior direito) 219
Figura 166 - Análise dinâmica da oclusão: Pontos de contato na mandíbula (pontos coloridos) 220
Figura 167 - Análise dinâmica da oclusão: pontos de contato na maxila (pontos coloridos) 220

Figura 168 - Vista frontal. Relação intermaxilar com mordida cruzada anterior e posterior direita. Múltiplas perdas dentárias principalmente post-mortem 223
Figura 169 - Visão oclusal da maxila evidenciando severo apinhamento anterior 223
Figura 170 - Vista oclusal da mandíbula. Presença de restos radiculares no dente 36 e ausência do 46 .. 224
Figura 171 - Região superior direita da maxila com presença de raízes residuais, perdas ósseas e lesão periapical nos elementos 16 e 14 224
Figura 172 - Região superior esquerda da maxila com presença de apinhamento dos elementos 21, 22 e 23 e presença de raízes residuais, perdas ósseas e lesão periapical nos elementos 24 e 26 225
Figura 173 - Análise dinâmica da oclusão: pontas de contato na mandíbula (pontos coloridos) 225
Figura 174 - Análise dinâmica da oclusão: pontos de contato na maxila (pontos coloridos) 226
Figura 175 - Visão frontal dos arcos. Elementos inferiores anteriores e edentulismo total superior e parcial inferior 228
Figura 176 - Visão oclusal da mandíbula. Elementos inferiores anteriores 229
Figura 177 - Maxila edêntula 229
Figura 178 - Relação maxila/mandíbula com região superior edêntula e região inferior com atrofia da mandíbula 229
Figura 179 - Imagem tomográfica das ATMs, corte coronal e medida côndilo-côndilo, evidencia um aplainamento das cavidades glenóides bilateralmente 230
Figura 180 - D. Pedro I, Imperador do Brasil, D. Pedro IV, Rei de Portugal, Duque de Bragança, General da Rainha D. Maria II de Portugal 230
Figura 181 - D. Leopoldina de Habsburgo-Lorena, Arquiduquesa da Áustria, Imperatriz do Brasil, Rainha de Portugal 231
Figura 182 - D. Amélia de Beauharnais, Princesa de Leuchtenberg, Imperatriz do Brasil, Duquesa de Bragança 232
Figura 183 - Na Cripta Imperial, próximo ao altar, a presença de um balde para conter as goteiras 234
Figura 184 - Umidade no piso recentemente reformado do espaço museológico 234
Figura 185 - Umidade abaixo do ar-condicionado e possíveis goteiras 235
Figura 186 - Presença de acúmulo de água na parte superior do Monumento 235
Figura 187 - Oxidação em parte do frontão Independência ou Morte 236
Figura 188 - Antigo acesso à Cripta em péssimo estado 236
Figura 189 - Marcas do abandono na porta de bronze do antigo acesso à Cripta 237
Figura 190 - Antigo acesso visivelmente abandonado com fiação exposta, deterioração do granito e pichações 237
Figura 191 - Antigo acesso em situação precária 238
Figura 192 - Lixo jogado nas estátuas do frontão Independência ou Morte 238
Figura 193 - Mais marcas de pichações na parede externa 239
Figura 194 - Pichações nas paredes externas da edificação 239
Figura 195 - Acúmulo de água próximo ao Monumento 240
Figura 196 - Acúmulo de água visto das escadarias do Monumento 240
Figura 197 - Situação do "famoso" riacho Ipiranga 241

Figura 198 – Vista lateral do Edifício do Monumento à Independência 241

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

a.C	antes de Cristo
ATM	Articulação Temporomandibular
DAC	Doença Arterial Coronariana
d.C	depois de Cristo
DICOM	Digital and Communications in Medicin
DPH/PMSP	Departamento do Patrimônio Histórico, Prefeitura do Município de São Paulo
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
DTM	Disfunção Temporomandibular
DV	Disto – vestibular
DVO	Dimensão vertical de oclusão
FMRP/USP	Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo
FMUSP	Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo
HCFMUSP	Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo
HDRI	High Dynamic Range Image
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IHGSP	Instituto Histórico Geográfico de São Paulo
IC	Insuficiência Cardíaca
InRad	Instituto de Radiologia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAE/USP	Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.
MI	Museu Imperial
MIH	Máxima Intercuspidação Habitual
MP/USP	Museu Paulista da Universidade de São Paulo
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PISA	Plataforma de Imagem em Sala de Autópsia
SBP	Sociedade Brasileira de Patologia
SVOC-USP	Serviço de Verificação de Óbitos da Capital/Universidade de São Paulo

TB	Tuberculose
TC	Tomografia Computadorizada

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Medição de tecidos moles 151
Tabela 2 - Odontograma 210
Tabela 3 - Odontograma 221
Tabela 4 - Odontograma 226
Tabela 5 - Músculos da face 273
Tabela 6 - Músculos da mastigação 274
Tabela 7 - Ossos cranianos 274
Tabela 8 - Ossos faciais ou vicerocrânio 274
Tabela 9 - Suturas cranianas 274
Tabela 10 - Músculos supra-hióideos 274
Tabela 11 - Músculos infra-hióideos 275
Tabela 12 - Músculos lateral do pescoço 275
Tabela 13 - Músculos região pré-vertebral 275
Tabela 14 - Ossos do tórax 275
Tabela 15 - Músculos do tórax 276
Tabela 16 - Músculos do braço 276

RESUMO

Ambiel VC. *Estudo de aspectos antropométricos e médicos dos primeiros imperadores do Brasil* [tese]. São Paulo: Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo; 2022.

Esta tese de doutorado tem o objetivo de apresentar uma síntese sobre a história dos três primeiros imperadores do Brasil: D. Pedro I; D. Leopoldina e D. Amélia, e suas respectivas famílias. Traçar um paralelo sobre a participação dos três personagens históricos no contexto mundial desse período, para que seja possível a análise de seus comportamentos e atitudes dentro do século XIX. A pesquisa agora desenvolve e mostra aspectos de um assunto pouco abordado pela historiografia do século XX, quase esquecido no século XXI, mas extremamente importante para a história e identidade do Brasil que foram as chamadas "Guerras de Independência". Por muito tempo, a separação política entre Brasil e Portugal ganhou um conceito apenas diplomático, um acordo econômico entre os dois países. E realmente isso precisou acontecer para o reconhecimento, por parte de Portugal, da independência brasileira. Contudo, não se deve esquecer a importância desses movimentos sociais, pois esses conflitos armados estão presentes na memória, na identidade de piauienses, baianos e tantos outros brasileiros. Dentro do contexto dessas guerras, conhece-se a história do Chaguinha, reverenciado no bairro da Liberdade, na cidade de São Paulo. E, através de dados históricos da vida desse personagem santista, foi possível entender melhor os acontecimentos que antecederam o dia 7 de setembro de 1822, como a viagem de D. Pedro a cidade de Santos. Além dessas questões, interpretar o que ocorreu, de fato, na reunião do Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil, presidida pela princesa regente, em 2 de setembro de 1822 e conhecer o conteúdo desta deliberação. O processo de Independência do Brasil contou com importantes nomes como: a inteligência e seriedade de D. Leopoldina, além da figura contraditória de D. Pedro: galanteador; marido infiel; pacificador; pai; filho; estadista liberal e ao mesmo tempo autoritário. Uma pessoa dotada de uma coragem e inteligência militar ímpar até os dias atuais. A segunda imperatriz e duquesa de Bragança D. Amélia, não muito conhecida no Brasil, mas uma jovem determinada a restituir o que sua família havia perdido com a derrota de Napoleão Bonaparte. Depois, a dedicação dela ao marido, a filha e a filantropia. Diante de todo cenário apresentado, conclui-se ser importante conhecer a saúde desses três personagens, através de documentos históricos, bibliográficos e de análises feitas com base em dados coletados nos restos mortais na

pesquisa arqueológica realizada em 2012, uma vez que, mesmo tendo passado duzentos anos, a sociedade do século XXI convive com as mesmas enfermidades dos nobres brasileiros que viveram no século XIX. Por esse motivo, inclusive, inseriu-se um resumo sobre a história da Medicina, com ênfase ao Brasil e à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, instituição na qual esse trabalho apresenta-se. A participação da FMUSP foi o alicerce para fazer a junção entre passado e presente. Há 10 anos iniciou-se uma pesquisa acadêmica multidisciplinar que uni: a História, a Arqueologia, a Medicina e tantas outras áreas científicas em busca de um único propósito: difundir o conhecimento.

Descritores: D. Pedro I; D. Leopoldina; D. Amélia; Antropometria; Aspectos médicos; História; Arqueologia

ABSTRACT

Ambiel VC. *Study of anthropometric and medical aspects of the first emperors of Brazil* [thesis]. São Paulo: Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo; 2022.

This doctoral thesis is about a summary of the history of the first three emperors of Brazil: D. Pedro I; Leopoldina; D. Amélia, and their respective families. It'll draw a comparison with these three historical characters worldwise, so it will be possible to analyse their behavior and attitude of the XIX century. The research has improved, now it can show topics rarely mentioned by historiography of the XX century, almost forgotten nowadays, but extremely important for Brazilian history and identity called "Guerras de Independência" (Independence wars). For a long time, the political separation between Brazil and Portugal was only diplomatic, an economic agreement between the two countries. This really needed to happen for Portugal to recognize Brazil's independence. However, we cannot forget the importance of those social movements, because these armed conflicts steel in memory of peoples from Piauí and Bahia and others brazilians. These conflicts stands out a character called Chaguinha, which is revered in Liberdade a neighborhood in São Paulo City, through historical data, this character from Santos reveled what happend in september 7th 1822, as D. Pedro getting to Santos city. In addition to these facts, interpreting what really happened at the meeting of the Council of Attorneys General of the Provinces of Brazil, chaired by the princess regent in September 1822, recognizing the content of the deliberation. The Brazilian intependence proceeding has important names, the intelligence and seriousness of D. Leopoldina, to the detriment of those who proclaimed her. The contradictory figure of D. Pedro: flirtatious; unfaithful husband; peacemaker; dad; son; liberal statesman and at the same time authoritarian. A person endowed with a unique courage and military intelligence to this day. The second Empress and Duchess of Bragança D. Amélia, not well known in Brazil, but a young woman determined to restore what her family had lost with the defeat of Napoleon Bonaparte. Then, her dedication to her husband, daughter and philanthropy. In view of all the scenario presented, it is concluded that it is important to know the health of these three characters, through historical documents, bibliography and analyzes based on data collected from the remains in the archaeological research carried out in 2012, since, even having passed two hundred years, the society of the XXI century lives with the same

illnesses as the Brazilian nobles who lived in the 19th century. For this reason, a summary on the history of Medicine has been inserted, with emphasis on Brazil and the Faculty of Medicine of the University of São Paulo, the institution in which this work is presented. FMUSP's participation was the foundation for making the emotion between past and present. Ten years ago, multidisciplinary academic research began, uniting History, Archaeology, Medicine and many other scientific areas in search of a single purpose: to spread knowledge.

Descriptors: D. Pedro I; D. Leopoldina; D. Amélia; Anthropometry; Medical aspects; History; Archaeology.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Desde a década de 1970, as escolas de medicina perceberam a importância de inserir ao seu currículo de formação, disciplinas da área de humanidades. As chamadas humanidades médicas, como ficaram conhecidas, trouxeram para a campo prático e teórico da formação dos profissionais da área médica a importância dos conhecimentos das chamadas ciências humanas e sociais que trazem aos alunos de medicina um melhor entendimento do comportamento humano, da comunicação e da ética: "Tal formação tem o intuito de proporcionar ao aluno melhor compreensão da multiplicidade vivencial da saúde e adoecimento das pessoas e grupos humanos, assim como práticas de saúde e suas determinações históricas e culturais", conforme (Tapajós *et al.*, 2010, p.16). Estas ideias ganharam muita força dentro da FMUSP a partir de 1998 e continuou nos anos 2000, com o desenvolvimento de grupos de aprimoramento das humanidades médicas. No ano de 2010 foi elaborada a disciplina Medicina e Humanidades, constituída na interface de conteúdos filosóficos, históricos, antropológicos e psicodinâmicos, trabalhando principalmente com alunos do primeiro ano (Tapajós *et al*., 2010).

Para que o médico possa fechar o diagnóstico da doença de um paciente, sempre que possível, é necessário o conhecimento prévio familiar, um histórico. Muitas vezes o diagnóstico pode estar dentro deste contexto. No caso dessa pesquisa agora apresentada, os três pacientes sob análise viveram no século XIX, ou seja, numa época em que muitos dos problemas de saúde, hábitos, comportamentos etc., estavam enraizados em séculos ou milênios de história e que permanecem na sociedade do século XXI. Além disso, D. Pedro I, D. Leopoldina e D. Amélia foram membros da realeza. Exatamente pelo fato de os três personagens integrarem famílias importantes, que influenciaram a história e cultura de muitos países, principalmente as do Brasil, acredita-se ser fundamental uma pesquisa que mostre, de forma bem resumida, um pouco da história familiar e dos locais em que viveram os três monarcas brasileiros em questão. Toda esta pesquisa é voltada com o olhar dentro do contexto de uma época, sem anacronismos, para poder avaliar, e não julgar, as ações e reações. Assim, através da dialética, pode-se conhecer melhor, não apenas o comportamento dos três monarcas, mas de todo um período e sua sociedade.

Além do Brasil, uma ênfase maior é dada para a história de Portugal. Afinal, o Brasil foi colônia deste reino de 1500 até 1815, quando foi elevado à condição de Reino Unido. Em 7 de setembro de 1822, com a Proclamação da Independência, houve a separação política.

Portugal foi um dos primeiros chamados “Estados Modernos” a se formar no século XII, quando aconteceu a “guerra de reconquista”, em que os habitantes católicos da península Ibérica expulsaram os mouros que ocupavam a região desde o século VII. Em meio aos combates, em 1140, o príncipe D. Afonso Henriques, neto do rei de Castela, criou um Estado unificado, separado da Espanha, chamado de Portugal, e intitulou-se rei. Assim surgiu a primeira dinastia a governar o país, a Afonsina (Amado; Figueiredo, 1999; Ambiel, 2013). Nesse período ainda não havia o conceito de nacionalidade. Porém, com a concentração do poder político estabelecido, cobrança de impostos etc., que garantiam até mesmo o exército, Portugal unificado e pacificado teve condições mais favoráveis que outros reinos europeus, como a própria Espanha. Com a expulsão dos mouros, o país pode, facilmente, ampliar seu território (Novais, 1989). No século XIII as fronteiras lusitanas já eram, em linhas gerais, as mesmas de hoje. No século XIV veio o crescimento econômico. Em 1318, o rei D. Dinis, fundador da Universidade de Coimbra em 1290, cria a Ordem Militar de Cristo, e pede o reconhecimento do Papa João XXII, que a confirma um ano depois, em 1319. A função dessa organização religiosa e militar era praticamente substituir a Ordem do Templo ou Templários, encerrada pelo Papa Clemente V em 1311. A bandeira branca com a cruz vermelha torna-se um dos símbolos mais difundidos do império português. Todavia, em 1383 ocorreu um problema com a morte do rei D. Fernando, bisneto de D. Dinis, que não deixou herdeiros homens. Sua filha D. Beatriz era casada com o rei de Castela. Uma anexação de reinos não era bem-vista pelos portugueses, principalmente comerciantes. O meio-irmão do rei falecido, D. João, teve apoio de parte da nobreza, burguesia e da população lusitana, conseguindo derrotar os castelhanos, e inaugurar o governo de uma nova dinastia, a dos os Avis. Durante o reinado dos Avis, Portugal conheceu seu apogeu, criando seu Império na África, Ásia e América; este último continente refere-se ao descobrimento do Brasil, oficialmente ocorrido em 1500, graças às embarcações chamadas caravelas, que entre muitas qualidades eram fáceis de manobrar, rápidas e estáveis. Essa ampliação do império lusitano aconteceu com uma aproximação ainda maior com a Igreja Católica Apostólica Romana, que fornecia as chamadas “Bulas Papais”, documentos que legitimavam de maneira jurídica as conquistas territoriais dos cristãos, além de servir como autorização para atacar e saquear muçulmanos, pagãos etc., e reduzi-los à escravidão perpétua, caso não aceitassem a conversão ao catolicismo (Amado; Figueiredo, 1999; Boxer, 2002). Entre as mais importantes bulas papais está a Bula Intercoetera, de 1493, assinada pelo Papa Alexandre VI, na qual onde um meridiano imaginário que passava a 100 léguas da Costa das Ilhas de Cabo Verde, separava o que estivesse a oeste no Oceano Atlântico para o domínio espanhol, e ao leste para o domínio português. Porém, os portugueses sabiam da existência de

muitos territórios na região oeste do Atlântico, e não concordaram com a decisão papal. Assim, o Papa Alexandre VI atendeu à solicitação lusitana, um ano mais tarde, em 1494, e mudou de 100 para 370 léguas de distância de Cabo Verde, o que permitiu maior mobilidade para exploração lusitana. Esta divisão ficou conhecida como Tratado de Tordesilhas (Boxer, 2002).

No ano de 1578, Portugal passaria por outro grande problema, que foi o desaparecimento do rei D. Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir, no Marrocos, não deixando herdeiros para assumir o Trono. Com isso, a Coroa Portuguesa passou para seu tio-avô, D. Henrique, que faleceu após dois anos, também sem deixar herdeiros. Felipe II, que era Habsburgo e rei da Espanha, alegou parentesco com D. Sebastião e foi coroado rei de Portugal, contra a vontade de muitos portugueses, em 1581. Assim surgiu a União Ibérica, com a Dinastia Filipina, que durou até 1640. Os 59 anos de União Ibérica foram turbulentos, inclusive para a colônia portuguesa nas Américas. Portugal era um país católico, assim como a Espanha, e os portugueses possuíam boas relações com a Holanda protestante. O açúcar produzido no Brasil era refinado pelos holandeses. Porém, essa boa relação não acontecia com a Espanha e, durante a União Ibérica, com Portugal sendo governado pelos espanhóis, o Brasil foi invadido pelos holandeses: em Salvado em 1624 e em Recife – Olinda em 1630. Além dos conflitos com a Holanda, em 1635 tem início a Guerra dos Trinta Anos, entre Espanha e França, no Mediterrâneo, fato que como toda ação bélica significa muitos gastos, e os espanhóis aumentaram os impostos dos portugueses, o que resultou em muitas revoltas por todo país (Boxer, 2002). Até que em 1640, sob o comando de D. João, então Duque de Bragança, os portugueses se unem ao movimento que ficou conhecido como Restauração de Independência, que foi concretizada em 1º de dezembro de 1640, quando o Duque de Bragança assume a Coroa Lusitana como rei D. João IV, colocando fim à União Ibérica e inaugurando a Dinastia dos Bragança (Amado; Figueiredo, 1999; Monteiro, 2002).

No ano de 1734 nasceu em Portugal aquela que ficou conhecida como rainha D. Maria I, a primeira mulher a ocupar o cargo de soberana, ou seja, a governar Portugal, em 1777, após a morte do pai, D. José I em 24 de fevereiro. Ela se casou em 1760 com seu tio Pedro de Bragança ou D. Pedro III. Durante seu reinado, muitos processos do antigo governo, principalmente os que envolviam o Marquês de Pombal, que foi ministro do pai da Rainha, rei D. José I, e um dos nomes mais influentes da Coroa Portuguesa entre 1750-1777, foram revistos, e através de um Decreto Real de 4 de abril de 1781, todos vivos e mortos foram declarados inocentes, e Pombal considerado como um déspota esclarecido, ligado as ideias do Iluminismo, foi demitido. Assim, presos foram libertados e exilados puderam retornar ao país, e a Rainha ficou também conhecida como a “Piedosa” (Benevides, 2013). Ela foi fundadora da

Academia Real das Ciências de Lisboa e da Academia Real de Marinha, em 1779, da Casa Pia de Lisboa, em 1780, além de colaborar com várias causas de caridade, incluindo religiosas. Porém, o estado emocional de D. Maria I começou a ficar muito abalado a partir da morte do marido D. Pedro III, em 1786, e de seu filho D. José, herdeiro do Trono Lusitano, em 1788, quando este estava com 26 anos de idade, vítima de varíola (Ambiel, 2013). Em 1792, ela foi acometida por estados de melancolia e apatia. Muitos tratamentos médicos foram ministrados, sem sucesso. Uma junta médica foi convocada em 1799, com a participação de médicos britânicos, e a doença foi declarada irreversível. Assim, seu segundo filho D. João, nascido em 13 de maio de 1767 e herdeiro do Trono, assume a regência de Portugal (Sanmartini,1998). D. João se casa com D. Carlota Joaquina de Bourbon, princesa de Espanha, em 1785, quando ela contava com apenas 10 anos de idade, o que era comum nas monarquias europeias, uma vez que o casamento entre seus membros era uma questão de política de Estado e muitas vezes envolvia até tratados de paz, ou seja, nada a ver com o amor. A pouca idade da noiva fez com que a vida conjugal do casal, e a consumação do casamento, ocorresse anos mais tarde. A princesa Maria Teresa de Bragança, primogênita do casal, nasceu em 1793, depois em 1795 nasceu D. Francisco Antônio, herdeiro do Trono, que faleceu em 1801. A terceira filha foi D. Maria Isabel em 1797, em 1798 nasceu D. Pedro, que após a morte do irmão D. Francisco Antônio, foi considerado herdeiro da Coroa Portuguesa; depois nasceram D. Maria Francisca de Assis, em 1800, D. Isabel Maria, em 1801, D. Miguel, em 1802, D. Maria da Assunção, em 1805 e a última filha do casal, D. Ana de Jesus Maria, em 1806. O relacionamento entre D. João e D. Carlota sempre foi difícil, tanto que optaram por morar em palácios diferentes, inclusive quando a família real veio para o Brasil (Benevides, 2013; Oberacker Jr, 1973; Ventura; Lyra, 2019).

Napoleão Bonaparte ameaça invadir Portugal, em 1807. Tropas francesas lideradas pelo general Jean-Andoche Junot adentram ao território português, após o imperador francês declarar o bloqueio continental na Europa contra a Inglaterra. A Grã-Bretanha era a principal aliada de Portugal e usava os portos portugueses. Logo, D. João se recusou a uma aliança com os franceses. Sua partida para o Brasil ainda gera muitas controvérsias, e o então príncipe regente D. João é ainda chamado de “covarde” até os dias atuais. É fato que no século XIX e, nos séculos anteriores, os monarcas participavam de batalhas junto ao seu povo e, enfrentavam as consequências. A questão para D. João neste caso era enfrentar um exército com maior número de homens que o seu, mais bem treinado e equipado que o exército português. Apesar de tudo, como a história mostrou mais tarde, Portugal venceu os franceses mesmo sem a presença do rei no país (Gomes, 2007). Todavia, se os portugueses fossem derrotados pelos

franceses, o que parecia ser inevitável em 1807, Portugal poderia deixar de existir, pois o rei da Espanha Carlos IV, pai de D. Carlota Joaquina, sogro de D. João, fez o Tratado de Fontainebleu, com a França, em 27 de outubro de 1807, que propôs a divisão de Portugal em três partes, beneficiando, é claro, o soberano da Espanha e sua família. Este era um dos motivos pelos quais a princesa D. Carlota Joaquina era contrária a mudança da Corte para o Brasil. Ela preferia voltar para Espanha e tentou conseguir isso através de contatos com os pais, mas sem sucesso (Ventura; Lyra, 2019). As discórdias entre D. Carlota Joaquina e D. João iam além dos problemas conjugais; ao estudar ambos, principalmente questões políticas entre Portugal e Espanha, percebe-se que havia uma grande luta pelo poder, principalmente nas questões políticas entre Portugal e Espanha (Ambiel, 2013; Sleiman; Pimenta, 2008). D. Carlota era uma mulher ambiciosa e nunca escondeu o apreço pelos interesses de seu país natal, a Espanha, além dos seus próprios, embora tenha se tornado rainha de Portugal.

Bonaparte, ao conquistar um país, procurava manter determinadas estruturas dos governos locais, mas com a "máquina governamental" usava a forma de governar francesa, para atender aos seus próprios interesses. Para conseguir isso, as tropas francesas usavam, inclusive, a força, a brutalidade e mortes, caso as ordens não fossem cumpridas, como ocorreu com o povo espanhol e tantos outros países ocupados por ele. Napoleão procurava manter a "ordem" através do medo. Além disso, não havia garantias de que Napoleão cumpriria sua parte no "acordo" com Carlos IV, caso os franceses tivessem tido êxito na invasão ao território lusitano (Buttery, 2011).

Se a escolha de D. João fosse a de "contrariar" os britânicos, e ficar na "neutralidade", o problema para Portugal também poderia ser grande, uma vez que em 1800 a Rússia, junto com a Dinamarca, Suécia e a Prússia criaram a Liga de Neutralidade Armada, que seria uma forma de manter o comércio com os franceses. Porém, os britânicos viram isso como um perigo para seus interesses. Acordos diplomáticos entre a Inglaterra e esses países foram tentados, mas sem sucesso. Até que em 1801, a Marinha Real Britânica atacou a frota naval dinamarquesa em Copenhagen, arrasando toda a esquadra dinamarquesa (Nogueira, 2020). Nesse caso, é a Grã-Bretanha que procura manter a "ordem" através do medo. Tanto franceses quanto britânicos possuíam a mesma forma de agir, de controlar impondo o medo, atitudes normais dentro do autoritarismo, segundo Michel Foucault (Foucault, 2009).

Portugal poderia passar pelo mesmo tipo de retaliação. Logo, o príncipe regente optou por ir com a sua família e corte para a colônia portuguesa na América: o Brasil. A família real chegou à Salvador em 22 de janeiro de 1808, e no Rio de Janeiro em 7 de março. Quando tomou essa decisão, D. João não apenas atendeu aos "conselhos dos ingleses" mas também ao desejo

do Conselho da Regência. A decisão da transferência para o Brasil foi tomada de forma secreta, em Londres, no dia 22 de outubro de 1807 (Ventura; Lyra, 2019). Esse Conselho era formado por oito membros, entre nobres, militares e magistrados portugueses. Relações políticas e comerciais entre portugueses e britânicos eram antigas e tiveram início no século XIV (Novais, 1989).

Contudo, nesse caso o povo português foi pego de surpresa com a partida do príncipe regente e da família real, afinal, as tropas francesas já estavam em Santarém (Ventura; Lyra, 2019). A partida da família real portuguesa para o Brasil aconteceu em 29 de novembro 1807.

Entretanto, Portugal nunca se rendeu para os franceses. Afinal, Napoleão não teve o sabor de ter a rendição do reinante português. Por isso, o próprio imperador da França disse que D. João foi o único homem que o enganou (Gomes, 2007).

Pela primeira vez na história, uma Colônia se tornou Metrópole. Por esse motivo, alguns historiadores consideram que a transferência da família real portuguesa tenha representado a independência do Brasil, ou seja, muito antes de 1822 (Júnior, 1961; Moraes, 1871).

Se a partida da família real de Portugal para o Brasil foi um choque para o povo português, o mesmo aconteceu com os brasileiros quando tomaram conhecimento da vinda da nobreza, afinal, a colônia não tinha recursos para abrigar toda corte. O conde dos Arcos, D. Marcos Noronha e Brito, que ocupava o cargo de vice-rei do Brasil, teve, num curto espaço de tempo, que arrumar habitações para a Corte Portuguesa, e mandou desocupar várias instalações e propriedades privadas (Slemian; Pimenta, 2008). Ele também enviou emissários para São Paulo e Minas Gerais, em primeiro momento para informar o que estava se passando e solicitar ajuda ao Rio de Janeiro (Costa, 2011; Ventura; Lyra, 2019). Segundo o viajante inglês John Luccock (1951), que estava no Brasil neste início do século XIX, não havia acomodações para todas as pessoas que estavam vindo de Portugal. Logo, propriedades eram “requisitadas” pelo príncipe regente, e tinham suas portas pintadas com: “PR”, que significava: Príncipe Regente, mas que foi entendida pela população local como: “Ponha-se na Rua” (Ambiel, 2013; Luccock, 1951).

Uma das primeiras medidas de D. João, ainda em Salvador, cidade na qual a família real desembarcou antes de seguirem para o Rio de Janeiro, foi decretar a Abertura dos Portos, beneficiando, principalmente, o comércio com a Grã-Bretanha, com taxas de impostos bem mais baixas que os demais, incluindo os portugueses. Foi o fim do Pacto Colonial, que existiu desde 1500, onde o Brasil deveria apenas ter comércio com Portugal. Assim, Brasil passou a comercializar, como sede do império português, uma variedade de produtos no mercado (Júnior, 1961; Novais, 1989).

Em 1810, foi assinado o Tratado de Comércio e Navegação para as nações amigas, mas quem continuou sendo beneficiada foi a Inglaterra, que conseguiu ainda mais aberturas para o comércio com colônias portuguesas da África e Ásia, com os mesmos benefícios de impostos já adquiridos em 1808, além de vários favorecimentos para cidadãos britânicos em território lusitano. Uma das exigências da Grã-Bretanha nesse Tratado também foi o final gradativo do tráfico negreiro. Essa nova política econômica adotada foi interessante para o comércio local e trouxe aos brasileiros uma nova visão de liberdade econômica, que influenciou no processo de Independência, uma vez que o Brasil não estaria mais tão dependente de Portugal, ou seja, do monopólio português (Karnal, 2019). Mesmo o país tendo continuado com uma economia agropecuária predominante, tanto para atender o mercado interno como externo, pequenas fábricas começam a surgir, e o Brasil teve condições de exportar para outros países que não Portugal, isso sem falar na fundação do Banco do Brasil. Entretanto, a maior parte dos produtos que entraram no país eram de origem britânica em virtude das baixas taxas cobradas (Karnal, 2019). Além disso, havia as riquezas naturais do Brasil, seja o ouro, diamantes, como o açúcar, tabaco e as terras férteis, além da dimensão geográfica enorme do território que o tornava estrategicamente interessante para ser a sede do governo do império lusitano (Boxer, 1969). Com isso, os mais prejudicados foram, obviamente, os portugueses que permaneciam em Portugal, até mesmo na cobrança de impostos, uma vez que o dinheiro não iria mais para Lisboa, e sim para o Rio de Janeiro, nova sede do império (Costa, 2011; Slemian; Pimenta, 2008). Na prática, alguns historiadores, como Leandro Karnal, acreditam que o Brasil deixou de se submeter a Lisboa, para se submeter a Londres (Karnal, 2019).

Em 1815, D. João elevou o Brasil à condição de Reino Unido, mas isso apenas para que a família real pudesse permanecer no país durante o Congresso de Viena, convocado pelos monarcas europeus, após a derrota final de Bonaparte. Além de ter sido responsável pela criação do Jardim Botânico, da imprensa, da Escola de Cirurgia na Bahia etc., ou seja, apesar dos altos custos para os brasileiros em manter os nobres portugueses no país, não se pode negar que D. João também trouxe dinheiro para o Brasil.

Com a morte da mãe, D. Maria I, em março 1816, o então príncipe regente assume o título de rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves como D. João VI. Caio Prado Júnior (1961) também vê toda importância da transferência da Corte para o Brasil dentro da economia brasileira (Júnior, 1961). De acordo com todas as mudanças que ocorreram num curto espaço de tempo, sim, D. João VI teve uma importante participação na história brasileira e de forma positiva. Mas, não se pode negar que houve um problema econômico muito grande no país, até mesmo para sustentar toda essa Corte e a “máquina de Estado” que foi transferida para o Brasil.

Os aumentos de impostos geraram descontentamentos e revoltas entre os brasileiros, um dos motivos pelos quais eclodiu a Revolução Pernambucana, em 1817, movida pelas elites locais, incluindo religiosos, cujo cunho foi separatista e republicano, mas que não defendia o fim da escravidão (Costa, 2011; Karnal, 2019).

Em Portugal também ocorreram revoltas. A Revolução do Porto teve início em 1820, e uma das exigências era o retorno do rei para Portugal, o que aconteceu em abril de 1821. Afinal, os portugueses não suportavam mais se submeter ao Rio de Janeiro (Boxer, 1969). Porém, D. João VI levou consigo muito dinheiro, que avaliado com a mentalidade dos dias atuais seria um "roubo". Mas, tratou-se do início do século XIX, mesmo com protestos dos cidadãos do Brasil daquela época, a Monarquia Constitucional Portuguesa acabava de nascer, ou seja, ainda havia muito do Absolutismo, conhecido também como Antigo Regime, no qual tudo pertencia ao Monarca, ao Soberano, e o "público" não existia. Desta forma, D. João VI levou do Brasil aquilo que pertencia a ele. A separação do público e privado não estava muito clara e era um dos temores das monarquias europeias no pós-Revolução Francesa. Contudo, o rei deixou no Brasil seu filho, e herdeiro da Coroa Portuguesa, D. Pedro, um jovem de 23 anos de idade, e sem muita formação política, como príncipe regente de um país com muitos focos de revoltas, incluindo separatistas, e com uma economia com seríssimos problemas (Ambiel, 2013; Lustosa, 2006). No entanto, D. Pedro não estava sozinho. Em 13 de maio de 1817, ele havia se casado com a arquiduquesa Leopoldina de Habsburgo-Lorena, filha do imperador Francisco I da Áustria.

A Casa Real dos Habsburgo teve início em 1020 d.C. Embora a história dessa família real seja à Áustria, e de início ao Sacro Império Romano Germânico, onde governaram de 1273 a 1918, a origem destes monarcas é o Cantão de Aargau, na Suíça, país que nunca foi uma Monarquia, e que teve muitos conflitos contra os Habsburgo até 1494. Essa Casa Real também teve participação na Reforma Protestante, bem como na Contrarreforma ou Reforma Católica, no século XVI, sempre atendendo os interesses da Igreja Católica Apostólica Romana, instituição à qual eram muito vinculados.

Na época em que casamentos reais eram meramente assuntos políticos e de Estado, sem a necessidade de haver qualquer ligação amorosa, os Habsburgo se uniram com vários países através dos matrimônios. Uma das uniões mais conhecidas pode ter sido o da arquiduquesa Maria Antonieta, filha de Maria Teresa – A Grande – com Louis de August de França, Louis XVI, em 1770. A arquiduquesa Maria Antonieta entrou para história como rainha Maria Antonieta da França (Ambiel, 2013; Kent, 2011; McGuigan, 2007).

Maria Teresa de Habsburgo, filha do imperador do Sacro Império Romano Germânico Carlos VI, casou-se com Francisco Estevão de Lorena, futuro Francisco I do Sacro Império Romano Germânico, em 1736. Esse casamento deu origem à Dinastia Habsburgo-Lorena (Gröbing, 2018; McGuigan, 2007). A imperatriz, que governou o Sacro Império entre 1741 até 1781, foi a responsável por muitas reformas: comerciais, financeiras, educacionais, militares. Ela aboliu a pena de morte, além das mudanças dentro da Medicina, onde incentivou a campanha da vacina contra a varíola, em 1767, com seus filhos sendo os primeiros a serem imunizados uma forma de ir contra a todo preconceito sobre esse procedimento que existia em seu Império, e colaborar com a vacinação (McGuigan, 2007; Lyons Petrucelly, 1987). Lembrando que o casamento de Maria Teresa deveria ser com Leopoldo Clemente de Lorena, o acordo aconteceu quando a imperatriz e seu noivo ainda eram crianças, em 1723. Porém, Leopoldo, irmão de Francisco, que se casou com Maria Teresa, faleceu vítima da varíola também em 1723, antes do casamento ser realizado (Gröbing, 2018; McGuigan, 2007). Dessa forma, nota-se a gravidade da epidemia que era enfrentada na Europa durante o século XVIII e como os preconceitos contra campanhas de imunização são antigos. A imperatriz fundou o Hospital Geral de Viena bem como decretou que as autópsias deveriam ser realizadas em todos os óbitos, inclusive de nobres, ocorridos na cidade de Graz, a segunda maior da Áustria. Todas essas determinações ligadas à área de saúde, ela as fez sob os conselhos do médico, botânico e anatomista holandês Gerard van Swieten, que mais tarde foi seu médico particular. Ela também iniciou a construção do Palácio de Schönbrunn. Maria Teresa faleceu em 1780 e foi sucedida por seu filho, o imperador José II, que em seu reinado aboliu a escravidão em 1781, e a tortura em 1785. Na educação, todo o ensino passou a ser de responsabilidade do Estado, e a educação básica, os primeiros anos, foram obrigatórios para todos, independente de grupo social. Em 1790, o imperador José II faleceu. Como não deixou herdeiros, o Trono foi para seu irmão Leopoldo II, que governou até sua morte, em 1792. Seu sucessor foi o imperador Francisco II, seu filho, o último monarca romano-germânico. Francisco II era casado com Maria Teresa das Duas Sicílias, sua prima, desde 1790. Em decorrência das Guerras Napoleônicas, entre 1803 e 1815, Francisco opta por elevar a Áustria a condição de Império, em 1804, e se torna imperador Francisco I da Áustria. Dois anos mais tarde, ele decreta o fim do Sacro Império (McGuigan, 2007). Após a queda de Bonaparte, Francisco torna-se líder da Santa Aliança, coalisão formada por Áustria, Rússia e Prússia, com o objetivo principal de sustentar o Absolutismo na Europa, e assim procurar afastar os riscos de ideias liberais, anarquistas e republicanas do continente. Durante o Congresso de Viena, entre 1814-1815, a Áustria se aproxima de Portugal, ou melhor,

a Casa dos Habsburgo se aproxima da Casa dos Bragança. Apesar de algumas “turbulências” essa união durou até dezembro de 1826, quando aconteceu o falecimento de D. Leopoldina.

Em 1829, D. Pedro I, então viúvo, casa-se pela segunda vez, sete anos após a Independência do Brasil. A escolhida é a princesa Amélia de Beauharnais. Os Beauharnais são uma família de nobres franceses cuja origem é aproximada do século XIV.

Alexandre François Marie de Beauharnais, avô de D. Amélia, nasceu em For-Royal, na Martinica, colônia francesa na região do Caribe, em 1760. Filho de Francis V de Beauharnais, que foi governador da Martinica, e Marie Anne Henriette Françoise Pyvart de Chastullé.

Muito cedo, Alexandre entrou para o Exército Francês, onde lutou na Guerra de Independência dos Estados Unidos da América em 1776. A França, do rei Louis XVI, apoiou os norte-americanos em sua luta pela independência contra os ingleses. Alexandre casou-se com Joséphine Rose Tascher de la Pagerie em 1779; o casal teve dois filhos: Eugênio, em 1781 e Hortense, em 1783. Eugênio é pai da imperatriz D. Amélia, segunda esposa de D. Pedro I. Com a Revolução Francesa, em 1789, Alexandre foi nomeado deputado da nobreza durante a Convocação dos Estados Gerais. Depois fez parte da Assembleia Nacional Constituinte, em 1791, onde ganhou destaque defendendo a proposta de igualdade para trabalhadores e admissão igual para todos os cidadãos em empregos públicos. Com base em dados do site do Museu Britânico, após o término de seu mandato, voltou para a carreira militar no Exército, assumindo o posto de Comandante do Exército no Reno, em 1793. No mesmo ano, foi nomeado Ministro da Guerra, mas recusou o cargo, e renunciou ao posto de Comandante por não concordar com as políticas adotadas pelo governo revolucionário, voltando a morar em sua propriedade, longe da política. Justamente por não concordar com as ideias dos governantes franceses, ele foi preso e levado ao Tribunal Revolucionário, sendo executado na guilhotina em 23 de julho de 1794, cinco dias antes da execução de Robespierre. Em 1796, Joséphine se casa com o General Napoleão Bonaparte.

Nas campanhas italianas de Bonaparte,1796-1797, Eugênio de Beauharnais, filho de Joséphine, foi ajudante de ordens do general francês, além de ter participado da Campanha do Egito. Em 1805, foi nomeado arqui-chanceller do Estado e império francês, comandante da Guarda Imperial. E em 7 de julho de 1805 foi nomeado por Bonaparte vice-rei da Itália, em Milão, então capital deste reino. O chamado Reino da Itália foi criado por Napoleão Bonaparte em 1805, ocupando o espaço da antiga República Cisalpina, também formado por Bonaparte, antes de se tornar imperador, em 1797. Este Estado era formado pela: Lombardia; Emília-Romanha; Vêneto; Toscana; ducado de Milão e Ravena, este último com ligação Pontifícia. O palácio real, construído pelos austríacos no final do século XVIII, onde viviam os Beauharnais,

ficava em Monza distante aproximadamente 20 quilômetros da capital do Reino. A habitação era chamada de Vila Augusta, conhecida como Mirabellino, porém, com o domínio francês tornou-se o Palácio Bonaparte (BRAGANÇA, 2020). Conforme aponta o site HiSoUR, essa "Vila" como são chamadas algumas grandes propriedades na Itália, teve sua área de jardins ampliada pelos Beauharnais, entre 1807 e 1808, hoje conhecido como Parque de Monza ou Vila Real de Monza[1]. Eugênio assumiu o comando dos exércitos na Itália, servindo como apoio ao Exército Francês até a derrota de Napoleão Bonaparte em 1814.

Eugênio se casou em 1806, com a princesa Augusta, da Casa Real de Wittelsbach – do Reino da Baviera – como parte de uma aliança entre França e Bavaria (Ambiel, 2013). Com o imperador francês preso, Eugênio foi com a esposa e filhos para, Munique, no Reino da Baviera, em 1814, governado então pelo rei Maximiliano Joseph I, pai de sua esposa. Durante as Guerras Napoleônicas, aliado de Bonaparte, Maximiliano I foi elevado de duque a rei pelo próprio imperador francês. O Reino da Baviera se formou em 1806, também por Napoleão Bonaparte, entre tratados e batalhas das Guerras Napoleônicas, e com a dissolução do Sacro Império Romano Germânico (Bragança, 2020).

Em 1817, Eugênio comprou uma propriedade em Leuchtenberg, e uma parte do principado de Eichstätt, e por isso recebeu do rei bávaro os títulos de duque de Leuchtenberg e príncipe de Eichstätt (Assunção, 2017). Um Palácio foi construído no local pelo pai de D. Amélia. A edificação foi destruída durante os bombardeios aliados durante a Segunda Guerra Mundial, e reconstruído após o final da guerra. Nos dias atuais, o Palácio de Leuchtenberg abriga o Ministério das Finanças do Estado Livre da Baviera, fica próximo ao centro de Munique. Neste local D. Amélia viveu com a família até seu casamento com o imperador do Brasil, em agosto de 1829.

Eugênio e Augusta tiveram ao todo 7 filhos, entre eles a princesa Amélia Augusta Eugênia Napoleona de Beauharnais, nascida em 31 de julho de 1812, às 4 horas da manhã, no Palácio Vila Bonaparte, em Monza, Lombardia, Itália, segundo dados do Processo Verbale, anúncio do nascimento do quarto filho do vice-rei Eugênio e da vice-rainha Augusta. Este documento que se encontra nos Arquivos do Palácio de Estocolmo, Suécia, cujo título é D. Amélia, princesa italiana (Bragança, 2020).

Eugênio de Beauharnais faleceu em 1824, aos 44 anos de idade, vítima de um ataque de apoplexia. O "exílio" que a família teve na Baviera após as vitórias e glórias vividas com o

[1] Após alguns anos de esquecimento, servindo de gabinetes ministeriais descentralizados, em 2012 o Palácio Real passou por grande restauração, sendo entregue ao público em 2014

exército de Napoleão Bonaparte podem ter afetado o orgulho do oficial militar francês (Foucault, 2009; Torres, 1947).

Com esse pequeno resumo sobre as famílias dos três personagens estudados, essa pesquisa mostra a vida pessoal de cada um deles bem como os acontecimentos políticos da época em que viveram, com ou sem suas participações, como também as simbologias nas quais foram inseridos. E, em relação a um tema não muito abordado pela historiografia brasileira atual, será apresentado um resumo sobre algumas das guerras pela Independência do Brasil; esses movimentos retrataram que a liberdade política brasileira não foi conquistada de uma forma totalmente pacífica, conforme muitos imaginam e defendem. Além, de todas as análises médicas e antropométricas realizadas nos restos mortais dos pacientes trazidos do século XIX, através das pesquisas arqueológicas desenvolvidas no ano de 2012, para serem examinados pela Medicina do século XXI.

Ao contrário do que muitas pessoas acreditam, a História e a Arqueologia não são estáticos. Os acontecimentos estudados estão no passado, já aconteceram. Mas, novos questionamentos e interpretações surgem, dando origem a novas versões e conhecimentos. Muito já foi escrito sobre os primeiros imperadores do Brasil, a Independência do Brasil, história da Medicina e tantos outros temas. É errôneo dizer que não há mais nada a ser pesquisado e que tudo já foi escrito sobre todos os assuntos que ligam a História e Arqueologia, afinal, não existe assunto esgotado dentro dessas áreas do conhecimento.

1.1 LINHA DO TEMPO

- 1776 – Independência dos Estados Unidos da América;
- 1785 – Casamento de D. João de Portugal e D. Carlota Joaquina de Espanha;
- 1789 – Revolução Francesa;
- 1790 – Casamento de Francisco da Áustria e Maria Teresa de Nápoles e das Duas Sicílias;
- 1797 – Nascimento da arquiduquesa Leopoldina de Habsburgo-Lorena;
- 1798 – Nascimento do príncipe D. Pedro de Bragança e Bourbon;
- 1799 – D. João assume a regência de Portugal; a ascensão de Napoleão Bonaparte na França;
- 1801 – Com a morte do irmão, príncipe D. Francisco Antônio, D. Pedro torna-se o herdeiro do Trono de Portugal ou Príncipe da Beira;
- 1803 – Guerras Napoleônicas;

- 1805 – Napoleão invade a Áustria;
- 1807 – Invasão das tropas francesas a Portugal; a família real portuguesa embarcam para o Brasil;
- 1808 – Chegada da família real portuguesa ao Brasil (Salvador) e Abertura dos Portos;
- 1810 – Tratado de Comércio e Navegação; casamento de Napoleão Bonaparte com a arquiduquesa Maria Luiza, irmã de D. Leopoldina;
- 1812 – Nascimento da princesa Amélia de Beauharnais;
- 1815 – Derrota de Napoleão Bonaparte em Waterloo, Bélgica; D. João decreta o Reino Unido de Portugal Brasil e Algarves;
- 1816 – Falecimento da rainha D. Maria I de Portugal e D. João assume o Trono do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves como rei D. João VI;
- 1817 – Revolução Pernambucana; casamento do príncipe D. Pedro com a arquiduquesa D. Leopoldina;
- 1820 – Revolução Liberal do Porto;
- 1821 – Retorno do rei D. João VI para Portugal e D. Pedro assume a regência do Brasil;
- 1822 – Dia do Fico (9 de janeiro); em 14 de agosto a princesa real D. Leopoldina assume a regência. Pela primeira vez na história, uma mulher assume o poder no Brasil e nessa data houve a separação política do Brasil (Independência);
- 1823 – D. Pedro I sofre um grave acidente equestre;
- 1824 – Outorga da primeira Constituição do Brasil; Confederação do Equador;
- 1825 – O imperador D. Pedro I manda colocar uma pedra para marcar o local onde proclamou a Independência do Brasil, no Ipiranga, província de São Paulo; D. João VI reconhece a Independência do Brasil; o nascimento do príncipe herdeiro do Trono do Brasil, D. Pedro;
- 1826 – Falecimento de D. João VI; D. Pedro assume o Trono de Portugal como Pedro IV, outorga uma nova Constituição para o país e abdica do Trono em favor da filha, D. Maria da Glória. Morte de D. Leopoldina;
- 1828 – D. Miguel, irmão de D. Pedro I, é aclamado rei de Portugal;
- 1829 – Casamento de D. Pedro I com a princesa D. Amélia de Leuchtenberg; D. Pedro I sofre outro grave acidente equestre;
- 1831 – D. Pedro I abdica do Trono do Brasil em favor do filho, que se torna imperador D. Pedro II; retorno à Europa de D. Pedro, D. Amélia e da rainha D. Maria II de Portugal; e nascimento da princesa D. Maria Amélia, na França, filha de D. Pedro com a esposa D. Amélia;

- 1832 – Eclode a Guerra Civil Portuguesa ou Guerra dos Dois Irmãos (D. Pedro e D. Miguel);
- 1834 – Fim da Guerra Civil Portuguesa, D. Maria II assume o Trono de Portugal; morte de D. Pedro, duque de Bragança;
- 1853 – Morte da princesa D. Maria Amélia; D. Amélia inicia atividades filantrópicas (Hospício ou Hospital Princesa Maria Amélia);
- 1873 – Morte de D. Amélia;
- 1888 – Inauguração da Tela Independência ou Morte de Pedro Américo;
- 1889 – Fim da Monarquia no Brasil;
- 1895 – Inauguração do Primeiro Monumento à Independência (edifício do MP/USP);
- 1910 – Fim da Monarquia em Portugal;
- 1912 – Fundação da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo;
- 1922 – Inauguração do Monumento à Independência, bairro Ipiranga, São Paulo;
- 1934 – Fundação da Universidade de São Paulo e integração da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo à USP, surgindo assim a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo;
- 1952 – Escavação para abertura da Capela Imperial ou Panteão do Monumento à Independência, no Ipiranga, São Paulo;
- 1954 – Translado dos restos mortais da imperatriz D. Leopoldina para a Capela Imperial do Monumento à Independência;
- 1972 – Translado dos restos mortais do imperador D. Pedro I para a Capela Imperial do Monumento à Independência;
- 1982 – Translado dos restos mortais da imperatriz D. Amélia para a Capela Imperial do Monumento à Independência;
- 2012 – Pesquisas arqueológicas na Cripta Imperial do Monumento à Independência;
- 2013 – Dissertação de Mestrado: “Estudos de arqueologia forense aplicados aos remanescentes humanos dos primeiros imperadores do Brasil depositados no Monumento à Independência”, programa de pós-graduação em Arqueologia do MAE/USP;
- 2022 – Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em Patologia da FMUSP: “Estudo de aspectos antropométricos e médicos dos primeiros imperadores do Brasil.”

2 OBJETIVOS E JUSTIFICATIVAS

Este estudo pretende dar um aprofundamento maior dentro da historiografia visando informações sobre a saúde dos imperadores do Brasil D. Pedro I, D. Leopoldina e D. Amélia, as doenças que eles tiveram desde a infância até o óbito. E com base nestes dados, através de interpretações e análises médicas, obter vertentes sobre a saúde destas três pessoas no contexto do século XIX, e tratamentos que foram ministrados na época. E como estas doenças ainda podem afetar e, inclusive levar ao óbito seres humanos no século XXI, ano de 2022, ou seja, quase 200 anos após o óbito destes personagens históricos assim como buscar mais informações sobre a história de cada uma das três famílias envolvidas: Bragança; Habsburgo e Beauharnais, desde um passado distante, até o óbito dos três monarcas, para que desta forma seja possível uma compreensão sobre a sociedade a qual cada um viveu e foi criado e, nesse contexto histórico, observar comportamentos, hábitos e principalmente doenças desenvolvidas por cada um e os seus falecimentos.

A partir de imagens de tomografia obtidas nas pesquisas arqueológicas, em 2012, foram detectadas doenças ósseas e calcificações por traumas em vida. Além disso, as TCs forneceram dados importantes para desenvolver estudos odontológicos, não apenas a fim de realizar a aproximação facial, mas principalmente para auxiliar no diagnóstico sobre a saúde dos indivíduos.

3 COMPILAÇÃO DOS DADOS HISTÓRICOS

3.1 PRIMEIROS IMPERADORES DO BRASIL – HISTÓRIA CONCISA

Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Serafim Bragança e Bourbon nasceu em 12 de outubro de 1798, uma sexta-feira, no quarto Dom Quixote, Palácio de Queluz. Segundo o historiador português Eugénio Francisco dos Santos, em sua obra D. Pedro IV (2006), o jovem príncipe herdeiro nunca teve muita atenção da mãe, D. Carlota Joaquina, que preferia a presença do outro filho, o príncipe D. Miguel. Porém, D. Pedro era o preferido do pai, D. João, apesar de não contar também com muita atenção dele (Santos, 2006). Todavia, a criança possuía uma personalidade que ligava, de maneira estranha, segundo Pedro Calmon (1943), as virtudes e defeitos de D. João e D. Carlota (Calmon, 1943). Após o falecimento do irmão mais velho, príncipe Francisco Antônio, em 1801, Pedro assumiu o título de príncipe da Beira ou príncipe do Brasil, este último usado desde 1665, também para identificar o herdeiro do Trono Lusitano (Varnhagen, 1854).

A educação dos filhos de D. João ficou sob a responsabilidade do matemático, físico, teólogo e astrônomo Dr. José Monteiro da Rocha, ex-jesuíta, que pertenceu a Universidade de Coimbra. D. Pedro, sem dúvida, gostava mais da arte da música, cujo professor foi o compositor Marcos Portugal. Pedro aprendeu a tocar violino, oboé, piano, viola, trombone etc. (Santos, 2003). Nas cavalariças conheceu uma outra arte, que dominou como poucos, a equitação, tanto em cavalos como mulas. Apesar dos acidentes equestres que sofreu, D. Pedro foi um exímio cavaleiro (Santos, 2003; Santos; 2006). Com a partida da família para o Brasil, em 1807, o professor José Monteiro da Rocha, já com idade avançada, optou por não acompanhar a família real, mas a educação do herdeiro, que contava com 9 anos de idade, deveria continuar. A educação do príncipe passou para responsabilidade do franciscano, Frei Antônio de Nossa Senhora de La Salette ou da Arrábida, como ficou mais conhecido. Ele era teólogo e bibliotecário do Convento de Mafra, um dos homens de confiança de D. João. O outro tutor seria o militar e diplomata João Rademaker (Santos, 2006). Não se pode negar que o príncipe teve mestres muito bons. Entretanto, a questão da educação e cultura não era muito observada dentro da Casa de Bragança: “[...] no meio cortesão haveria quem defendesse o princípio de que fornece ao príncipe uma educação demasiado aberta aos problemas contemporâneos poderia ser aplanar o caminho para ruína da monarquia tradicional. Portanto, muita informação até poderia não ser benéfica” (Santos, 2006, p. 34). Também segundo Santos (2006), D. Pedro era impedido de dialogar com os ministros do pai, o jovem deveria ser mantido à distância dos

assuntos de Estado, embora desde os 10 anos de idade D. Pedro acompanhava o pai nas cerimônias de beija mão, e ouvia não somente queixas e solicitações de aristocratas, como também do povo (Santos, 2006). Até aos 16 anos de idade, o príncipe herdeiro se ocupava de exercícios físicos, caça, equitação e marcenaria (Lustosa, 2006). Desde menino Pedro sabia dos problemas no casamento de seus pais, assim como entendia que pouco ou nada poderia fazer para mudar esta situação. Logo, buscava o afeto de sua ama de leite D. Madalena Josefa, sua aia D. Mariana Botelho e de D. Maria Genoveva, sua tutora (Santos, 2006). D. Pedro sempre sabia que não era um príncipe educado e de maneiras polidas, até porque não aproveitava os ensinamentos de seus professores como deveria. E mais tarde, ao se referir ao estilo de educação que queria para seus filhos, principalmente de D. Pedro II, deixou claro numa carta que enviou para o amigo Barbacena: "Eu e o mano Miguel haveremos de ser os últimos malcriados da família" (Santos, 2006, p. 42). O imperador do Brasil tinha todos os motivos para dizer isso, não apenas sobre ele mesmo, como também seu irmão. Afinal, D. Miguel teve dificuldades para aprender a escrever o próprio nome (Santos, 2006). A relação dos irmãos nunca foi das melhores. D. Miguel, quatro anos mais novo, tinha ciúmes do irmão D. Pedro. Ambos tinham muito êxito em exercícios militares. Inclusive, suas brincadeiras prediletas eram as de combate entre ambos. Cada um formava seu exército de meninos. No futuro esses irmãos travaram, de fato, uma guerra (Santos, 2006). De acordo com o escritor português da segunda metade do século XIX Alberto Pimentel: "Pedro IV faz lembrar as plantas silvestres que nascem sem cultura, que vivem sem resguardos, e que morrem crestadas pelo sol violento ou pelas geadas intensas" (Pimentel, 1914, p.10). Mesmo não tendo uma educação das melhores, para Alberto Pimentel: "D. Pedro possuía, por um dom da natureza, a impressionabilidade vibrátil, que, se tivesse sido devidamente desenvolvida e disciplinada, poderia ter feito d'elle um artista, um poeta, um homem intelectualmente distincto" (Pimentel, 1914, p. 11). O garoto de 9 anos de idade aproveitou os meses de viagem marítima que trouxe a família real portuguesa ao Brasil, para conversar com a tripulação da embarcação, e aprender sobre as questões de navegação, ventos, correntezas, mapas etc. (Lustosa, 2006; Santos, 2006). Em outubro de 1826, quando João de Castro Canto e Mello, pai de D. Domitila de Castro adoeceu, o imperador não deixou a cabeceira do paciente e, ficou quase um mês fora de casa, questão que ocasionou uma forte discussão entre D. Pedro e D. Leopoldina (Lustosa, 2006; Oberacker Jr, 1973). Quando a saúde de D. Leopoldina começou a declinar, D. Pedro já havia deixado o Rio de Janeiro há nove dias, rumo ao sul do país, a Cisplatina, que lutava por sua independência do Brasil (Ambiel, 2013).

Outra atividade que D. Pedro gostava era a marcenaria, arte que começou a aprender em 1814. Procurava talhar as madeiras como qualquer profissional da área o faz. Outra paixão do

monarca era a música. Ele sabia tocar vários instrumentos musicais, desde uma simples viola até instrumentos como oboé e piano (Calmon, 1943; Rangel, 1916; Sousa, 1972).

Entre os ídolos de D. Pedro estava a figura de Napoleão Bonaparte, mesmo que o líder dos franceses fosse uma pessoa odiada e temida pela nobreza europeia e tivesse invadido Portugal, o imperador da França muito influenciou a vida pessoal de D. Pedro, uma vez que com a invasão francesa a Portugal, em 1807, a família real embarcou para o Brasil. Mais tarde, em 1817 D. Pedro se casou com D. Leopoldina, cunhada de Bonaparte. E em 1829, D. Pedro se casou com D. Amélia de Beauharnais, cujo pai era considerado filho adotivo do imperador da França (Ambiel, 2013; Santos, 2006). O fascínio de D. Pedro por Bonaparte e ideais liberais e revolucionários deixavam D. João preocupado. Entretanto, para D. Pedro eram ideias políticas de seu tempo, via essas mudanças com naturalidade (Santos, 2006).

3.1.1 D. Pedro I ou D. Pedro IV

Desde o início da juventude o jovem D. Pedro teve várias aventuras com muitas mulheres, independente de grupo étnico, social, claro que sempre às escondidas (Santos, 2006).

O príncipe frequentava as tabernas nas noites do Rio de Janeiro usando uma capa preta como disfarce. Como adorava música, tocava, cantava e dançava. Petiscava e bebia com os amigos, embora não fosse de beber muito, normalmente apenas um cálice de vinho (Pimentel, 1914; Santos, 2006). Em uma destas noites, em 1816, D. Pedro sentou-se à mesa de alguns paulistas que estavam no local, sem se identificar. Um frequentador da taberna começou a ofender o grupo. Sem pestanejar, D. Pedro se identificou, e aconteceu uma típica briga de bar, que logo foi dispersada. Neste local, um homem aproximou-se do príncipe e se apresentou como Francisco Gomes da Silva, que se tornou por anos, amigo fiel de todas as horas e farras de D. Pedro, conhecido como “Chalaça” ou brincalhão (Santos, 2006).

O jovem herdeiro do Trono de Portugal sempre gostou de liberdade, andando pelas ruas do Rio de Janeiro como qualquer outra pessoa. Sua vida amorosa foi um tanto quanto conturbada. D. Pedro teve romance com a bailarina francesa Noemi Thierry. Antes foi com a irmã dela, chamada Georgette (Lustosa, 2006; Rangel, 1916). Do relacionamento com Noemi nasceu uma menina, mas que faleceu poucos meses após o nascimento. O príncipe teve muitas mulheres e muitos filhos fora dos casamentos oficiais com D. Leopoldina e D. Amélia.

O romance mais famoso foi com D. Domitila de Castro Canto e Mello, irmã do ajudante de ordens ou ordenança de D. Pedro, o Tenente Francisco de Castro Canto e Mello, que o acompanhou na comitiva do 7 de setembro. D. Domitila era filha do Coronel João de Castro

Canto e Mello, nascido em Portugal, e da paulista D. Escolástica Bonifácia de Oliveira de Toledo Ribas (Rangel, 1916).

Pedro conheceu Domitila durante a viagem do príncipe para São Paulo, em agosto de 1822. O pai dela possuía uma chácara na região do riacho do Ipiranga, próxima do Caminho do Mar, estrada que levava a cidade de Santos, local que o príncipe regente viajou em 5 de setembro de 1822. A propriedade dos Canto e Mello, segundo a descrição de Affonso d' E. Taunay (1937), era uma pequena chácara, com uma casa, que ainda se encontrava de pé na década de 1930. Esta edificação possuía dois pisos, o que era um sinal de determinada ostentação para época. A propriedade era destinada como pastagem de animais, e as troca de cavalos por mulas para os viajantes que iriam descer a Serra do Mar e mulas por cavalos para aqueles que chegassem destino à então Vila de São Paulo (Taunay, 1937). Domitila havia se casado aos 15 anos de idade com o militar Felício Pinto Coelho Mendonça, em 1813. Desta união nasceram 3 filhos. Após atos violentos praticados por Felício contra D. Domitila, incluindo facadas, no ano 1819 quando houve a separação do casal. Essa separação foi reconhecida oficialmente em 1824, quando a Constituição foi outorgada por D. Pedro I (Rangel, 1916).

Em 1823, toda família dos Canto e Mello foram morar no Rio de Janeiro a convite do imperador. Do romance de D. Pedro e D. Domitila nasceram, entre 1822 até 1829, cinco filhos, sendo que apenas D. Isabel Maria de Alcântara Brasileira, Duquesa de Goiás (1824-1898) e Maria Isabel de Alcântara Brasileira (1830-1896), Condessa do Iguaçu cujo título foi adquirido por circunstância de casamento, chegaram à vida adulta. Maria Isabel não recebeu título de nobreza por parte de D. Pedro I porque nasceu em fevereiro de 1830, e D. Domitila de Castro Canto e Mello foi banida da corte do Rio de Janeiro em 1829, como exigência de D. Amélia para o acordo de casamento com D. Pedro que aconteceu em agosto desde referido ano. A menina nasceu em São Paulo, cidade natal de D. Domitila, local onde ela conheceu o militar e político Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar em 1833, e se casou oficialmente em 1842, na cidade de Sorocaba. O casal teve seis filhos, e apenas o mais novo não chegou à vida adulta, falecendo aos dois anos de idade. D. Domitila faleceu em 1867 (Rangel, 1916). Entretanto, o "incorrigível e impulsivo" D. Pedro também teve um relacionamento com D. Maria Benedita de Castro Canto e Mello, irmã de D. Domitila, em 1823. Desta união nasceu Rodrigo Delfim Pereira, em 4 de novembro de 1823, que mais tarde se tornou diplomata brasileiro. Segundo entrevista feita para este trabalho de pesquisa com o historiador Paulo José de Podestá Filho, descendente da 5ª geração deste relacionamento, D. Benedita, Baronesa de Sorocaba, era casada

desde 1812 com Boaventura Delfim Pereira que optou por assumir a paternidade do garoto, mas que todos sabiam ser filho de D. Pedro I.

D. Pedro relacionou-se com uma das camareiras de D. Leopoldina: Odila Denys, com quem teve um filho. Porém, Odila era membro da aristocracia, e preferiu, simplesmente, seguir sua vida. E assim, D. Pedro, antes e depois de D. Leopoldina, teve seus relacionamentos amorosos, alguns ao mesmo tempo que convivia com D. Domitila de Castro. Os filhos fora do casamento, se fosse a intenção da mãe, eram reconhecidos pelo imperador. E tantos outros descendentes de D. Pedro I receberam de D. Pedro II uma carta que os reconhecia como filhos de D. Pedro I. Entretanto, apenas a Duquesa de Goiás recebeu do imperador título de nobreza. Juntamente, com o pai e os irmãos de D. Domitila.

D. Pedro, obviamente, não foi um marido exemplar para D. Leopoldina. Contudo, foi um pai amoroso, carinhoso e preocupado com a educação destes. Sofreu muito com as mortes do príncipe João Carlos em 1822, e com a morte da princesa Paula Mariana, em 1833, aos 10 anos de idade. Neste último caso, D. Pedro estava longe, em Portugal. Com a abdicação, em 1831, apenas D. Maria da Glória acompanhou o pai para Europa, enquanto as outras crianças ficaram no Brasil. Essa separação foi muito difícil para D. Pedro (Pimentel, 1914).

O casamento de D. Pedro com D. Amélia, em 2 de agosto de 1829, aparentemente aquietou um pouco o impulsivo imperador do Brasil. Há dúvidas se realmente ele teve relações extraconjugais durante seu casamento com D. Amélia. Existem apenas especulações. Até mesmo por conta de todos os problemas políticos, econômicos e sociais enfrentados no Brasil, depois guerra civil contra o irmão D. Miguel em Portugal. A luta contra doença que o levou ao óbito em 24 de setembro de 1834 (Santos, 2006).

3.1.2 Áustria, imperatriz D. Leopoldina de Habsburgo-Lorena

Em 22 de janeiro de 1797, em um domingo, nasceu a arquiduquesa Leopoldina, terceira filha do casal, Francisco II, imperador do então Sacro Império Romano da Nação Alemã e de sua prima, Maria Teresa das Duas Sicílias, no Palácio de Holfburg, em Viena (Oberacker Jr,, 1973). Portanto, D. Leopoldina era bisneta da imperatriz Maria Teresa, e sobrinha em segundo grau da rainha Maria Antonieta da França (Ambiel, 2013). O nome de D. Leopoldina gera algumas controvérsias entre alguns historiadores. A historiadora brasileira Profa. Dra. Maria de Lourdes V. Lyra, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em seu estudo sobre D. Leopoldina publicado em 2019, em conjunto com o historiador português António Ventura, que escreveu sua pesquisa sobre D. Carlota Joaquina, a obra “Carlota Joaquina e Leopoldina de

Habsburgo. Rainhas de Portugal no Novo Mundo", afirma que o nome da primeira imperatriz do Brasil era: Leopoldina Carolina Josepha. O historiador português Paulo D. Braga, traz em seu artigo: Leopoldina de Habsburgo, rainha de Portugal, de 2006, que o nome de D. Leopoldina era Maria Carolina Josepha Leopoldina. No ano de 2006 uma importante obra foi lançada, trazendo mais de 300 cartas escritas por D. Leopoldina: "Cartas de uma imperatriz"; este material foi escrito por ela entre os anos de 1808 até sua morte em dezembro de 1826. São cartas endereçadas aos parentes, amigos, e ao próprio D. Pedro e sua família. As autoras desta obra: Bettina Kann e Patrícia Souza Machado, colocam que o nome de D. Leopoldina seria: Maria Leopoldina Josefa Carolina de Habsburgo. O historiador brasileiro Rodrigo Trepach, em sua obra de 1824, trouxe, inclusive, o nome de D. Leopoldina em alemão: Leopoldine Caroline Josepha von Habsburg-Lothringen, que traduzido seria: Leopoldina Carolina Josepha de Habsburgo- Lorena. Para Trepach (2019), só mais tarde, já no Brasil, que a D. Leopoldina adotaria o Maria (Trepach, 2019). É difícil dizer se ela realmente adotou o "Maria" aqui no Brasil, uma vez que o "Maria" era comum entre os Habsburgo, e inclusive era o nome de sua mãe, e sua irmã, Maria Luísa. Controvérsias à parte, a primeira imperatriz do Brasil será tratada nesta pesquisa como D. Leopoldina, pois era com este nome que ela assinava a maior parte de suas cartas bem como ficou conhecida na História Brasileira.

O final do século XVIII foi marcado pelas influências ideológicas do Iluminismo principalmente na Independência dos Estados Unidos da América, em 1776, e a Revolução Francesa de 1789. Já o início do século XIX traria outros problemas para as monarquias europeias: Napoleão Bonaparte, imperador do França. As invasões praticadas por ele, as chamadas Guerras Napoleônicas duraram décadas, e mudaram muito o cenário político e geográfico europeu, pois representou o fim de muitos impérios. Este foi o caso do Sacro Império Romano da Nação Alemã. Em 1805, na chamada Batalha dos Três Imperadores (Rússia e Áustria contra a França), perto de Austerlitz, Bonaparte impõe uma enorme derrota à Áustria, e marcha para Viena, onde estabelece seu quartel general no Palácio de Schönbrunn (Nogueira, 2020). Enquanto Francisco II combate pessoalmente as tropas de Napoleão, a família real, chefiada pela mãe de D. Leopoldina, imperatriz Maria Teresa, apesar de doente, foge para Brünn, na Morávia, hoje República Tcheca. Com esta derrota, Francisco II colocou um fim ao Sacro Império, em 1806, com sua renuncia ao Trono. Todavia, o "*kaiser*" já havia assumido o título de imperador da Áustria em 1804, como Francisco I. Em 1807, a mãe de D. Leopoldina faleceu. Um ano mais tarde, Francisco I se casa novamente com Maria Ludovica d' Este, princesa de Módena e Régio. Este foi o terceiro casamento de Francisco (Oberacker Jr, 1973). Apesar de todos os momentos de guerra, que às vezes obrigavam a família imperial austríaca a

deixar Viena, as crianças Habsburgo mantiveram sua disciplina de estudos. Os imperadores buscaram ao máximo resguardar os filhos destes conflitos. D. Leopoldina acordava às sete e meia da manhã, às oito frequentava os serviços religiosos, e a partir das nove horas da manhã começavam as aulas: botânica, mineralogia, que eram suas prediletas, também história, física, desenho, música, religião e idiomas como francês, italiano. As aulas continuavam no período da tarde. Segundo Claudia Reich-Ham, ela possuía muita aptidão para o desenho e o piano (Reich-Ham, 2007).

No ano de 1809, o diplomata austríaco Klemens Werzel Nepomuk Lothar, mais conhecido pelo seu título de nobreza: príncipe de Metternich, propõe uma aliança entre Áustria e França através do matrimônio entre a arquiduquesa Maria Luísa, irmã e melhor amiga de D. Leopoldina, e Napoleão Bonaparte. Ele se divorciou de Josefina de Beauharnais em janeiro de 1810, e se casou com Maria Luísa dois meses após (Oberacker Jr, 1973). Apesar desta "aliança forçada" entre França e Áustria, Francisco declarou guerra aos franceses em 1813. O monarca austríaco assumiu o comando da coalizão derrotando Bonaparte em 1814. Com a derrota na Batalha de Leipzig, o imperador da França foi para Ilha de Elba, e Maria Luísa volta para Viena. Contudo, lhe foi recomendado que se retirasse para Parma. Em novembro do mesmo ano é convocado o Congresso de Viena, cuja finalidade foi reorganizar a Europa. Entretanto, não houve consenso entre seus participantes (Ambiel, 2013; Oberacker Jr, 1973; Ventura; Lyra, 2019).

Em fevereiro de 1815, Napoleão foge do exílio, e reuniu outro exército em Paris, é derrotado em definitivo na Batalha de Waterloo, Bélgica, e enviado para Santa Helena onde faleceu em 1821.

Muitos desentendimentos aconteceram no Congresso de Viena. Mas, algumas alianças também começaram a se formar. Entre elas, o acordo de casamento entre o príncipe herdeiro de Portugal D. Pedro, da Casa de Bragança e a arquiduquesa Leopoldina da Áustria, da Casa dos Habsburgo-Lorena. O casamento aconteceu por procuração em 13 de maio de 1817, em Viena e no Rio de Janeiro. Os noivos foram se conhecer pessoalmente em novembro de 1817, quase seis meses após o casamento, quando a arquiduquesa desembarcou no Rio de Janeiro (Oberacker Jr, 1973; Ambiel, 2013). Com esta união D. João VI buscou uma maior aproximação com a Áustria, e uma forma de não ficar, apenas, na dependência da Inglaterra (Ventura; Lyra, 2019).

3.1.3 Casamento de D. Pedro e a arquiduquesa Leopoldina da Áustria

O Marquês de Marialva e Rodrigo Navarro Andrade, representantes do rei D. João VI pelo acordo de casamento, não economizaram recursos para convencer os austríacos das riquezas do Brasil. O jantar proporcionado pela comitiva brasileira para oficializar o noivado contou com toda ostentação possível e imaginável, em que pratos eram decorados com pedras preciosas (Oberacker Jr, 1973; Ramirez, 1968). Assim, o casamento entre o príncipe herdeiro do Reino de Portugal Brasil e Algarves, D. Pedro e da arquiduquesa Leopoldina foi acordado em 28 de novembro de 1816. E a noiva começou seus estudos de português e obter informações sobre a história e costumes de Portugal e Brasil. A América era um desafio para ela devido à distância da Europa, fator que dificultaria muito a arquiduquesa de ver seus amigos e a família na Europa. Além da perigosa e longa viagem marítima. De qualquer forma, D. Leopoldina estava se casando com o futuro rei de Portugal. Logo, não apenas ela, mas todos acreditavam que o retorno para Portugal, à Europa, seria breve. D. Leopoldina sabia da importância para Áustria dessa união com a Casa de Bragança, tanto pelas riquezas das colônias portuguesas e, principalmente do Brasil (Ramirez, 1968). Porém, a arquiduquesa também estava encantada com a natureza local. Leopoldina esperou muito por um retrato do noivo e futuro marido Pedro. Quando recebeu, escreveu para irmã, em carta com data de 9 de abril de 1817: "Acabo de receber o retrato de meu mui amado Dom Pedro, não é excepcionalmente bonito, mas tem olhos maravilhosos e um belo nariz, mas seus lábios são ainda mais grossos que os meus [...]" (Kann; Lima, 2006, p.282).

Poucos dias depois, em uma carta com data de 12 de abril de 1817, para a tia Maria Amélia, ela emitiu uma opinião diferente.

> "Quero anunciar-te que, há poucos dias, chegou o retrato do Príncipe; minha impressão é de que ele é agradável, e sua fisionomia exprime muita bondade e bom humor; além disso, todo mundo garante que é muito amado pelo povo e bastante aplicado; meu único objetivo consiste em fazer tudo para torná-lo feliz; vanglorio-me de conseguir isso procurando minha própria felicidade no cumprimento dos meus deveres" (Kann; Lima, 2006, p. 283).

D. Leopoldina era católica fervorosa, o que era comum para os Habsburgo e, dentro do absolutismo no qual era respeitado toda questão do direito divino dos monarcas em governar fomentado pela Igreja Católica Apostólica Romana (Oberacker Jr, 1973; Reich-Ham, 2007; Ventura; Lyra, 2019). Em muitos momentos tristes da vida de D. Leopoldina, sejam as partidas do pai para os campos de batalha, a morte da mãe e o casamento da irmã com o homem que

havia praticamente humilhado o pai, fizeram com que ela buscasse na religião um refúgio. Em 1810, quando a arquiduquesa estava com treze anos de idade, entrou para uma ordem religiosa, frequentada apenas por mulheres membros da nobreza austríaca, era a Obersthofmeisterin, de caráter conservador, e fiel aos dogmas da Igreja Católica Apostólica Romana, onde o esperado para a menina de 13 anos era a obediência aos desejos dos pais.

Seguindo o exemplo do pai, Leopoldo II, Francisco I propiciou que os filhos tivessem todo o conhecimento científico ao seu alcance. Mas também questões morais de educação e respeito no trato com as pessoas, além, obviamente, de questões de Estado e política (Reich-Ham, 2007; Oberacker Jr, 1973).

A cerimônia de casamento realizou-se em 13 de maio de 1817, aniversário de D. João, por procuração, em Viena e no Rio de Janeiro. D. Leopoldina também teve que abdicar a nacionalidade austríaca, pois estava para se tornar princesa regente, e futura Rainha Consorte do Reino Unido de Portugal Brasil e Algarves[2].

Essa união foi uma vitória diplomática de D. João e do Chanceler Metternich, e é claro, também de Francisco I, imperador da Áustria, pai da noiva (Braga, 2006). Tanto Portugal deixaria de ser tão dependente dos britânicos bem como a Áustria, que havia passado muitos anos nas Guerras Napoleônicas, e buscava alianças que pudessem ampliar seus relacionamentos com outras casas reais, também no aspecto econômico, pois Portugal, apesar de estar passando na época por graves problemas, assim como toda Europa, possuía seus domínios, na África, Ásia e, é claro no Brasil com suas dimensões consideradas continentais (Ambiel, 2013).

Em 3 de junho D. Leopoldina deixa Viena, rumo a Livorno, onde encontraria a frota portuguesa que a conduziria ao Brasil. Neste trajeto, a princesa visitou sua irmã Maria Luiza, esposa de Napoleão Bonaparte, que após a prisão do marido, recebeu o ducado de Parma. Para conseguir ver a irmã, ela teve que discutir muito com o pai. Elas conseguiram se encontrar em Florença (Ventura; Lyra, 2019). A chegada ao porto de Livorno ocorreu em 12 de agosto, e no dia 14, a bordo da nau D. João VI, D. Leopoldina iniciou sua viagem rumo ao Brasil (Ferreira, 2021). Segundo o historiador português Paulo Drumond Braga, em seu artigo: “Leopoldina de Habsburgo, rainha de Portugal”, de 2006, a primeira vez que D. Leopoldina esteve em território português foi em 11 de setembro, na ilha da Madeira, África, quando foi recebida com muita alegria e festa pelos habitantes (Braga, 2006).

No Brasil, D. João VI cuidou para que a princesa tivesse a melhor recepção possível, mandando limpar ruas, pintar casas, e retirar desocupados e escravos das vias públicas na

[2] Uma determinação de práxis para estas uniões matrimoniais, nada a ver com a questão do sexo, mas da posição do outro monarca, no caso D. Pedro, que era o herdeiro direto de D. João VI

intenção de esconder a miséria e a pouca higiene pública do Rio de Janeiro de 1817 (Kent, 2011; Luccock, 1951). O povo recebeu a sua nova princesa real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves com muito carinho.

A jovem possuía a cútis bem clara, olhos azuis, cabelos louros arruivados (Oberacker Jr, 1973). Com estatura aproximada entre 1,54 e 1,60 (Ambiel, 2013). Sua aparência física não agradou a todos e, recebeu muitas críticas (Sousa, 1972; Trepach, 2019). A própria D. Leopoldina teve problemas com determinadas comparações que eram feitas entre a aparência física dela e de sua irmã, Maria Luiza, cinco anos mais velha. Porém, ela vivia no hemisfério sul, onde as condições climáticas são diferentes da Europa e, poderiam fazer com que uma mulher de pele muito clara sofresse com tons avermelhados, e alguns inchaços. E no caso de Leopoldina havia a sequência de gestações sucessivas, incluindo abortos espontâneos (Ambiel, 2013).

O casamento foi formalizado na então Capela Real, que atualmente é a igreja Nossa Senhora do Carmo, no Rio de Janeiro, no dia 6 de novembro de 1817. Como no Brasil havia um contato muito direto entre a família real e os habitantes, logo D. Leopoldina pode ver os problemas locais, com os quais ficou horrorizada. Além de ser uma mulher muito inteligente e culta, ela era também muito sensível e benevolente, inclusive com os escravos, não foi difícil para ela conquistar a admiração e respeito de toda população (Braga, 2006; Oberacker Jr, 1973; Ventura; Lyra, 2019).

A união entre Pedro e Leopoldina não foi, apenas, importante para a política, mas também para a Ciência Brasileira. A comitiva da princesa real contou com a presença de duas fragatas, a Áustria e a Augusta, repletas de cientistas germânicos como o médico bávaro Carl Friedrich Philipp von Martius e os zoólogos Johann Baptist von Spix, além do zoólogo Johann Natterer, este último de origem austríaca. Era o início de uma das maiores missões científicas já realizadas nas Américas, a chamada: Missão Científica Austríaca. Esses cientistas tinham que fazer seus relatórios em duplicatas, visando a formação futura de pesquisadores brasileiros.

Até a partida do rei D. João VI para Portugal, em abril de 1821, o poder era centralizado nas mãos de D. João e, tanto D. Pedro como D. Leopoldina quase não participavam de questões políticas. Assim, neste tempo, D. Leopoldina dedicou-se ao auxílio destes cientistas, participando de coletas e desenhos de exemplares de plantas e animais no Corcovado, Floresta da Tijuca, e em regiões próximas ao Rio de Janeiro, uma vez que uma das atividades que o casal Leopoldina e Pedro mais gostavam era cavalgar. Enquanto aguardava a frota portuguesa, ela aprendeu equitação na Itália. A princesa sabia que o marido Pedro amava cavalos, por isso se aperfeiçoou nesta atividade, e aprendeu a gostar muito. Em virtude da topografia do Rio de

Janeiro, D. Leopoldina preferia montar da forma que hoje é conhecido como a forma tradicional, ou seja, uma perna para cada lado do cavalo, mas que na época era chamada de forma "masculina de montaria". Este posicionamento para montar determina que de maneira forçosa a mulher use uma espécie de vestuário que não era comum para as mulheres da época, que seria uma forma de calças por baixo de uma saia. D. Leopoldina também usava botas de montaria e um chapéu rústico, para se proteger do forte sol carioca (Graham, 2020; Oberacker Jr; 1973; Ventura; Lyra, 2019). Lembrando que a prática da equitação não era habitual para as mulheres daquela época. Por muito tempo, as amazonas optavam por um tipo especial de sela, onde as duas pernas eram apoiadas para um mesmo lado.

Ela também colaborava com taxidermia e triagem de exemplares que seriam enviados para Europa, atividades estas que eram realizadas na Fazenda Real de Santa Cruz. Em 1818, D. João VI criou o Gabinete de Botânica e o Museu Real, precursor do atual Museu Nacional, no Palácio Quinta da Boa Vista que era a residência de D. Pedro e D. Leopoldina, ambos os órgãos ligados diretamente à princesa, uma vez que ela possuía uma paixão muito grande pela Ciência, principalmente botânica e mineralogia. Ela não era uma cientista de formação, mas foi grande incentivadora de pesquisas científicas (Ambiel, 2013; Oberacker Jr, 1973). Com a proclamação da Independência do Brasil em 1822, a Missão foi também encarregada também pela formação de identidade nacional, seja com base na antropologia, etnologia como também na arqueologia e geografia. O contato destes europeus com comunidades indígenas foi uma troca de conhecimentos, inclusive médicos, uma vez que os indígenas conheciam muito o uso medicinal de muitas plantas e ervas. O médico Martius e o zoólogo Spix conviveram em comunidades indígenas, e suas descobertas etnológicas, arqueológicas, antropológicas, paleontológicas e linguísticas deram origem ao livro Reise in Brasilien, publicado em 4 volumes, de 1823 até 1831 (Spix; Martius, 1938; Lisboa, 1997). Já o zoólogo Natterer coletou na região amazônica, de 1817 até 1835, 1.146 mamíferos, 12. 293 pássaros, 242 amostras de sementes e outras biológicas, e 1.934 artefatos etnográficos, incluindo objetos de cultura material e imaterial dos indígenas locais, tais como: armas; ornamentos e roupas; glossário com 60 diferentes comunidades com que teve contato, incluindo os mundurucus, com quem também conseguiu 192 crânios humanos (Straube, 2000). Natterer, por exemplo, se casou com Maria Rego que era indígena, do Rio Negro. O casal teve três filhas. Quando ele voltou para Europa, em 1836, levou sua família. Contudo, a esposa Maria Rego e duas de suas filhas não suportaram o clima europeu, e faleceram em pouco tempo. O próprio Natterer, que já estava com problemas de saúde quando deixou o Brasil, faleceu poucos anos após o retorno, em 1843. A metodologia aplicada pelos cientistas da Missão Austríaca era a classificação sistemática e tipológica, com

caráter multidisciplinar. Alguns exemplares eram enviados como presentes de D. Leopoldina para o pai e irmãos, mas a maioria era usada como permuta entre museus, e desta forma aumentar o acervo museológico do Brasil. Em 1821, foi fundado o Museu Brasileiro em Viena, que abrigou a maior parte dos exemplares naturalistas coletados no Brasil. Parte desta coleção foi incendiada durante a Revolução de 1848. Hoje, o que restou deste acervo está no Museu de Etnologia e no Museu de História Natural de Viena. A Missão Científica continuou no Segundo Reinado, com D. Pedro II, filho de D. Pedro e D. Leopoldina, já neste período contou com a participação de cientistas brasileiros, formados graças ao zelo aplicado desde 1817, onde os relatórios deveriam ter suas cópias destinadas a formação desses, segundo havia sido determinado pela princesa, que depois se tornou imperatriz do Brasil, D. Leopoldina (Ambiel, 2013). A Missão durou até 1909, já no período republicano brasileiro. A Áustria não possuía mais recursos financeiros, e o governo republicano, iniciado em 1889, não teve interesse em continuar as pesquisas. Este foi considerado o mais longo trabalho científico já desenvolvido no país (Vanzolini, 1993;1996).

No início tudo era maravilhoso para D. Leopoldina. Ela estava encantada com o marido e, segundo relatos de servidores do Palácio de São Cristóvão, este encantamento era também recíproco. Porém, ela foi surpreendida com um ataque epilético do esposo, não por ter qualquer tipo de preconceito com relação à doença, mas por não ter sido informada desta questão de saúde de D. Pedro; logo, ela ficou assustada. Mas, mesmo sem conhecimento adequado sobre o assunto, ela conseguiu socorrê-lo da melhor forma possível (Lustosa, 2006; Ventura; Lyra, 2019).

O tempero apimentado usado pelos cozinheiros portugueses afetava negativamente a saúde da princesa. O forte calor do Rio de Janeiro também se mostrou um obstáculo para ela e, para piorar, havia determinadas proibições impostas pelo marido, como a de ir à cidade. Mas ela manteve, o quanto pode, a vontade de ser feliz ao lado do esposo D. Pedro, no "paradisíaco Brasil", até que fosse o momento de partir para Portugal, questão que todos, inclusive ela, acreditavam que aconteceria num curto espaço de tempo (Ventura; Lyra, 2019).

Em 4 de abril de 1819, nasceu no Palácio da Quinta da Boa Vista a princesa D. Maria da Glória, primeira filha do casal Pedro e Leopoldina. Em dezembro do mesmo ano, D. Leopoldina sofreu o primeiro aborto (Ventura; Lyra; 2019). Em carta para irmã Maria Luísa, de 9 de dezembro de 1819, ela relata que "[...] depois de dois meses em que acreditava estar grávida, me livrei de uma porção de imundícies, a ponto de o parteiro daqui que é muito bom, me desejar sorte, pois alguns meses mais tarde aquilo poderia ser perigoso [...]" (Kann; Lima, 2006, p.361).

Outro aborto aconteceu em março de 1820 e ela também relata em carta para Maria Luísa em 7 de abril: “Estive doente durante alguns dias, de um tipo de falsa gravidez, que acaba em dois meses; aqui quase todas as mulheres passam por isso algumas vezes; este calor adorável, que abate muito, deve ser uma das causas; isso me entristeceu terrivelmente e estou precisando de um banho de mar; dizem que a imersão em água seria bom” (Kann, Lima, 2006; p. 364).

No caso deste aborto, há apontamentos, como o de Carlos Oberacker Jr. (1973), de que a criança era um menino, cujo nome seria Miguel. Porém, o sexo da criança só é possível determinar após o quarto mês de gestação ou 16ª semana. Os dois abortamentos apontados são de dois meses ou aproximadamente oito semanas. Portanto, em ambos os casos seria impossível saber o sexo dos conceptos[3]. Conforme é possível observar no relato de D. Leopoldina, acredita-se que o concepto tenha sido descartado.

Aos poucos a princesa foi compreendendo o ambiente em que vivia, as intrigas, tanto familiares, quanto palacianas, em seu novo “lar”, onde ninguém confiava em ninguém. Ela teve o carinho de D. João, seu sogro, mas ao mesmo tempo o temperamento de D. Carlota Joaquina, sua sogra, a deixava muito desconfortável. O próprio D. João a havia alertado com relação ao temperamento da esposa, que para ele também era adversária política, pois se importava mais com os interesses da Espanha que de Portugal. O filho preferido e protegido de D. Carlota Joaquina era D. Miguel, nascido em 1801 (Slemian; Pimenta, 2008; Ventura;Lyra, 2019). Os servidores austríacos que a acompanharam na viagem foram obrigados a voltar para Áustria, seja por questão de falta de adaptação ao clima, seja por vontade do marido D. Pedro. Este também começou a controlar até o dinheiro de D. Leopoldina, que eram recursos que lhe eram mandados pelo pai Francisco I. Ela não tinha mais liberdade para fazer o que quisesse com o seu dinheiro, nem mesmo o básico para ela, que era dar esmolas (Cassotti, 2021; Oberacker Jr., 1973; Ventura; Lyra; 2019). Apesar de ser muito admirada pelo povo, isso não acontecia com a família do marido, tampouco com os colaboradores do Palácio de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, sua residência, onde era tratada com desprezo e preconceitos. A questão de xenofobia nestes tempos, era muito grande no Brasil (Cassotti, 2021; Graham, 2020). No início ela buscou superar todas estas questões em atividades como passeios de coche ou a cavalo, que eram feitos na companhia do marido. A música também em parceria com D. Pedro, nos filhos que estavam nascendo, até mesmo nas coletas de plantas e animais para a Missão Austríaca ou

[3] Lembrando que no primeiro estágio da gestação o concepto é chamado de embrião e é muito pequeno, com pouca definição sobre o sexo. Após o terceiro mês ou 12ª semana, ele é considerado feto, quando mede aproximadamente 15 cm

simplesmente para presentear familiares, uma forma de não pensar em todos estes aborrecimentos. A jovem sentia falta, não do luxo de Viena, mas da paz e aconchego familiar e dos amigos. Isso fica claro na carta para Maria Luísa, de 24 de maio de 1821:

"No Brasil não se dança nunca, e meu esposo tem o belo costume de se divertir de toda maneira, os outros, porém, nunca devem dar risadas e devem viver como eremitas, rodeados sempre da polícia do serviço, o que intimamente me revolta, e, no entanto, me calo" (Oberacker Jr, 1973, p.219).

Depois de poucos anos pessoas íntimas de sua companhia, como sua querida camareira Francisca Annony, que acompanhou D. Leopoldina desde a infância, tiveram que retornar para Viena. O motivo era que a princesa do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves não tinha como pagá-las. Mesmo o dinheiro que recebia do pai, imperador Francisco I, era todo administrado por D. Pedro, que não tinha intenção de gastar com estrangeiros. A saída encontrada por D. Leopoldina foi buscar empréstimos com algumas pessoas íntimas de seu convívio, como seu secretário Georg Anton Schäffer, de origem bávara, que além de militar, era também negociante (Kann; Lima,2006; Oberacker Jr, 1973).

Mesmo gostando muito da natureza do Brasil e do povo, ela sonhava com o retorno para Europa. Afinal, havia se casado com o herdeiro da Coroa Portuguesa, logo, seria rainha de Portugal. Mesmo com a considerável distância entre Viena e Lisboa, ambas ficam no mesmo continente, muito diferente do Brasil, onde as viagens marítimas, além de longas, eram muito perigosas. Para a jovem arquiduquesa a permanência da família real portuguesa na América e, concomitantemente a sua seria passageira.

Em 1820, com a Revolução do Porto, num primeiro momento o rei opta por ficar no Brasil, enviar o filho D. Pedro para Portugal, mantendo D. Leopoldina e a filha Maria da Glória no Brasil. Tanto Leopoldina, que estava grávida, como Pedro não aceitam a separação. Neste caso não havia qualquer questão política na decisão do casal, mas sim, pessoal. D. João VI pondera, considerando, inclusive, o temperamento turbulento do filho e suas inclinações favoráveis as ideias liberais, fatores que não agradam D. João VI. Desta forma, o rei opta por ele mesmo partir para Lisboa (Ferreira, 2021; Ventura; Lyra, 2019).

No ano de 1822, mais precisamente no final de agosto, D. Pedro, em viagem para São Paulo, conhece Domitila de Castro Canto e Mello com quem começa um relacionamento amoroso. A mudança de D. Domitila e família para o Rio de Janeiro, os nascimentos dos filhos do casal, os títulos de nobreza dados para Domitila e sua família e o fato do romance ter se tornado público, devem ter abalado muito a imperatriz do Brasil, que teve que aceitar a amante do marido como sua dama de companhia. Este cargo dava determinados direitos para Domitila,

entre eles de viajar com o casal de imperadores, o que ocorreu no início de 1826, numa visita a Bahia, província pela qual D. Leopoldina tinha muito carinho (Lustosa, 2006; Oberacker Jr, 1973).

Em 1820, tem início a Revolução do Porto cujas principais reinvindicações são: convocação de uma Assembleia Constituinte e o retorno imediato do rei D. João VI para Lisboa. Os portugueses não toleravam mais ter que se submeter ao Rio de Janeiro.

3.1.4 Separação política do Brasil – Independência

No dia 24 de agosto de 1820 eclode a Revolução Liberal do Porto. Uma das principais exigências dos revoltosos era o retorno imediato da família real a Portugal. Questão essa que poderia significar o retorno do Brasil a condição de colônia de Portugal, algo inaceitável pelos habitantes do Brasil. D. João VI tinha pouca vontade de deixar o país, pois gostava muito da forma com que vivia no Brasil. Além disso, havia o temor da fragmentação do território, assim como aconteceu com a América Espanhola. Porém, não se sentia confortável de ver o filho D. Pedro em Portugal, sem sua presença, já que D. João sabia do carisma do herdeiro, seu temperamento turbulento e a simpatia que o príncipe tinha pelas ideias liberais, ou seja, o rei temia que o filho pudesse usurpar seu trono (Ambiel; Fontes, 2022; Lustosa, 2006). Para tentar evitar que isso ocorresse, D. João propôs que a nora, D. Leopoldina, que estava na sua quarta gestação, ficasse no Brasil, mandando apenas D. Pedro para Portugal. D. Leopoldina se sentiu refém, e não estava errada, ela não quis se separar do marido. D. Pedro recusou-se a partir sem a esposa. Neste caso a decisão do casal não teve cunho político, mas pessoal. O rei acabou por entender a posição do filho e da nora, resolvendo partir, deixando o casal como regentes no Brasil, de forma temporária, até que a Constituição do Reino Unido, que estava sendo elaborada pelas Cortes de Lisboa, entrasse, definitivamente em vigor, o que garantiria, principalmente, a unidade territorial, principalmente do Brasil (Oberacker Jr, 1973). A decisão de D. João foi tomada em 7 de março de 1821, um dia após o nascimento do príncipe João Carlos, segundo filho de D. Leopoldina e D. Pedro. O monarca voltou para Portugal, junto com a família real portuguesa, em 25 de abril de 1821 (Ambiel, 2013; Lustosa, 2006).

O problema para os príncipes regentes Leopoldina e Pedro é que até então as decisões políticas eram centralizadas nas mãos do rei D. João VI, ou seja, a nova realidade do casal, de governar o Brasil seria muito complicada (Ferreira, 2021). Mesmo porque, quando D. João VI voltou para Portugal levou consigo praticamente toda economia brasileira. Logo, no início, as determinações eram ainda do absolutismo, onde além do direito divino de governar, o rei era

dono de tudo. Este foi um dos motivos pelos quais o absolutismo ruiu em muitos países europeus durante o século XIX, uma vez que o povo começou a exigir suas participações e liberdades, tanto políticas quanto econômicas. Muitas revoltas aconteceram no Brasil desde o final do século XVIII contra o Pacto Colonial, influenciado pela Independência dos Estados Unidos da América, 1776 e Revolução Francesa, 1789.

De qualquer maneira, além de D. Pedro e D. Leopoldina não estarem familiarizados com toda questão política, também estavam sem recursos financeiros para governar o país, que por sinal, sofria com várias revoltas internas.

Se a vinda da família real portuguesa para o Brasil foi importante para a independência brasileira, a Revolução do Porto e a volta do rei para Portugal podem ser consideradas passos ainda maiores. D. João VI mesmo entendia que a Independência do Brasil seria questão de tempo. Por isso, antes de partir para Portugal deu o seguinte conselho ao filho: “Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar do que para algum desses aventureiros” (Santos, 2006, p. 106).

D. Pedro iniciou sua regência aos 23 anos de idade, com pouquíssima experiência política. Era pai de dois filhos: princesa D. Maria da Glória, nascida em 1819 e príncipe João Carlos, nascido em 6 de março de 1821. Com pouco dinheiro para trabalhar, o príncipe regente logo pensou na economia. E a primeira providência foi iniciar cortes de gastos dentro de seu próprio ambiente. Repartições públicas, tribunais e secretarias que funcionavam em edificações alugadas foram transferidas para o Paço da Cidade, local que era residência de D. João VI. No Paço de São Cristóvão, residência do príncipe e sua família, também reduziu seus gastos. Como pessoa de sua confiança, D. Pedro teve, de início, a companhia do Conde dos Arcos D. Marcos de Noronha e Brito, ministro dos negócios do reino. Antes da chegada de D. João, ele era vice-rei do Brasil. O Conde dos Arcos tinha pouca confiança dos portugueses, pois era considerado pouco liberal, até mesmo absolutista, fato que poderia contrariar as Cortes. Já os nascidos no Brasil, sem representação política alguma até então na regência, eram indiferentes ao nobre português. Contudo, por exigências de constitucionalistas e militares portugueses ligados ao General Jorge Avilez, comandante da chamada Divisão Auxiliadora, no Rio de Janeiro, em 5 de junho, o Conde dos Arcos é demitido (Costa, 2011; Varnhagen, 1857).

Esta Divisão Auxiliadora, nada mais era que a união de vários batalhões portugueses no Rio de Janeiro. Logicamente, eram totalmente favoráveis e subordinados às Cortes. Avilez e os brigadeiros Costa Refoios e Veríssimo Cardoso assumiram o comando das armas. Segundo a historiadora brasileira Isabel Lustosa, a partir deste momento, o General Avilez assumiu o poder no Rio de Janeiro, ditando regras ao próprio príncipe regente que não apresentava resistência.

D. Pedro até mesmo havia começado a flertar com a esposa de Avilez, para total descontentamento de D. Leopoldina (Lustosa, 2006). No mesmo 5 de junho de 1821, chegou ao Rio de Janeiro as bases da futura Constituição, que as Cortes exigiam que fossem juradas pelo príncipe, o que foi feito por D. Pedro.

Mas o descontentamento dos brasileiros contra os privilégios dos portugueses, as incertezas provocadas pelas novas ordens vindas não do rei, mas das Cortes, aumenta nas províncias. Se a situação do país não era das melhores com a presença de D. João VI, com a partida do monarca, a insegurança e o temor do retorno à condição de colônia, bem como a fragmentação do território gerou muitas turbulências e o surgimento de movimentos nativistas. Para aqueles que sustentam a narrativa que o processo de Independência do Brasil foi pacífico, apenas um acordo diplomático com Portugal, é possível encontrar nesta pesquisa de doutorado alguns exemplos de revoltas e rebeliões que ocorreram antes e após o 7 de setembro de 1822, com o devido cuidado de discernir entre ações separatistas e movimentos pela liberdade e respeito para com os cidadãos nascidos no Brasil. Cronologicamente, a de Santos, na época uma vila portuária, com muitos quarteis e fortes, na província de São Paulo, estoura uma rebelião militar na madrugada do dia 28 de junho de 1821. Militares brasileiros reclamam do atraso de salário, situação completamente diferente dos militares portugueses, que na maioria dos casos eram das altas patentes. Além da questão do atraso no pagamento do soldo, os militares brasileiros reclamavam dos maus tratos praticados pelos portugueses. Estas questões levaram cidadãos civis e militares, como o Capitão José Olyntho de Carvalho, a ficar sensibilizados com a situação dos soldados brasileiros. O problema, segundo o historiador e médico Alexandre J. de Mello Moraes (1871) é o início da revolta ter sido precipitado, o que complicou o apoio que estes militares brasileiros teriam, inclusive do Capitão Carvalho (Moraes, 1871). A precariedade da situação destes militares levou o Cabo Francisco das Chagas, que era preto, e o soldado José Joaquim Corindiba, ambos de origem humilde, que serviam no 1º Batalhão de Caçadores do Exército, a tomar a liderança dos rebeldes. Muitos habitantes locais aderiram à rebelião, que durou dez dias, onde oficiais portugueses foram mortos e aconteceram saques à estabelecimentos de comerciantes que os rebeldes julgavam ser de portugueses ou simpatizantes. Porém, as tropas portuguesas, em número maior de homens e usando armamentos mais letais controlaram a situação e prenderam os líderes rebeldes. Não foram encontrados relatos sobre o número de mortes de ambos os lados. O cabo Francisco Chagas e o soldado José Joaquim Corindiba que foram enviados para São Paulo, onde foram condenados à forca. Segundo o historiador Mello Moraes (1871), é possível que entre os simpatizantes civis desta rebelião de Santos estivessem os irmãos Andradas: José Bonifácio e

Martim Francisco, importantes comerciantes do Porto de Santos além de outros políticos (Moraes, 1871). Contudo, os dois militares santistas assumiram a autoria da revolta e, não revelaram outros nomes. Foram cogitadas representações junto ao príncipe regente para salvar Chagas e Corindiba, mas não houve tempo, a sentença foi executada em 20 de setembro de 1821, no chamado Campo da Forca[4], ao lado do então Cemitério dos Enforcados ou Aflitos. Fato curioso é que na execução do cabo Chagas, a corda arrebentou por duas ou três vezes. O povo que acompanhava começou a gritar por liberdade para o prisioneiro, pois segundo costumes da época, isso poderia representar inocência. Mas, o carrasco tinha suas ordens, e cumpriu com uma corda de couro. Afinal, conforme defendeu Michel Foucault, o importante era manter o controle da população através do medo (Foucault, 2009).

Muitas vezes é comum as pessoas perguntarem os motivos pelos quais o príncipe regente fez sua viagem para São Paulo, no final de agosto de 1822. E ainda mais, por que ele teria ido visitar pessoalmente Santos, em 5 de setembro, dois dias antes de proclamar a Independência do Brasil. Esta revolta, infelizmente esquecida pela historiografia, pode ser a resposta, pois está dentro do contexto das revoltas que ocorreram na província de São Paulo.

No Rio de Janeiro, cada vez mais D. Pedro perdia seus poderes. No dia 30 de setembro de 1821, foi instituída pelas Cortes a lei que criava as juntas provisórias, compostas por 5 ou 6 membros para cada local, cujas tropas militares ficariam sujeitas às ordens de um governador de armas. Tanto a junta quanto o governador de armas deveriam responder diretamente às Cortes de Lisboa e não ao príncipe regente. Essas determinações praticamente provocariam a fragmentação do território brasileiro. Mesmo assim, D. Pedro, apesar de magoado, estava do lado das Cortes. Mesmo sem nenhuma ação por parte do Regente, começam publicações, como o Revérbero Constitucional Fluminense, de Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, publicação ligada a Maçonaria, com rumores sobre a intenção dos brasileiros em proclamar sua independência, e ter como imperador, D. Pedro. Todavia, ele se negava, e jurava fidelidade ao Parlamento Português e ao pai (Lustosa, 2006).

Essa forma de agir do marido incomodava muito D. Leopoldina. Ela percebia que quem ditava as ordens não era D. João VI, mas os parlamentares portugueses e, estes políticos não estavam nada preocupados com a situação do Brasil (Ferreira, 2021). Um dos únicos aliados com quem a princesa contava até então era o religioso franciscano frei Francisco de Santa Teresa Jesus Sampaio, do Convento Santo Antônio, no Rio de Janeiro. Frei Sampaio concorda com a princesa regente que D. Pedro não estava entendendo a gravidade de toda a situação de

[4] O chamado Campo da Forca é hoje a Praça da Liberdade. O bairro paulistano ganhou esse nome por conta desse acontecimento

opressão que as Cortes estavam impondo ao Brasil. Era preciso fazê-lo compreender os riscos pelos quais a própria monarquia portuguesa estava enfrentando naquele momento. D. Leopoldina percebeu que a única forma de manter o Reino Unido e até mesmo a coroa dos Bragança era ficar no Brasil, desacatando as ordens do Parlamento Português. Ela temia que os revolucionários portugueses acabassem com a monarquia lusitana, assim como aconteceu na França no final do século XVIII. A preocupação maior da princesa era manter a Monarquia (Oberacker Jr, 1973).

A situação do Brasil era cada vez mais delicada. Tribunais criados por D. João VI deveriam ser fechados, e a exigência da volta, imediata do príncipe regente para Europa, onde deveria "aprimorar sua educação", segundo decreto das Cortes, que chegou ao Rio de Janeiro em 10 dezembro de 1821 (Lustosa, 2006; Varnhagen, 1857). Estas determinações, dos parlamentares portugueses deixavam claro que o Brasil voltaria a condição de colônia. Algumas províncias do norte e nordeste do país, como Pará, Pernambuco, Bahia gostariam de voltar a se submeter a Lisboa, talvez por questão geográfica, de condições marítimas, a navegação a vela, e a ausência de estrutura de estradas que ligassem esta região ao Rio de Janeiro. Estas poderiam ser algumas respostas para que as capitanias no Norte e Nordeste do país optassem pela ligação ou submissão à Portugal. Além é claro dos ideais liberais defendidos pelas Cortes de Lisboa (Bittencourt, 2006).

A exceção dos deputados destas províncias, que pretendiam continuar fiéis a Lisboa, os demais deputados brasileiros foram hostilizados e negligenciados pelos colegas parlamentares portugueses. Alguns deputados brasileiros, já prevendo a repressão, optaram por permanecer no Brasil (Sousa, 1973).

Estas determinações das Cortes logo foram para o conhecimento público, não apenas do Rio de Janeiro, mas de províncias como São Paulo, onde foram recebidas com repúdio pela família dos Andradas, na figura de José Bonifácio, que era membro da Junta Governamental da Província. Não demorou para o príncipe regente contar com o apoio de outros políticos paulistas. Muitas foram as manifestações pedindo para que D. Pedro ficasse no Brasil (Lustosa, 2006; Moraes, 1871). Havia o temor da fragmentação do país, muitas revoltas armadas, como havia acontecido na América Espanhola. D. Pedro era filho do rei de Portugal, e poderia ser a pessoa mais indicada para procurar manter o Reino Unido. Porém, ele não contava com o menor respeito por parte dos parlamentares portugueses. Tropas foram enviadas ao Brasil para "escoltar" o casal D. Pedro e D. Leopoldina para Europa. Províncias, como São Paulo, enviaram homens para o Rio de Janeiro visando à proteção do príncipe regente e sua família. D. Leopoldina conseguiu convencer D. Pedro a ficar no Brasil. Além disso, ela também fez com

que o príncipe regente substituísse o ministério, composto em sua maioria por portugueses, por um com cidadãos nascidos no Brasil, e que esta gestão fosse descentralizada, aos moldes do que acontecia nos Estados Unidos da América, e desta forma fazer com que os brasileiros tivessem mais confiança nele. Logo, em 9 de janeiro de 1822, D. Pedro comunicou que ficaria no Brasil, o popular Dia do Fico. Porém, essa decisão resultou em conflito entre tropas fiéis ao príncipe regente e as tropas de Avilez, que obedeciam às ordens das Cortes (Oberacker Jr, 1973).

Poucos dias após o início dos conflitos, D. Pedro consegue estabelecer a paz no Rio de Janeiro, e nomeia um novo ministério, com a presença de José Bonifácio de Andrada e Silva, como Ministro do Reino dos Negócios Estrangeiros. Bonifácio era um dos brasileiros mais cultos da época. Mesmo sendo monarquista convicto, não era a favor do absolutismo. Os Andradas acreditavam no equilíbrio entre os três poderes, onde o monarca não seria soberano absoluto, tampouco teria algum direito divino. Para o novo ministro de D. Pedro, o poder monárquico deveria ser confirmado e investido diretamente pelo povo, e não pelo Parlamento (Oberacker Jr, 1973). D. Pedro era um liberal, embora não entendesse de fato o significado da palavra. Já D. Leopoldina, mesmo filha de um defensor do Absolutismo, percebeu que os tempos eram outros, que não havia mais espaço para as ideias do chamado Antigo Regime, ou seja, o melhor seria apoiar a monarquia constitucional, mesmo sem a aprovação de seu pai, o imperador Francisco I. Aos poucos, Bonifácio conseguiu fazer com que tanto o liberal D. Pedro e a filha do defensor do absolutismo, D. Leopoldina entendessem que poderia haver um equilíbrio entre os poderes.

Mas Pedro e Leopoldina sofrem uma perda muito grande, o príncipe João Carlos, herdeiro do Trono Português, filho mais novo do casal cuja saúde sempre foi frágil, falece em 4 de fevereiro de 1822. D. Pedro passa a culpar as Cortes pela morte do filho (Lustosa, 2006; Oberacker Jr, 1973). No dia 10 de fevereiro, o príncipe regente expulsa as tropas portuguesas do Brasil. Até este momento não há a ruptura com Portugal. As determinações do Parlamento Português são respeitadas no Brasil, desde que D. Pedro concorde.

Em 16 de fevereiro de 1822, D. Pedro cria o Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil, que deveria ser composto por membros de cada província, além dos ministros e secretários, com o objetivo de aconselhar o príncipe em todas as questões de Estado.

Na Bahia, província aliada das Cortes, eclodem em 19 de fevereiro, vários conflitos entre os portugueses e seus aliados contra os apoiadores fiéis ao príncipe regente. Os soldados portugueses atacaram o Convento da Lapa onde executaram a religiosa abadessa Joana Angélica. Por este motivo, ela se tonou mártir do levante, que em um primeiro momento foi

vencido pelos portugueses, embora muitos habitantes locais continuassem fiéis ao Rio de Janeiro. Após o 7 de setembro, o já imperador D. Pedro I enviou reforços para seus aliados baianos. Em 2 julho de 1823, os portugueses foram derrotados. Os combates, que duraram quase um ano e meio, deixaram milhares de mortos de ambos os lados. Pelo fato desta libertação dos portugueses, o Estado da Bahia comemora a Independência como sendo no dia 2 de julho de 1823, inclusive a data é feriado estadual e as comemorações contam com festas populares. Participou desta resistência baiana, Maria Quitéria de Jesus, que ficou conhecida como Maria Quitéria, a primeira mulher brasileira a participar de confrontos armados, ou como os militares chamam: combatente. Primeiro disfarçada de homem, depois como mulher, com sua própria identidade, ela foi condecorada por sua bravura em combates pelo imperador D. Pedro I (Oberacker, 1973).

D. Pedro sempre relatou o que estava acontecendo no Brasil ao rei, D. João VI, seu pai. É possível que ele, mesmo sabendo das ofensas sofridas pelo pai, acreditasse que um rompimento com Portugal pudesse significar uma traição a D. João VI.

Enquanto isso, rebeliões continuam acontecendo, novamente em São Paulo, em 23 de maio de 1822. Desta vez, envolvendo uma luta política interna, que teve como intenção atingir a família de José Bonifácio. O líder foi o coronel comandante da milícia local chamado Francisco Inácio, e o objetivo era afastar Martim Francisco de Andrada, irmão do ministro Bonifácio, da junta governamental da província. Francisco Inácio, ao lado do presidente da junta provisória João Carlos Augusto Oeynhausen, convocou o povo e a milícia e os instigava contra Martim Francisco, a favor de Oeynhausen. Este movimento ficou conhecido como "Bernarda". Em mensagem ao príncipe no Rio de Janeiro, Oeynhausen relata a D. Pedro que Martim Francisco, ao lado do brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão, incitava a população a atos de violência. João Carlos ainda insinua para D. Pedro que os Andradas incentivaram a rebelião militar de Santos, em junho de 1821. Lembrando que João Carlos A. Oeynhausen era o presidente da província de São Paulo durante esta rebelião. D. Pedro determina que João Carlos e Francisco Inácio se apresentem a ele no Rio de Janeiro o mais rápido possível. A ordem do príncipe não é obedecida (Lustosa 2006; Moraes 1871). Em contrapartida, D. Pedro nomeia Martim Francisco ministro da Fazenda, em 4 de julho. Segundo Mello de Moraes, a questão da Bernarda, apesar de ter acontecido uma convocação do povo, não foi mais que uma luta pelo poder, principalmente após da nomeação de Bonifácio para o ministério do príncipe regente (Moraes,1871). Contudo, D. Pedro não poderia correr o risco de perder qualquer província, seja para as Cortes de Lisboa ou para uma insurreição. Era importantíssimo evitar ao máximo a fragmentação do território. Logo, ele prepara sua viagem até a província paulista para resolver

estas desavenças. Também deveria seguir até Santos, após a rebelião de junho de 1821, para ver de perto a situação do porto, dos quarteis e fortalezas e o ânimo das tropas, bem como visitar os Andradas que eram importantes comerciantes do Porto de Santos. A família Andrada possuía muita influência política em São Paulo. Porém, era fundamental que não existissem lutas pelo poder na província, mas sim que houvesse união em torno do príncipe regente. Ter no governo paulista alguém que fosse contra os Andradas poderia significar o fim do apoio de São Paulo, o que era péssimo para o governo de D. Pedro, uma vez que junto com Minas Gerais, Rio Grande do Sul e obviamente Rio de Janeiro eram as províncias onde ele possuía apoio mais forte (Pimenta, 2022).

Antes da viagem para São Paulo, na data de 1º de agosto de 1822, D. Pedro publica o decreto "Aos povos do Reino do Brasil" no qual o príncipe regente declara a autonomia completa do Reino do Brasil. Esta seria para Dom Pedro, Bonifácio e D. Leopoldina, a independência, diferente para eles da separação de Portugal (Oberacker Jr, 1973).

Porém, é preciso pensar nas forças de defesa do país, em outras palavras, em forças armadas. Não era mais possível confiar nos portugueses e o país necessitava de militares experientes e treinados. Para isso, D. Leopoldina inicia um trabalho para tentar recrutar mercenários germânicos. Mas, seu pai Francisco I não permite este tipo de contrato, pois não quer se intrometer nas relações entre Portugal e Brasil. Ela tinha consciência de que não poderia obter o apoio do pai por questões diplomáticas. Logo, a opção foi a contratação individual, não apenas na Áustria, como na Suíça e em outros reinos germânicos. Quem ajudou com estes contratos foi o médico de origem germânica Dr. Georg Anton von Shäffer, ex. secretário da princesa, nomeado diplomata por D. Pedro. Mais tarde, os mercenários entraram no país como colonos (Lustosa, 2006; Oberacker, 1973).

D. Leopoldina gostaria de ter acompanhado o marido na viagem para São Paulo, pois ela manifestava muita vontade de conhecer as províncias brasileiras. Porém, como princesa regente, ela deveria assumir o governo do país no lugar do marido. Em 13 de agosto de 1822, pela primeira vez na história brasileira, uma mulher assumia o poder no Brasil. Assim como acontecia com D. Pedro, ela teria o apoio do Conselho de Procuradores das Províncias Gerais do Brasil e ministros.

Em carta enviada ao amigo Marquês de Marinalva, com data de 15 de agosto de 1822, D. Leopoldina relata:

> "Meu adorado esposo partiu para restabelecer a paz em São Paulo e estou fazendo um grande sacrifício, deixando uma viagem encantadora para tomar, em sua ausência, o encargo dos negócios de Estado, eis a exigência da tranquilidade e do bem público, como o senhor me conhece, meu caro Marquês, pode julgar o quanto isso me custa" (Kann; Lima, 2006, pp.404,405).

O teor desta carta mostra que D. Leopoldina não possuía qualquer ambição política para assumir o poder no Brasil. Entretanto, ela sabia de suas responsabilidades de Estado, e o compromisso com o povo. Por esses motivos ela procurou estudar, entender, conhecer mais como funcionava o liberalismo, o constitucionalismo, inclusive dos Estados Unidos da América, pois esta compreensão poderia salvar regimes monárquicos, tanto na América quanto na Europa, e afastar as tendencias republicanas e anarquistas (Lustosa, 2006; Neves, 2016; Oberacker Jr, 1973; Ventura; Lyra, 2019).

Ao deixar o palácio da Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, D. Pedro contava em sua comitiva apenas com a presença de: Luis Saldanha da Gama; o tenente Francisco de Castro Canto e Mello; Francisco Gomes da Silva; João Carlota e João Carvalho. Logo, ele não teve a companhia de uma guarda de honra numerosa, com uniformes que chamassem a atenção. Afinal, os caminhos que levavam à São Paulo eram difíceis e perigosos. Temia-se, até mesmo, possíveis atentados contra a vida do príncipe regente, mesmo porque, o momento no Brasil era extremamente conturbado. Havia rumores de que pessoas ligadas aos membros da junta governativa de São Paulo, contrários aos Andradas e concomitantemente ao próprio D. Pedro, poderiam atentar contra a vida do príncipe regente (Menezes, 1972; Salgado, 1972; Taunay, 2004). Alguns podem concluir que seria melhor para segurança do príncipe uma comitiva numerosa. Porém, quando se atravessa matas e locais inóspitos, a segurança pode ser mais adequada com um número reduzido de pessoas e que todas sejam de confiança. D. Pedro optou por passar a primeira noite da viagem na Fazenda Real de Santa Cruz, onde um outro membro foi aceito na comitiva, o padre Belchior Pinheiro de Oliveira, religioso natural de Minas Gerais.

D. Pedro adentrou o Vale do Paraíba Paulista por São João Marcos, Areias, bem como outras freguesias da Serra da Bocaina como Santo Antônio da Cachoeira, em direção a Lorena, depois Santo Antônio de Guaratinguetá, onde o príncipe regente parou para fazer orações na igreja local, em 20 de agosto, diante da imagem de Nossa Senhora Aparecida encontrada no rio Paraíba por pescadores, no século XVIII. A viagem prosseguiu para Pindamonhangaba, Taubaté, Jacareí, Mogi das Cruzes. Nestas cidades do Vale do Paraíba, o príncipe regente foi muito bem recebido, pernoitou e participou de confraternizações em vários locais. Também nestas cidades, a comitiva de D. Pedro ganhou novos acompanhantes, que eram membros da

população local. Ele recusou a guarda de honra enviada por Oeynhausen. Inclusive ele e Francisco Inácio foram presos por D. Pedro e mandados sob custódia para o Rio de Janeiro e o governo provisório da província foi desfeito através de decreto de Sua Alteza.

D. Pedro chegou à freguesia da Penha, hoje bairro paulistano, em 24 de agosto, aproximadamente 12 quilômetros do centro da vila, ele mandou batedores verem se estava tudo tranquilo na vila de São Paulo. Tudo em paz, o príncipe entrou na vila no dia 25 de agosto, onde foi recebido com festa pela população (Taunay, 2004).

Já no dia 22 de agosto, no Rio de Janeiro, D. Leopoldina recebeu o apoio de uma deputação de senhoras da Bahia. Estas senhoras vieram agradecer todo o empenho que o casal estava tendo para manter o país unido. Compararam a bravura da princesa com a de sua bisavó imperatriz Maria Teresa da Áustria, uma das principais monarcas do império austríaco. Importante lembrar que a população da Bahia estava sofrendo com o domínio das tropas portuguesas (Ambiel, 2013; Oberacker Jr, 1973).

As notícias que chegavam de Lisboa informavam que as Cortes continuavam exigindo o retorno do casal. E ainda instalaram juntas administrativas e abriram investigação sobre o ministro José Bonifácio. Mais tropas portuguesas desembarcam na Bahia. Rumores de uma invasão da esquadra portuguesa ao Rio de Janeiro deixou todos, inclusive a princesa, de prontidão, tudo era comunicado por ela ao marido por cartas, como essa de 24 de agosto: "[...] todo se apronto para recebê-la ao fogo e balla. [...] – na mesma carta ao marido, ela declara: "depois de dar-me tantas novas provas de confiança, antes perder todo [tudo, inclusive a vida] que faltar aos meus deveres e bem do Brasil" (Oberacker Jr, 1973, p. 270/271).

Mais insultos eram feitos contra a pessoa de D. Pedro. E novamente, a exigência do retorno imediato dele e da sua família para Europa.

Diante desta situação, D. Leopoldina convoca a reunião do Conselho de Procuradores Gerais das Províncias Brasileiras. Este material, publicado em comemoração ao Sesquicentenário do Congresso Nacional, em 1973, traz a Sessão Nº 13 – de 2 de setembro de1822 e o discurso de José Lucas Obes completo.

O que fica decidido nesta reunião:

> "SESSÃO N. 13 – A 2 DE SETEMBRO DE 1822 Reunidos os Conselheiros, e presidida a Sessão por Sua Alteza Real a Sereníssima Senhora Princesa Real, leu-se a Ata da Sessão antecedente, que foi aprovada. O Conselheiro Obes leu um discurso, (') análogo às últimas notícias recebidas de Portugal, pelas quais não só constava do projeto de enviar novas tropas ao Brasil, como dos insultos dirigidos ao Nosso Augusto Defensor: terminava este discurso dizendo "que se não perdesse tempo: que

> as Cortes tinham tirado a máscara exigindo de Sua Alteza Real uma obediência a mais humilhante, e do Brasil uma humilhação como nunca se exigira dos nossos Maiores". Resolveu o Conselho, que se procedesse imediatamente a um embargo dos fundos da Companhia dos Vinhos do Douro a título de represália. Que se tomassem todas as medidas necessárias de segurança, e defesa; que cada um dos Conselheiros apresentasse os seus planos na próxima Sessão; e que os Conselheiros Militares de acordo com os Ministros da Guerra, e Marinha fizessem o seu projeto de Campanha. Levantou-se a Sessão, nada havendo mais que tratar. – Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1822. – Joaquim Gonçalves Ledo, Secretário" (Sessão Nº13- A 2 de setembro de 1822. Fonte: Comemoração do Sesquicentenário do Congresso Nacional-Arquivo do Senado Federal, p.52).

Assim, os mensageiros oficiais militares Paulo Bregaro e Antônio Ramos Cordeiro deixaram o Rio de Janeiro rumo a São Paulo com as cartas de D. Leopoldina e José Bonifácio (Figueiredo, 1888).

Esta Sessão do Conselho de Procuradores Gerais das Províncias, convocada por D. Leopoldina, foi de muita importância para a Independência do Brasil, uma vez que de fato, D. Pedro teve a certeza de que tinha o povo brasileiro a seu lado, bem como, da gravidade da situação a qual o Brasil, e até ele mesmo se encontrava. Havia a necessidade de uma decisão definitiva por parte do regente D. Pedro, que era o filho do soberano do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, e não D. Leopoldina. De acordo com a determinação deixada por D. João VI antes de voltar para Portugal, em 1821, sim, na ausência de D. Pedro assumiria D. Leopoldina, que em caso de emergência, poderia, inclusive, com o consentimento do Conselho e dos ministros, usar força militar. Mas, no caso tão sério como a proclamação de independência ou separação política do Brasil de Portugal, não poderia ser tomada por ela, mesmo sendo a favor da independência, pois apesar de possuir determinados "poderes", é possível interpretar que ela era "regente interina". Tanto que, conforme consta no decreto de D. João VI, em caso de morte de D. Pedro, D. Leopoldina assumiria a regência, até que D. Maria da Glória, filha do casal, tivesse idade para assumir o cargo (Lustosa, 2006). Ou seja, não é correto afirmar que D. Leopoldina tenha assinado a declaração de independência do Brasil, até porque, segundo o Prof. Dr. João Paulo Pimenta, do Departamento de História da FFLCH/USP, este documento não existiu, e que a princesa regente não foi responsável direta pela ruptura política entre Portugal e Brasil (Pimenta, 2022). E realmente, até o momento, não há dados que comprovem a existência de uma carta ou declaração de independência do Brasil. Diferente dos Estados Unidos da América, onde há um documento em que as Treze Colônias da América do Norte declaram a independência da Grã-Bretanha, em 4 de julho de 1776, documento este cuja autoria

foi de Thomaz Jefferson e ratificada pelo Segundo Congresso Continental, em 4 de julho de 1776.

D. Pedro retornou de Santos durante a madrugada do dia 7 de setembro. Como sofria de problemas intestinais, teve que fazer inúmeras paradas no caminho. Desse modo, o príncipe ordenou que parte da sua comitiva seguisse viagem e o encontrasse depois da subida da Serra, numa casa camponesa ou uma "casinhola", que era uma "venda", um pequeno comércio que vendia carne seca, frutas, cachaça, fumo etc., para atender os viajantes do Caminho do Mar, próxima do riacho Ypiranga ou Piranga, como era conhecido na época (Salgado, 1972; Taunay, 1937). Essa pequena casa citada trata-se da atual Casa do Grito, que teve esta denominação por fazer parte do contexto da tela Independência ou Morte, de 1888, do pintor brasileiro Pedro Américo. Essa edificação está localizada no Parque da Independência. Taunay acreditou que a construção poderia ser do século XVIII (Taunay, 1937). Segundo informações publicadas no site do Museu da Cidade de São Paulo, órgão da Secretaria Municipal da Cultura da Prefeitura de São Paulo e responsável pela administração da casa, o documento mais antigo localizado referente a casa data de 1844, trata-se do inventário de Guilherme Antônio de Moraes, ou seja, a existência apenas deste documento poderia levar a dedução de que a Casa do Grito não existia em 1822. Porém, esse inventário apenas revela que o imóvel era de propriedade do senhor Moraes no ano de sua morte, em 1844. Logo, não afirma, tampouco nega a existência no local de construções, inclusive de uma simples "venda" no ano de 1822. Em 1981, uma pesquisa arqueológica foi realizada na área da Casa do Grito. A equipe foi chefiada pela arqueóloga Profa. Dra. Margarida Davina Andreatta, do MP/USP, em convênio com o Departamento Histórico da Prefeitura de São Paulo (DPH). O acesso total aos arquivos e artefatos coletados nesta pesquisa graças ao Centro de Arqueologia de São Paulo, vinculado ao Departamento do Patrimônio Histórico, Secretaria Municipal da Cultura de São Paulo, revelou que as escavações de 1981 são uma parte da construção que foi feita com o uso da técnica construtiva de taipa de sopapo, também conhecida como pau a pique e, outra parte em alvenaria. Após a decapagem de uma das paredes, foi evidenciado uma porta, que sugere que a casa já teria sido usada como uma "venda" típica de beira de estrada. Isso mostra intervenções realizadas na edificação ao longo do tempo. A pesquisa arqueológica também evidenciou vários tipos de fragmentos de garrafa e outros vidros, faianças, metais etc. As informações do site do Museu da Cidade também apontam que a moradia foi habitada por outras famílias, a última foi a Tavares de Oliveira, até a desapropriação por parte da municipalidade de São Paulo no ano de 1936. O espaço ficou abandonado até 1955, quando a Sociedade Geográfica Brasileira e o Jornal a Gazeta deram um caráter histórico para o imóvel. E realizaram obras para adequá-la a casa

retratada no quadro de Pedro Américo. Esta obra foi incorporada as comemorações do IV Centenário da cidade de São Paulo. Estes dados foram levantados no site do Museu da Cidade de São Paulo. Logo, cabe deduzir que as informações dos viajantes sobre uma simples "venda" na qual eles esperaram D. Pedro podem ser verdadeiras (Salgado, 1972; Taunay, 1937). Mas a estrutura da casa retratada por Pedro Américo não era similar a edificação que existia em 1822, e nem no final do século XIX, quando o pintor visitou o local. Uma vez que aparentemente, a casa só tomou as formas dadas por Pedro Américo em 1955.

Outra observação que foi feita sobre como pode ter sito o momento da Proclamação da Independência do Brasil, diz respeito a questão da montaria usada por D. Pedro. Com base nos relatos coletados em entrevistas feitas pelo pintor Pedro Américo, quase sessenta anos após a Independência do Brasil, para elaboração da tela Independência ou Morte; é possível que: "talvez para melhor compor seu trajo, mudar de montaria e conceder um momento de liberdade a guarda, ordenou que eles o precedesse [...]" (Figueiredo, 1888, p.8/9). Importante lembrar que a região próxima ao riacho do Ipiranga, por fazer parte da área da estrada Caminho do Mar, um local semideserto que ligava São Paulo à Santos, havia muitas chácaras e propriedades voltadas para as trocas de montaria: cavalos por mulas para os que desceriam a Serra (Taunay, 1937). Afinal, mulas são animais muito mais fortes que cavalos. Desta forma, quando o viajante terminava a subida da Serra do Mar, estas propriedades ofereciam a troca das mulas, até porque estes animais estariam cansados, por cavalos descansados. Uma destas propriedades da região do Ipiranga pertencia ao militar João de Castro Canto e Mello, pai do tenente Francisco de Castro Canto e Mello, membro da guarda do príncipe regente, que o acompanhou desde a Quinta da Boa Vista, ele era irmão de D. Domitila de Castro Canto e Mello (Rangel,1916; Taunay,1937). Segundo Taunay, (2004), poucos dias antes, D. Pedro teria conhecido e se encantado com a moça, durante uma das recepções na vila de São Paulo (Rangel, 1916; Taunay, 2004). Assim, avaliando estes dados, principalmente o fato de D. Pedro ter saído cedo de Santos, ter feito uma viagem difícil, sendo que parte dela feita por rios através de barcos, entre Santos e Cubatão, depois a subida da Serra do Mar (Cintra, 2022), além do desconforto intestinal que o príncipe regente sentia, não era difícil ele ter optado por parar na propriedade dos Canto e Mello, ter trocado suas vestes e montaria, até mesmo porque ele já sabia que os emissários do Rio de Janeiro o encontrariam nas proximidades do Riacho do Ipiranga, bem como, após este encontro, ele deveria voltar para vila de São Paulo. Segundo informações passadas para o pintor Pedro Américo pelo coronel Manuel Marcondes de Oliveira Melo, uma das testemunhas oculares do momento da proclamação da Independência do Brasil, D. Pedro montava uma "bêsta gateada", e o padre Belchior fala em uma "bêsta baia" e não um cavalo

garboso na tarde de 7 de setembro de 1822 (Menezes, 1972; Figueiredo, 1888; Salgado, 1972). Com o auxílio do Major PM Médico Veterinário Arsênio Baptista, com décadas de experiência em solípedes na Formação Veterinária Regimental da Polícia Militar do Estado de São Paulo, foi obtida a informação de que o adjetivo "gateado" se refere a um cavalo de pelagem baia ou amarelo avermelhado. Essa informação também consta no Dicionário Priberam de Português. Bem como, besta gateada ou besta baia ainda é um termo muito usado em algumas regiões rurais do Brasil como referência as éguas de pelagem baia ou avermelhada, também conhecida como pelagem rosilha. É possível que ao ouvir este depoimento das testemunhas oculares, que em arqueologia é chamado de tradição oral, Pedro Américo tenha entendido mal os termos usados pelas testemunhas ou até mesmo as narrativas destes homens podem ter sido mudadas por eles mesmos por vários motivos, inclusive fazer chacotas ou enaltecer suas próprias participações nestes atos.

Assim, com base nestes dados, pode-se deduzir que quando ele proclamou a Independência do Brasil é possível que já estivesse montado num cavalo, não numa mula. Da mesma maneira poderia estar usando uma farda comum, e não simples vestes de viagem.

De acordo com depoimentos de colegas de comitiva de D. Pedro, o encontro do príncipe Regente com os mensageiros do Rio de Janeiro aconteceu entre quatro e quatro e meia da tarde. D. Pedro recebeu as cartas no alto da colina, área em que hoje fica o Museu Paulista (Cintra, 2022), ele afastou-se um pouco de seus homens, ficando apenas na companhia do Padre Belchior. O príncipe pediu para que o sacerdote lesse estas cartas para ele. Sabe-se que uma carta era de José Bonifácio e outra da princesa D. Leopoldina, é claro que o conteúdo, principalmente após a reunião do Conselho de Procuradores, era informar D. Pedro sobre a gravidade dos acontecimentos, principalmente com relação a uma eminente invasão militar promovida pelas Cortes. E pedindo que ele, príncipe regente, tomasse a decisão, seja de obedecer às ordens do Parlamento Português e retornar à Europa. Seja ficar no Brasil e promover a separação política de Portugal. Há controvérsias sobre os textos das cartas e até mesmo seus remetentes, uma vez que segundo o Padre Belchior, D. Pedro as destruiu após a leitura (Taunay, 2004). D. Pedro chamou o tenente Canto e Mello e solicitou que ele reunisse a comitiva, aproximadamente 35 membros, que deveriam estar com roupas civis, pois como já foi relatado acima, D. Pedro não teve uma guarda de honra que o acompanhou desde o Rio de Janeiro. O príncipe comunicou aos colegas de viagem sobre a gravidade das notícias que acabara de receber da regência no Rio de Janeiro. E diante de todas as humilhações as quais as Cortes de Portugal estava submetendo, não apenas a ele, mas ao país, ele declarava a Independência do Brasil, ou seja, a ruptura política entre Brasil e Portugal naquele momento.

As cores das Cortes: azul e branca foram retiradas das vestimentas de D. Pedro e de seus acompanhantes. E Independência ou Morte seria o lema do Brasil. Após o comunicado, D. Pedro manda batedores partirem a sua frente para comunicar aos paulistanos da época que a Independência havia sido proclamada. D. Pedro adentrou a vila, e foi saudado pela população nas ruas como soberano do Brasil. Os sinos das igrejas badalaram, sendo o primeiro deles, o da igreja da Boa Morte. (Taunay, 2004). Na noite do mesmo dia, na Casa da Ópera, D. Pedro tocou o Hino Constitucional, posteriormente conhecido como Hino da Independência, cuja melodia foi de sua autoria, e a letra de Evaristo Veiga (Oberacker Jr, 1973; Taunay, 2004).

O objetivo dos estudos aprofundados citados acima, sobre o momento da Proclamação da Independência do Brasil, não teve a menor intenção de depreciar a obra de Pedro Américo, que também era arqueólogo e historiador. Uma vez que se compreende as dificuldades que ele enfrentou ao retratar, construir uma imagem sobre algo que aconteceu quase 21 anos antes dele nascer. Logo, obviamente que apesar das entrevistas feitas por Pedro Américo, com testemunhas oculares do ocorrido, as narrativas eram sobre um acontecimento de muita importância para época, motivo de orgulho, algo que deveria ser representado como uma visão épica, pois mexia diretamente com o ego de cada um, principalmente daqueles que viveram este momento. Depoimentos de homens que já estavam com idade avançada. Dentro destes aspectos, não é difícil deduzir que Pedro Américo teve que usar do seu próprio imaginário para buscar recriar um momento histórico importante para seu país, afinal, a intenção dos membros da Comissão do Monumento à Independência do Brasil, que encomendaram a obra para Pedro Américo e, do próprio D. Pedro II era algo que pudesse contribuir para a construção da memória coletiva, dos conceitos de identidade de um povo tão eclético como o brasileiro. Além disso, existia todo o conceito de arte da época, da escola europeia a qual Pedro Américo havia se formado e pertencia, como ocorre com todo artista. Deste modo, o objetivo com estas análises é, da mesma forma como Pedro Américo, com outros embasamentos, buscar entender um pouco mais como pode ter sido o momento da Proclamação da Independência do Brasil. Assim, segundo o historiador britânico Peter Burke (1991), o historiador, pode incluir-se o arqueólogo, não apresenta a realidade dos fatos ocorridos, mas sim representações desta realidade (Burke, 1991).

D. Pedro foi recebido no Rio de Janeiro com festa pela população carioca, em 14 de setembro de 1822. O nome oficial para este novo país que acabava de ganhar sua soberania política foi: Império do Brasil, cuja capital era o Rio de Janeiro (Varnhagen, 1854).

A primeira bandeira do país foi idealizada pelo ministro José Bonifácio e desenhada pelo pintor francês Jean Baptiste Debret, apresentada em 18 de setembro (Ambiel, 2013; Lima,

2021). Esta bandeira era composta pelo verde, da Casa dos Bragança e o amarelo da Casa dos Habsburgo, esfera armilar, a mesma do Reino Unido Portugal, Brasil e Algarves, foi mantida e acrescentada a Cruz de Cristo, símbolo do descobrimento, além dos ramos de tabaco e café para simbolizar o comércio, assim como o dragão alado no cetro de D. Pedro. Este dragão também é um dos símbolos da Casa dos Bragança. Em outras palavras, a simbologia que estava sendo criada para identificar o novo país permanecia ligada a Portugal (Le Goff, 1990). Desta forma, fica claro que a ruptura da tarde de 7 de setembro de 1822 foi com as Cortes de Portugal, ou seja, o Parlamento Português, conforme é até apresentado em filmes, novelas etc., mas não houve o rompimento com o rei D. João VI (Ambiel, 2013; Lima, 2021; Pimenta, 2022).

No dia do 24º aniversário de nascimento de D. Pedro, 12 de outubro de 1822, ele foi aclamado como Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo [5]do Brasil Dom Pedro I, soberano do Império do Brasil, dado que este passou a ser o nome oficial do país.

A coroação aconteceu em 1º de dezembro. Estes também foram dias muito festivos no Brasil (Lima, 2021; Varnhagen, 1854).

3.1.5 Governo de um império e perdas

Um dos primeiros obstáculos enfrentados pelo Brasil foi o reconhecimento da Independência por parte das outras nações. A agora imperatriz D. Leopoldina buscou de todas as formas a ajuda do pai, Francisco I da Áustria. Porém, os austríacos optaram por aguardar a decisão de Portugal sobre esta questão (Ventura; Lyra, 2019). O primeiro país a reconhecer a liberdade política do Brasil foram os Estados Unidos da América, seguido do México, mas isso apenas em 1824.

Além disso, a Independência não significava que a união do país estava garantida, tampouco que havia paz no Brasil. Exemplo disso eram os conflitos entre brasileiros e portugueses na Bahia, que só teve fim em 2 de julho, conforme já foi descrito.

Além da Bahia, aconteceu em 13 de março de 1823, na cidade de Campo Maior, no Piauí, a Batalha do Jenipapo, às margens do riacho que leva o mesmo nome, onde camponeses simples, não apenas piauienses, mas maranhenses e cearenses em prol da Independência do Brasil enfrentaram as tropas portuguesas comandadas pelo Major João José da Cunha Fidié. Apesar dos portugueses terem conseguido a vitória, pois eram militares profissionais e tinham armas de fogo, situação totalmente diferente dos sertanejos que foram massacrados, os

[5] O título de Defensor Perpétuo foi concedido pelo Senado da Câmara do Rio de Janeiro em maio de 1822

portugueses bateram em retirada, uma vez que deram conta, através da coragem e determinação C (Carvalho, 2016; Pimenta, 2022). Esta batalha é tão importante para a memória e identidade dos piauienses que eles introduziram a inscrição “13 de março de 1823” na bandeira do Estado, em 2005 (Carvalho, 2016; Lima, 2009; Pimenta, 2022). Muitos outros combates aconteceram nas então províncias do Maranhão, Ceará e Piauí, no ano de 1823, entre fiéis ao Império do Brasil contra portugueses. Não há um número exato de pessoas envolvidas, de ambos os lados, nesses combates, acredita-se em 30 mil pessoas. Ou seja, um número maior do que a quantidade de soldados que combateram na Bahia, na mesma época (Pimenta, 2022).

Também em 1823, mas no extremo sul do território brasileiro, província da Cisplatina, o governador Carlos Frederico Lecor, sempre aliado de D. Pedro e do Império do Brasil, teve que enfrentar resistência de aliados das Cortes em Montevidéu. O resultado foram onze meses de enfrentamentos, por terra e mar, até a retirada das tropas portuguesas. Estes combates deixaram milhares de mortos dos dois lados (Armitage, 1943; Pimenta, 2022).

No dia 17 de abril de 1823, acontece a reunião da Assembleia Constituinte do Brasil, a primeira como Estado Independente. As eleições dos deputados havia ocorrido em 22 de setembro de 1822. O voto não era para todas as pessoas. Os eleitores precisavam possuir uma determinada renda mínima anual. Os eleitores deveriam ser maiores de 25 anos. E as mulheres não possuíam direito ao voto (Lima, 2021).

A Assembleia Constituinte brasileira pretendia ser liberal. Foram noventa deputados eleitos por catorze províncias (Lustosa, 2006). O grande problema é que algumas estavam com conflitos internos vinculados a questão da Independência do Brasil. Todos os parlamentares defendiam a Monarquia Constitucional. Porém, alguns defendiam que este regime deveria seguir padrões de uma federação, ou seja, de forma menos centralizada e, desta forma dar mais liberdade aos governos das províncias e, inclusive, que estes pudessem ter mais abertura nas decisões do governo central, o que exigiria um Legislativo mais forte, questão que poderia gerar conflito com o Executivo, uma vez que limitaria os poderes do Soberano. Outros deputados já defendiam um Executivo mais forte, centralizado no Rio de Janeiro (Dolhnikoff, 2017; Pimenta, 2022).

A escravidão foi um dos temas mais controversos, pois para a maioria dos parlamentares, ela deveria ser mantida; afinal, o tráfico negreiro era muito rentável para as elites, tanto rural quanto urbana (Fragoso, 1998; Linhares; Silva, 1981; Novais, 1989). A escravidão não foi resolvida, pelo contrário, houve crescimento do tráfico negreiro que desde o final do século XVIII e principalmente após a abertura dos portos, foi muito importante seja para manter o comércio interno como externo do Brasil, e não apenas no Rio de Janeiro, mas

em províncias do sul e sudeste (Fragoso, 1998; Linhares; Silva 1981; Sleiman; Pimenta, 2008). Desta forma poucos representantes defendiam narrativas como de José Bonifácio, que a escravidão não combinava com os ideais do liberalismo, uma vez que o tráfico negreiro era uma importante fonte de renda daquele período, inclusive nas áreas urbanas (Fragoso, 1998). Bonifácio escreveu uma representação que defendia o final da escravidão e do tráfico negreiro de forma gradativa, com o tempo máximo de cinco anos, em que o Estado iria servir como mediador nas relações entre proprietários e escravos. E a substituição do trabalho escravo pela mão de obra livre, inclusive de imigrantes. O documento também incluía a questão indígena, que para José Bonifácio deveriam ser respeitados como qualquer cidadão (Silva, 1825). Afinal, a mão de obra indígena dentro do agronegócio era importante para economia interna e externa do Império que surgia (Sposito, 2022). Este documento nunca foi apresentado na Assembleia Constituinte do Brasil, uma vez que ela foi fechada em novembro de 1823. José Bonifácio imprimiu este material durante seu exílio, em Paris.

Com relação a questão da escravidão e sobre os indígenas, D. Pedro e D. Leopoldina defendiam os mesmos posicionamentos apresentados por José Bonifácio no documento citado (Celliez, 1860; Lustosa, 2006). Além disso, havia a pressão da Inglaterra sobre o acordo firmado em 1810 que exigia o fim do tráfico. Porém, a maior parte dos deputados brasileiros pertenciam as elites rurais e urbanas, ambas eram ligadas ao tráfico negreiro e não tinham o menor interesse no final do tráfico negreiro ou da escravidão, que só terminou em 13 de maio de 1888.

O impasse entre D. Pedro I e a Assembleia Constituinte aconteceu com relação as limitações que os parlamentares pretendiam impor aos poderes do monarca, bem como expulsão de portugueses considerados hostis aos brasileiros, inclusive a incorporação de prisioneiros de guerra nos efetivos nacionais. Esta última defendida pelos Andradas. Nesta luta pelo poder entre o Imperador e o Legislativo, D. Pedro dissolveu a Assembleia Constituinte, em 12 de novembro de 1823. Apesar desta discórdia, apenas seis deputados foram exiliados, entre eles os irmãos Andrada, deputados Martim Francisco e Antônio Carlos Ribeiro, bem como o próprio José Bonifácio que foi para Bordeaux, na França (Lima, 2021). Mas a Monarquia Brasileira continuava precisando de uma Constituição. Assim, D. Pedro formou o agora Conselho de Estado, composto de seis ministros e mais quatro conselheiros de confiança do imperador cuja responsabilidade era elaborar a primeira Constituição do Brasil, que foi outorgada por D. Pedro em 25 de março de 1824. A maior parte do conteúdo desta Constituição foi escrita pelo Conselheiro José Joaquim Carneiro de Campos, professor, advogado e diplomata, nascido na Bahia, que mais tarde recebeu o título de Marquês de Caravelas. Embora o texto estabelecesse a religião Católica Apostólica Romana como oficial, ele também garantia

a liberdade religiosa, bem como a cidadania brasileira para os escravos alforriados (Armitage, 1943; Pimenta, 2022).

O Poder Moderador, foi inserido. Ele era uma criação do jurista suíço Benjamin Constant, que dava ao Imperador uma condição de equilíbrio e harmonia entre o Executivo, Legislativo e o Judiciário que foram estabelecidos pela Constituição de 1824 (Pimenta, 2022).

Esse chamado quarto poder foi visto por alguns brasileiros como centralizador e, que D. Pedro estava usando de forma arbitrária, pois não aceitavam, inclusive, a dissolução da Assembleia de 1823. Logo, em 2 de julho de 1824, eclode em Pernambuco a Confederação do Equador, mais um movimento de caráter republicano e separatista, entre os líderes estavam o religioso pernambucano Frei Caneca e João Guilherme Ratcliff, nascido na cidade do Porto. A repressão ao movimento por parte de D. Pedro foi forte, e terminou em 29 de novembro de 1824. Muitos mortos e outros presos. Frei Caneca e Ratcliff foram condenados à forca (Armitage, 1943; Sousa, 1973).

Portugal reconhece a Independência do Brasil apenas 1825, com o Tratado da Independência ou Tratado de Paz e Amizade, após o governo brasileiro assumir a dívida de 1,4 milhão de libras esterlinas, que os portugueses haviam contraído com a Inglaterra em 1823. Tratado este que recebeu muitas críticas, afinal, não dava para definir se os portugueses não usariam este dinheiro para buscar invadir novamente o Brasil. D. Pedro também concorda em indenizar a família real portuguesa em 600 mil libras esterlinas por bens deixados no Brasil, mesmo que não ficasse muito claro se estas propriedades eram de fato lusitanas, ou propriedades públicas. Entre estes bens estava o acervo da Real Biblioteca da Ajuda, que mais tarde se tornou o alicerce da atual Biblioteca Nacional (Lustosa, 2006). A aquisição do acervo da Real Biblioteca foi uma das exigências do próprio imperador D. Pedro I. D. João VI também obteve o título de Imperador do Brasil, embora nunca tenha exercido o papel, pois não chegou a voltar para o Brasil (Ventura; Lyra, 2019).

Em 10 de março de 1826 morre D. João VI, com suspeita de ter sido assassinado por questões políticas. E começa a luta pelo Trono Português. D. Pedro I, imperador do Brasil, recebe o título de rei D. Pedro IV de Portugal. Em uma semana ele outorga uma nova Constituição para os portugueses aos moldes da brasileira, e abdica a Coroa Lusitana em nome da filha, princesa D. Maria da Glória, nascida no Rio de Janeiro, que se tornou rainha Maria II de Portugal. D. Pedro pretendia casar sua filha com D. Miguel, tio da menina. D. Miguel era 18 anos mais velho que a sobrinha, que em 1826 estava com 7 anos de idade, questão que gera muitas críticas na atualidade. Contudo, na época e dentro da realeza, casamentos eram questões políticas de Estado, alianças. Nada a ver com amor (Kann; Lima 2006). Portanto, dentro dos

conceitos deste período esta união era normal, assim como foi o casamento entre D. Carlota Joaquina e D. João VI, pais de D. Pedro I. É claro que não haveria a consumação do matrimônio até que ambos atingissem a idade adequada (Santos, 2006; Ventura; Lyra, 2019).

Em novembro de 1826, D. Pedro decide embarcar para província da Cisplatina. Desde 1825, enfrentava uma revolta separatista, liderada por Juan Antonio Lavalleja, com o auxílio das Províncias Reunidas do Rio Prata, mais tarde conhecida como Argentina. O Imperador teve a intenção de participar diretamente dos combates, numa forma de aumentar o moral das tropas imperiais. Esta guerra terminou em 1828, com a Proclamação da República Oriental do Uruguai.

Antes da partida, haveria uma cerimônia de beija-mão, tradição da família real portuguesa para aproximar os monarcas do povo, que foi mantida por D. Pedro I. D. Leopoldina teria se recusado a participar da cerimônia, alegando que não estava se sentindo bem. E de fato a imperatriz teve febre gastro-biliar no início do mês de novembro, e estava, aproximadamente, na décima segunda semana de gestação (Calmon, 1943; Kann; Lima, 2006). D. Pedro teria se irritado com a esposa, pois para ele D. Leopoldina apenas inventava um mal-estar para evitar a presença de D. Domitila de Castro, que havia recebido o título de Marquesa de Santos em 12 de outubro de 1826. D. Domitila recebeu seu primeiro título de nobreza por parte de D. Pedro em 12 de outubro de 1825: Viscondessa de Santos. Esta foi mais uma forma que D. Pedro encontrou para humilhar José Bonifácio, que sempre foi contrário a este relacionamento. Os Andradas eram naturais da cidade de Santos. Segundo Pedro Calmon (1943), rumores de que o imperador teria dado um pontapé no ventre da esposa grávida, provocando um aborto, começaram a surgir. Contudo, o próprio Pedro Calmon afirma que esta informação era falsa, pois não passava de um boato (Calmont, 1943). Mas, pelas atitudes demonstradas por D. Pedro diante do romance com D. Domitila e o total desprezo com o qual tratava a imperatriz, estes "boatos" ganharam muita força durante a enfermidade de D. Leopoldina, inclusive, de que ela era vítima de agressões físicas por parte do marido. Dentro deste contexto, o falecimento de D. Leopoldina, que ocorreu em 11 de dezembro de 1826, foi atribuído a violência física praticada por D. Pedro. O povo acusou o imperador e a amante pela morte da monarca, quando ela estava com apenas 29 anos de idade (Armitage, 1943; Celliez, 1860; Kent; 2011; Oberacker Jr, 1973). Os marqueses Inhambupe, Baependi, Caravelas Paranaguá e o Conde de Lages mantinham o imperador ciente do estado de saúde de D. Leopoldina, através de boletins médicos. O médico responsável pelos procedimentos aplicados na imperatriz Vicente Navarro de Andrade. Na carta de 11/12/26, os marqueses comunicam o imperador do falecimento de D. Leopoldina, bem como mostram a preocupação de uma agitação popular, pois segundo o texto, a população do

Rio de Janeiro atribui a doença da imperatriz não a problemas físicos, mas morais (Ambiel, 2013). Embora D. Domitila tivesse a simpatia de pessoas ligadas a D. Pedro, incluindo alguns políticos, isso não ocorria com os ministros do Império. Durante a enfermidade de D. Leopoldina, a Marquesa de Santos quis visitá-la, afinal, Domitila era um "membro da companhia da imperatriz". Entretanto, os ministros que estavam na sala ao lado do quarto de D. Leopoldina, bem como Mareschal, embaixador da Áustria no Brasil, a impediram. O Marquês de Paranaguá, ministro da Marinha, fez com que D. Domitila se retirasse do Palácio de São Cristóvão (Oberacker Jr, 1973). No capítulo: Aspetos Médicos, foi abordado, de forma mais detalhada, a saúde e o óbito da imperatriz, com análises realizadas no ano de 2012 (Ambiel, 2013). D. Pedro, assim que recebeu o comunicado, por carta, informando a morte da imperatriz, voltou para o Rio de Janeiro. Lembrando que as viagens no século XIX eram longas. Ele chegou ao Rio de Janeiro, apenas, em 15/1/1827 (Oberacker, 1973). E o romance com D. Domitila continuou. Tanto que D. Pedro teve dificuldades para conseguir um segundo casamento junto as casas reais da Europa. O romance com Domitila e os rumores de maus tratos sofridos por D. Leopoldina já havia chegado ao continente. Até que surgiu uma jovem, do Reino da Baviera, também ligada a Napoleão Bonaparte, ídolo de D. Pedro I.

3.1.6 Imperatriz D. Amélia de Beauharnais segunda esposa de D. Pedro

A imperatriz D. Amélia, segunda esposa de D. Pedro I, não está no contexto da Independência do Brasil. Em 1822, ela tinha apenas 10 anos de idade. E seu casamento com D. Pedro aconteceu em 1829, sete anos após a Proclamação da Independência do Brasil. Entretanto, seus restos mortais foram transladados para o Monumento à Independência no ano de 1982. E por este motivo, a segunda imperatriz do Brasil faz parte deste trabalho de pesquisa.

D. Amélia viveu menos de três anos no Brasil. E por isso é muito pouco conhecida pela historiografia brasileira. Mais um motivo para inserir sua história nesta Tese de Doutorado.

Eugênio de Beauharnais e Augusta tiveram ao todo sete filhos, entre eles a princesa Amélia Augusta Eugênia Napoleona de Beauharnais, nascida em 31 de julho de 1812, às 4 horas da manhã, no Palácio Vila Bonaparte, em Monza, D. Amélia se casou com o Imperador D. Pedro I em 2 de agosto de 1829 (Torres, 1947; Bragança, 2020).

O pai, Eugênio de Beauharnais, era filho do primeiro casamento de Josephine. Depois deste casamento, ela se casou com Napoleão Bonaparte. Eugênio faleceu em 1824, aos 44 anos de idade, vítima de um ataque de apoplexia (Ambiel, 2013; Torres, 1947).

A questão da ligação familiar de D. Amélia com Napoleão Bonaparte, que foi odiado por muitas monarquias europeias, não representou qualquer tipo de problema para D. Pedro I, afinal, ela atendia o principal requisito do imperador do Brasil: ela era uma bela mulher (Ambiel, 2013).

Se a ligação de parentesco, mesmo sem ser direto, entre D. Amélia e Napoleão Bonaparte não encontrou objeções por parte de D. Pedro, a reputação do imperador Brasileiro de ser impulsivo e por vezes violento, não agradou a princesa Augusta, tampouco a filha, pois além das questões ligadas ao comportamento do noivo, o Brasil era muito distante da Europa (Assunção, 2016; Schmidt, 1927). Porém, D. Amélia acabou por concordar com o casamento, mas impôs uma importante exigência: "[...] aceito, mais com condição única de que meu casamento seja em proveito da minha família, isto é, que o imperador, por si mesmo ou por sua mediação, restitua a meu irmão o título que pertencia a meu pai" (Torres, 1947, p. 27). A determinação da jovem surpreendeu a própria mãe, que estava aflita com o futuro que a filha poderia ter com um homem como D. Pedro e, ainda estaria muito longe da família (Assunção, 2016; Torres, 1947). A princesa Amélia não aceitava o fato do seu pai ter sido humilhado, perdido todas as honras que adquiriu nos campos de batalha junto com o Exército da França, por conta da derrota de Napoleão Bonaparte. A princesa viu o pai viver e morrer no seu suplício. Ele não foi condenado a prisão como Bonaparte, mas teve que se retirar para o Reino da Baviera, do seu sogro. Mesmo com condições financeiras muito favoráveis, é possível notar que Eugênio de Beauharnais viveu um suplício, um castigo não do corpo, ele nunca esteve numa prisão física, mas sim uma prisão da alma, do sentimento, conforme aponta o filósofo francês Michel Foucault (Foucault, 2009). E a filha não aceitava esta condição. E se fosse o caso, para reaver estas honras ou a dignidade para o pai falecido, ela estava disposta a suportar um casamento onde não havia qualquer confiança na reputação do marido, muito menos amor (Torres, 1947). Uma questão em D. Pedro que D. Amélia apreciava, o fato do imperador brasileiro admirar Napoleão Bonaparte.

Desta forma, a princesa Augusta resolveu acatar o desejo da filha. Ela recebeu os representantes de D. Pedro I, marquês de Barbacena Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta, que se tornou o melhor amigo da imperatriz, e do marquês de Resende Antônio Telles da Silva Caminha e Meneses e foi formalizado o acordo de casamento (Torres, 1947). Claro que havia exigências para o aceite do matrimônio, entre elas e talvez as principais eram: o banimento da marquesa de Santos D. Domitila de Castro Canto e Mello e sua família do Rio de Janeiro, bem como a filha de D. Domitila e D. Pedro, a duquesa de Goiás D. Isabel Maria

deveria ser mandada para o Colégio Sagrado Coração de Jesus, um internato religioso católico de Paris (Rangel, 1916).

D. Pedro precisava do casamento dentro da nobreza europeia, pois era o costume da época. Mesmo com seu comportamento fora dos padrões, o imperador do Brasil sabia que havia limites. E diante das recusas que recebeu, era melhor agir com cautela. Contudo, D. Pedro não teve mais dúvidas em aceitar as exigências da Baviera quando viu o retrato da bela e jovem princesa Amélia (Assunção, 2016; Torres, 1947).

Assim, as solicitações das princesas Augusta e da filha Amélia foram aceitas por D. Pedro, D. Domitila voltou com a família para São Paulo. A contragosto da Marquesa de Santos, Isabel Maria foi mandada para França. E Chalaça, Francisco Gomes da Silva, amigo fiel que acobertava e incentivava as aventuras amorosas de D. Pedro, foi enviado para Europa (Rangel, 1916; Schmidt, 1927).

D. Pedro concedeu o título de duque de Santa Cruz para o príncipe Augusto Carlos Napoleão de Beauharnais, irmão e grande amigo de D. Amélia, nascido em 1810, que acompanhou a irmã para o Brasil, e passou a viver no país. Mais tarde, Augusto se casou com a rainha D. Maria da Glória ou Maria II de Portugal, em 1834. Ele faleceu em março de 1835, na cidade de Lisboa, menos de um ano após a morte de D. Pedro. O título de “Duque” dentro na nobreza brasileira era um dos mais altos. Tanto que entre 1822 até 1889, o país só teve quatro: o príncipe Augusto de Beauharnais, Luís Alves de Lima e Silva, conhecido por duque de Caxias e as filhas de D. Pedro com D. Domitila, Isabel Maria de Alcântara Brasileira, duquesa de Goiás, e D. Isabel de Alcântara Brasileira, duquesa do Ceará, que faleceu vítima de meningite aos 2 meses de idade.

O imperador ainda homenageou a noiva criando a Ordem Honorífica da Rosa, cor predileta de D. Amélia, cujo lema era “Amor e Fidelidade”, que se tornou a principal comenda do Império do Brasil (Ambiel, 2013).

Desta forma, o casamento entre D. Amélia e D. Pedro I aconteceu em 2 de agosto de 1829. Assim como aconteceu com D. Leopoldina, a cerimônia foi por procuração, realizada em Munique e no Rio de Janeiro. A celebração do matrimônio, atendendo ao pedido da noiva, foi íntima. A quantia que seria dedicada a festa de casamento foi doada por D. Amélia para um orfanato municipal de Munique. Mais tarde, em 1898, no mesmo local, Dom Pedro Platz ou Praça Dom Pedro, em português, foi construído o Colégio Dom Pedro, destinado a meninos e meninas, uma homenagem ao primeiro imperador do Brasil, que se casou com uma princesa local, D. Amélia, conforme consta no site da própria instituição.

A nova imperatriz do Brasil deixou Munique coberta de emoções. Vinte dias depois, a comitiva chegou a Ostende, na Bélgica, e embarcou para Porsmouth, Inglaterra, em 25 de agosto. Lá D. Amélia conheceu D. Maria da Glória, que havia recebido do pai o Trono de Portugal, mas foi impedida de entrar no país por D. Miguel, que se proclamara rei dos portugueses. Ambas embarcaram para o Brasil, e chegaram ao Rio de Janeiro em 14 de outubro. A emoção de rever a filha depois de 3 anos e conhecer a nova esposa, possivelmente, fizeram com que D. Pedro sofresse um ataque epilético em público (Lustosa, 2006; Torres, 1947). O casal se dirigiu a Capela Imperial para que o casamento fosse celebrado em cerimônia religiosa. Além das salvas de tiro, peças de teatro e demais festividades, os poetas populares saudaram D. Amélia:

> "Já podemos mitigar a dor ferina,
> Já podemos enxugar o largo pranto,
> Se perdemos a imortal Leopoldina,
> Em Amélia encontraremos novo encanto.
> De mil adorações já hoje é dina. De virtudes cem mil, um novo espanto.
> Exulta povo fiel, sorte ditosa
> Te oferece essa princesa generosa" (Torres, 1947, p.47).

3.1.7 Participação na vida política brasileira

Naquele momento turbulento que o país passava, D. Amélia foi vista como uma espécie de "salvadora". O povo procurava acreditar que ela pudesse influenciar D. Pedro de uma forma mais benéfica para o Brasil, diferente do que aqueles que o cercavam, cujos objetivos eram apenas satisfazer aos seus próprios anseios e, que desta forma, o imperador governava cada vez mais visando o interesse dos portugueses, além de seu autoritarismo.

O próprio José Bonifácio, que havia retornado ao Brasil em 1828, quando foi ao Palácio de São Cristóvão conhecer e cumprimentar a nova imperatriz, pediu para D. Amélia ser uma conciliadora entre o imperador e a Nação. Nesta ocasião, D. Pedro foi ignorado por Bonifácio. D. Amélia, emocionada com as palavras ditas por ele, prometeu fazer o possível para que isso acontecesse. Ela apoiou a mudança no ministério. Mas não conseguiu que o Andrada aceitasse novamente um cargo ao qual fora demitido pelo próprio Imperador. E neste sentido, ela compreendeu a decisão do ex. ministro. Marquês de Barbacena, amigo de D. Amélia, foi nomeado e a jovem de 18 anos ouvia seus conselhos. Contudo, mesmo na Europa, Chalaça faz denúncias de desvio de dinheiro contra o ministro, que era um de seus desafetos. Barbacena sai

do governo em 1830. A instabilidade do governo de D. Pedro era nítida, e mais uma vez o ministério é substituído, e os nomeados não agradam aos anseios brasileiros (Assunção, 2017; Schmidt, 1927). Apesar de toda situação difícil do Brasil, D. Amélia passou a amar seu novo país. Poucos entendem a maneira como ela desenvolveu este sentimento. Até porque adotou regras de etiquetas rígidas ao estilo europeu para o Paço de São Cristóvão. Assim que foi acertado o acordo de casamento com D. Pedro, ela fez aulas de português. Portanto, sabia falar o idioma local. Mas, adotou o francês como idioma a ser falado no Palácio (Assunção, 2017). A interpretação destes comportamentos fez com que alguns não acreditassem nos sentimentos amorosos da imperatriz pelo Brasil.

A vida familiar de D. Pedro, D. Amélia com os filhos de D. Pedro e D. Leopoldina não poderia ser melhor. Havia carinho mútuo entre o casal. E D. Amélia adorava as crianças como seus filhos. Contudo, a situação política do Brasil estava péssima, e a popularidade do imperador não poderia ser pior (Bragança, 2009).

D. Pedro continuava mais ligado aos acontecimentos de Portugal do que do Brasil, que permanecia mergulhado em crise econômica. Os brasileiros que permaneceram ao lado de D. Pedro durante a Independência do Brasil estavam cada vez mais descontentes com a postura do monarca. A maneira autoritária adotada por D. Pedro em seu governo o afastava de todos. Afinal, apesar do imperador defender a Monarquia Constitucional, não respeitava as prerrogativas do Parlamento. O sonho de uma monarquia federalista e descentralizada, que surgiu na região norte do Brasil antes da Independência voltava a ser defendido por muitas províncias do país (Lustosa, 2006). Liberais se manifestam também na imprensa. Em São Paulo, o jornalista italiano Líbero Badaró incentivou manifestações contra D. Pedro, com base no que havia acabado de acontecer na França, quando Carlos X foi obrigado a abdicar, em julho de 1830, pois o rei quis mudar a Constituição para que tivesse plenos poderes. Muitos estudantes paulistas foram as ruas contra D. Pedro, e obviamente foram presos. Badaró criticou duramente tal atitude em seu jornal o Observador. Os jornais nesta época representavam o único meio de informação da população. É claro que existia os que eram contra o governo de D. Pedro e os que eram a favor, bem como, os considerados moderados, e cada um defendia sua forma de interpretar o cenário político da época. Os fundadores e redatores destes veículos de comunicação poderiam ser: estudantes, proprietários rurais, comerciantes, políticos entre outros, inclusive estrangeiros naturalizados. As publicações eram diárias ou mensais (Ferreira Júnior, 2020). Em 20 de novembro de 1830, Líbero Badaró levou um tiro no estômago, à noite, próximo de sua residência, numa emboscada armada por quatro homens. Antes de morrer, levantou suspeitas de que seus agressores fossem contratados pelo juiz. Este foi preso e levado

ao Rio de Janeiro onde foi julgado e absolvido por seus pares por falta de provas. Acontecimentos como este tiravam cada vez mais a confiança em D. Pedro e seu governo (Lustosa, 2006).

Durante uma viagem do Imperador e sua esposa para Minas Gerais, igrejas locais celebraram exéquias fúnebres em homenagem a Líbero Badaró. Os mineiros, que haviam recebido D. Pedro com carinho em 1822, agora o receberam com frieza (Lustosa, 2006). Acontecimentos como este ganharam destaque nos jornais da época. O diretor do Museu Imperial em Petrópolis, o historiador Prof. Maurício Vicente Ferreira Júnior publicou um artigo na Revista Anuário do Museu Imperial, com o título: "A abdicação do imperador D. Pedro I nas coleções do Museu Imperial", onde faz uma reflexão sobre as publicações dos jornais da época: "[...] a linguagem usada na comunicação, quase sempre orientada ou para conquista de novos leitores, ou para fidelização do público leitor. Observação especial é feita ao uso da linguagem virulenta, situação intensificada em momentos de acirramentos de debates de natureza política, e a formulação e (in)consequente divulgação, sem o menor pudor, de insultos e inverdades que mais parecem de 'proto-história' das atuais fake News" (Ferreira Júnior, 2020, p. 18). Infelizmente, por conta, não apenas de lamentáveis acontecimentos, mas da forma como eram abordados e passados para o público, aconteceram muitos conflitos entre brasileiros e portugueses durante este período.

A viagem para Minas Gerais mostrou a D. Pedro a gravidade de sua situação política. Sua popularidade caia em decorrência de suas atitudes autoritárias, não apenas na questão da morte de Líbero Badaró, mas desde a repressão severa a Confederação do Equador, em Pernambuco, em 1824; afinal, o Brasil era uma Monarquia Constitucional, e não absolutista. D. Pedro era Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil, como ele mesmo se orgulhava em dizer. Mas, sua austeridade na condução do governo era criticada. Atendia mais aos anseios de portugueses do que dos brasileiros. Parecia dividido entre os problemas políticos e econômicos do Brasil e a sucessão ao Trono Português. Diante de toda reação popular encontrada pelo casal durante a viagem para Minas Gerais, D. Pedro retornou ao Rio de Janeiro pensando seriamente na abdicação (Assunção, 2016; Lima, 2021).

D. Amélia incentivou o marido neste sentido. Deixar o Brasil seria o melhor. E de fato, ela ficou muito feliz com a ideia. Não pensou num primeiro momento que iria deixar no país os filhos do primeiro casamento do marido que aprendeu a amar. Não teve a sensibilidade de se colocar no lugar do marido, que deveria abandonar os filhos e o país ao qual havia sido criado, lugar e povo que ele amava, que ele dera a liberdade. Como foi colocado pela historiadora brasileira Maria Junqueira Schmidt, em sua obra: A segunda imperatriz do Brasil

(Amélia de Leuchtenberg): “Mulher, muito mais que Imperatriz, deseja garantir o futuro, a vida, o amor” (Schimdt, 1927, p. 60). Da mesma forma que ela se ressentia pelo tratamento que foi dado ao pai e ao próprio Bonaparte, sem querer analisar as questões políticas, sociais etc., impostas, D. Amélia era em 1831, uma jovem que não entendia ou não queria entender estes aspectos. Ao ver a insatisfação popular dos brasileiros para com o governo do marido, não teve a sensibilidade de analisar se este comportamento do povo não era causado pelas atitudes do marido. E nem de entender os sentimentos do marido como monarca. Da mesma maneira que ela apenas enxergava no pai, e no imperador da França a figura do “herói”, injustiçado pelas pessoas que eram ingratas por tudo que haviam feito, isso também aconteceu com D. Pedro I (Foucault, 2009; Le Goff, 1990; 1999). Mesmo com relação à recusa de Bonifácio ao aceitar voltar a participar do governo de D. Pedro, ela apenas levou o sentimento do político para o lado do orgulho de José Bonifácio. Quando a intenção maior dele era exatamente que houvesse mudanças nas atitudes do imperador, coisa que ele Bonifácio não acreditava que fosse acontecer, e por isso recusou o cargo. D. Amélia tinha dificuldade em assimilar esta dicotomia.

Quando o casal D. Pedro e D. Amélia voltaram para o Rio de Janeiro, em março de 1831, após a viagem a Minas Gerais, portugueses que moravam na Capital do Império fizeram uma comemoração para manifestar apoio ao imperador, que foi vista como ofensa pelos habitantes brasileiros. Assim, portugueses e brasileiros se dividiram em grupos, sendo que os brasileiros eram chamados de pés-de-cabra e os portugueses de pés-de-chumbo. Uns começaram a arremessar paus e garrafas nos outros. Estes distúrbios populares duraram quase uma semana, e ficou conhecido como: Noite das Garrafadas (Ferreira, 2020). Estas desavenças políticas colocaram, de forma generalizada, ou seja, nada apropriada, portugueses como defensores do absolutismo, e brasileiros defensores do liberalismo em conflito.

No dia 6 de abril, a população é avisada sobre a demissão do Gabinete Ministerial por ordem de D. Pedro, que nomeia outro gabinete, com nomes já conhecidos e pouco aceitos pelo povo, que se rebela contra as nomeações. Uma representação popular é enviada a D. Pedro, exigindo que ele reintegre o antigo ministério (Torres, 1947). A resposta de D. Pedro foi: “Tudo farei para o povo, mas nada pelo povo.” (Torres, 1947, p.126). Esta frase pode ter colocado fim ao reinado de D. Pedro I no Brasil, pois despertou ainda mais a animosidade popular e de militares contra o soberano (Torres, 1947). Assim, D. Pedro viu-se obrigado a abdicar, em 7 de abril de 1831 (Ferreira, 2020, Sousa, 1972).

A Carta de Abdicação de D. Pedro I encontra-se preservada no Arquivo do Museu Imperial, na cidade de Petrópolis, cujo é transcrito: “Usando do direito que a Constituição me concede, declaro que hei muito voluntariamente abdicado na pessoa do meu muito amado e

prezado filho o Senhor D. Pedro de Alcântara. Boa Vista, 7 de abril de mil oitocentos e trinta e um, décimo da Independência do Império. Pedro" (Ferreira, 2020, p.23).

Na Antiguidade, Aristóteles (384-322 a.C), filósofo grego, discípulo de Platão e Sócrates, mentor de Alexandre – O Grande, já fazia suas reflexões sobre Monarquia e Tirania. Para ele, a Monarquia era a forma de governo onde o poder era exercido por um soberano, sendo que este monarca deveria governar sob os alicerces de três atributos: senso de justiça; inteligência e estratégia, sem que houvesse por parte deste governante atitudes arbitrárias ou prepotentes, pois do contrário, sua gestão se tornaria uma tirania, e por este motivo, fadada a degeneração (Aristóteles, 2003). Alguns colegas historiadores podem acreditar ser possível que o Imperador do Brasil tenha optado por crer no pensamento de Maquiavel, onde o monarca poderia usar de práticas arbitrárias, inclusive da violência, no intuito de ludibriar o povo. Porém, é possível que haja, ainda, muitos documentos sobre assuntos que levaram D. Pedro I às atitudes consideradas arbitrárias, e concomitantemente à abdicação que merecem ser mais estudados.

Em 7 de abril de 1831, D. Amélia era uma jovem de 19 anos de idade ainda incompletos. Apesar de ter ambição de recuperar as "honras" da família, e fosse uma pessoa extremamente compreensiva e caridosa, pouco entendia sobre questões de Estado. Mesmo assim, alguns populares a acusavam de aconselhar mal o marido, conduzindo D. Pedro para o absolutismo (Torres, 1947). Como se o autoritarismo do imperador tivesse começado com a presença de D. Amélia, o que não é verdade.

Seus últimos dias no Brasil foram dedicados aos enteados, estes tinham todo amor e carinho da madrasta. Antes de deixar o Paço de São Cristóvão, D. Amélia e D Pedro passaram horas ao lado do berço do menino Imperador D. Pedro II, de cinco anos de idade. D. Amélia escreveu uma carta para o menino, cujos alguns trechos são apresentados aqui:

> "Meu filho do coração e meu Imperador. Adeus, menino querido, delícias de minha alma, alegria de meus olhos, filho que meu coração tinha adotado! Quanto és formoso nesse teu repouso! Meus olhos chorosos não se puderam furtar de te contemplar! A magestade de uma coroa, a debilidade da infancia, a innocencia dos anjos, cingem tua fronte de um resplendor mysterioso que fascina... [...] quanta grandeza e quanta fraqueza a humanidade encerra, representadas por ti, criança idolatrada: uma coroa, um throno e um berço! [...] Prostada aos pés daquelles que abandonaram meu esposo, eu lhes diria entre lagrimas: Não sou mais Imperatriz, e sim a mãe amantíssima... Permiti que vigie o nosso thesoiro, esta criança, que é meu filho e vosso Imperador. [...] Mães brasileiras, vós que sois meigas e carinhosas para com vossos filhinhos, suppri minhas vezes: adoptae o órphão coroado, dae-lhe, todas vós um lugar na vossa família e no vosso coração. [...] Mães brasileiras, eu vos confio este preciosissimo penhor da felicidade de vosso paiz, de vosso povo: eil-o tão bello e puro como o primogenito do Paraiso. Eu vol-o entrego: agora sinto minhas lagrimas correrem com menor amargura. [...] Adeus, orphão-imperador, victima de tua grandeza antes que

> saibas conhecer. Adeus... toma um beijo... ainda outro... mais um ultimo. Amelia" (Schmidt, 1927, pp.71/72/73).

D. Amélia coloca na figura do menino, que acabara de receber o título de Imperador do Brasil, a preocupação com todos os pequenos órfãos de D. Leopoldina, que faleceu em 1826 e, também agora de D. Pedro que deixava o país. Seu apelo era para que as mães dos brasileiros adotassem estas crianças. A parte mais difícil da partida, tanto para ela como para D. Pedro, foi a despedida dos pequenos. (Ambiel, 2013; Bragança, 2009). Ao partir para Europa, D. Pedro e D. Amélia deixaram no Brasil as princesas: D. Januária, de 11 anos de idade; D. Paula Mariana, de 8 anos; D. Francisca, com 7 anos e o imperador D. Pedro II, com 5 anos de idade. D. Maria da Glória, que estava por completar 12 anos de idade, ela, como rainha Maria II de Portugal, acompanhou o casal para Europa. José Bonifácio de Andrada aceitou o pedido do ex-imperador D. Pedro I para ser tutor de seus filhos, o que ele fez até 1833, quando foi retirado do cargo por determinação da Regência que governava o país. D. Amélia sempre teve muito carinho com os filhos de D. Pedro e D. Leopoldina, mesmo após a morte do marido, eles a chamavam carinhosamente de: mamãe (Torres, 1947).

Com a abdicação do Imperador, alguns símbolos que lembravam seu governo também foram mudados, como por exemplo, o Hino Nacional. A melodia foi composta pelo maestro Francisco Manoel da Silva, em 1830, ainda durante o governo de D. Pedro I. Trata-se da mesma melodia que existe no atual Hino Nacional Brasileiro. Contudo, com a abdicação em 7 de abril de 1831, e pela revolta que os brasileiros contraíram dos portugueses por conta de algumas ações praticadas por D. Pedro, uma nova letra foi adotada, cuja autoria foi do poeta e magistrado Ovídio Saraiva de Carvalho. Estas informações foram obtidas na página do Arquivo do Senado Federal, em artigo de Ricardo Westin, que traz parte da letra:

> "Os bronzes da tirania
> Já no Brasil não rouquejam.
> Os monstros que nos escravizam
> Já entre nós não vicejam.
> Da Pátria o grito
> Eis se se desata
> Desde o Amazonas
> Até o Prata
> Ingratos à bizarria,
> Invejosos do talento.

Nossas virtudes, nosso ouro
Foi seu diário alimento.” (Westin: Arquivo do Senado Federal)

Com a maioridade de D. Pedro II, em 1841, a letra foi substituída por uma saudação ao soberano, fato normal em países cuja forma de governo é a Monarquia. Além disso, a letra, obviamente, foi considerada como muita ofensiva aos portugueses, rancor este que o Brasil de D. Pedro II optou por não alimentar.

3.1.8 Retorno a Europa: maternidade, guerras, tristezas e mortes

O casal parte para o exílio, mas com destino incerto, uma vez que Portugal estava sob o poder de D. Miguel, e este não permitia a presença nem de D. Maria II, muito menos do irmão D. Pedro, que apesar da situação que criou no Brasil, era um Imperador Constitucional, diferente do Absolutismo defendido pelo irmão. Além disso, D. Miguel não admitia que D. Pedro tivesse sido considerado rei Pedro IV, uma vez que o mesmo D. Pedro havia proclamado a independência do Brasil, e que para ele, desta forma, teria renunciado ao título de herdeiro de Portugal. Logo, D. Miguel não aceitou as diretrizes impostas por D. Pedro com a morte de D. João VI: outorgou a Constituição para Portugal, abdicou ao Trono em favor da filha, D. Maria da Glória, mesmo que D. Pedro tivesse proposto o casamento entre a menina e o irmão, para que ambos governassem o país. Para D. Miguel, ele era o soberano português (Santos, 2008).

D. Pedro optou pela França, que era governada então pelo rei Luis Philippe, também conhecido como rei burguês. D. Pedro, acreditava que em Paris poderia angariar fundos, uma vez que partiu do Brasil sem nada, para poder reaver o Trono de Portugal para a filha rainha D. Maria II. O ex. imperador do Brasil aguardou na capital francesa o nascimento da filha do casal, que aconteceu em 1º de dezembro de 1831, D. Maria Amélia, cujos padrinhos foram os reis da França. O ex-imperador do Brasil insistiu para que a filha fosse reconhecida como princesa brasileira, o que de fato ocorreu mais tarde, durante o Segundo Reinado. Porém, logo no início de 1832, D. Pedro parte para campanha liberal contra o irmão D. Miguel. O futuro de D. Amélia e da família era totalmente incerto diante da guerra. Antes de partir, D. Pedro conhece a duquesa Augusta, sua sogra, que fica encantada quando o genro lhe diz ter a inspiração em Eugênio de Beauharnais para lutar. D. Amélia teria entregado a espada do pai ao marido, apesar de haver controvérsias sobre este fato (Bragança, 2009).

D. Pedro, então duque de Bragança, demonstrava ser um homem diferente daquele que havia deixado o Brasil. Agora ele era simplesmente o comandante de suas tropas, o militar, o

guerreiro. Suas ideias constitucionalistas liberais, contra as opressões do absolutismo imposto por D. Miguel ao povo português, ganhavam, não apenas o coração de muitos portugueses, mas de muitos europeus (Calmon, 1943; Domingues, 1977).

A propaganda absolutista de D. Miguel, que já durava desde 1828, contava com o uso da violência, e o auxílio de religiosos católicos que pregavam contra a liberdade, defendendo os grandes proprietários de terras, e a exploração de camponeses (Domingues, 1977).

Sem o marido por perto, D. Amélia teve que se ocupar, inclusive da educação de D. Maria II, além de cuidar da pequena D. Maria Amélia. D. Amélia, que gostava muito de pintar e bordar, ensinou a rainha D. Maria II de Portugal a bordar a bandeira que representaria a luta do exército constitucionalista, seu exército, comandado pelo seu pai, o duque de Bragança. D. Pedro reúne seus homens no arquipélago dos Açores (Santos, 2008).

A duquesa de Bragança, D. Amélia, fez o que pode para ajudar o exército libertador do marido, que conseguia o apoio de voluntários fartos da opressão do governo miguelista, se juntavam ao exército do rei-soldado, apelido que D. Pedro recebeu nos campos de batalha portugueses graças a sua coragem e competência como militar, pois para muitos portugueses ele era D. Pedro IV, rei de Portugal. A duquesa soube da imigração de muitos poloneses para França por aqueles tempos. Logo, viu que poderiam ser contratados como mercenários. Porém, precisava de dinheiro para pagá-los, então, ela buscou ajuda do rei da França. Através de esforços próprios, D. Amélia enviou de uma só vez 400 cavalos para as tropas constitucionalistas do marido. Por estas atitudes era elogiada pelos partidários de D. Pedro, o marquês de Resende e o marquês de Palmela. Apesar do êxito nas primeiras batalhas, no Cerco do Porto a situação dos constitucionalistas ficou delicada. Frio, fome, falta de recursos, e ter que enfrentar um exército muito maior, mais equipado. D. Pedro demonstrou ser um grande comandante e estrategista militar, sempre animando as tropas. Porém, diante das dificuldades, ele mesmo começou a se abater. A duquesa de Bragança junto com Palmela começaram a buscar formas de auxiliar o Exército Constitucionalista com a contratação de oficiais experientes. Aos poucos a situação no Porto foi melhorando, D. Amélia e o Marquês conseguiram fundos em Paris e Londres para mandar alimentos e armamentos para os soldados do marido (Schmidt, 1927; Torres, 1947).

Aos poucos, a causa Constitucionalista recebe mais apoio, tanto da população portuguesa, como de alguns nobres, como o duque de Terceira, duques da Saldanha e o próprio Palmela, e alguns militares, inclusive da Marinha (Silva, 2017). Sem contar os muitos jovens idealistas, portugueses e estrangeiros, incluindo brasileiros, que lutaram ao lado de D. Pedro (Ambiel; Fontes, 2022). Em 1832 teve início a guerra fraticida entre D. Pedro – liberal contra

seu irmão D. Miguel – absolutista, conhecida como Revolução Civil Portuguesa ou Guerra dos Dois Irmãos. D. Pedro, mesmo com o nascimento da filha princesa D. Maria Amélia, assumi o comando das tropas constitucionalistas, que já haviam conquistado muitas ilhas nos Açores, e formaram neste arquipélago seu quartel general de operações. Em 6 de junho, D. Pedro, um general de sua majestade a Rainha D. Maria II de Portugal, como preferia ser chamado, passou em revista as suas tropas que contavam com um contingente de seis mil e quinhentos homens, não muito bem armados, mal pagos, contra oitenta mil soldados, bem equipados e bem armados de D. Miguel (Sousa, 1973). Era uma guerra completamente desigual. D. Pedro que havia deixado o Brasil como antiliberal, agora era a esperança portuguesa contra o absolutismo (Torres, 1947). A entrada das tropas de D. Pedro no continente lusitano ocorreu ao norte da cidade do Porto, o desembarque aconteceu na praia do Mindelo, em 8 de julho, hoje conhecida como Praia da Memória, em homenagem aos combatentes constitucionalistas de D. Pedro. O local conta com um monumento aos mortos nesta batalha. No dia seguinte, 9 de julho, os constitucionalistas já estavam na cidade. D. Pedro envia sua pequena esquadra para bloquear o porto de Lisboa, o que atrasa a saída da esquadra miguelista, e permite, apesar do cerco por terra, o abastecimento das tropas liberais na cidade do Porto pelo mar. Até que D. Miguel envia sua esquadra para os combates no Porto. Lá, D. Pedro encontra problemas de insubordinação por parte de marinheiros ingleses, principalmente por atraso nos salários, o que prejudica muito o abastecimento das tropas liberais em terra (Silva, 2017). Embarcações, armas, munições e o soldo dos liberais eram pagos por aliados de D. Pedro, como por exemplo, a França. Mas os custos de uma guerra são muito altos. O general D. Pedro procurava manter o moral de suas tropas. Contudo, todos estes problemas abalavam muito seus ânimos com relação a campanha militar.

Apesar de ficar aflita com toda a situação do marido nos campos de batalha, D. Amélia procurou manter a calma, cuidar das duas meninas, e sempre escrever cartas para os enteados do Brasil, não apenas para dar notícias do pai, mas para saber se estava tudo bem com estes, se precisavam de alguma coisa, inclusive brinquedos; afinal, eram crianças. As trocas de correspondência entre os duques de Bragança e as princesinhas e o pequeno imperador que ficaram no Brasil eram constantes, e tiveram início ainda na viagem do casal para Europa (Schmidt, 1927; Torres, 1947). Porém, no início de 1833, D. Amélia recebe uma carta assinada pelas princesas D. Januária; D. Francisca e pelo imperador D. Pedro II, informando o falecimento da princesa D. Paula Mariana, em 16 de janeiro, um mês antes de completar 10 anos de idade. A pequena princesa sempre teve problemas de saúde. Tanto que em 1830, D. Amélia teria influenciado o marido na compra da Fazenda do Córrego Seco, na Serra da Estrela,

na tentativa de mudança de clima para ajudar nos tratamentos da menina. Durante o Segundo Reinado, em 1845, neste espaço, foi fundada a cidade de Petrópolis (Torres, 1947).

Em 3 de julho de 1833 chega ao Porto para assumir o comando da esquadra liberal o experiente oficial naval escocês da Marinha Real Britânica, Charles John Napier. Como não tinha permissão do governo britânico para esta missão, usou nome fictício de Carlos de Ponza. Napier auxiliou muito com suas estratégias de combate as forças liberais. A Armada Liberal conquista os portos portugueses, e ajuda no abastecimento das tropas do exército de D. Pedro, que sofriam com a fome bem como várias doenças. Neste mesmo ano, D. Amélia, esposa de D. Pedro, consegue reforços para o marido. Assim como, o apoio do general português, que servia como diplomata em Paris, João Carlos Gregório Domingos Vicente Francisco de Saldanha Oliveira e Daun, conhecido como general Saldanha, mais tarde Marechal Saldanha. Na primavera D. Pedro começa a ganhar mais ânimo, e junta os homens do Duque de Terceira com os de Saldanha para um ataque, aliado com a armada para procurar um novo golpe nas tropas governistas.

D. Pedro manda uma expedição para o sul, para tentar enganar as tropas absolutistas do irmão D. Miguel. Parte da esquadra constitucionalista deixa o Porto, através do rio Douro, sob o comando do duque de Terceira, e desembarcam em Algarve, atraindo as forças miguelistas que estavam no Porto, e assim, enfraquecer o cerco as tropas de D. Pedro. Napier consegue brilhante vitória, praticamente aprisionando a esquadra absolutista no cabo de São Vicente. Estas vitórias navais dos liberais, que propiciaram a tomada de Lisboa, colocaram fim ao Cerco do Porto. As tropas constitucionalistas entraram na cidade de Lisboa em 24 de julho de 1833, onde foram recebidos pelos lisboetas com muita alegria. D. Pedro chega em 28 de julho (Silva, 2017; Torres, 1947).

D. Amélia recebeu a notícia da vitória do marido ainda em Paris, no final de agosto de 1833, através do duque de Loulé. Ela apressou-se com as despedidas dos amigos franceses, e o embarque para Portugal, onde a duquesa de Bragança e a rainha D. Maria II de Portugal chegaram no dia 22 de setembro.

No mês de abril de 1834, a Espanha reconhece D. Maria II como rainha de Portugal, juntando-se a França e Inglaterra (Santos, 2006). Mas a guerra se arrasta até 26 de maio de 1834, quando acontece a assinatura entre liberais e absolutistas da Convenção de Évora Monte, na região do Alentejo, que colocou fim ao conflito armado. D. Maria da Gloria, filha de D. Pedro e D. Leopoldina, nascida no Rio de Janeiro, é coroada rainha D. Maria II de Portugal. Seu pai, o duque de Bragança, é seu regente. Graças a sua bravura nos campos de batalha, o duque de Bragança conquista a simpatia do povo, que o chama de Libertador. E os soldados

veem seu comandante como: “Rei Soldado”. O general D. Pedro que comandou os constitucionalistas portugueses, neste conflito fraticida, difícil e sangrento que foi a Guerra Civil Portuguesa, mostrou um homem visualmente diferente daquele que proclamou a Independência do Brasil (Calmon, 1943; Domingues, 1977; Santos, 2006). Afinal, estava mais de dez anos mais velho e, já havia passado por inúmeros problemas. D. Pedro agora estava usando barba, por exemplo. Porém, seu espírito de guerreiro, sua determinação e bravura permaneciam as mesmas demonstradas várias vezes no Brasil. Tanto que seu chefe naval, o escocês Charles Napier disse: “[...] era regente, general e almirante. – continua Napier – Era o homem mais ativo que tenho visto” (Calmon, 1943, p. 256). Napier se alistou como voluntário na Royal Navy em 1799, com 13 anos de idade, e combateu, inclusive, nas Guerras Napoleônicas (Silva, 2017) Para seus homens, D. Pedro era incansável.

Graças a liderança de D. Pedro, e o auxílio que teve de generais e almirantes, ou seja, em terra e no mar, o improvável aconteceu, e Pedro IV vence o irmão D. Miguel. D. Maria II é reconhecida como Rainha de Portugal. D. Pedro foi recebido com muita festa pelos portugueses, embora, outros tantos apoiassem seu irmão. Há relatos de possíveis envolvimentos amorosos de D. Pedro durante a campanha militar, mas nada que tenha abalado o sentimento de sua esposa (Santos, 2006). Muitas foram as festividades oficiais e homenagens populares para receber a rainha e a duquesa de Bragança. Apesar de D. Pedro aparentar para todos estar com boa saúde, a esposa percebeu que o marido estava muito abatido, e pediu que fosse procurar um médico (Torres, 1947).

O casal estabeleceu residência no Palácio das Necessidades, em Lisboa, que se tornou um símbolo do movimento liberal português, em oposição ao Palácio da Ajuda, usado por D. Miguel. Porém, o conflito ainda não teve fim, e D. Pedro teve que partir de Lisboa várias vezes, até que finalmente as forças absolutistas do irmão foram derrotadas em 26 de maio de 1834. E D. Miguel se viu obrigado a assinar o Tratado de Paz de Évora-Monte. E foi anistiado por D. Pedro. Entretanto, os problemas para D. Pedro não haviam terminado. Sua decisão de anistiar o irmão, e apenas mandá-lo para o exílio, e ainda lhe pagar uma pensão não agradou aos portugueses, que de certa forma se sentiram traídos, pois exigiam uma punição severa para D. Miguel e seus seguidores. Era a intenção humana de ver estas pessoas sofrerem, normalmente penas físicas (Foucault, 2009). O que não foi permitido por D. Pedro.

Apesar de aparentar sempre estar bem e com disposição, esta não era a realidade da saúde de D. Pedro. Desde 1833, ele sofria de dispneia, hemoptise, insônia e edemas nos membros inferiores. Em 27 de abril 1834, aconteceu a fatídica noite no Teatro São Carlos, em Lisboa, onde o duque fora hostilizado, e sofreu uma hemoptise, vista por todos. Mesmo trêmulo,

pediu para orquestra começar, e o espetáculo seguiu. Dias depois, ao lado de D. Amélia, que também era amazona, ele participou de uma cavalgada e caçada nos jardins da Quinta do Palácio de Queluz. Mesmo parecendo estar recuperado, o abatimento era visto em seu rosto. Ele passou a usar barba nos campos de batalha, e a manteve após a Revolução. Porém, a imperatriz via que além de estar com sérios problemas de saúde, D. Pedro também estava sofrendo muito. Em poucos anos, teve que enfrentar a ingratidão dos brasileiros, mesmo após ter dado a independência para este país. E agora, eram os portugueses, que mesmo após tudo que havia passado nos campos de batalha para libertar o país dos abusos do irmão, estavam contra ele, esta era a forma de D. Amélia pensar, segundo a obra: "Imperatriz D. Amélia", de Lígia Lemos Torres, publicada em 1947, uma das melhores biografias feitas sobre a segunda imperatriz do Brasil, que para Torres, tanto as atitudes de brasileiros como dos portugueses teriam minado a alma de D. Pedro, além da doença que afligira o corpo. Novamente, uma mesma maneira de pensar, "a prisão da alma", como chamou Michel Foucault, que poderia ser até mais cruel que uma prisão de fato, pois era todo um sentimento envolvido (Foucault, 2009; Torres, 1947).

No dia 20 de setembro de 1834, D. Maria da Glória faz seu juramento solene como rainha D. Maria II, de Portugal. Ela concede ao pai D. Pedro de Alcantara o colar do grau de grã-cruz da Ordem Militar da Torre e Espada. Para o pesquisador português António Pacheco Trigueiros, da Sociedade de Geografia de Lisboa, esta ordem militar não tem a ver com a ordem militar de mesmo nome criada por D. João VI, pai de D. Pedro, em 1808. Mas sim, com uma nova ordem criada pelo próprio D. Pedro, como regente da filha rainha D. Maria II, na cidade do Porto, em 1832, já durante a guerra civil contra D. Miguel. Contudo, o duque de Bragança não havia se autocondecorado com a ordem que havia criado. Ele deve ter recebido a placa e o pingente ainda no seu leito de morte, no dia 20 de setembro (Trigueiros, 2013). Trigueiros chegou a esta dedução com base nas informações da dissertação de mestrado da arqueóloga e historiadora brasileira Valdirene do Carmo Ambiel, dentro do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do MAE/USP. Esta placa foi encontrada juntos aos restos mortais de D. Pedro, quando foram realizadas as pesquisas arqueológicas em seus remanescentes humanos, na Capela ou Cripta Imperial do Monumento à Independência, no Ipiranga, em São Paulo, no ano de 2012 (Ambiel, 2013).

O general D. Pedro pede para se despedir de seus homens, aqueles que viveram os horrores do Cerco do Porto ao seu lado. O soldado Manuel Pereira, do 5º Batalhão de Caçadores, representou seus colegas na despedida de seu comandante. Em seu testamento, ofereceu seu coração a amada cidade do Porto, em forma de gratidão por todo apoio que recebeu

dos cidadãos locais durante a Guerra Civil. O coração de D. Pedro foi entregue por D. Amélia, sua esposa, duquesa de Bragança, e foi colocado na igreja Nossa Senhora da Lapa, sob os cuidados da Venerável Irmandade da Lapa, bem como, das autoridades municipais. Até os dias atuais, o Rei Soldado recebe homenagens dos cidadãos da cidade do Porto.

D. Pedro, imperador do Brasil, rei de Portugal, duque de Bragança, faleceu no quarto D. Quixote, Palácio de Queluz, às duas horas e um quarto da tarde de 24 de setembro de 1834, ao lado da esposa D. Amélia, e de suas filhas a rainha D. Maria II e D. Maria Amélia. A autópsia aconteceu no dia seguinte. O sepultamento foi no Panteão dos Bragança, no Mosteiro São Vicente de Fora, em Lisboa. D. Pedro recebeu homenagens dos portugueses: Rei Soldado, o Libertador (Braga, 2014). Sua morte também foi sentida no Brasil, não apenas por seus amados filhos, com quem manteve correspondência mesmo em campos de batalha (Ambiel, 2013). Muitos no Brasil ainda admiravam a figura de D. Pedro. E os problemas governamentais do período regencial fizeram com que alguns brasileiros quisessem a volta de D. Pedro I. Inclusive um dos motivos pelos quais José Bonifácio foi afastado da educação de D. Pedro II, seria que ele estava junto com conspiradores que tratavam do retorno do ex-imperador (Lustosa, 2006). Mas D. Pedro I havia deixado, de fato, o Brasil para trás, como mostra esta resposta que deu para um amigo, em 1833, sobre um possível retorno para o Brasil: “A minha abdicação está valiosa: jamais tive a intenção de a declarar nula.” – e continuou D. Pedro – “Eu amo o Brasil, eu amo muito meus filhos e a todos os meus concidadãos; eu amo muitíssimo a minha honra e a minha reputação” (Santos, 2006, p. 233).

A saúde e o óbito de D. Pedro serão tratados com maior ênfase, no capítulo Aspectos Médicos.

D. Amélia comunicou-se com os filhos no Brasil através de uma carta para princesa Januária, na qual descreve o que viu na necrópsia realizada no corpo do marido. Após os funerais, D. Amélia se retirou com a filha para o Palácio das Janelas Verdes. Entre os amigos, o que sempre esteve ao lado de D. Amélia foi o marquês de Resende. Apesar de gostar muito da rainha D. Maria II, o relacionamento entre D. Amélia e a enteada não passava por bons momentos (Schmidt, 1927).

Após todo o sofrimento que havia sentido, D. Amélia reencontra a felicidade no mês de dezembro de 1834, com o anúncio do casamento entre a rainha D. Maria II e seu irmão príncipe Augusto Carlos; afinal, teria perto de si novamente, a presença do irmão muito querido.

Já em 4 de fevereiro de 1835, a viúva duquesa de Bragança satisfaz um dos desejos do marido D. Pedro, a entrega de seu coração para a cidade do Porto, que havia sido mantido na Capela do Palácio das Necessidades. Na cidade do Porto deveria ficar sob a responsabilidade

das autoridades municipais, e colocado na Igreja Nossa Senhora da Lapa, administrada pela Venerável Irmandade da Lapa, onde é mantido até os dias atuais.

Um outro pedido de D. Pedro para D. Amélia, era que ela cuidasse de todos os seus filhos, inclusive a duquesa de Goiás e a duquesa de Iguaçu, as filhas que ainda estavam vivas, fruto do envolvimento com D. Domitila.

A duquesa de Goiás estava no colégio interno em Paris, e passou a ser acolhida por D. Amélia, inclusive por sua família na Baviera. A duquesa de Bragança procurou um bom casamento para ela dentro da nobreza europeia, com o conde Ernesto Fischler, de Treuberg, em 1843. Entretanto, D. Amélia não conseguiu fazer nada pela duquesa de Iguaçu, pois a mãe D. Domitila, que já estava junto com o brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, negou, e preferiu ela mesmo definir a educação da filha. Importante colocar que a duquesa de Iguaçu nasceu em fevereiro de 1830, em São Paulo. D. Domitila deixou o Rio de Janeiro pouco depois do anúncio do casamento de D. Pedro com D. Amélia. D. Domitila já estava grávida (Rangel, 1916). D. Amélia também auxiliou nos casamentos das princesas Januária e Francisca.

Meses após o casamento do irmão com a rainha de Portugal, o rei-consorte Augusto de Beauharnais faleceu em 28 de março de 1835. A causa da morte não foi muito bem definida (Schmidt, 1927). Mais uma triste perda para D. Amélia, que decide ficar mais tempo em Munique, e se dedicar totalmente a educação da filha princesa D. Maria Amélia. A beleza da princesa do Brasil encantou muitos corações de nobres europeus. Porém, a jovem se apaixonou pelo arquiduque da Áustria Maximiliano de Habsburgo, filho de Franz Karl, irmão da imperatriz D. Leopoldina. Os dois tinham praticamente a mesma idade, e se conheceram em 1852. O casamento era certo. Porém, a princesa D. Maria Amélia começou a sofrer com muita febre e tosse, era a tuberculose. D. Amélia foi com a filha para Funchal, Ilha da Madeira, na tentativa de uma mudança de clima. Infelizmente, não surtiu efeito, e a menina faleceu em 4 de fevereiro de 1853, com 21 anos de idade. Maximiliano se tornou imperador do México, e foi executado pelos republicanos mexicanos em 1867.

Para D. Amélia aceitar a morte da filha pode ter sido uma das maiores dificuldades da vida. E ainda no final do mesmo ano, a rainha D. Maria II faleceu em Portugal, durante o parto do seu 11º filho, que também não resistiu.

Após todos estes acontecimentos e perdas sofridas pela duquesa de Bragança, D. Amélia decide viver em prol da caridade. Numa forma de ajudar os habitantes de Funchal, ela cria, com seu próprio dinheiro, o Hospital Princesa Maria Amélia para cuidar das vítimas da tuberculose. O local passou a ser administrado pelas Irmãs de São Vicente de Paulo, de origem francesa.

Este hospital existe até os dias atuais, e logicamente, abrangeu seus atendimentos (Ambiel, 2013; Schimidt, 1927).

Pouco tempo após a ascensão do herdeiro de D. Maria II, o rei D. Pedro V, Portugal viveu uma epidemia de febre amarela e cólera. D. Amélia imediatamente foi auxiliar as irmãs de caridade que atendiam os doentes. Ela prestava auxílio diário aos pacientes. Esta atitude de D. Amélia incentivou o rei a fazer a mesma coisa (Schimidt, 1927).

Segundo informações obtidas no site do Museu Imperial, na cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro, a ex. imperatriz do Brasil D. Amélia, viúva duquesa de Bragança, patrocinou com recursos próprios, a fundação da Sociedade de Beneficência Brasileira em Lisboa, fundada por Araújo Porto Alegre, em 1868, com o objetivo de proteger brasileiros desamparados que viviam em Portugal. Esta Sociedade existe até os dias atuais, e possui uma medalha comemorativa com o rosto da imperatriz D. Amélia.

Ao contrário de D. Pedro e D. Leopoldina, D. Amélia teve escravos. Há uma carta de alforria concedida pela imperatriz no ano de 1872, através de seu viador na Fazenda do Macaco, Rio de Janeiro, que consta na obra de Lígia Lemos Torres, entre as páginas 274 e 275. Nesta mesma obra há relatos, inclusive de fontes primárias consultadas pela autora, de que D. Amélia era muito bondosa e amável com seus colaboradores. Contudo, não há relatos sobre o tratamento dado aos escravos (Torres, 1947).

Apesar destas ocupações serem como um bálsamo para D. Amélia, ela estava cada vez mais solitária, no Palácio das Janelas Verdes. O que mais alegrava a duquesa de Bragança eram as visitas de D. Pedro II com a família, inclusive a princesa Isabel e o marido Conde D'Eu. Ela começou a ter dores para se locomover, e não demorou muito para que ficasse acamada. A morte aconteceu em 26 de janeiro de 1873, em decorrência de colapso cardíaco, no Palácio das Janelas Verdes. O rei Luis I, filho de D. Maria II, ordenou honras militares para os funerais da duquesa de Bragança. O extenso testamento da imperatriz foi aberto no dia 27 de janeiro, um dia após o óbito e publicado no jornal Diário Illustrado, no dia 28 de janeiro; entre os agraciados estavam D. Pedro II, imperador do Brasil e suas irmãs, filhas do casamento de D. Pedro e D. Leopoldina. A irmã de D. Amélia, Josephine, rainha da Suécia, foi a maior agraciada, inclusive com documentos da imperatriz, entre outras pessoas, além de várias instituições de caridade em Portugal, Brasil, Baviera e França que eram mantidas pela imperatriz do Brasil. Todos os devedores de D. Amélia foram anistiados na totalidade por ela. Seus escravos no Brasil foram alforriados. Segundo o jornal, que está no Anexo III desta pesquisa, o enterro aconteceu em 29 de janeiro, no Mosteiro São Vicente de Fora, com honras e homenagens prestadas pelo rei de Portugal e pelo povo português, embora a duquesa de Bragança quisesse um funeral simples.

Em 1877, três anos após a morte da imperatriz do Brasil, foi fundada em Funchal, Ilha da Madeira, a Fundação Princesa Maria Amélia, por determinação da Coroa Sueca, uma vez que após a morte de D. Amélia, sua irmã, rainha Josefina da Suécia, ficou incumbida pelo testamento de D. Amélia da administração do Hospital Princesa Maria Amélia. Assim, o legado de caridade da imperatriz do Brasil, Duquesa de Bragança é mantido na África. Desde 1982, o local se transformou também em um lar de idosos. Nos dias atuais a Fundação mantém um protocolo de colaboração com a Universidade da Madeira que visa ações conjuntas e a valorização socioprofissional. A Fundação também conta com um infantário (berçário e jardim de infância) e um externato, segundo informações obtidas na instituição.

3.2 BREVE HISTÓRIA DA MEDICINA

Antes de tratar sobre os aspectos médicos e antropométricos dos primeiros imperadores do Brasil, é importante conhecer um pouco sobre a história da Medicina, sua relação com sociedades humanas e as mudanças ocorridas através do tempo e dos conhecimentos produzidos pela História e Arqueologia, já que este trabalho faz uma correlação entre as ciências: histórica, médica e arqueológica.

A Medicina sempre esteve presente na história Humana desde seus primórdios. No início era atrelada as religiões, como o Xamanismo, cuja origem é chinesa, com os grupos caçadores-coletores. Estas civilizações pré-históricas acreditavam que as doenças estavam ligadas ao sobrenatural, ao espírito; logo, a cura só poderia vir através de cerimônias religiosas. Acredita-se com base em pesquisas arqueológicas, que este conceito sobre a saúde estivesse em várias civilizações pretéritas espalhadas pelo mundo, incluindo o Brasil (Lyons; Petrucelly, 1987; Stern, 2019; Uchôa, 2007).

Os procedimentos médicos já eram aplicados pelos egípcios, principalmente Imhotep, médico, arquiteto e sumo-sacerdote, que pode ter vivido entre 2.665-2.600 a.C., durante a chamada Terceira Dinastia. Ele tem seu nome citado no Papiro de Ebers. Este documento descreve: alterações no estado de ânimo, epilepsia, infarto do miocárdio entre outras doenças. Os egípcios desenvolveram grande conhecimento sobre anatomia humana, principalmente pelos processos de embalsamamento. Estudos realizados em ossadas encontradas em necrópoles egípcias mostram determinado êxito em cirurgias como amputações e trepanações, uma vez que são identificadas as calcificações oriundas da cicatrização. Os médicos do Egito Antigo eram formados nos templos religiosos. Os egípcios possuíam muita higiene pessoal em detrimento da posição social (Lyons, Petrucelly, 1987; Viera, 2012).

Na Mesopotâmia foram encontradas as tábuas do chamado Tratado Médico de Diagnósticos e Prognósticos. A datação aproximada deste documento é de 2.000 a.C. Nele existem descrições de doenças como a tuberculose, obstrução intestinal, doenças renais, ginecológicas etc., cujo tratamento era feito à base de pele de cabra, figo, tâmara entre outros. Os diagnósticos eram feitos através de adivinhações feitas por sacerdotes com o uso do fogo, fumaça, sonhos, astrologia. Assim como no Egito, os médicos mesopotâmios também eram formados nos templos religiosos.

Os mesopotâmios possuíam o Código Hamurabi, que pode ter sido o primeiro conjunto de leis da história humana. Estas leis fazem referência aos honorários dos médicos, onde as cobranças pela assistência deveriam respeitar a posição social do paciente. Assim, quem tivesse maior poder aquisitivo, pagaria mais pelo tratamento. E antes de tudo, este pagamento dependeria da cura do paciente, pois caso o médico não fosse bem-sucedido, ele poderia ter suas mãos amputadas (Vieira, 2012).

Os mesopotâmios podem ter sido os primeiros a usar o caduceu, símbolo da Medicina (Vieira, 2012).

A Medicina Hebraica/Judaica recebeu muita influência dos colegas e vizinhos egípcios e mesopotâmios, como por exemplo a importância da higiene na saúde. Contudo, eles seguiam o Talmude, codificação de leis orais. Os hebreus/judeus diferentemente dos egípcios e mesopotâmios não acreditavam que as doenças eram provocadas por maus espíritos, mas, sim, como forma de punição do deus Javé, que também era o médico, ou seja, ele punia e curava.

No século IV d.C os médicos Assaf bem Berechiahu e Yohanam bem Zabda escreveram a obra Sefer Refuot, onde agregam não apenas os ensinamentos judaicos, mas também hindus, mesopotâmios, egípcios e gregos. Um dos seus tópicos é o Juramento de Assaf, similar ao Juramento de Hipócrates, que obrigava os médicos a guardar segredos de seus pacientes, defendia o atendimento de pessoas de baixa renda entre outros (SIMON, 2016). Nos séculos seguintes, os médicos judeus eram procurados por califas muçulmanos, bem como papas e o alto clero da Igreja Católica.

Pela tradição, a Medicina Grega é ligada ao culto a Asclépio, conhecido por Esculápio pelos romanos. Este culto apareceu aproximadamente no século XIII a.C, em Trica, Tessália. Asclépio era filho da mortal Corônis com o deus Apolo, ligado a cura. Nas constantes lutas entre deuses e mortais, a deusa Ártemis matou a mãe de Asclépio. Logo, a criança foi criada pelo centauro Quíron, com quem aprendeu a arte da cura (Koch, 2011). O apogeu do culto a Asclépio foi aproximadamente no século V a.C., durante a Guerra do Peloponeso entre Esparta

e Atenas que causou colapso social e político nas *poleis*[6] gregas proporcionando a proliferação de várias epidemias e o declínio da crença do povo nos deuses do Olimpo, que perderam espaço para credibilidade dos filósofos. Apesar dos médicos gregos nesta época serem formados nos templos de Asclépio: Atenas; Pérgamo; Cós etc., os médicos não precisavam ser sacerdotes. Estes templos possuíam o símbolo da serpente enrolada num bastão. O réptil era associado ao dom da adivinhação, da renovação da vida e até mesmo do renascimento, uma vez que o dom da ressureição também foi atribuído a Asclépio (Koch, 2011). Era muito comum na Antiguidade a ligação do bastão com a transmissão do conhecimento.

Para estes profissionais formados nestas escolas de medicina, as causas das doenças estavam no que eles chamavam de desequilíbrio de humores, que nada tem a ver com os comportamentos das pessoas. Os chamados "humores" aos quais estes médicos se referiam eram os líquidos do corpo: água, sangue e linfa, responsáveis por todas as funções biológicas do corpo. Por isso as sangrias eram muito comuns. O próprio Hipócrates, nascido em Cós, aproximadamente no século V a.C., e seu grupo de alunos defendiam que a origem das doenças poderia estar no desequilíbrio sanguíneo, doença cardíaca cianótica, fleuma, bile negra, bile amarela, câncer de pulmão etc. (Freitas, 2014; Kaisermann, 2019). É creditado a Hipócrates a primeira cirurgia cardiotorácica, cujos procedimentos são aplicados até os dias atuais. Hipócrates e seus alunos escreveram o Corpus Hipocráticos, bem como sua obra mais conhecida é o Juramento (Lyons; Petrucelly, 1987).

Dentro do conceito publicado no site da Sociedade Brasileira de Patologia, esta é a primeira fase do estudo da Patologia, chamada de Humoral.

Entre os séculos I e II d.C., o médico Sorano de Éfeso desenvolveu importantes estudos sobre o genital feminino, além de métodos contraceptivos para uso intravaginal: algodão e pomada e também pesquisas sobre a menstruação, concepção, amenorreia, hemorragia uterina, dismenorreia, suas causas e tratamentos a base de medicação. Outro nome importante deste mesmo período é o de Cláudio Galeno de Pérgamo, estudioso das teorias hipocráticas: eucrasia o equilíbrio do estado e a discrasia o estado de dor. Além de desenvolver estudos na área de anatomia, fisiologia, terapêutica e das diferenças entre veias e artérias, sangue venoso e sangue arterial (Lyons; Petrucelly, 1987).

O romano Cornelius Celsus, que viveu aproximadamente entre 25 a.C e 5 d.C., descreveu procedimentos cirúrgicos como tratamento de pedra na bexiga, consolidação de fraturas, além de registrar os chamados sinais cardinais da inflamação: dor; calor; rubor e tumor.

[6] Cidades gregas

Os romanos também trouxeram descobertas de instrumentos como; bisturis, tesouras de lâminas cruzadas etc. (Kaisermann, 2019; Lyons; Petrucelly, 1987).

Na história da medicina árabe existem nomes muito importantes como dos persas Muhammad ibn Zckarivar al Razi e Avicenna, entre o século VIII e IX d.C, dentro da Medicina Experimental, Pediatria, Oftalmologia etc., além da distinção entre varíola e sarampo (Kaisermann, 2019). Avicenna pesquisou as estruturas anatômicas do encéfalo, cujas nomenclaturas são usadas até os dias atuais em neurofisiologia e neuroanatomia.

A medicina cristã traz como primeiro médico conhecido Lucas, nascido na Antióquia, atual Turquia. Não há relatos sobre os tratamentos médicos ministrados por ele. Lucas foi o único evangelista que não pertencia a religião judaica. É considerado pela Igreja Católica Apostólica Romana como: ‘padroeiro dos médicos”.

A medicina cristã teve origem nos mosteiros onde homens e mulheres se convertiam a vida religiosa, dedicando-se aos mais necessitados, aos enfermos. Era parte da caridade propagada por Cristo. Com o passar dos séculos o trabalho destes religiosos deu origem aos primeiros hospitais, que normalmente eram locais de tratamento de saúde gratuitos e públicos. Em Portugal, no ano de 1321, a rainha Isabel, esposa do rei D. Dinis, fundou o Hospital de Nossa Senhora dos Inocentes, em Santarém, como consta no site da própria instituição.

Atividades de dissecação aparecem no ensino médico durante o primeiro quartel do século XIV, em Bolonha, no ano de 1340. Depois em Montpellier em 1409 e se torna regular em Paris a partir de 1477. As autópsias trouxeram um maior número de dados para os médicos sobre os motivos dos adoecimentos. No século XV, o médico Antonio Benivieni, de Florença, inicia a coleta de dados sistemáticos nas autópsias de seus pacientes. Durante o século XVI, o médico belga Andreas Versalius procurou associar a função com a estrutura anatômica, fato que trouxe uma revolução para os conceitos de anatomia de então. O médico francês Jean François Fernel descreveu os estudos das funções corporais, ou seja, a fisiologia, no século XVI.

Esta é considerada a fase orgânica dentro da Patologia, conforme a Sociedade Brasileira de Patologia.

A Igreja Católica Apostólica Romana, mesmo nos tempos ativos do Tribunal do Santo Ofício, mais conhecido como Inquisição, nunca fez objeção, tampouco condenou as pesquisas realizadas em restos mortais humanos. O que ela não tolerava era a violação arbitrária de tumbas e roubo de cadáveres (Le Goff; Troung, 2006). Isso não significa que não houve perseguições aos médicos por parte da Inquisição. O Tribunal do Santo Ofício foi instalado em Portugal em 1536. Médicos de origem judaica, mesmo convertidos ao catolicismo, eram denunciados,

principalmente por seus colegas, numa forma desleal de concorrência. No caso das colônias, principalmente, incluindo o Brasil, estas perseguições também aconteciam com os chamados "curandeiros", que ainda são comuns no Brasil (Edler 2014; Herson, 2003; Meneses, 2015). Lembrando que não havia liberdade religiosa neste período. Em Portugal, a Inquisição foi finalizada em 1821. E a liberdade religiosa no Brasil só foi garantida com a Constituição de 1824.

No histórico do site da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo é informado que entre o final do século XV e início do século XVI a Igreja Católica inaugura muitos hospícios e hospedarias, que deram origem as Santas Casas de Misericórdia. Só no Brasil, entre 1543 e 1900, foram fundados 103 hospitais no Brasil. A Santa Casa de São Paulo, ligada à Confraria da Misericórdia, foi fundada em 1560. Dois anos mais tarde, a instituição é mencionada numa carta do padre José de Anchieta sofre o velório do indígena Tibiriça. Estas instituições atendiam pessoas carentes, inclusive escravos idosos, feridos, que eram abandonados nas ruas pelos seus senhores, bem como o cuidado com crianças indesejadas abandonadas por seus genitores.

Entre os séculos XVI e XVIII os estudos médicos foram mais voltados as questões de estrutura dos tecidos, suas alterações morfológicas e as relações com os desequilíbrios das funções. No século XVII, o médico francês François Mauriceau apresentou vários estudos nas áreas de obstetrícia e ginecologia. Mauriceau foi o primeiro a defender, com base em muitos estudos sistemáticos feitos por ele sobre a anatomia genital feminina, o uso de camas para que os partos fossem feitos com a mulher na posição semi-reclinada, que ficou conhecida como "posição francesa". Diferentemente do que era feito até então, onde as mulheres costumavam dar à luz agachadas ou sentadas nas então chamadas "cadeiras de trabalho". Mauriceau apresentou estudos sobre as causas e tratamentos de hemorragias uterinas, septicemia puerperal etc. (Mauriceau, 1694). Seu trabalho é considerado o início da obstetrícia e passou a ser aplicado em muitos países da Europa. Conforme narrado em cartas de D. Leopoldina para família, a metodologia apresentada por Mauriceau, no século XVII, não foi aplicada nos trabalhos de parto da princesa regente do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, no início do século XIX (Kann; Lima, 2006).

Este foi um dos trabalhos realizados na chamada fase tecidual da Patologia, afirma a Sociedade Brasileira de Patologia.

No Brasil Colônia, na Capitania de São Paulo, houve a criação do Hospital Real Militar, em 1766. Esta instituição, cuja sede ficava no antigo Colégio Jesuíta, foi responsável pela elaboração do primeiro regulamento hospitalar da América Latina. Bem como, em 1803, foi adotado o curso de cirurgia, que pode ter sido o primeiro curso médico instituído no Brasil. O

esforço dos alunos impressionou o médico Prof. Dr. Gustav Meyer, da Marinha da Suécia, pois as condições eram precárias, exemplo disso é que eles contavam com uma única serra de carpinteiro para fazer amputações. Em virtude destes problemas, o curso foi instinto em 1806 (Mota; Marinho, 2012; Moura, 2020; Santos Filho, 1977).

Com a chegada da família real portuguesa, em 1808, o príncipe regente D. João autorizou as duas primeiras escolas de medicina do Brasil. A primeira em Salvador, a Faculdade de Medicina da Bahia, inaugurada em 18 de fevereiro de 1808 e, a segunda no Rio de Janeiro, em 5 de novembro de 1808. No ano de 1829, é fundada ainda no Primeiro Reinado, a Academia Imperial de Medicina, no Rio de Janeiro. Durante o Segundo Reinado houve um intercâmbio entre a Escola de Medicina de Montpellier e o governo brasileiro com a finalidade de melhorar não apenas a formação de médicos no país, mas também a saúde da população brasileira que passava por várias epidemias, mesmo com o governo apoiando e promovendo, ainda na época de D. João VI, campanhas de vacinação, por exemplo contra a varíola (Herson, 2003).

O Brasil na época da chegada da família real portuguesa em 1808 já apresentava muitos problemas da ausência de saneamento básico, questão esta que colaborou para que várias doenças se alastrassem pelo país, assim como as guerras, mesmo após decretos governamentais feitos por D. João, depois por D. Pedro I e D. Pedro II. Havia muita resistência da população aos cumprimentos das leis de saúde pública estabelecidas (Mota, 2005). Até porque muitas destas determinações ficavam sob a supervisão dos governos municipais, que nem sempre estavam dispostos a cumpri-las devidos aos interesses políticos e econômicos locais (COE, 2006).

A partir da segunda metade da década de 1840 tiveram início as pesquisas sobre a importância da antissepsia e da assepsia dentro da Medicina.

A antissepsia consiste em inibir ou reduzir o crescimento de microrganismos na pele e mucosas e assim evitar infecções que podem levar pacientes ao óbito. Estes procedimentos podem começar com a higienização das mãos por parte da equipe médica antes, durante e após procedimentos médicos e cirúrgicos. O médico húngaro Ignaz Semmelweis, nascido em 1818, portanto tinha oito anos de idade quando D. Leopoldina faleceu em 1826, foi o primeiro a pesquisar a questão da higienização da equipe médica que cuidava da área de obstetrícia do Hospital de Viena, em 1843. Ao adotar medidas simples como lavar as mãos e equipamentos com uma solução de cal clorada antes dos procedimentos médicos, reduziu a taxa de óbitos em decorrência da febre puerperal do hospital vienense (Moriya; Módena, 2008). Apesar desta redução, inexplicavelmente, os colegas médicos austríacos de Semmelweis desprezaram seus estudos, e ele foi desligado do Hospital, retornando à Hungria, onde se tornou professor de

obstetrícia. Porém, ele nunca aceitou a forma como sua pesquisa foi tratada por seus pares e, faleceu num hospital psiquiátrico em 1865.

Já a assepsia é a ausência de germes, bactérias, vírus etc., em ambientes médicos e hospitalares. Assim, o objetivo da assepsia é uma prevenção de infecções através da redução de microrganismos (Moriya; Módena, 2008). Estes estudos tiveram início com o médico cirurgião inglês Joseph Lister, em 1860. Ao contrário do seu colega húngaro Semmelweis, as pesquisas de Lister tiveram grande apoio por parte dos britânicos. Ele assumiu a cátedra de cirurgia clínica da Universidade de Edimburgo, além de ser condecorado com o título de barão de Lyme Regis. Foi o primeiro médico a entrar para Câmara dos Lordes, em 1897.

Tanto a pesquisa de Semmelweis quanto a de Lister tiveram todo embasamento após as pesquisas em microbiologia desenvolvidas pelo médico e pesquisador francês Louis Pasteur.

A medicina europeia do século XIX passou a usar o microscópio, inventado no século XVI pelos holandeses fabricantes de óculos Hans e Zacarias Jansen, respectivamente pai e filho, auxiliou muito as pesquisas médicas (Lyons; Petrucelly, 1987). O microscópio possibilitou aos cientistas médicos o estudo aprofundado das alterações morfológicas e funcionais das células.

Em periódico on-line da SBP no ano de 1859, o médico patologista alemão Rudolf Ludwig Karl Virchow conseguiu afirmar, através de suas pesquisas, que as doenças não se transmitiam entre órgãos e tecidos, mas sim através de células individuais. Ele foi o primeiro a descrever e nomear doenças como: Leucemia, Trombose, embolia etc. É o início da Patologia Moderna, a chamada: fase celular.

Ainda no século XIX, em 1882, o médico alemão Heinrich Hermann Robert Koch publicou suas descobertas sobre o bacilo da tuberculose, que de início recebeu o nome de *Bacilo Tubercle.*

A descoberta do raio X, em 1895, pelo físico alemão Wilheelm Conrad Rotgen, viabilizou mais os diagnósticos da TB.

Nos primeiros anos do século XX surge a vacina BCG, que ganha confiança da população mundial a partir dos anos de 1930, onde principalmente crianças eram imunizadas.

Importante lembrar que a tuberculose foi uma das doenças mais temidas da história humana. E como toda doença, não fazia distinções entre grupos sociais ou entre plebeus e nobres, pois foi e ainda é extremamente letal.

No Brasil, embora os problemas de resistência contra determinações sobre saúde pública permanecem no período republicano, o país teve nomes importantíssimos, no início do século XX, dentro da área da ciência médica sanitarista, como: Oswaldo Cruz, Adolfo Lutz, Emílio Marcondes Ribas, Carlos Chagas entre outros. Uma má interpretação por parte da população

sobre o combate a varíola, febre amarela e peste bubônica, promovida por Oswaldo Cruz, desencadeou a Revolta da Vacina, em 1904, que deixou um saldo de trinta mortos e cento e dez feridos no Rio de Janeiro.

Em São Paulo, além de também combater as doenças citadas acima, em 1895, foi criada por médicos paulistas a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, que possuía como um de seus principais objetivos a criação de uma escola de Medicina em São Paulo. Entre os principais nomes desta sociedade estavam os médicos Luiz Pereira Barreto e Arnaldo Augusto Vieira de Carvalho. Dr. Arnaldo foi médico-adjunto, médico cirurgião, e vice-diretor da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. E diretor do Instituto Vacinogênico, onde colaborou com a produção de insumos necessários no combate à varíola. Arnaldo Vieira de Carvalho também realizou trabalhos na Hospedaria dos Imigrantes, quando foi responsável pela reorganização de pacientes em novas alas, e do próprio necrotério local, com objetivo de diminuir a transmissão da malária, comum em muitos imigrantes que ali chegavam. Entretanto, seu objetivo maior era a escola de medicina paulista. Depois de muitos debates entre corporações médicas e políticos estaduais, ele conseguiu o que queria através da Lei nº 1357, de 19 de dezembro de 1912, assinada pelo então Presidente do Estado de São Paulo, Francisco de Paula Rodrigues Alves que criou a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo e o Dr. Arnaldo, nascido em Campinas, foi nomeado diretor da instituição, ou seja, cabia a ele a nomeação de todo corpo docente (Mota,2005). Contudo, a luta de Arnaldo não estava apenas na criação da escola de medicina paulista, mas principalmente fazer deste local um espaço dedicado ao desenvolvimento científico. Para atingir este objetivo apenas com investimentos brasileiros seria muito difícil. Com a I Guerra Mundial, o mundo passou a ganhar outros líderes políticos e econômicos, como os Estados Unidos da América. Logo, ele buscou ajuda com a Fundação Rockefeller, instituição filantrópica norte-americana que colaborava com projetos científicos desenvolvidos na América Latina. Era a aproximação dos norte-americanos com os demais países do continente. O auxílio da Fundação Rockefeller propiciou a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, nos anos de 1916 e 1931, toda organização científica e acadêmica, não apenas o modelo de ensino e pesquisa, mas também a infraestrutura física e laboratorial. A Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo foi a primeira instituição pública de nível superior no estado a permitir o ingresso de estudantes de ambos os sexos. Com isso, em sua primeira turma formaram-se duas médicas: Delia Ferras e Odette Nora. Além disso, 10% das vagas eram destinadas aos alunos de baixa renda (Mota; Marinho, 2012). No início as aulas da Faculdade eram ministradas na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. O currículo geral do curso teria a duração de cinco anos, sendo estruturado em torno das cadeiras de Anatomia

Descritiva, Fisiologia e Farmacologia Médica para o primeiro ano. Anatomia Descritiva, Fisiologia, Histologia, Clínica Dermatológica e Sifiligráfica e Clínica Otorrinolaringológica para o segundo ano. Microbiologia, Anatomia e Histologia Patológica, Anatomia Médico-Cirurgica, Operações e Aparelhos, Clínica Cirúrgica, Patologia Interna, Patologia Externa e Clínica Oftalmológica, no terceiro ano. Quarto ano com Patologia Geral e Experimental e Clínica, Arte de Formular, Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, Clínica Obstétrica, Clínica Pediátrica e Puericultura. No quinto e último ano foi Higiene, Medicina Legal, Clínica Médica, História da Medicina, Clínica Ginecológica, Clínica Psiquiátrica e de Moléstias Nervosas (Mota; Marinho, 2012). Esses alunos se depararam com a pandemia de Gripe Espanhola, que em 1918 matou milhões de pessoas em todo planeta. Neste cenário, Dr. Arnaldo foi uma das figuras mais importantes no combate a esta pandemia, uma vez que supervisionou a construção de hospitais de campanha, e organizou aproximadamente mil leitos da Santa Casa de Misericórdia para tratamento de pacientes infectados. Como diretor da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, ele mobilizou alunos, professores e pesquisadores para o combate à doença, tanto na coordenação destes centros médicos, como para atuar no atendimento da população. Autópsias eram realizadas na tentativa de auxiliar com a elucidação dos mecanismos de ação da doença no sistema respiratório (Mota, 2005; Mota; Marinho, 2012). Em 1920, o sonho de Dr. Arnaldo começou a ganhar formas físicas com o lançamento da pedra fundamental do edifício sede, na frente ao Cemitério do Araçá, que abrigaria a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Mas, Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho não viu seu sonho concretizado. Em 5 de julho de 1920, ele sofreu um ferimento durante uma cirurgia na Santa Casa de Misericórdia e, faleceu de septicemia (Mota, 2005). A Faculdade é carinhosamente conhecida pelos alunos, docentes, demais pesquisadores e colaboradores como: “Casa de Arnaldo”, até os dias atuais.

Informações contidas no site da Associação Paulista de Medicina apontam que a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo teve alunos e professores que participaram da Revolução Constitucionalista de 1932, seja nos hospitais de campanha ou nos campos de batalha onde aproximadamente 32 alunos fizeram parte do chamado Batalhão Universitário, que depois ganhou o nome de Batalhão 14 de Julho, unidade militar formada por estudantes voluntários paulistas, vinculada a Força Pública de São Paulo. A aviação constitucionalista teve a participação do piloto Ismael Guilherme, oficial da Força Pública e ex-aluno da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (Santos, 2004).

Em 1934, com a criação da Universidade de São Paulo, a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo passou a integrar esta instituição, com o nome de Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, conhecida pela sigla FMUSP.

Um dos principais acontecimentos na história da instituição foi a inauguração do HC-FMUSP, em 1944.

No ano de 1931 foi fundado o Serviço de Verificação de Óbitos da Capital (SVOC) integrado a USP em 1939. O SVOC-USP possui um vínculo com o Departamento de Patologia da FMUSP, mas funciona com autonomia, na qualidade de unidade da Universidade de São Paulo. Em 1992, graças a iniciativa de seu diretor, o Professor Doutor Carlos Augusto Pasqualucci, o SVOC consolidou seu trabalho na prestação de serviços à comunidade, bem como, manteve a ênfase de seu histórico no apoio ao ensino e à pesquisas científicas. Além de tornar-se um centro de referência para diagnóstico e treinamento de pessoal na área de autópsia. O SVOC é considerado o maior serviço de autópsias de casos de morte natural do mundo. Em 2010, realizou 13.815 autópsias (Mota; Marinho, 2012). Nos anos 2000, o SVOC, sempre junto com o Departamento de Patologia da FMUSP, começou a promover projetos interdisciplinares, entre eles o Projeto de Autópsia Virtual, com recursos aprovados pela FAPESP e o apoio da direção da FMUSP (Mota; Maranho, 2012). Foi neste contexto que no ano de 2012, os Professores Doutores Paulo H. Saldiva, Carlos Augusto Pasqualucci e Luiz Fernando Ferraz da Silva, do Departamento de Patologia, se interessaram pelo projeto de pesquisa de mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (MAE/USP) da aluna Valdirene do Carmo Ambiel, cujo título foi: Estudos de Arqueologia Forense Aplicados nos Remanescentes Humanos dos Primeiros Imperadores do Brasil Depositados no Monumento à Independência. Neste trabalho, a historiadora mestranda em arqueologia buscava imagens dos despojos dos Imperadores D. Pedro I, e suas esposas D. Leopoldina e D. Amélia. Juntou-se à equipe do Departamento de Patologia, o Professor Doutor Edson Amaro Jr., do Departamento de Radiologia da FMUSP. Este mesmo trabalho já contava com o apoio de outras instituições da USP, como Instituto de Física, o Instituto de Ciências Biomédicas II da USP, bem como o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares. Em outras palavras, um trabalho multidisciplinar.

A participação da equipe da FMUSP foi fundamental na captura de imagens tomográficas, que no caso de D. Leopoldina, preservaram suas vestes, uma vez que não foi necessária a remoção de todo este material, que já apresentava muita fragilidade e sinais de deterioração. As imagens de D. Amélia mostraram que não apenas o corpo da imperatriz estava preservado, mas também alguns órgãos internos. Estas imagens colaboraram nas determinações

aproximadas das estaturas dos três indivíduos, assim como em análises prévias de lesões (AMBIEL, 2013). Muitos destes dados coletados nesta que foi a primeira parte desta pesquisa, foram analisados agora nesse doutorado, onde todas estas informações passaram por novas avaliações mais sistemáticas, e alguns dados médicos, osteométricos tiveram seu aprofundamento, com objetivo de entender não apenas o óbito dos monarcas, mas como foram suas vidas. São pacientes do século XIX, que estão passando por uma consulta médica no século XXI. Em qualquer consulta médica, a primeira coisa que o profissional faz diante do paciente é buscar informações do seu passado, para que possa buscar exames para fechar seu diagnóstico e determinar o tratamento. O trabalho do historiador é o mesmo, com as mesmas técnicas, só que de maneiras diferentes. Mas ambos na busca por respostas aos questionamentos. E que muitas vezes nestas buscas por respostas, se deparam com novas perguntas. É assim que se faz História, Arqueologia, Medicina, este é o caminho das pesquisas científicas. Pois isso tudo é Ciência.

Este trabalho de doutoramento teve possibilidade de refletir um pouco, ou até além dos sonhos do Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, uma vez que ao abraçar este tipo de projeto, a Faculdade de Medicina da USP leva a cabo como se deve fazer a ciência moderna, um conjunto de conhecimentos de várias áreas. Como o Prof. Dr. Paulo Saldiva costuma dizer, o médico nunca deve se esquecer que seu trabalho é cuidar de seres humanos, e que para isso, ele jamais pode esquecer que é também um ser humano. A medicina, assim como todas as áreas do conhecimento possui sua história, e esta deve ser conhecida por todos os médicos. A SBP ressalta que o significado da palavra de origem grega “Patologia” é: Pathos significa doença/sofrimento. E Logos significa: estudo. Em outras palavras, a Patologia é a especialidade médica que estuda alterações estruturais e funcionais das doenças e, investiga suas causas e seus efeitos. Neste sentido, a chamada fase Ultracelular da Patologia, conforme nomenclatura usada pela Sociedade Brasileira de Patologia, iniciada no século XX e que continua até os dias atuais, representa esta interdisciplinaridade nitidamente adotada pelo Departamento de Patologia da FMUSP no início do século XXI.

É dentro deste contexto também que está a intenção da FMUSP no desenvolvimento, na correlação entre Medicina e Humanidades na formação de seus alunos: “Experiências que permitem a compreensão racional e emocional do viver humano e suas expressões são momentos singulares que a escola médica deve acalentar no seu cotidiano. São experiências que saem das salas de aula e ganham as escadas, os corredores, o teatro, o porão, o museu. Espaços de aprender com os sentidos e o pensar refeito, pensando de outro jeito a partir do encontro de situações e pessoas que nos colocam diante do estranho, do diferente, e do não

saber que provoca a reação de entender e procurar mais saber. Disposição interna que faz a criação, abre caminho para descoberta que encanta, e realiza a plenitude da experiência humana no mundo. É disso que trata as humanidades no vasto e fecundo campo da medicina" (Tapajós et.al., 2010, p.19).

4 ASPECTOS MÉDICOS DOS IMPERADORES DO BRASIL

4.1 LEVANTAMENTO HISTÓRICO FAMILIAR – D. PEDRO DE ALCANTARA BRAGANÇA E BOURBON

4.1.1 Avós paternos

D. Pedro III, nascido em 5 de julho de 1717, em Lisboa, foi rei consorte de Portugal ao casar-se com D. Maria I, rainha de Portugal.

Há poucas informações sobre a saúde e a vida do esposo de D. Maria I. Existem muitas menções sobre sua religiosidade, a questão de ser contra a expulsão dos jesuítas de Portugal determinada pelo Marquês de Pombal, bem como foi conhecido por ajudar a fidalguia lusitana.

Sobre seu falecimento, o único relato encontrado foi no artigo intitulado: "Cerimônias Fúnebres de D. Pedro III", de Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves, da Universidade do Porto, no ano de 2014, onde é citado pelo autor a notícia do Suplemento à Gazeta de Lisboa, nº XX, de 19 de maio de 1786, que informava o povo português sobre a grave doença que havia acometido o rei D. Pedro III: "O monarca tinha sido accommetido d'alguns insultos paralyticos" (ALVES, 2014, p.441). Não houve mais dados sobre a moléstia.

O óbito ocorreu em 25 de maio de 1786, em Lisboa, aos 69 anos de idade, dias após esse comunicado para a população.

D. Maria I, primeira mulher a reinar e assumir o poder em Portugal, nasceu em 17 de dezembro de 1734, em Lisboa.

Ainda na infância, aos 10 anos de idade, teve varicela. É possível, mas não confirmado, que tenha contraído varíola aos 18 anos. Apesar de sua cura ter sido atribuída a um milagre, seu tratamento foi ministrado por um médico de origem germânica, que percebeu os sintomas da doença e logo iniciou o tratamento medicamentoso, que era diferente das sangrias normalmente prescritas pelos médicos da corte portuguesa (Braga, 2014).

O casamento entre D. Maria I e seu tio D. Pedro III aconteceu em 1760. Ela assumiu o Trono de Portugal, em 1777, devido à morte de seu pai, rei D. José I. O casal teve seis filhos, sendo que D. Maria I sofreu mais três abortos: em 1762, 1770 e 1771, num total de nove gestações. Em 1771, pouco antes do último aborto ocorrido no dia 22 de setembro, teve o que pode ter sido uma hemoptise, pois não há maiores dados sobre o que foi expelido, entre o final de agosto e início de setembro. Ela teve mais duas gestações bem-sucedidas: princesas D. Maria Clementina, em 1774 e D. Maria Isabel, em 1776. Em ambas, a rainha teve problemas: na

gestação de D. Maria Clementina mal conseguia sair da cama por sentir muitas dores. Já a de D. Maria Isabel, a criança nasceu prematura, com oito meses, em 22 de dezembro de 1776, e veio ao óbito com menos de um mês de vida, em 14 de janeiro de 1777. É importante mencionar que o pai de D. Maria I, o rei D. José I, encontrava-se enfermo e faleceu em 24 de fevereiro de 1777. Segundo pesquisa recente, a causa mortis pode ter sido causada por síndrome bulbar lateral. O estado emocional da rainha estava abalado pela doença do pai (Braga, 2014).

D. Maria I sofreria mais abalos nervosos, como o falecimento do marido em 1786; do filho mais velho em setembro 1788; de uma outra filha menos de dois meses após, em 2 novembro de 1788 e de um neto dias após a filha, em 9 de novembro. Seu estado foi agravado por sérias questões políticas que abalaram as monarquias europeias, a partir de 14 julho de 1789, devido à Revolução Francesa.

Há relatos que a rainha já sofria de insônia desde 1787, sendo que em outubro de 1791 as crises de insônia tornaram-se frequentes, além de disestesia psíquica. Ela também se queixava de dores de estômago e adstrição de ventre, falta de apetite, melancolia, hidropisia de peito. Os tratamentos ministrados eram passeios, banhos etc., bem como purgantes. Mas estes últimos, apesar das prescrições médicas, sua majestade não tomava. D. Maria I estava ficando cada vez mais inquieta e agitada, com comportamento cada vez mais alienado e ideias confusas de pessoas e situações. A rainha foi atendida pelo médico inglês Francis Willis, em 1792, o qual acreditou que estes distúrbios psicológicos poderiam ser reversíveis, e prescreveu tratamento medicamentoso, além do uso da camisa de força, banhos frios, e passeios pelos jardins do Palácio de Queluz. O médico passou muito tempo com D. Maria I. Entretanto, o quadro clínico só piorava e ela passou a ter visões terríveis que a faziam gritar. Em 1799, depois de uma avaliação realizada por uma junta médica, a doença foi declarada como irreversível e degenerativa (Ambiel, 2013; Braga, 2014). Em 1813, ela teve sinais e sintomas de uma leve erisipela. Em maio de 1815, ela teve febre, falta de apetite. Já em fevereiro de 1816, ficou 15 dias com hematoquezia, febre, vômitos e inchaços dos pés, mãos e olhos. Faleceu em 20 de março de 1816, no Rio de Janeiro, aos 82 anos de idade. Acredita-se que poderia ser em decorrência de infecção parasitária ou bacteriana (Braga, 2014).

4.1.2 Avós maternos

Carlos IV, rei da Espanha, nascido em 11 de novembro de 1748, em Portici, região de Nápoles. Ele era filho de Carlos III da Espanha, que também foi soberano de Nápoles, como rei Carlos V e da Sicília como rei Carlos VII.

Casou-se com sua prima Maria Luísa de Parma em 1765. Há controvérsias sobre o número de gestações que resultaram desse casamento. Porém, apenas sete filhos chegaram a vida adulta.

Seu reinado começou em 1788, um ano antes da Revolução Francesa, e guerras que a sucederam. Em 1796, através de seu primeiro-ministro Manuel de Godoy, aliou-se a República Francesa, o que fez com que a Espanha entrasse também em conflito contra a Inglaterra. Após a derrota para os britânicos, em 1805, a situação do governo de Carlos IV ficou muito delicada em seu país. Assim, ele abdicou ao Trono da Espanha em março 1808, em favor do filho Fernando. Porém, dois meses depois, pai e filho assinam as abdicações de Bayona, onde entregam a sucessão ao trono para Napoleão Bonaparte, que concede a Espanha para seu irmão José Bonaparte. Mais tarde, Fernando recupera a Coroa Espanhola.

Não há muitas informações sobre a saúde de Carlos IV, apenas que teve um ataque de gota, em 13 de janeiro de 1819, quando apresentou muita febre. Seu quadro clínico evoluiu ao óbito, em 19 de janeiro de 1819, na cidade de Roma, aos 70 anos de idade.

Maria Luísa de Parma, nascida em Parma, no dia 9 de novembro 1751. Foi rainha consorte da Espanha entre 1788 e1808.

Ela e o marido articularam o casamento entre D. Carlota Joaquina e o então príncipe da Beira, D. João, em 1785, que fez parte da política dos dois países.

Não há dados sobre a saúde da rainha, tampouco sobre sua morte. O óbito ocorreu em dois de janeiro de 1819, em Roma, aos 78 anos de idade.

4.1.3 Pai

D. João VI, rei de Portugal, nasceu em 13 de maio de 1767, em Queluz.

Ele assumiu a regência de Portugal em 1792, quando sua mãe D. Maria I foi declarada, por uma junta médica, como incapaz de governar em virtude de desequilíbrio mental. Com a morte da monarca em 1816, se tornou rei D. João VI de Portugal.

O rei levava uma vida com hábitos sedentários e apresentava grande apetite. Não havia muitas informações sobre seus hábitos de higiene básica. D. João VI também era um homem que sofria de melancolia e depressão. Já no Brasil, foi diagnosticado com erisipela, tratada com banhos de mar. Já em 1822, em Portugal, foi diagnosticado com complicações do sistema cardiorrenal, que sofreu agravamento pouco antes de seu óbito em 10 de março de 1826. Dias antes do falecimento, em 2 de março, vomitou bile, e foram notados círculos enegrecidos azulados sob os olhos, respiração ofegante, tremor, edema generalizado ou hidropisia e diarreia

biliosa. Esse quadro clínico foi diagnosticado como: neuropatia tóxica por arsênico. Em 4 de março, sofreu vômitos, convulsões e síncopes até o dia seguinte, quando entrou em coma. O óbito ocorreu cinco dias depois, em 10 de março de 1826, em Lisboa, aos 59 anos de idade (BRAGA, 2014).

Com base nas tensões políticas portuguesas daquele momento, envolvendo as ambições do filho príncipe D. Miguel e a esposa rainha D. Carlota Joaquina, inclusive sobre a sucessão do Trono Lusitano, a hipótese de regicídio deve ser considerada. Principalmente, após as pesquisas realizadas pelo arqueólogo português Fernando Rodrigues Ferreira (1943-2014), da Associação dos Arqueólogos Portugueses, no ano de 2010, onde foram examinadas as vísceras de D. João VI, preservadas no Panteão dos Bragança, no Mosteiro São Vicente de Fora, Lisboa. As análises toxicológicas constataram um elevado grau de arsênico nas vísceras. Lembrando que o arsênico não é uma substância utilizada para processos de embalsamamento, nem em 1826, e muito menos atualmente. Logo, esta intoxicação por arsênico pode ter sido um homicídio.

4.1.4 Mãe

D. Carlota Joaquina nasceu em 25 de abril de 1775, em Aranjuez, Espanha. Tornou-se rainha consorte de Portugal, Brasil e Algarves em função de seu casamento com D. João VI, em 8 de maio de 1785. O casal teve nove filhos, sendo que a primeira filha, a princesa Maria Teresa, nasceu em abril de 1793, quando D. Carlota Joaquina tinha 18 anos de idade, e a última filha foi a princesa, D. Ana de Jesus Maria, em 1806.

Não há muitos relatos sobre a saúde de D. Carlota Joaquina. Faleceu em 7 de janeiro de 1830, em Queluz, Portugal, aos 55 anos de idade. Os dados mencionados na historiografia sobre a causa mortis são relativos a um “cirro” no útero ou uma hidropisia que causaram dores (BENEVIDES, 2011). Foram relatadas também questões ósseas e pulmonares que deixaram D. Carlota praticamente imobilizada até o óbito (Cassotti, 2021).

4.1.5 Alimentação

A alimentação de D. Pedro era a base de proteína animal: suína, bovina, peixes e aves. Também se alimentava de grãos como milho, trigo, feijão etc. Durante as viagens que fazia junto com sua comitiva era, normalmente, constituída de carne de charque e toucinho, pois são alimentos que resistem as variações de temperatura, e são fáceis de serem armazenadas. Ele

também fazia refeições nas casas dos habitantes das cidades por onde passava, sem que houvesse qualquer preocupação com cardápios requintados.

4.1.6 Bebidas alcoólicas

Não há referências na historiografia de D. Pedro sobre a ingestão de bebidas alcoólicas.

4.1.7 Atividades físicas

a. Esporte preferido: equitação. Era tanto lazer como necessidade de locomoção (Lustosa, 2006; Oberacker, 1973, Sousa, 1972);
b. Fazia longas caminhadas, tanto na cidade como em florestas (Sousa, 1972; Ventura; Lyra, 2019);
c. Caça (Sousa, 1872; Ventura; Lyra, 2019);
d. Desenvolvia atividades manuais, tais como carpintaria (Lustosa, 2006; Santos, 2006, Sousa, 1972).

4.1.8 Doenças desde a infância

a. Em 1804, ainda em Portugal, aos 6 anos de idade teve dengue (Braga, 2014);
b. Desde a infância sofria com ataques epiléticos (Lustosa, 2006; Braga, 2014). Os surtos foram relatados em 1818, 1819, 1820,1822, 1824, 1829 e 1830. Segundo a opinião de uma médica neurologista e um médico psiquiatra, registrada na pesquisa do Prof. Paulo Drumont Braga, em 2014 e que está citada, literalmente, a seguir: “D. Pedro deve ter sido vítima de epilepsia idiopática generalizada com crises-clónicas ou, menos provavelmente, de epilepsia mioclónica juvenil, não apresentando os comportamentos típicos de uma personalidade epilética, entre eles dependência, seriedade e fatalismo. Pode ainda ter sofrido de transtorno hiperativo, uma vez que era desatento, impulsivo e agitado” (Braga, 2014, p. 173);
c. Teve problemas renais desde a infância. Expeliu cálculos várias vezes pela urina, em alguns casos com a presença de sangue. Em 1831 teve febre nefrítica. A autópsia, Anexo I deste trabalho, observa-se um quadro clínico de possível nefrolitíase, uma vez que os dados apontam para rins embranquecidos,

amolecidos na substância cortical, além de um cálculo no rim esquerdo (Braga, 2014);

d. Entre os anos de 1820 e 1821, quando contava com 21 ou 22 anos de idade, teve acessos congestivos no fígado de forma intensa, que foi sofrendo agravamento nos anos seguintes, tendo piorado ainda mais, durante o Cerco do Porto, entre 1832 e 1833, onde teve febre e dores. Segundo o médico Tavares, isso pode ter ocorrido devido ao uso inadequado e abusivo do medicamento Le Roy, um purgante comum para época. A autópsia evidenciou um fígado aumentado de volume (Braga, 2014);
e. Sofreu fraturas de costelas em dois acidentes equestres: 1823 e 1829 (Ambiel, 2013);
f. No decorrer do ano de 1833, ele começou a sofrer crises de tosse recorrentes e duradouras, suores, hemoptise, dispneia, além de edema nos membros inferiores. Em novembro do mesmo ano pode ter sofrido de bronquite aguda;
g. Em maio de 1834, aconteceu a fatídica noite no teatro quando ocorreu a hemoptise. A partir daí, ele foi definhando cada vez mais, até se mudar para Queluz, em 10 de setembro de 1834, instalando-se no quarto Dom Quixote, onde faleceu em 24 de setembro de 1834. Ele nasceu neste mesmo quarto, em 12 de outubro de 1798. Segundo dados oficiais, a causa mortis foi tuberculose pulmonar. Porém, a mesma obra do Prof. Braga (2014), mostra uma outra hipótese que surgiu em 1904, quando o médico Ricardo Jorge foi consultado pelo historiador Barbosa Colen. Ricardo defende que D. Pedro faleceu em decorrência de litíase renal ou de mal de Brigth que, na época, era relacionado à insuficiência renal crônica. Para ele a bronquite teria sido a causa da hemoptise sofrida no Teatro. Ricardo Jorge também levantou a possibilidade de D. Pedro ter sofrido de aterosclerose, e miocardite. Esta última não foi bem analisada na autópsia devido ao fato de ter sido preservado o coração para doação a cidade do Porto (Braga, 2014).

4.1.9 Autópsia realizada nos restos mortais do imperador – Anexo I

Apresentação da equipe médica e identificação com as formalidades de tratamento pessoal a D. Pedro.

“Cavidade abdominal

Nenhum liquido.

Epiplon, e Peritonio hum pouco mais pálido, parecendo por derramamento de bile; mais espesso.

Mucosa gástrica alterada de cor na parte posterior, semelhança de baço.

Hipertrofia do grande bolbo do fígado, e mesmo alterado de cor mais escuro.

Baço muito amolecido, quase a desfaser-se.

Cavidade Torachica

Hydro Thorax do saco pleurítico direito, contendo duas e meia libras de hum liquido turvo e sanguinolento.

A Pleura esquerda nada continha de liquido; mas adherencia da pleura pulmonar a costal em grande extensão, e alterada em sua cor muito escura.

Pulmão esquerdo adherente a pleura costal em grande extensão, de cor denegrida; palavra rasurada, cortado, não crepitosa; e sem apparencia vezicular quasi todo: apemas huma pequena porção na parte superior era permeável ao ar, e esta na parte nadava, em tanto que o todo afundava-se.

Coração hum pouco maior que o estado normal, flácido, e descorado, com alguma adherencia na sua parte posterior – as válvulas examinadas acharão-se em estado natural – A Necessidade de conservar o coração embalsamado ulterior exame.

Rins alterados para esbranquiçados, uma substância cortical que estava em estado de amolecimento.

Encontrou-se hum calculo no rim esquerdo.

Bexiga urinaria nenhuma alteração".

Os médicos que participaram da autópsia assinam o documento, cuja data é de 25 de setembro de 1834. A cópia deste documento foi conseguida no Arquivo da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.

A cópia deste documento foi cedida pela Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.

4.2 LEVANTAMENTO HISTÓRICO FAMILIAR – D. LEOPOLDINA DE HABSBURGO-LORENA

4.2.1 Avós paternos

Leopoldo II, nascido em 5 de maio de 1747, faleceu em 1º de março de 1792, de causas naturais também em Viena, aos 45 anos de idade.

Maria Luísa da Espanha, nascida em 24 de novembro de 1745, em Nápoles, faleceu em 15 de maio 1792, pouco mais de dois meses após o óbito do marido, aos 47 anos de idade, em Viena, também de causas naturais.

4.2.2 Avós maternos

Fernando I das Duas Sicílias, nascido em 12 de janeiro de 1751, em Nápoles, tendo falecido em 4 de janeiro de 1825, também em Nápoles, aos 74 anos de idade, de causas naturais.

Maria Carolina, irmã de Leopoldo II, avô paterno de D. Leopoldina, nasceu em 13 de agosto de 1752, em Viena, e faleceu em 8 de setembro de 1814, igualmente em Viena, aos 62 anos de idade, de causas naturais (McGuigan, 2007; Oberacker Jr, 1973).

4.2.3 Pai

Francisco I da Áustria, nasceu em Florença, em 12 de fevereiro de 1768. Casou quatro vezes, sendo que o primeiro matrimônio ocorreu em 1788, com Elisabeth Guilhermina Luísa de Wurtemberg (1767-1790), em 1788, o casal teve uma filha, em 18 de fevereiro de 1790, cujo parto foi muito difícil, e durou mais de 24 horas. O nascimento só foi possível com o uso do fórceps, e ocasionou lesões neurológicas na criança. Elisabeth Guilhermina sofreu hemorragia após o parto, e faleceu dois dias depois. A criança viveu apenas 16 meses. O nome da menina era Isabel Luísa (1790-1791). O segundo casamento foi com Maria Teresa, mãe de D. Leopoldina, em 1790; o terceiro com Maria Ludovica, em 1808, (1787-1816) e o quarto casamento com Carolina Augusta, em 1816, (1792-1873). Estes dois últimos casamentos sem filhos (Oberacker, 1973).

Não há muitos dados sobre a saúde de Francisco I, e as informações mais extensas são sobre sua participação nas Guerras Napoleônicas (1803 até 1815). Ele faleceu no dia 2 de março de 1835, na Áustria, aos 67 anos de idade, vítima de uma febre repentina sem que a causa tenha sido mencionada.

4.2.4 Mãe

Maria Teresa das Duas Sicílias, nasceu em 6 de junho de 1772, em Nápoles. O casal teve 12 filhos em 17 anos de casamento. Sendo que a última criança, cujo nome era Amélia, nasceu em 6 de abril de 1807 e faleceu com três dias de vida, ou seja, em 9 de abril de 1807.

Com base nos dados históricos sobre a saúde da imperatriz, mãe de D. Leopoldina, esta criança nasceu no período de sua enfermidade e o óbito de Maria Teresa ocorreu quatro dias após o falecimento da criança. Além desta criança que faleceu poucos dias após o nascimento, Francisco e Maria Teresa tiveram três filhos que faleceram antes de completar cinco anos e um com oito anos de idade. Os demais filhos do casal faleceram com idade adulta, e entre estes D. Leopoldina foi a mais jovem a falecer, com 29 anos. Outros cinco irmãos faleceram com mais de 50 anos, sendo que dois faleceram com mais de 80 anos: Francisco (1793-1875), com 82 anos, e Clementina (1798-1881), com 83 anos. A mãe de D. Leopoldina faleceu em 13 de abril de 1807, na Áustria, aos 33 anos de idade. Ela começou a apresentar problemas de saúde em 1805, após viagens que teve que fazer para fugir do exército de Napoleão Bonaparte. A imperatriz austríaca começou a ter febre constante, sem que um quadro clínico fosse definido e descrito na literatura sobre a doença ou as doenças que acometeram Maria Teresa.

4.2.5 Alimentação

a. D. Leopoldina gostava de comer várias vezes ao dia, até mesmo por ansiedade;
b. Tinha preferência pela alimentação alemã, que era normalmente, a base de carne suína, batatas, farinha de trigo, milho, centeio, sêmola de trigo e manteiga. Ela não teve uma boa adaptação à culinária portuguesa, inclusive teve problemas intestinais e estomacais por causa da comida lusitana. Também apreciava frutas, leite e doces (Kann; Lima, 2006; Oberacker, 1973; Ventura; Lyra, 2019).

4.2.6 Bebidas alcoólicas

Possivelmente bebia vinho, pois era muito comum na época. Contudo, não há relatos, na bibliografia pesquisada, de consumo exacerbado, muito menos frequente.

4.2.7 Atividades físicas

a. Equitação, a imperatriz gostava e praticava com frequência, inclusive em florestas, obviamente não em períodos de gestação;
b. Caminhadas, também eram frequentes, inclusive em florestas (Kann; Lima, 2006; Oberacker Jr, 1973; Ventura; Lyra, 2019).

4.2.8 Doenças desde a infância

a. Problemas estomacais como azia e dores frequentes no estômago, região abdominal que eram associadas ao uso da pimenta na alimentação lusitana do Palácio e ao nervosismo (Kann; Lima, 2006; Oberacker Jr, 1973);
b. Biliares. Inclusive, em carta ao pai, com data de 20 de novembro de 1826, queixou-se que havia sofrido com febre biliar 12 dias antes, ou seja, em 8 de novembro, pouco mais de um mês antes do óbito, em 11 de dezembro;
c. Intestinais, segundo o biógrafo da imperatriz, o historiador brasileiro Carlos Oberacker, normalmente os problemas intestinais de D. Leopoldina estavam ligados as questões emocionais, pois desde a infância havia esta ligação. Há relatos também de hemorroidas (Oberacker Jr, 1973);
d. Indisposição causada pelo forte calor e umidade do Rio de Janeiro que geravam frequentes reclamações de D. Leopoldina (Ventura; Lyra, 2019);
e. Melancolia, depressão. Há relatos desde a infância, e na vida adulta, seja em virtude do afastamento da família associado à questões de adaptação ao Brasil, e principalmente causado por problemas conjugais, em especial, em relação às infidelidades de D. Pedro (Kann; Lima, 2006; Oberacker Jr, 1973).

4.2.9 Gestações

a. D. Maria da Glória, depois rainha D. Maria II de Portugal, nasceu em 4 de abril de 1819, no Rio de Janeiro. D. Leopoldina reclamou da conduta do médico que a atendeu. De acordo com uma carta que ela enviou ao pai, com data de 20 de abril, ela relatou que embora o parto tivesse demorado menos de seis horas, ainda estava machucada, pois a cabeça da criança era muito grande e estava sobre a perna. D. Leopoldina também reclama de dores nas mãos em virtude do esforço que fez na cadeira onde o parto aconteceu (Kann; Lima, 2006). O uso das chamadas cadeiras de trabalho, estilo das usadas pelos barbeiros neste período, ainda era comum no Brasil tanto para procedimentos da obstetrícia como da ginecologia, embora, desde o século XVII, o uso destes materiais e a própria posição da paciente para esses procedimentos já tivesse sido criticados e considerados inadequados em países europeus como a França (Mauriceau, 1694). Na mesma carta D. Leopoldina relata que estava aborrecida porque

conseguiu amamentar a filha apenas por oito dias, pois o leite secou (Kann; Lima, 2006). D. Maria II de Portugal faleceu em 1853 com 34 anos de idade, em decorrência de complicações no parto de seu 11º filho;

b. Primeiro Aborto - Relatado para a irmã Maria Luísa, em carta de 9 de dezembro de 1819, 8 meses após o nascimento de D. Maria da Glória: "[...] depois de dois meses em que acreditava estar grávida, me livrei de uma porção de imundícies, a ponto do parteiro daqui que é muito bom, me desejar sorte, pois alguns meses mais tarde poderia ser perigoso [...]" (Kann; Lima, 2006, p. 361);
c. Em carta para irmã, com data de 7 de abril de 1820, D. Leopoldina relata que: "Estive doente durante alguns dias, de um tipo de falsa gravidez, que acaba em dois meses; aqui quase todas as mulheres passam por isso algumas vezes; esse calor adorável, que abate muito, deve ser uma das causas; isso me entristeceu terrivelmente e estou precisando de uns banhos de mar; dizem que imersão em água seria muito bom" (Kann; Lima, 2006, p. 364);
d. Nascimento do príncipe D. João Carlos, no Rio de Janeiro, em 6 de março de 1821. Com saúde frágil, o menino faleceu em 4 de fevereiro de 1822, com apenas 11 meses;
e. Já em 11 de março de 1822, nasceu a princesa D. Januária, no Rio de Janeiro. Ela faleceu em Nice, França, em 18 de março de 1901, aos 79 anos de idade, de causas naturais;
f. Em 17 de fevereiro de 1823, nasceu a princesa D. Paula Mariana, no Rio de Janeiro. D. Paula Mariana também teve vários problemas de saúde e faleceu em 15 de janeiro de 1833, com quase 10 anos de idade;
g. A princesa Francisca Carolina nasceu em 1824, Rio de Janeiro e faleceu em Paris, na data de 27 de março de 1898, de causas naturais, aos 73 anos;
h. Imperador D. Pedro II, nascido em 2 de dezembro de 1825, no Rio de Janeiro. Faleceu em Paris, em decorrência de uma pneumonia, em 5 de dezembro de 1891, poucos dias após completar 66 anos de idade;
i. D. Leopoldina sofreu um aborto em 2 de dezembro de 1826.

4.2.10 Quadro clínico antes do óbito

No dia 19 de novembro de 1826 ela começou a queixar-se de dores na região lombar perto do quadril, inchaço de uma das pernas e erisipela (Armitage, 1943; Moraes, 1871; Rangel, 1916).

Há muita controvérsia sobre a morte de D. Leopoldina com versões indicando a septicemia puerperal, em decorrência de aborto, seria a causa do óbito (Calmon, 1943; Kent, 2011; Sousa, 1972) e infecção intestinal por Salmonella (Breda, 1973).

Como era de costume nas ausências de D. Pedro, D. Leopoldina havia assumido a regência do país em 23 de novembro. Presidiu a reunião de ministros em 29 de novembro. Porém, com base numa carta enviada a D. Pedro pelos marqueses Inhambupe, Baependi, Caravelas e Paranaguá, o abatimento da imperatriz era notório, segundo os nobres, devido aos incômodos da gestação. Em carta destes senhores ao Imperador, com data de 2 de dezembro de 1826, é relatada a piora do quadro clínico de D. Leopoldina, pois ela apresentou febre alta durante a tarde deste dia, e na madrugada sofrera um aborto, além de crises nervosas e convulsões. O médico Odorino Breda Filho escreveu um artigo em 1973, publicado na Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo, com base nos boletins médicos de 1826, sobre a estado clínico da soberana brasileira. Em um deles, com data de 2 de dezembro, é relatado: "o feto [...] pareceu [...] que a cessão da sua vida era mui recente" (Breda, 1973, p.50), indicando que o óbito do concepto pode ter ocorrido no momento do aborto. Já o relatório médico para informar D. Pedro, com data de 6 de dezembro de 1826, relata que compressas a base de cânfora e éter foram aplicadas na nuca da paciente. O boletim médico, de 9 de dezembro, traz a informação que ocorreu recidiva do sangramento vaginal, que havia sido controlado três dias antes, o que agravou ainda mais o estado de saúde de D. Leopoldina. Imperatriz entrou em óbito em 11 de dezembro de 1826, às 10 horas e um quarto da manhã, no Palácio de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro (Ambiel, 2013).

4.3 LEVANTAMENTO HISTÓRICO FAMILIAR – D. AMÉLIA DE BEAUHARNAIS

4.3.1 Avós paternos

Alexander François Marie, Visconde de Beauharnais, nascido em 28 de maio de 1760, em Fort-Royal, Martinica, protetorado francês. Foi militar e político francês.

Casou-se com Josefina de la Pagerie em 13 de dezembro de 1779. O casal teve dois filhos, Eugênio de Beauharnais, e Hortência de Beauharnais.

Não há muitas informações sobre a saúde de Alexander. Ele foi guilhotinado a mando de Robespierre, em Paris, na data de 23 de julho de 1794, aos 34 anos de idade.

Josefina de la Pagerie, nascida em 23 de junho de 1763, em Rueil-Malmaison, França.

Josefina casou-se aos 15 anos com Alexander de Beauharnais. Após a morte do marido, teve novo casamento com Napoleão Bonaparte em 1796. Napoleão adotou como seus os filhos do primeiro casamento de Josefina.

Apesar do casamento não apresentar grandes problemas, Bonaparte quis o divórcio em 1809. Afinal, o imperador da França precisava de uniões que envolvessem políticas de Estado, tanto que um ano mais tarde se casou com Maria Luísa de Habsburgo-Lorena, irmã de D. Leopoldina.

Não há relatos sobre a saúde, tampouco a causa mortis de Josefina que ocorreu no dia 29 de maio de 1814, em Rueil-Malmaison, aos 51 anos de idade.

4.3.2 Avós maternos

Maximiliano I José, do Reino da Bavária, nascido em Schwetzingen, em 27 de maio de 1756. Casou-se com Augusta Guilhermina de Hesse-Darmstadt em 30 de setembro de 1785. O casal teve cinco filhos, entre eles a princesa Augusta Amelia, mãe de D. Amélia.

Maximiliano foi um dos grandes colaboradores de Napoleão Bonaparte. Por isso, conseguiu se tornar Rei da Baviera, em 1805. Mesmo com a queda do Imperador da França, soube manter sua posição e Reino, apesar das hostilidades, principalmente da Áustria. Em 1818, ele outorgou para seu país uma constituição liberal.

Não há muitas informações sobre sua saúde. Nem sobre sua morte em 13 de outubro de 1825, na cidade de Munique, aos 69 anos de idade.

4.3.3 Pai

Eugênio de Beauharnais, nasceu em Paris dia 3 de setembro de 1781, filho de Alexander de Beauharnais e Josefina de la Pagerie.

Filho do primeiro casamento de Josefina, ele foi adotado por Napoleão Bonaparte. Lutou ao lado do Imperador da França nas Guerras Napoleônicas, onde obteve, por méritos próprios, a confiança de Bonaparte. Por estes motivos, foi enviado para Milão, onde assumiu o Vice-Reinado da Itália, em 1805.

Casou-se com a princesa Augusta Amélia, filha de Maximiliano I da Bavaria, em 14 de janeiro de 1806. O casal teve sete filhos.

Com a queda de Napoleão, Eugênio foi com sua família para Baviera, onde faleceu em decorrência de apoplexia, no dia 21 de fevereiro de 1824, em Munique, aos 43 anos de idade.

4.3.4 Mãe

Princesa Augusta Amélia, nasceu em 21 de julho de 1788, em Estrasburgo.

Não há muitas informações sobre a saúde da princesa Amélia Augusta, acredita-se que tenha falecido de causas naturais. O óbito ocorreu na presença da filha D. Amélia e da neta D, Maria Amélia, filha de D. Amélia e D. Pedro I, em Munique, no dia 13 de maio de 1851, aos 63 anos de idade.

4.3.5 Alimentação

Algumas bibliografias citam que D. Amélia comia carne de aves, suínos e peixes etc., além de verduras e legumes (Schimidt, 1927; Torres, 1947). Obviamente com as perdas odontológicas, D. Amélia deve ter optado por uma dieta sem alimentos demasiadamente duros e ásperos, mas sim cozidos e mais elaborados, conforme foi observado nas análises odontológicas que estarão no próximo capítulo desta pesquisa.

4.3.6 Bebidas alcoólicas

É possível que ela consumisse vinho e licores, mas sempre de forma moderada.

4.3.7 Atividades físicas

D. Amélia tinha uma vida sedentária, embora gostasse de equitação (Torres, 1947).

4.3.8 Gestação

Ela se casou com D. Pedro I em 1829. O casal teve uma única filha, princesa Maria Amélia, nascida em Paris, em 1º de dezembro de 1831.

4.3.9 Doenças desde a infância e óbito

Não há muitas informações sobre doenças que D. Amélia teve na sua infância, adolescência e vida adulta, mesmo que ela, pessoalmente, tenha dado assistência para o marido, filha e demais pacientes vítimas de várias epidemias em Portugal e na Ilha da Madeira.

Segundo cartas pesquisadas entre 2011 e 2012, nos arquivos do Museu Imperial, em Petrópolis, D. Amélia sofria de angina pectoris desde 1834, da época do óbito de D. Pedro. Ela também apresentava lesões nas paredes dos pulmões. Desta forma, o quadro clínico era muito grave. Em 1871, com base também em documentos dos Arquivos do Museu Imperial, ela teve febre, bronquite e sufocação. Mas se recuperou. No ano seguinte, 1872, sofreu edema nas extremidades inferiores, novamente falta de ar e bronquite capilar. Estes relatos estão em boletins médicos enviados pelos doutores Francisco Antônio de Barral, Manuel Carlos Teixeira e Antônio Maria Barbosa para o imperador D. Pedro II (Ambiel, 2013). D. Amélia sofreu um colapso cardíaco e entrou em óbito no dia 26 de janeiro de 1873, às 5 horas da manhã, aos 60 anos de idade, no Palácio das Janelas Verdes, em Lisboa.

5 MONUMENTO À INDEPENDÊNCIA

Uma das principais preocupações de D. Pedro I e de seus aliados políticos era a união territorial do Brasil, a formação da nação brasileira após a independência. Tarefa difícil dentro de uma população tão heterogênea em todos os sentidos como a brasileira. Logo, havia a necessidade de símbolos, como a criação da primeira bandeira do Império, momentos glamorosos como foi a aclamação de D. Pedro I, em 12 de outubro de 1822 (Dolhnikoff, 2017; Pimenta, 2022). E a construção de um monumento no local onde aconteceu o fato, a independência, a liberdade da nação. No ano de 1823, José Bonifácio determina a construção de um monumento no Ipiranga, atendendo na localização aproximada informada por D. Pedro (Oliveira, 1995). O local era próximo da estrada Caminho do Mar, uma região com muitas chácaras e "vendas" de beira de estrada, distante aproximadamente 6 quilômetros da vila de São Paulo (Ambiel, 2013; Silva, 1973; Taunay, 1937). Já em 1824, o Presidente da Província da São Paulo Lucas Monteiro de Barros procurou arrecadar fundos junto a população para que a edificação fosse construída e, com isso começou a aparecer as comissões para colocar este projeto em prática. Uma pedra fundamental foi usada para demarcar o espaço, em 1825, para que não fosse esquecido (Farah, 2004; Oliveira, 1995). Durante o Segundo Reinado, em 1870, o artefato foi retirado do Ipiranga e levado para o palácio do Presidente da Província, pois tanto o governo da província como a Câmara Municipal de São Paulo pretendiam já colocar os alicerces da obra. Mais uma vez não houve sucesso e as obras não foram iniciadas. Cinco anos depois, 1875, João Teodoro Xavier, presidente da Província, mandou que a pedra fosse recolocada no espaço, dentro de uma urna de ferro, visando a preservação. Mas o local exato onde a pedra foi retirada havia se perdido. Logo, a pedra foi colocada na área em que está o edifício do Museu Paulista da USP (Ambiel, 2013). Recentemente uma pesquisa realizada pela equipe do Prof. Dr. Jorge Pimentel Cintra, da Escola Politécnica e Museu Paulista USP, apresentou o resultado com base em leituras cartográficas históricas e GPS para indicar o local da Proclamação da Independência do Brasil (Cintra, 2022).

A Comissão do Monumento à Independência é instaurada sob supervisão da Câmara Municipal de São Paulo, com o objetivo de procurar, de fato, erguer o monumento e promover o momento da Independência do Brasil proclamada no Ipiranga (Oliveira, 1995). Esta Comissão foi a responsável pela encomenda da tela Independência ou Morte junto ao pintor Pedro Américo. Logo esta comissão lançou loterias etc., na tentativa de angariar fundos. Porém, os grandes problemas para construção do Monumento a Independência, no Ipiranga, não eram apenas financeiros, mas também de logística, uma vez que o acesso ao bairro era difícil

(Ambiel, 2013). A construção do Monumento à Independência só foi viabilizada em 1885, com a abertura da Estação Ferroviária do Ipiranga, da linha São Paulo Railway e a abertura da Avenida D. Pedro I que possibilitaram a chegada de materiais para edificação (Farah, 2004; Oliveira, 1995). Para a construção foram analisados vários projetos. O escolhido pelos políticos paulistas foi o trabalho do engenheiro e arquiteto italiano Tommaso Gaudenzio Luigi Pucci. A obra foi concluída em 1890, um ano após o golpe militar de 15 de novembro de 1889, no início do período republicano, ou seja, uma época que havia muita oposição, inclusive com repressões violentas com relação ao que remetia o período monárquico brasileiro. D. Pedro II e sua família foram mandados para o exílio em 16 de novembro de 1889. A ideologia republicana brasileira daquele momento fazia uma nova "construção" da história, da memória coletiva do povo brasileiro, onde tudo que era ligado ao regime deposto em 1889 deveria ser associado ao ultrapassado, ou seja, deveria ser manipulado e, com o passar do tempo, se possível, esquecido (Le Goff, 1990). O importante era o moderno, o progresso, ideais estes que, segundo os apoiadores do golpe militar de 15 de novembro de 1889, representavam o pensamento republicano brasileiro. Assim, o edifício, que deveria ser o Monumento à Independência, se transformou em escola pública depois, em museu de história natural. No ano de 1963, o prédio foi incorporado a Universidade de São Paulo como Museu Paulista da USP, conhecido pela população como Museu do Ipiranga (Ambiel, 2013).

No início do século XX, mesmo com ideologias contrárias, São Paulo ainda sonhava com a construção de um monumento, não um prédio, mas um panteão para ser dedicado apenas a Independência do Brasil e posteriormente ter uma abertura no subsolo com a capacidade de abrigar os restos mortais de D. Pedro I e D. Leopoldina. A construção que deveria ser feita na área do Parque da Independência, próximo ao riacho do Ipiranga, foi autorizada em 1912, pelo Presidente do Estado de São Paulo, Francisco de Paula Rodrigues Alves. Os admiradores da Independência do Brasil, que não necessariamente eram monarquistas, sonhavam com a edificação pronta para o centenário da Independência, em 1922. Um concurso foi promovido pelo Governo do Estado de São Paulo em 1917. E o projeto vencedor foi dos italianos Ettore Ximenes e Manfredo Manfredi; a construção em granito e bronze pertence ao estilo neoclássico, onde personagens políticos ligados a independência, movimentos políticos, o frontão Independência ou Morte, representações de indígenas dividem espaço com figuras da mitologia greco-romana, características do neoclássico, muito comum na arte, arquitetura do século XIX, início do século XX (Ambiel, 2013; Farah, 2004). O simbolismo que esta obra procurou representar foi a bravura e união do povo brasileiro em busca da liberdade através da história.

A inauguração do Monumento aconteceu mesmo em 1922. Porém, a obra só foi concluída em 1926.

Mas, mesmo sem acesso ao interior da edificação, muitos paulistanos e turistas que visitavam a cidade iam ao espaço, seja para conversas de amigos, namoros, passeios de família etc. Há fotografias de soldados constitucionalistas na área do Monumento, em 1932.

A escavação para a construção da Capela ou Cripta Imperial só aconteceu em 1952, e inaugurada em 1954 com a chegada dos remanescentes humanos de D. Leopoldina.

Chefes de Estado em visita a cidade de São Paulo passavam pelo Monumento à Independência, entre eles a rainha Elizabeth II, em 1968.

O Monumento à Independência recebe muitos visitantes, inclusive internacionais. O espaço é aberto ao público de terça-feira até domingo, no horário dás 9h às 17h.

Assim como aconteceu no passado, o Parque da Independência, onde localiza-se o Monumento, é muito frequentado pela população geral para práticas esportivas, passeios e lanches entre amigos e famílias, brincadeiras de criança, e obviamente como espaço cultural, já que possui também a famosa Casa do Grito, retratada na obra de Pedro Américo e o Museu Paulista da USP. As visitações ao Monumento à Independência crescem muito no dia 7 de setembro, feriado da Independência do Brasil, onde milhares de pessoas visitam seu espaço interno onde está a Cripta Imperial.

Mas infelizmente, os atos de vandalismo permanecem no espaço. Na década de 1990, moradores do bairro do Ipiranga junto com a Associação Comercial, Clube Atlético Ipiranga, Faculdade Associadas Ipiranga, atual UNIFAI, e a extinta Universidade São Marcos se uniram para a preservação do local. Inclusive, uma matéria publicada no jornal o Estado de São Paulo, de 10/3/1997, página C-4, pela jornalista Cláudia Fontoura, mostrou que a Universidade São Marcos promoveu naquele ano um novo trote para receber os calouros do Curso de Comunicação Social. Esse trote era exatamente a limpeza das escadas externas do Monumento à Independência feita pelos alunos novatos que segundo a matéria, retiram um volume muito grande de lixo do espaço das escadarias e no entorno da edificação. Os estudantes criaram um slogan para esse trabalho: “Seja bicho, não seja lixo”. Em forma de repúdio a ausência de educação de alguns frequentadores, os estudantes usaram camisetas pretas. Segundo a reportagem feita, todo material de limpeza usado foi custeado pela instituição de ensino, que também contratou um trio elétrico para animar a atividade dos calouros. Esse material citado faz parte do nosso arquivo pessoal.

5.1 TRANSLADO DOS CORPOS DOS IMPERADORES

5.1.1 D. Leopoldina

A cidade do Rio de Janeiro no início do século XX passava por um processo de reurbanização. Logo, o Convento Nossa Senhora da Ajuda, local onde os remanescentes humanos de D. Leopoldina e outros membros da família imperial do Brasil foram depositados, precisava ser demolido para construção da Cinelândia, além da abertura do Avenida Rio Branco. E para complicar a situação das autoridades cariocas, a família imperial do Brasil estava no exílio, ou seja, sem condições deles mesmos decidirem onde estes despojos seriam reinumados. Com base num documento que se encontra no Arquivo do Museu Imperial, em Petrópolis, assinado por A.R. Gomes de Castro, de 28 de novembro de 1911, observou-se que havia a intenção da construção de um monumento no Rio de Janeiro, em mármore e bronze para abrigar os corpos dos membros da família imperial, e os custos desta obra seriam divididos entre os governos: federal, estadual e municipal, além de doações da população. A edificação seria no Cemitério São João Batista, mas a ideia foi abandonada. A outra sugestão era a igreja Nossa Senhora do Carmo, que foi a antiga Capela Imperial onde foram realizadas cerimônias presenciais dos matrimônios de D. Pedro e D. Leopoldina e D. Pedro e D. Amélia, bem como a coroação de D. Pedro I, e que naquele início de século XX era a Catedral do Rio de Janeiro. Porém, a inciativa não deu certo por não haver lugar apropriado para abrigar tal edificação. Da mesma forma aconteceu com a igreja do Outeiro da Glória, muito frequentada por D. Leopoldina, mas também sem um espaço adequado. Logo, a saída foi transladar os restos mortais de D. Leopoldina e dos filhos D. Pedro Carlos e D. Paula Mariana e de demais membros da família imperial para o Convento Santo Antônio, no Largo da Carioca; os translados foram feitos em 1911, o cortejo recebeu honras militares do governo republicano (Ambiel, 2013).

Na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, nº CLXXV, há um artigo escrito pelo então Chefe da Divisão do Arquivo Histórico da Prefeitura do Município de São Paulo Prof. Eduardo de J.M do Nascimento, que em meados do ano de 1951, a Prefeitura de São Paulo começou a pensar na abertura de um Cenotáfio, ou seja, um túmulo vazio, no Monumento à Independência, para abrigar os restos mortais de D. Pedro I. A inauguração ocorreu no dia 7 de setembro de 1952, na presença do então Prefeito de São Paulo, o Sr. Armando de Arruda Pereira e do Chefe da Casa Imperial do Brasil, o príncipe D. Pedro Henrique de Orleans e Bragança, descendente de D. Leopoldina, inauguraram o espaço, no subsolo do Monumento à Independência (Nascimento, [s.d.]).

D. Leopoldina foi a única monarca brasileira a ser sepultada no país, pois faleceu em 1826, no Rio de Janeiro.

No início da década de 1950, a cidade de São Paulo se preparava para comemorar seu IV Centenário, e vários eventos foram programados na cidade. E como parte dos festejos que marcariam esta data, o Instituto Histórico Geográfico de São Paulo, IHGSP, junto com a Prefeitura do Município de São Paulo, fizeram muitos esforços para conseguir transladar os remanescentes humanos da imperatriz D. Leopoldina para o Monumento à Independência. Para isso, o primeiro passo foi escavar o espaço da Capela ou Cripta Imperial, em 1952, e depois as permissões (Ambiel, 2013).

As autoridades governamentais, assim como a família imperial não fizeram objeções. Tanto D. Pedro Gastão quanto D. Pedro Henrique apenas solicitaram que o local fosse consagrado pela Igreja Católica Apostólica Romana, e que fosse uma capela onde houvesse celebrações de missa. Afinal, não só a imperatriz, mas toda família imperial é católica. Porém, o problema encontrado pelo IHGSP foi exatamente a Igreja Católica, no Rio de Janeiro, que não aprovava o translado dos restos mortais da imperatriz para um local laico. Importante lembrar que os despojos de D. Leopoldina estavam no Convento Santo Antônio, por este motivo a permissão das autoridades eclesiásticas do Rio de Janeiro eram fundamentais para o translado.

O IHGSP forneceu acesso as trocas de correspondência entre o Instituto e os representantes da Igreja. Ao observar estes documentos fica clara a resistência dos religiosos. Em 8 de outubro de 1954, o Dr. Dácio Pires Correia, diretor do IHGSP, enviou uma carta ao frei Ludovico Gomes Castro, responsável pela ordem religiosa que tinha a guarda dos despojos de D. Leopoldina. O Dr. Dácio já havia enviado um representante do IHGSP, o Dr. Everaldo Seixas Martinelli para se reunir com o religioso frei Heliodoro Mueller, ministro provincial da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, cujo objetivo era obter a permissão para o translado do corpo da imperatriz para São Paulo. O IHGSP teve como resposta que o frei Heliodoro estaria na cidade de Palmas, no Paraná. O Governo Federal autorizou que uma aeronave da Força Aérea Brasileira auxiliasse o Instituto neste trabalho. Logo, o Dr. Martinelli foi para Palmas; chegando à cidade, ele foi informado que o religioso havia viajado para Chapecó, em Santa Catarina. Em Chapecó foi informado que o religioso não se encontrava mais na cidade, e tinha ido para Erechim, no Rio Grande do Sul. Diante de todos estes desencontros, Martinelli escreveu para o frei Ludovico, na esperança que este religioso pudesse dar autorização para o translado. Apenas no dia 9 de outubro, o então arcebispo do Rio de Janeiro, D. Jaime Cardeal Câmara autorizou o translado, mas sem esconder o descontentamento:

“Embora não fosse ouvida em tempo a autoridade eclesiástica do Rio de Janeiro, em cujo território e jurisdição se acham depositados os despojos da primeira imperatriz do Brasil, resolvemos não pôr embargo à sua transladação” (Arquivo do IHGSP – Carta Arcebispo do Rio de Janeiro, 9/10/1954).

Antes de deixar o Rio de Janeiro, que ainda era Distrito Federal, os remanescentes humanos da imperatriz receberam honras militares e eclesiásticas. O embarque para São Paulo aconteceu em 10 de outubro. A Ata da Trasladação dos Despojos da imperatriz D. Leopoldina foi assinada pelo Ministro de Estado dos Negócios da Cultura e Educação, o Prof. Cândido Mota Filho; pelo Secretário da Educação e Cultura do Município de São Paulo, o Prof. Valério Giuli, que foi, inclusive, representante da Prefeitura Municipal de São Paulo; frei Oscar Moch, guardião do Convento Santo Antônio; Eldino da Fonseca Brancate, representante do IHGSP e Olavo Siqueira Ferreira, representante pessoal do Prof. Dr. Ernesto de Souza Campos, diretor do IHGSP, que se encontrava enfermo. A partir deste momento os restos mortais da imperatriz D. Leopoldina passavam para responsabilidade da municipalidade da cidade de São Paulo. A chegada do corpo de D. Leopoldina à cidade de São Paulo foi no próprio dia 10 de outubro. Honras militares foram prestadas, principalmente pela Força Pública do Estado de São Paulo, uma vez que o féretro com o corpo da imperatriz foi conduzido por uma viatura do Corpo de Bombeiros, bem como escoltado por cavalarianos do Regimento de Cavalaria. Durante a visitação pública de dois dias na Catedral da Sé, uma guarda de honra foi formada com cadetes do Curso de Formação de Oficiais da Academia do Barro Branco, até a manhã do dia 12 de outubro.

Após a celebração de uma missa solene em memória da imperatriz, com a presença de autoridades civis, militares e de membros da família imperial do Brasil, a urna funerária, coberta pela bandeira do Império do Brasil, seguiu para o Monumento à Independência, também com honras militares e com uma multidão de pessoas que queriam prestar suas homenagens para a primeira imperatriz do Brasil, aquela que foi sua soberana. No Monumento, mais honras militares foram prestadas, como 21 salvas de canhões, um longo toque de silêncio foi tocado e esquadrilhas da Força Aérea Brasileira sobrevoaram o Monumento em homenagem à D. Leopoldina (Revista IHGSP, LV, 1959, pp. 239-265; Nascimento, [s.d]). Neste momento o Cenotáfio do Monumento se tornou Panteão. Já no ano de 1959, através do Decreto Municipal nº 4.420, de 19 de outubro, o prefeito de São Paulo Ademar de Barros transformou o Panteão em Capela Imperial de São Paulo (Nascimento, [s.d.]).

5.1.2 D. Pedro I

Desde as últimas décadas do século XIX o Brasil desejava transladar os restos mortais de D. Pedro I para o país, apesar de todos os problemas políticos que culminaram com a abdicação, em 7 de abril de 1831. Afinal, ele havia proclamado a Independência, era o responsável pela formação do Estado Livre chamado Brasil. Contudo, ele também era D. Pedro IV, rei de Portugal, rei Soldado, duque de Bragança que havia libertado os portugueses das opressões do absolutismo. Por este motivo, o Brasil demorou mais de um século para conseguir este translado. Na noite de 13 de agosto de 1971, o povo brasileiro foi pego de surpresa por um pronunciamento, em rede nacional, do então presidente da república, o general Emílio Garrastazu Médici, que comunicou o acordo entre o governo brasileiro e o presidente da república de Portugal, almirante Américo Deus Rodrigues Thomaz para o translado dos despojos de D. Pedro I, imperador do Brasil, D. Pedro IV, rei de Portugal para o Brasil, como parte das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, que foi comemorado no ano seguinte, em 1972 (Ambiel, 2013; Correa, 1972).

Este translado foi um dos principais acontecimentos dos 150 anos da Independência do Brasil. Esta ação foi vista tanto pelo governo brasileiro como pelo governo português como uma forma de reaproximação cultural e de amizade entre os dois países.

O corpo de D. Pedro I chegou ao Rio de Janeiro em 22 de abril de 1972, trazido pela embarcação Funchal, da Marinha Portuguesa. A urna funerária de D. Pedro foi conduzida até o Monumento aos Pracinhas, no Aterro do Flamengo, onde houve a entrega oficial dos restos mortais realizada pelo presidente da República português para o presidente da república brasileiro. Após este ato oficial, que contou com honras militares e com a população do Rio de Janeiro, o ataúde de D. Pedro foi conduzido até o Palácio da Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, que foi residência de Pedro I e sua família no Brasil. O féretro ficou exposto no local para visitação pública por três dias, com a guarda de honra formada pelos conhecidos Dragões da Independência. Estes cavalarianos foram oficializados como guarda de honra imperial pelo próprio D. Pedro I, em 1º de dezembro de 1822. Atualmente é o 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, unidade motorizada e hipomóvel do Exército Brasileiro, com sede em Brasília-DF (Ambiel, 2013).

Depois, o corpo do imperador visitou as capitais e algumas cidades brasileiras, numa forma de repetir os atos de D. Pedro, enquanto governante do Brasil, visando à união do país. Nestas cidades, os remanescentes humanos de D. Pedro foram recebidos com muita festa e carinho da população, exceto no Recife, onde recebeu protestos do Instituto Arqueológico

Histórico Geográfico Pernambucano pela repressão violenta de D. Pedro, então imperador do Brasil, durante a revolta separatista conhecida como Confederação do Equador, que eclodiu em 1824.

A chegada dos restos mortais do imperador à São Paulo aconteceu em 3 de setembro de 1972. A visitação pública foi aberta no Palácio dos Campos Elísios, então sede do Governo do Estado, até 6 de setembro, quando a urna funerária foi conduzida por uma viatura de combate do Exército Brasileiro até o Monumento à Independência, onde recebeu honras militares, inclusive dos Dragões da Independência, e da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Muitas autoridades civis e militares se encontravam no Monumento, entre eles o presidente da República do Brasil e o primeiro-ministro de Portugal Marcelo Caetano. A população paulista acompanhou todo o trajeto e as cerimônias no Parque da Independência.

Entretanto, quando o ataúde com os remanescentes humanos do imperador desceu para Capela Imperial do Monumento, observou-se que a urna era maior que o sarcófago de granito que iria abrigá-lo. Logo, a primeira saída encontrada pela Prefeitura do Município de São Paulo, responsável pelo Monumento à Independência, foi por manter o ataúde de D. Pedro exposto no meio da Capela até conseguir lajes de granito maiores para construção de um novo sarcófago. Até 1975, a situação do ataúde era a mesma, questão essa criticada por autoridades portuguesas (Ambiel, 2013; Coutinho 1975). Não há informação de uma data exata quando este problema foi solucionado.

De acordo com os relatos apresentados na pesquisa arqueológica realizada no ano de 2012, os restos mortais de D. Pedro estavam completamente desarticulados, sem posição anatômica, onde a mandíbula foi evidenciada na região parietal superior do crânio, com o mento voltado para cima, o que demonstrou um total desrespeito, não com o monarca, mas com o ser humano Pedro, que teve sua imagem usada tanto por Portugal como pelo Brasil, como propaganda política. Essa "relação" com o regime militar pode ter produzido uma determinada rejeição por parte das autoridades civis, após 1985, e contribuído, ainda mais, para o abandono do local (Ambiel, 2013).

D. Pedro não teve qualquer intenção de voltar ao Brasil, ao que tudo indica, inclusive morto. Logo, o translado de 1972 foi uma mera questão de propaganda política, na qual a vontade da pessoa, do dono do corpo foi ignorada (Le Goff, 1999). Situação similar ocorreu em 2022[7], com o translado do coração de Pedro de Bragança e Bourbon para o Brasil, realizado pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, para as comemorações do bicentenário da

[7] Importante ressaltar que 2022 foi ano eleitoral no Brasil

independência, entre os dias 23 de agosto e 9 de setembro de 2022, em Brasília. O órgão foi doado por ele próprio para a Cidade do Porto e deveria ficar para sempre preservado na Igreja Nossa Senhora da Lapa.

5.1.3 D. Amélia

D. Amélia de Beauharnais ou D. Amélia de Leuchtenberg foi a segunda esposa de D. Pedro I. Ela chegou ao Brasil no final de 1829 e retornou para Europa com D. Pedro após a abdicação, em 1831. Ou seja, viveu muito pouco tempo no país, e pode ser que por este motivo tenha sido uma pessoa não muito conhecida dentro da história brasileira.

Entretanto, talvez até numa forma de introduzir a questão do segundo casamento de D. Pedro I e tornar a imperatriz D. Amélia mais conhecida dos brasileiros, no ano de 1979, que marcou os 150 deste matrimônio, a Pinacoteca do Estado de São Paulo inaugurou uma exposição, cujo título foi: Pedro e Amélia - Amor e Fidelidade para lembrar a data. Amor e Fidelidade era a frase que compunha a Ordem da Rosa, criada por D. Pedro I, em 1829, para homenagear a nova esposa, que amava esta cor. A condecoração passou a ser a mais importante do Império. O acervo mostrado nesta exposição foram litografias, cartas e objetos ligados ao casal D. Pedro e D. Amélia. Porém, durante este evento que surgiu a ideia de transladar os remanescentes humanos de D. Amélia para o Brasil e, depositá-los no Monumento à Independência. Para isso formaram uma comissão com a presença de membros das secretarias de cultura do Estado e da Prefeitura de São Paulo, além do diretor do Museu Imperial, em Petrópolis, Prof. Lourenço Luiz Lacombe e membros do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo. Esta comissão recebeu apoio do Governo Federal através do Ministério das Relações Exteriores que obteve a permissão das autoridades portuguesas para o translado do corpo da imperatriz, que estava sepultada até então no Panteão dos Bragança, no Mosteiro São Vicente de Fora, mesmo local que foi sepultado D. Pedro e a única filha do casal, a princesa D. Maria Amélia.

A comitiva brasileira que foi receber o corpo da imperatriz em Lisboa era composta de aproximadamente 19 pessoas e entre elas havia cientistas que auxiliaram na exumação dos restos mortais de D. Amélia, e os acondicionaram para o transporte ao Brasil. O corpo da princesa D. Maria Amélia também foi transladado para o Brasil, junto com a mãe. A despedida dos remanescentes humanos da duquesa de Bragança pelos portugueses foi realizada com honras religiosas e militares.

Os despojos de D. Amélia e da filha chegaram ao Brasil a bordo de um voo de carreira, no Rio de Janeiro, no dia 7 de abril de 1982, foram embarcados imediatamente numa aeronave da Força Aérea Brasileira para o Aeroporto de Congonhas, em São Paulo. Na cidade, os ataúdes seguiram para a Catedral da Sé, embarcados numa viatura de combate do Exército Brasileiro. Após uma missa solene, os remanescentes humanos de D. Amélia seguiram para o Monumento à Independência, no Ipiranga, enquanto o corpo da princesa D. Maria Amélia foi levado por uma viatura do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo para o Mosteiro da Luz, zona norte da cidade paulista, onde foi embarcado no dia seguinte para o Convento Santo Antônio, no Largo da Carioca, Rio de Janeiro, mesmo local que abrigou os restos mortais da imperatriz D. Leopoldina até 1954.

No Monumento à Independência o corpo da segunda esposa de D. Pedro I recebeu honras militares da mesma forma que D. Leopoldina e D. Pedro, incluindo salvas de artilharia. Além de autoridades civis e militares, uma multidão de pessoas aguardava a chegada do corpo da imperatriz no Parque da Independência.

Só que a Capela Imperial foi construída para abrigar somente os corpos de D. Pedro I e D. Leopoldina, responsáveis pela independência do Brasil. D. Amélia estava fora deste contexto. Logo, a forma encontrada pela Secretaria de Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo na época foi escavar uma das paredes laterais da Capela, próximo do sarcófago de D. Pedro para a construção de um nicho funerário para abrigar os remanescentes humanos da imperatriz. Este local ficou pronto em agosto de 1982 (Ambiel, 2013).

Na segunda metade da década de 1980, os restos mortais de D. Pedro e D. Leopoldina foram transladados para o Salão Nobre do Museu Paulista da USP, no Ipiranga, onde os ataúdes foram expostos, o de D. Leopoldina coberto pela bandeira do Império do Brasil e o de D. Pedro coberto pela bandeira do Reino de Portugal, bem à frente da tela histórica de Pedro Américo. Este translado foi feito para que algumas obras fossem realizadas na Capela Imperial. Não existem informações sobre o tempo em que os corpos dos monarcas permaneceram no Museu Paulista, mas o retorno ocorreu ainda na década de 1980. Nos dois eventos houve honras militares e cerimônias religiosas católicas (Ambiel, 2013).

5.2 PROBLEMAS ESTRUTURAIS DO MONUMENTO À INDEPENDÊNCIA

Conforme já foi inserido nesta pesquisa, a construção do Monumento à Independência, no bairro do Ipiranga, em São Paulo, é uma área de aterro, próxima do riacho do Ipiranga, em uma área propícia para alagamentos. Durante muitas vezes por anos, nas décadas de 1970, 1980,

1990 e anos 2000 o espaço era interditado para visitações públicas. Boatos e até matérias na mídia sobre alagamentos no interior da Cripta Imperial não eram raros. Obras para conter estes problemas foram realizadas no decorrer destas décadas, mas o objetivo não foi alcançado. Inclusive, no ano 2000 o Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura do Município de São Paulo escavou as paredes do nível superior da Capela Imperial para abertura do espaço museológico, que visa um melhor acesso ao local, bem como uma área para exposições museológicas. Durante estas obras foi dada uma atenção a questão da infiltração de água no espaço. Apesar destas inundações terem sido reduzidas, a umidade no interior do Monumento à Independência continua sendo um problema. Desta forma, o quanto esta umidade poderia afetar os remanescentes humanos dos primeiros imperadores do Brasil e o que poderia ser feito no século XXI para evitar uma possível deterioração dos corpos foram as preocupações, as perguntas, os questionamentos para as pesquisas arqueológicas desenvolvidas no ano de 2012. E dentro destes questionamentos que fizeram parte do projeto durante as pesquisas de mestrado, surgiu um outro questionamento sério: se os despojos dos imperadores estavam mesmo sepultados no local (Ambiel, 2013).

5.3 PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS

O projeto de pesquisa de mestrado intitulado: “Estudos de Arqueologia Forense Aplicados aos Remanescentes Humanos dos Primeiros Imperadores do Brasil Depositados no Monumento à Independência” foi apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (MAE/USP), no ano de 2010. O objetivo principal deste trabalho era exatamente responder estes questionamentos. Para isso, foi necessária a permissão dos órgãos públicos responsáveis pelo Monumento à Independência, e inclusive uma portaria de pesquisa publicada no Diário Oficial da União, por parte do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), bem como do Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo (DPH) e a publicação da permissão em Diário Oficial do Município. Para conseguir estes documentos, foram necessários muitos meses de trabalho, onde houve indagações por parte dos órgãos sobre as metodologias que seriam aplicadas, se não havia riscos para os corpos e para os colaboradores que atuavam no Monumento, e logicamente, os visitantes. A família imperial do Brasil também teve que conceder a permissão através de carta assinada pelo Chefe da Casa Imperial do Brasil, o príncipe D. Luís de Orleans e Bragança, além de seu primo, o príncipe D. Pedro Carlos de Bourbon de Orleans e Bragança. A família imperial do Brasil foi informada de todo projeto,

bem como estiveram cientes dos procedimentos que seriam aplicados nas pesquisas e sempre colaboraram e incentivaram todos os trabalhos científicos desenvolvidos.

A Portaria 37, página 51, foi publicada no Diário Oficial da União no dia 5 de dezembro de 2011, dando permissão do IPHAN para o início das pesquisas arqueológicas de campo. Em virtude dos recessos de final de ano, os trabalhos de campo na Capela Imperial do Ipiranga tiveram início apenas em 23 de fevereiro de 2012, data em que o Museu da Cidade de São Paulo, órgão vinculado à Secretaria de Cultura da Prefeitura de São Paulo, que administra o Monumento à Independência, publicou no Diário Oficial do Município de São Paulo a interdição da área da Capela Imperial do Monumento à Independência (Ambiel, 2013).

Durante os dois anos que antecederam o início dos trabalhos de campo, a pesquisadora responsável pelo projeto entrou em contato com profissionais de dentro e de fora do meio acadêmico, na busca de uma colaboração voluntária para seu projeto de pesquisa. Muitos abraçaram esta ideia, e logo ela também conseguiu apoio de dentro do meio acadêmico, de instituições com o Instituto de Física da USP (IF/USP), Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN), Instituto de Ciências Biomédicas da USP (ICB/USP) etc. O objetivo do auxílio destes colegas era em questões de análises não destrutivas, cromatografia gasosa e análises fúngicas para que não houvesse riscos de contaminação dos corpos, tampouco para os membros da equipe de pesquisa. No dia 27 de fevereiro de 2012, foi aberta a urna funerária de D. Leopoldina, na presença do príncipe D. Bertrand de Orleans e Bragança, representando o irmão D. Luíz, então Chefe da Casa Imperial do Brasil. Felizmente, a tensão de não haver um corpo no local passou, pois parte dos remanescentes humanos de D. Leopoldina foi evidenciada pela pesquisadora, em meio a muitos tecidos e cal que envolviam o corpo. Até este momento, se fosse possível conseguir uma simples radiografia de algum dos membros dos corpos dos imperadores já seria um sonho para pesquisadora responsável. Poucos dias após a abertura da urna funerária de D. Leopoldina, através de um dos colaboradores da pesquisa, ocorreu o contato com os professores doutores: Carlos Augusto Pasqualucci; Paulo Hilário Saldiva e Edson Amaro Júnior, da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP). Estes docentes foram convidados pela pesquisadora para visitar a Capela Imperial e, conhecer de perto a pesquisa que estava sendo desenvolvida. Os colegas da FMUSP gostaram do que viram e ouviram e, resolveram também fazer parte deste trabalho, afinal, a FMUSP estava no início dos trabalhos da Plataforma de Imagem na Sala de Autópsia (PISA), e que poderia colaborar neste aspecto para as pesquisas arqueológicas com exames de virtópsia ou autópsia virtual, que possibilita estudos de correlação radio patológica e permite a integração de áreas do conhecimento seja em nível macroscópico como alterações microscópicas e imuno-histoquimicas. Em outras

palavras, boa parte das informações que a pesquisa arqueológica necessitava para responder muitos dos questionamentos do projeto. E até mesmo, com o acesso das imagens da tomografia, não foi necessária uma intervenção mais drástica e destrutiva por parte do processo da decapagem arqueológica para evidenciar a ossada de D. Leopoldina para análises osteométricas e antropométricas, que foram feitas, inclusive para esta tese de doutorado.

As imagens das tomografias associadas as informações de boletins médicos, que foram interpretados pelo médico ginecologista e obstetra Prof. Dr. Luiz Roberto Fontes, sendo que alguns pertencem aos arquivos do Museu Imperial em Petrópolis, forneceram dados que possibilitaram uma nova hipótese para o óbito de D. Leopoldina, em 11 de dezembro de 1826, diferente de uma morte em decorrência de uma violência física, uma vez que nenhuma lesão foi detectada nas análises das imagens das TCs (Ambiel, 2013).

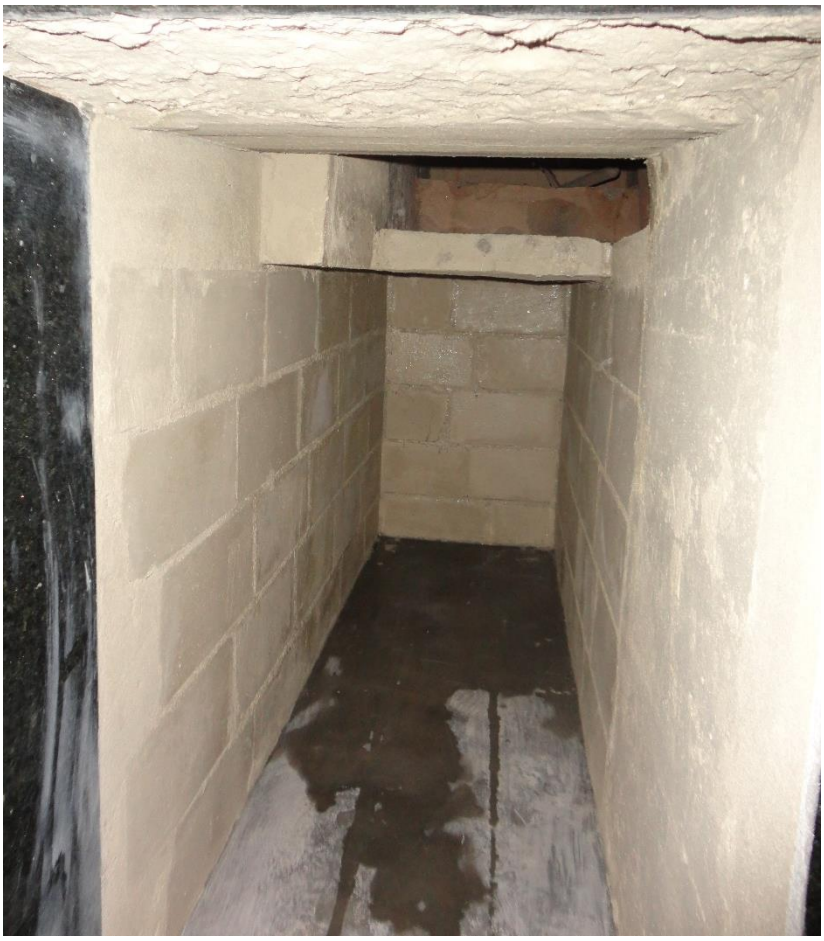
Outra revelação importante desta pesquisa foi o corpo preservado da imperatriz D. Amélia, mesmo após 30 anos num nicho funerário dentro das paredes úmidas do Monumento à Independência. Surpresa maior ainda foi através da tomografia observar que os órgãos internos da imperatriz também estavam preservados. Exatamente por isso, após todas as análises serem realizadas, o corpo de D. Amélia passou por um processo de reembalsamamento, ministrados por técnicos do Serviço de Verificação de Óbitos da Capital da Universidade de São Paulo (SVOC-USP) e pela pesquisadora responsável, sob a orientação do médico patologista Prof. Dr. Carlos Augusto Pasqualucci (Figura 1). Este trabalho foi de fundamental importância para preservação dos remanescentes humanos da imperatriz, uma vez que foram expostos, anteriormente, a uma outra atmosfera, concomitantemente a ações de vários micro-organismos e bactérias. Tanto que a nova urna funerária da imperatriz, adquirida com a colaboração da Fundação Faculdade de Medicina, teve um visor, onde qualquer alteração na preservação dos restos mortais da imperatriz poderia ser detectada, e as devidas providencias poderiam ser tomadas. Em virtude dos despojos da imperatriz terem que retornar para o nicho funerário dentro das paredes úmidas da Capela Imperial (Figura 2), foi feito um acordo de colaboração totalmente voluntária por parte da arqueóloga responsável pela pesquisa com os corpos dos imperadores, o Museu da Cidade de São Paulo e o Serviço de Verificação de Óbitos da Capital da USP, para um monitoramento semanal no corpo da imperatriz, onde temperatura interna e externa da urna funerária seria analisada, bem como grau de umidade, análise da estrutura do féretro, além de observação de possíveis deteriorações da urna funerária que abrigava o corpo, era inicialmente de zinco. Estes serviços foram prestados uma vez por semana pela arqueóloga, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Augusto Pasqualucci, sem qualquer custo para o Museu da Cidade ou para municipalidade de São Paulo. O dia escolhido para esta

atividade eram as segundas-feiras, uma vez que o Monumento é fechado para visitação pública. Em novembro de 2013, foi observada pela arqueóloga uma anomalia na estrutura da urna de zinco, com sinais de deterioração, possivelmente em virtude da umidade das paredes do Monumento que afetou o sepulcro de D. Amélia, (Figuras 3-4). O Museu da Cidade foi comunicado da gravidade da situação. O Prof. Dr. Pasqualucci foi avisado imediatamente, e testes começaram a ser feitos no S.V.O na busca de um material resistente, capaz de suportar a umidade do local. Logo, o aço inoxidável foi o escolhido (Figura 5). O Prof. Dr. Pasqualucci providenciou a aquisição de uma urna funerária feita deste material, sob medida, que coubesse no interior do féretro de madeira de D. Amélia, substituída em 2012, mas ainda sem sinais de deterioração.

O Museu da Cidade autorizou a substituição da urna de zinco pela de aço inoxidável, e novamente o trabalho foi realizado com o suporte, inclusive financeiro, do SVOC-USP. A arqueóloga realizou a limpeza dos remanescentes humanos da imperatriz, pois estavam com um pouco de fragmentos do zinco que havia se deteriorado (Figura 3). Em seguida foi feita a transferência de urna, e novamente foi aplicado substâncias para preservação dos despojos da imperatriz pela pesquisadora (Figura 4). Estas substâncias são uma mistura de um quilo de carvão vegetal, 500 gramas de naftalina, 500 gramas de cânfora e 300 gramas de manganato de potássio. Em separado foram misturados líquidos, dois litros e meio de álcool a 92 %, dois litros de formol e 500 gramas de timol. Estas substâncias compõe o chamado método espanhol, e foi aplicada no interior da urna funerária pela equipe do SVOC-USP. No corpo da imperatriz, nas partes visíveis: face; pescoço, pés, mãos, uma substância a base de timol, álcool, ácido benzóico e formol.

FONTE: Valter D. Muniz (2012)

Figura 1 - Processo de reembalsamamento no corpo de D. Amélia



FONTE: Valter D. Muniz (2014)

Figura 2 - Sepulcro de D. Amélia construído em 2012

FONTE: Valter D. Muniz (2014)

Figura 3 - Remoção de fragmentos de zinco do corpo de D. Amélia

FONTE: Valter D. Muniz (2014)
Figura 4 - Processo de reembalsamamento com o auxílio de luz ultravioleta

FONTE: Valter D. Muniz (2014)
Figura 5 - Corpo de D. Amélia preservado na urna de aço inoxidável

O método espanhol é o que foi ministrado no corpo da imperatriz para o translado em 1982. Isso com base nas análises de amostras de espuma presente na urna funerária que trouxe D. Amélia para o Brasil. Fato importante é: os remanescentes humanos de D. Amélia vieram em três urnas funerárias. De dentro para fora, a primeira era uma urna de madeira rudimentar,

onde estava o corpo da imperatriz, e por causa da viagem precisou receber a proteção de espumas. Esta urna estava envolta de uma placa de chumbo, hermeticamente fechada e inserida numa urna de madeira nobre. A primeira inumação de D. Amélia, em 1873, também respeitou esta tradição dos nobres europeus e da Igreja Católica. Possivelmente, a preservação dos despojos de D. Amélia aconteceu exatamente por conta de todos estes procedimentos que podem ter anulado o processo de decomposição.

O Departamento dos Museus Municipais ligado à Secretaria de Cultura do Município de São Paulo, priorizou, no ano de 2016, que o espaço onde se encontram os restos mortais dos primeiros imperadores do Brasil seja chamado de Cripta Imperial, e não mais Capela Imperial, de acordo com a instituição.

Este trabalho de preservação foi realizado até 23 de fevereiro de 2018, quando o Museu da Cidade de São Paulo decidiu impedir que houvesse a continuidade desse procedimento de preservação realizado pela arqueóloga e o Serviço de Verificação de Óbitos da Capital/USP, sem que fosse apresentada qualquer justificativa plausível. Desde então, não se obteve mais informações sobre os possíveis acompanhamentos de preservação dos restos mortais da imperatriz D. Amélia de Beauharnais, e em que estado essa preservação se encontra.

6 MÉTODOS

Um dos métodos da área de história e arqueologia é obter informação através de fontes primárias, secundária e orais. Diferentemente da área médica, não consiste apenas de uma revisão.

Entre os diferentes procedimentos metodológicos que possibilitam a produção do conhecimento histórico, arqueológico e antropológico um instrumento importante é a utilização de diferentes fontes. As fontes históricas são documentos que através de suas informações permitem ao historiador, arqueólogo compreender e interpretar a História, o comportamento humano, as ações e reações. Muitas vezes acontecimentos do passado, personagens, edificações etc., são relegados ao esquecimento, a deturpação para atender vários interesses, principalmente políticos. Esse tipo de atitude o historiador francês Jacques Le Goff chama de "manipulação da memória coletiva", é quando a narrativa é "reformulada" para atender objetivos de terceiros. Ou simplesmente, quando não se consegue destruir determinada ideia ou edificação, relega-se ao esquecimento (Le Goff, 1990). Essa pesquisa trouxe três pequenas biografias: D. Pedro I; D. Leopoldina e D. Amélia, figuras conhecidas do Brasil e parte da Europa no século XIX. Mas quem foram esses três indivíduos com relação a saúde; hábitos, aparência física. Como a figura, a vida destes personagens foi trabalhada dentro da narrativa histórica desde o século XIX até os dias atuais, ou seja, principalmente na memória de portugueses e brasileiros, de forma intrínseca, também no contexto histórico destes países (Le Goff, 1999). Em História ou Arqueologia, assim como em toda ciência, tudo começa com a pergunta, questões para serem respondidas. A partir daí, os pesquisadores dessas áreas do conhecimento buscam a metodologia e as informações para sua pesquisa: bibliográficas; fontes escritas; materiais; imagens e fontes orais entre outras.

As fontes primárias podem ser classificadas nos seguintes tipos:

A – Fontes Escritas:

Documentos Oficiais são textos que trazem, de fato, informações oficiais como: certidões de batismo; atas; decretos; nascimento; casamento; testamentos; óbitos etc.;

Documentos não oficiais ou secundários são textos que não são documentos oficiais, mas que trazem importantes informações que complementam o entendimento do contexto de cada época e, por isso são chamados em história de documentos, como por exemplo: cartas, diários, relatórios, jornais, cadernos, anotações, revistas etc.;

B – Fontes Materiais ou Cultura Material, cujo estudo mais aprofundado pertence a área de arqueologia. Os objetos analisados podem ser: ferramentas, pedras, armas, insígnias, roupas,

utensílios, ossos humanos, joias, ornamentos etc., enfim tudo que foi fabricado, modificado ou sofreu algum tipo alteração provocada pela ação do ser humano;

C – Fontes Iconográficas e Imagéticas são: retratos, litografias, fotos, pinturas, mapas, quadros, imagens radiológicas, imagens tomográficas, imagens de ressonância magnética;

D – Fontes Orais ou tradições orais são: relatos orais através de entrevistas ou conversas, ditos ou ditados populares, provérbios, lendas, depoimentos, cantigas populares etc. (Orser, 1992).

Nesse trabalho foram usadas fontes históricas, arqueológicas e antropológicas escritas, materiais, iconográficas e imagéticas e orais.

Entre as fontes escritas, devem ser destacados os boletins médicos obtidos, através de consultas realizadas no Arquivo do Museu Imperial, em Petrópolis (RJ) e na publicação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em comemoração aos 150 anos da Independência do Brasil, onde o médico Odorino Breda Filho faz uma análise de boletins médicos da época, baseado nas publicações de jornais, como "O Diário Fluminense".

As cartas, principalmente, entre D. Leopoldina e sua irmã Maria Luiza, seu pai Francisco I e seu esposo D. Pedro I, publicadas na obra de Bettina Kann e Patrícia Souza Lima, com o título: "D. Leopoldina. Cartas de Uma Imperatriz", do ano de 2006, também foram pesquisadas, Assim como a obra biográfica de Carlos H. Oberacker JR: "A imperatriz Leopoldina: sua vida e sua obra", de 1973, e a obra de António Ventura e Maria de Lourdes Viana Lyra: "Carlota Joaquina e Leopoldina de Habsburgo. Rainhas de Portugal no Novo Mundo", de 2019 (Breda, 1973; Kann; Lima, 2006; Ambiel, 2013; Oberacker JR, 1973; Ventura; Lyra, 2019).

D. Pedro, foram abordadas, principalmente, as obras de Isabel Lustosa: D. Pedro I, de 2006; Eugénio dos Santos: "D. Pedro IV", de 2006; Alberto Pimentel: "A Côrte de D. Pedro IV", de 1914; Otávio Tarquínio de Sousa: "A vida de D. Pedro I", volumes I e II, de 1972, Pedro Calmon: "A vida de D. Pedro. O Rei Cavaleiro", de 1943; entre outras publicações (Lustosa, 2006; Pimentel, 1914; Santos; 2006; Sousa, 1972).

D. Amélia, principalmente, Lygia L. Torres: "A Imperatriz D. Amélia", de 1947; Maria J. Schimidt: "A Segunda Imperatriz do Brasil (Amélia de Leuchtenberg)", de 1927, entre outras obras (Schimidt, 1927; Torres, 1947).

Já, para o contexto histórico do século XIX, foram usadas as obras de João P. Pimentel: "Independência do Brasil", de 2022; Alexandre J. Mello Moraes: "História do Brasil-Reino e Brasil Império", de 1871; Alberto Rangel, de 1916, "D. Pedro I e a Marquesa de Santos";

Francisco A. Varnhagen: “História Geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal”, de 1854, entre outras.

Obviamente que as obras sobre os três personagens históricos e as que relevam aos assuntos gerais do período estão relacionadas, uma vez que tratam, basicamente, do mesmo assunto. Há nas referências desta pesquisa muitos trabalhos de colegas portugueses, uma vez que dentro do contexto histórico, das narrativas dos fatos é importante conhecer opiniões dos dois lados.

É importante investigar os antecedentes familiares dos primeiros imperadores do Brasil, através de análise bibliográfica e estabelecer uma possível relação com as condições de saúde apresentadas pelos personagens estudados. Foram realizadas pesquisas em trabalhos e documentos históricos que pudessem trazer informações a respeito das doenças apresentadas pelos genitores desses personagens, incluindo a provável causa de morte.

Quanto às fontes materiais, sem dúvida, as mais importantes são aquelas representadas pelos remanescentes humanos de D. Pedro I, D. Leopoldina e D. Amélia, além das vestes, comendas etc., evidenciados junto aos despojos dos monarcas, enfim, a pesquisa arqueológica desenvolvida no ano de 2012 (Ambiel, 2013).

Em relação às fontes iconográficas, foram analisadas aproximadamente, 96 imagens dos três primeiros imperadores do Brasil, entre: pinturas em telas; litografias etc., e no caso de D. Amélia, duas fotografias tiradas antes do falecimento da imperatriz. Além das imagens de Tomografia Computadorizada, com um total aproximado, juntado os três pacientes, de 60.000 imagens.

Documento oficial foi a Autópsia de D. Pedro, e os boletins médicos enviados a D. Pedro, em 1826, sobre o estado de saúde de D. Leopoldina. Bem como uma carta assinada pelos médicos Drs. Francisco Antonio Barral, Manuel Carlos Teixeira e Antônio Maria Barboza, que informaram D. Pedro II sobre a saúde da segunda imperatriz do Brasil e duquesa de Bragança D. Amélia, com data de 24 de janeiro de 1873, dois dias antes do falecimento da imperatriz. ANEXO II

Documento não oficial anexado à essa pesquisa foi uma página do exemplar do jornal O Diário Illustrado de Lisboa, com data de 28 de janeiro de 1873, noticiando o óbito, testamento e funerais de D. Amélia, ANEXO III.

A apresentação deste trabalho de pesquisa obedeceu às determinações estabelecidas no Guia de Apresentação de Dissertações, Teses e Monografias, criado pela Divisão de Biblioteca e Documentação da FMUSP, no ano de 2011.

Adicionalmente, foram obtidas informações sobre os translados dos restos mortais dos monarcas para o Brasil e a história do Monumento à Independência, na cidade de São Paulo, além de pesquisar as sérias condições do Monumento, em 2022. Para interpretação destas informações foram usados métodos da história; da arqueologia histórica e forense e da antropologia forense.

Paralelamente, aos estudos sobre a história dos imperadores do Brasil e suas respectivas famílias, foram pesquisadas doenças dos três personagens, citados em bibliografias históricas, através de fontes primárias tais como boletins médicos, laudo de autópsia, dados coletados nas imagens de tomografia computadorizada, cartas e artigos de jornal. Para análise desses dados foram utilizados métodos da medicina e outras áreas da saúde, como a odontologia. Para complementar, foi realizado um breve levantamento da história da medicina, principalmente, em relação às doenças que foram relacionadas a vida e morte dos primeiros imperadores do Brasil.

Para os estudos odontológicos foram usados:

- Tomografias computadorizadas;
- Impressão do biomodelo: Software para manipulação da tomografia - MeVis Lab;
- Análise antropométrica já realizada na pesquisa arqueológica em 2012
- Software para limpeza e acabamento dos biomodelos - Autodesk Meshmixer;
- Impressora 3D - Formlab 2;
- Resina para impressão - Cosmos Dental Model SLA Yller;
- Visualizador 3D - 3Shape 3D Viewer;
- Tempo de impressão: 12h - 15h;
- Fotografias dos crânios secos e arcadas dentárias;
- Escaneamento e análise do biomodelo impresso;
- Omnicam 1.0 - Software 4.6; lnlab 18.0, ambos Dentsply Sirona.

Para os estudos de doenças ósseas e odontológicas dos três monarcas, bem como os dados antropométricos e osteométricos, incluindo aproximação facial e montagem do busto dos três imperadores foram analisadas aproximadamente 20.000 imagens de TCs de cada um dos monarcas e imagens fotográficas dos três remanescentes humanos, considerando cada incidência, realizadas durante as pesquisas arqueológicas realizadas no ano de 2012. O primeiro procedimento feito nesse caso foi a retirada de ruídos das imagens.

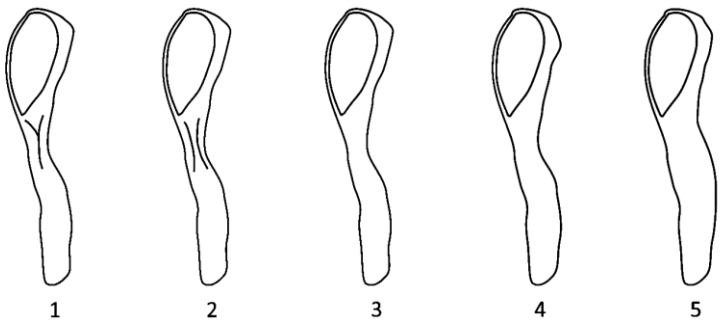
6.1 ASPECTOS ANTROPOMÉTRICOS

6.1.1 Identificação de sexo

Para a identificação do sexo, nos restos mortais, foram utilizados métodos de antropologia e arqueologia forense.

Sabe-se que os métodos usados atualmente para este tipo de identificação são contestadas pela ausência de uma sistematização de parâmetros antropométricos adequados. Equívocos já foram observados em várias pesquisas qualitativas e quantitativas realizadas pelo mundo (Stephan *et al.*, 2005). Porém, ainda são técnicas usadas para identificação de sexo biológico, seja num contexto acadêmico ou em investigações policiais.

A identificação do sexo foi realizada através de características da pelve: aspecto medial do ramo ísquio-púbico e cavidade sub-púbica (Klales *et al*., 2002), em relação a D. Pedro I e D. Leopoldina. Quanto a D. Amelia, como o corpo estava em grande parte preservado, usou-se a identificação do útero, nas imagens tomográficas para identificar o sexo.



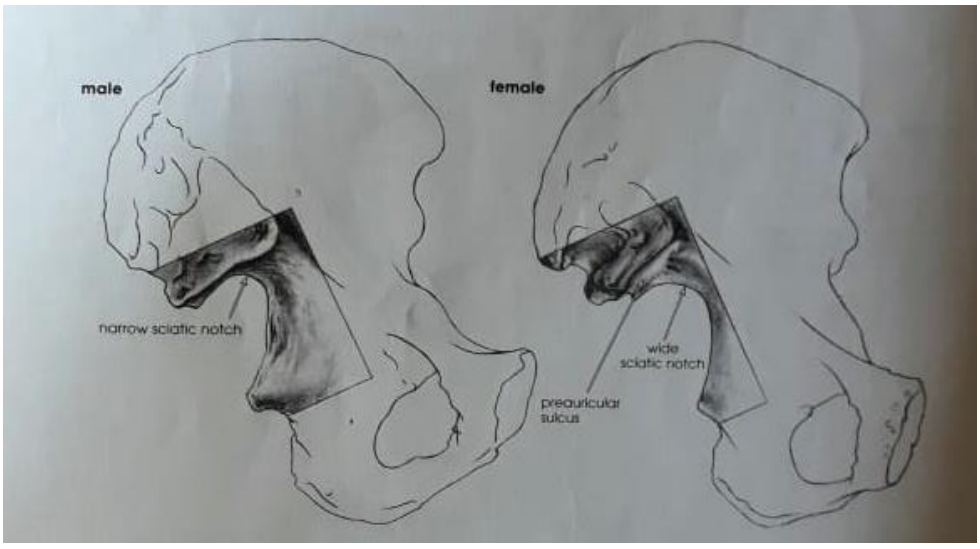
FONTE: KLALES *et al*., 2002

Figura 6 - a) Identificação de sexo biológico através do aspecto medial do ramo ísquio-púbico

FONTE: KLALES *et al*., 2002

Figura 7 - b) Identificação de sexo biológico através do aspecto medial do ramo ísquio-púbico

Para reforçar a identificação do sexo biológico feita pelo método baseado no aspecto medial do ramo ísquio-púbico da pelve, utilizou-se um dos métodos mais comuns usados pela antropologia física baseado na incisura isquiática (Burns, 2007). Essa técnica mostra que a curvatura mais fechada é do indivíduo do sexo masculino e a mais aberta é do indivíduo do sexo feminino. Em seguida é apresentado um esquema onde observa-se a curvatura da incisura isquiática da pelve característica de cada um dos sexos biológicos (Fig. 24).



FONTE: BURNS, 2007, p.122

Figura 8 - Identificação de sexo biológico através da incisura isquiática. Esquerda masculina. Direita feminina

6.1.2 Aproximação facial

Os três monarcas estão representados em posição ortostática, onde apontamentos da face feitos pelos colaboradores da Odontologia foram inseridos. A fisionomia usada para retratar os imperadores do Brasil nessa pesquisa a partir da estimativa da aparência física que eles teriam, é aproximadamente um ano antes do falecimento.

As vestes foram representadas de acordo com os achados arqueológicos encontrados junto aos remanescentes humanos durante a pesquisa realizada no ano de 2012, onde D. Pedro, segundo os fragmentos encontrados, foi sepultado com a farda de general da rainha D. Maria II de Portugal e com algumas das comendas que recebeu como duque de Bragança, inclusive a Placa da Ordem Militar da Torre e Espada, concedida pela rainha de Portugal, sua filha, dias antes do seu falecimento. D. Leopoldina com o traje imperial usado por ela, inclusive, na coroação de D. Pedro I. Com base nas imagens das TCs foi possível recriar alguns detalhes do vestido. As faixas colocadas tanto no busto de D. Pedro como de D. Leopoldina são com base em litografias usadas para este trabalho, uma vez que os fragmentos encontrados junto aos corpos dos monarcas haviam perdido a pigmentação. A imperatriz D. Amélia foi retratada com o vestido preto e o véu, as vestes em que o corpo da duquesa de Bragança foi encontrado pelos cientistas em 2012, e que podem ser observadas pelas imagens das TCs.

A aproximação facial e criação do busto dos imperadores foram analisadas, aproximadamente, 96 imagens de litografias e demais artes dos monarcas desde a infância até o óbito, conforme já foi assinalado nesta pesquisa. Lembrando que nenhuma fotografia foi feita de D. Leopoldina, falecida em 1826; e nem de D. Pedro I, falecido em 1834. Contudo, no caso de D. Amélia que faleceu em 1873, existem 4 fotografias da imperatriz. Com base nestas imagens e com o uso de técnicas forenses foi possível ver detalhes de identificação: sobrancelhas; cabelo e características de cartilagens, tais como orelhas e narizes, além do uso de informações históricas sobre características físicas: cor de cabelos e olhos, cútis. As técnicas usadas para a aproximação facial, bustos e vestes dos imperadores foram feitas com base nas imagens das tomografias e osteometria analisadas por médicos e odontologistas, bem como da pesquisa arqueológica realizada no ano de 2012 nos remanescentes humanos dos monarcas.

A escolha das vestes que estão presentes nas imagens dos três indivíduos nesta pesquisa foi com base nos estudos arqueológicos realizados em 2012, associados com imagens de litografias, além de fragmentos de vestes retirados para pesquisas. No caso de D. Leopoldina, também foram utilizadas imagens das TCs.

Na aproximação facial os três imperadores do Brasil foram apresentados com características não do momento do óbito, mas aproximadamente um ano antes da morte, uma vez que este trabalho tem como base as informações funerárias dos indivíduos. O profissional responsável pela arte deste trabalho foi Rodrigo Sanches de Avila, *3D facial modeler/Character Artist*.

Os softwares usados foram:

- Radiant;
- Maya;
- Zbrusch.

Os hardwares utilizados nesse projeto foram:

- Processador: Ryzen 9 3950x;
- Placa Mãe: Asus Rog X570-F;
- Placa de Vídeo: Asus Tuf RTX 3080 oc;
- Memória RAM: 64gb 3000mhz;
- SSD: 980gb;
- HD: 2tb;
- Fonte: 850w;
- Watercooler: Corsair 280mm;
- Windows 10;
- Mesa digitalizadora: Wacom Intous Pro.

A inserção de tecidos moles obedeceu a mensuração osteométrica e antropométrica craniofacial, do pescoço e do tórax (Milani *et al*.,2015; Stephan; Simpson, 2008, parte 1 e 2; Stephan, 2010; 2012; Stephan *et al*. 2018).

Rodrigo Sanches Avila, o artista que trouxe técnicas realistas para esta pesquisa científica, mostrou os métodos que usou na aproximação facial dos imperadores do Brasil, bem como a montagem de seus bustos, com muitos detalhes ligados a Computação Gráfica, desde a limpeza das imagens das tomografias computadorizadas, a maneira a qual exportou do *DICOM* para o 3D pelo *software Radiant* e, também como fez as medições dos tecidos, a criação dos músculos, olhos, textura, pele, cabelos etc., para a imagem final.

Para iniciar as atividades de aproximação facial e do busto dos imperadores do Brasil, foram analisadas cerca de 96 imagens dos monarcas vivos. Dentre elas separadas duas de cada um para serem apresentadas (Figuras 9 até 14).

Nessa etapa buscou-se por referências de litografias, telas que retrataram os três personagens vivos. Para um melhor entendimento da leitura de características de cartilagens, tais como: nariz e orelhas. Os dados do Relatório das TCs Corpo Total-Avaliação Óssea realizadas pelos médicos Drs. Bordalo, Fontes e Nunes foram fundamentais para questões ligadas a possíveis lesões e doenças, bem como o estudo odontológico desenvolvido por quatro odontologistas para as avaliações dos três indivíduos estudados. Além das referências sobre as mensurações e inserções de tecidos moles desenvolvidos pelos pesquisadores forenses: Cavanagh; Steyn, 2011; Herrera, 2015; Krogmann; Íscan, 1986; Milani *et al*., 2015; Stephan; Simpson, 2008 (parte 1 e 2); Stephan, 2001; 2010; Stephan et.al 2012; Stephan et.al, 2018; Taylor, 2001; Tedeschi-Oliveira *et al*., 2016; Ubelacker, 2002; White; Folkes, 2005.

Para remover os ruídos das imagens tomográficas e criar a versão 3D dos ossos, as TCs passaram do sistema *DICOM* para o *software Radiant*, criando uma espécie de máscara para remoção mais precisa das sujidades. Esse processo foi utilizado apenas para D. Pedro, pois as imagens das TCs de D. Leopoldina e a D. Amélia ficaram a cargo da equipe de odontologia. Após a remoção destas sujidades, as imagens dos ossos foram exportadas em formato *STL* para o *ZBrush* e posteriormente os ossos foram separados (Figuras 15 e 16).

Tempo para o trabalho de aproximação facial e busto dos imperadores:

D. Pedro: 2 meses, pois estava com o corpo desarticulado, sem posição anatômica. Ou seja, o esqueleto teve que ser montado através das imagens de TCs. A limpeza também levou tempo;

D. Leopoldina: 32 dias, esqueleto desarticulado e com a posição anatômica preservada. Houve colaboração da Odontologia;

D. Amélia: 35 dias, corpo preservado.

A etapa de renderização também é muito lenta.

FONTE: Jean Phillipe Goulu, Palácio Nacional de Queluz

Figura 9 - Príncipe D. Pedro - 1817

FONTE: Autor desconhecido, Palácio Nacional de Queluz

Figura 10 - D. Pedro, duque de Bragança - 1834

FONTE: Biblioteca Nacional da Áustria
Figura 11 - Arquiduquesa Leopoldina - 1817

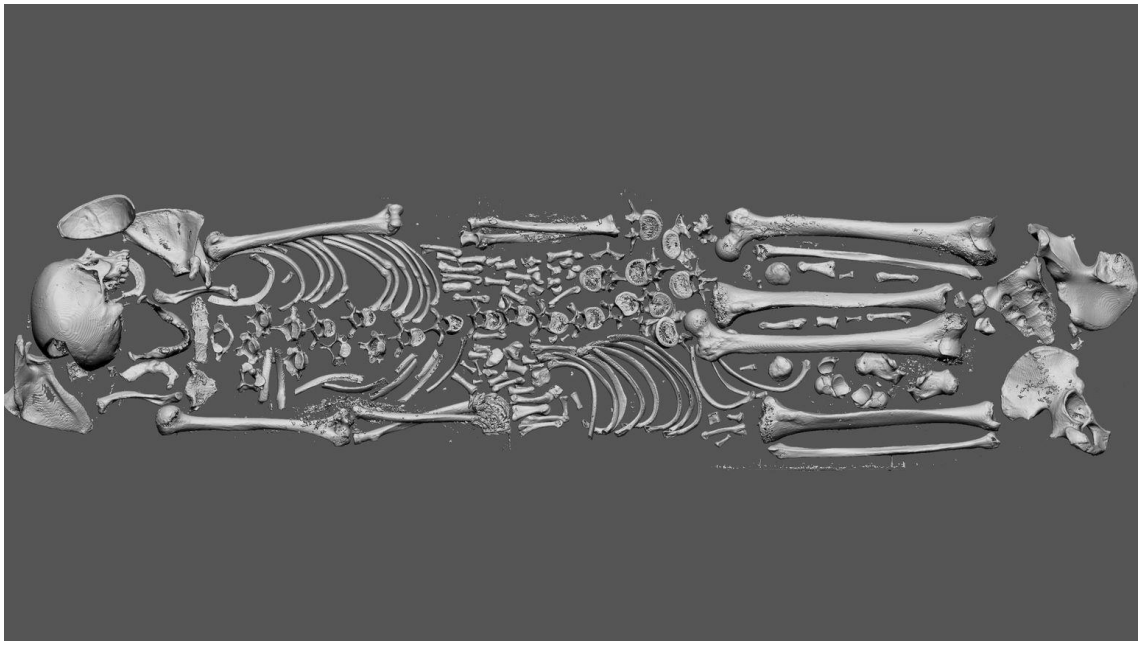
FONTE: Luís Schlappriz, Museu do Estado de Pernambuco
Figura 12 - Retrato de D. Leopoldina de Habsburgo [s.d]

FONTE: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Áustria

Figura 13 - D. Amélia, imperatriz do Brasil

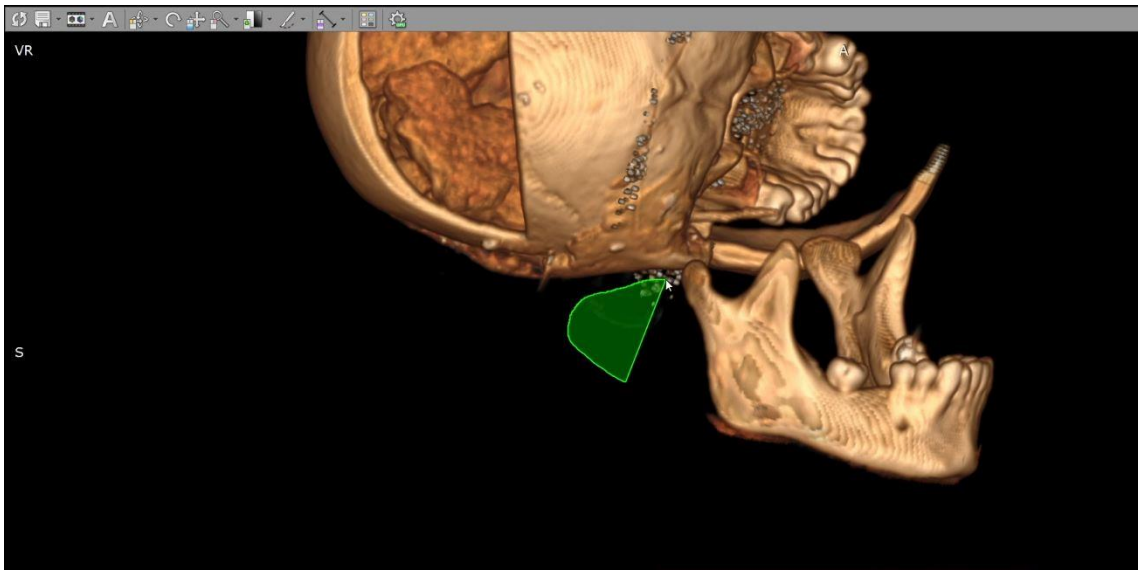
FONTE: BRAGANÇA, 2009, p.170

Figura 14 - Imperatriz D. Amélia - fotografia, aproximadamente 1870



FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012).

Figura 15 - Captura de tela TC. Remanescentes humanos do imperador desarticulados e sem posição anatômica preservada



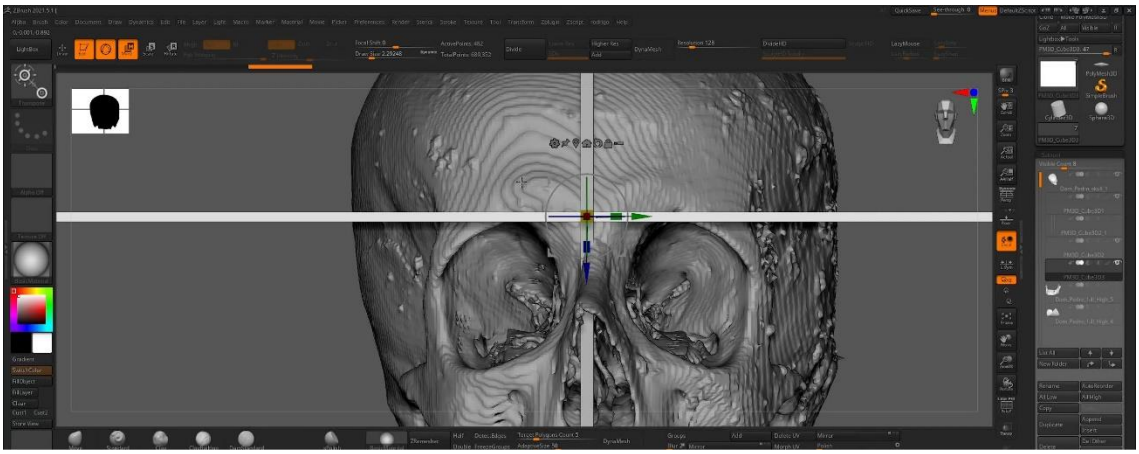
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 16 - Remoção dos ruídos

O *ZBrush* possibilita a criação de uma seleção de objetos e assim foi possível movimentar e separar cada osso que seria utilizado. O que facilitou na articulação da mandíbula, vertebras, costelas etc., inclusive na região occipito-parietal, onde aconteceu a craniotomia ou

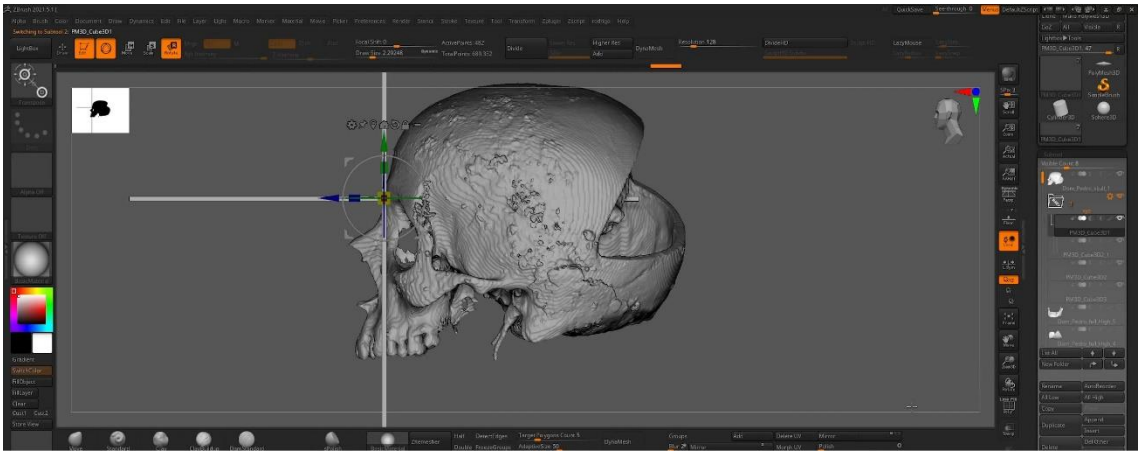
trepanação, durante a autópsia realizada no corpo do monarca em 1834. Para que este procedimento fosse feito, o crânio de D. Pedro foi colocado no eixo xyz, visando centralizá-lo, o que é importante para a utilização de ferramentas como *Gizmo* e simetria, bem como exportar para outros softwares necessários.

As imagens a seguir mostram a centralização craniana. Algumas geometrias em linha foram traçadas para marcar o eixo xyz. Com essa marcação o crânio é ajustado e movido para deixar centralizado no eixo (Figuras 17 até 22).



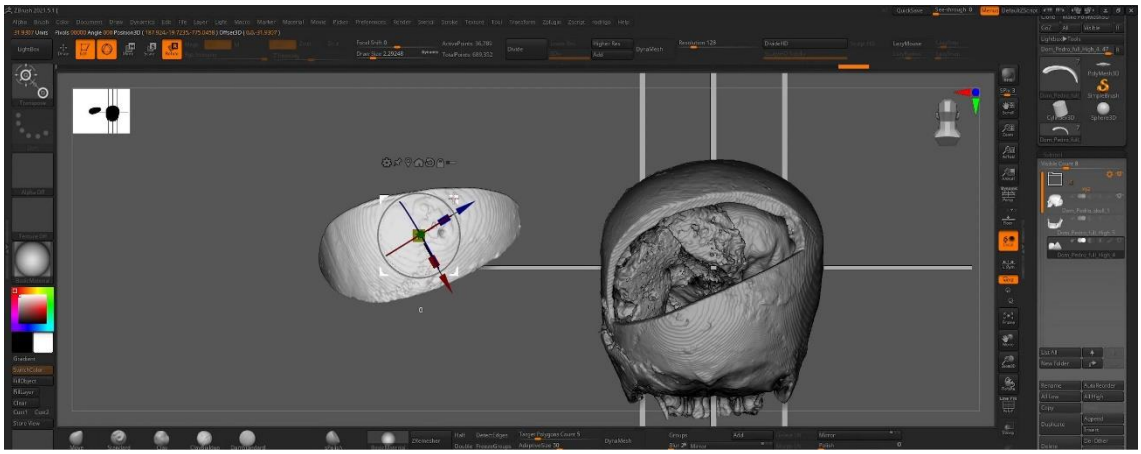
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 17 - Centralização, vista anterior do crânio



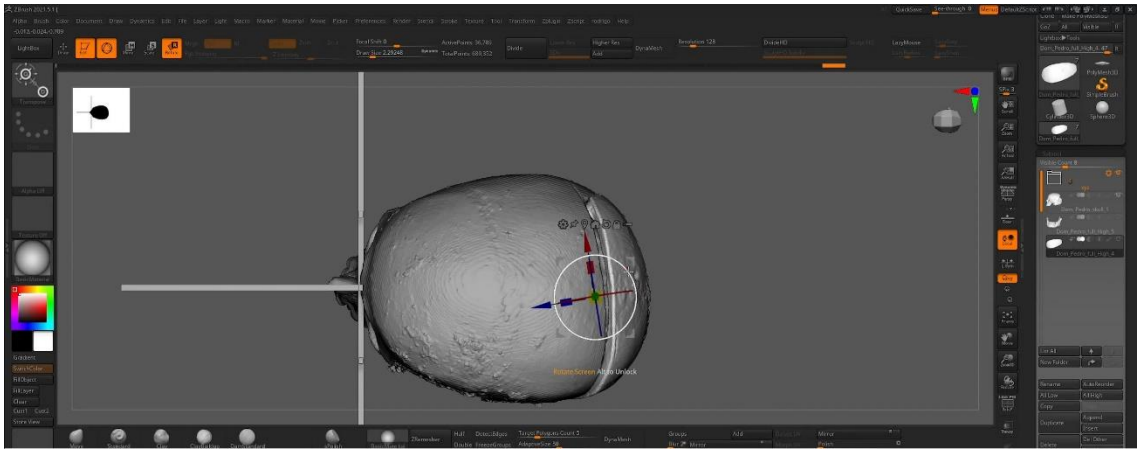
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 18 - Centralização do crânio, vista lateral esquerda



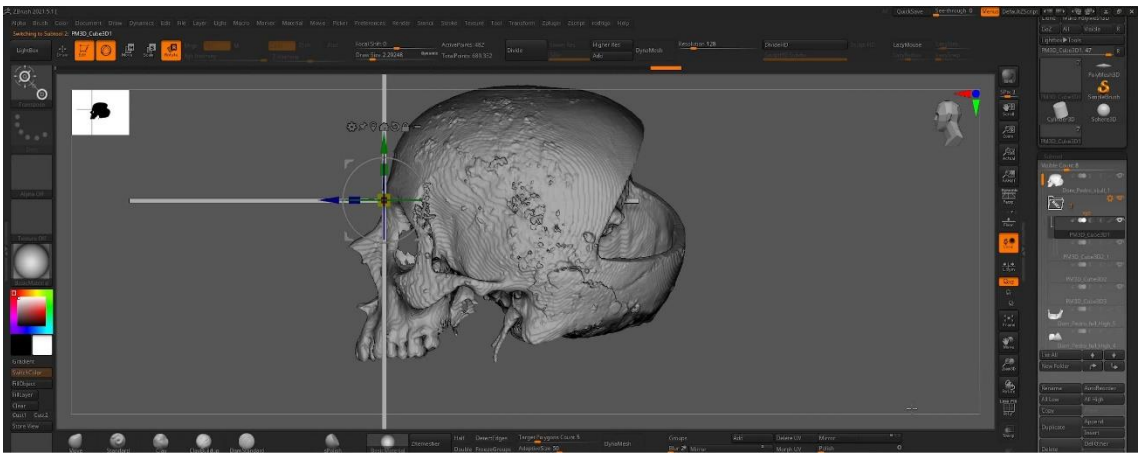
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 19 - Inserção do fragmento na região parietal, vista posterior



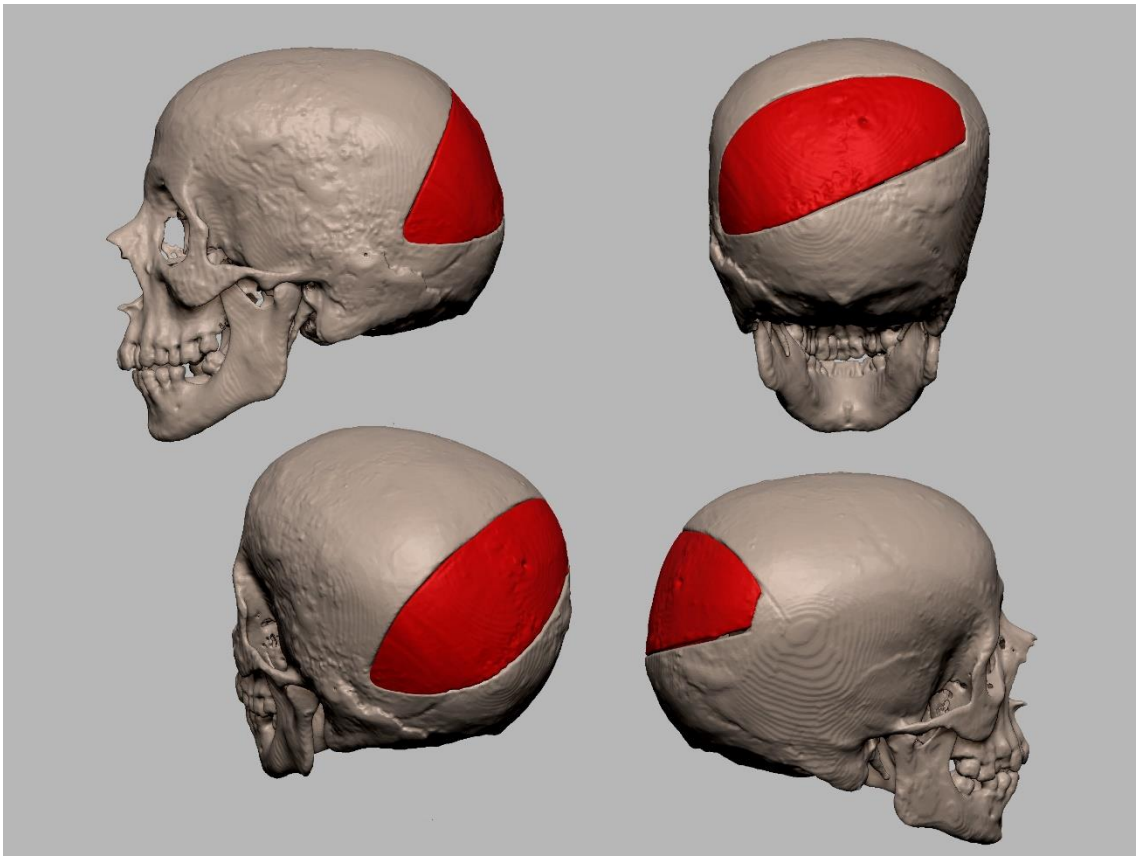
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 20 - Ajuste do fragmento na região parietal do crânio



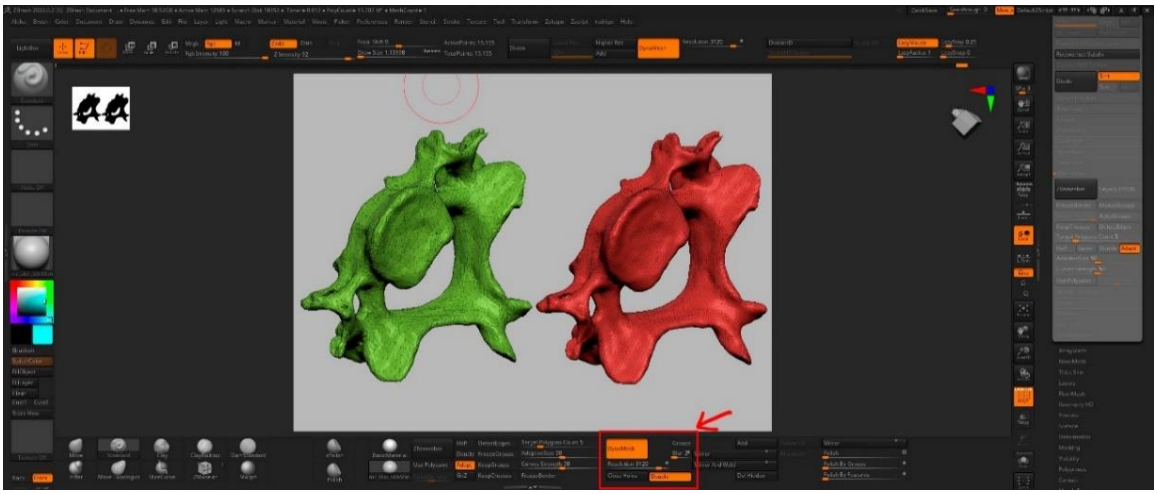
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 21 - Centralização do crânio, vista lateral esquerda



FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila
Figura 22 - Conclusão da inserção do fragmento do crânio na região parietal posterior

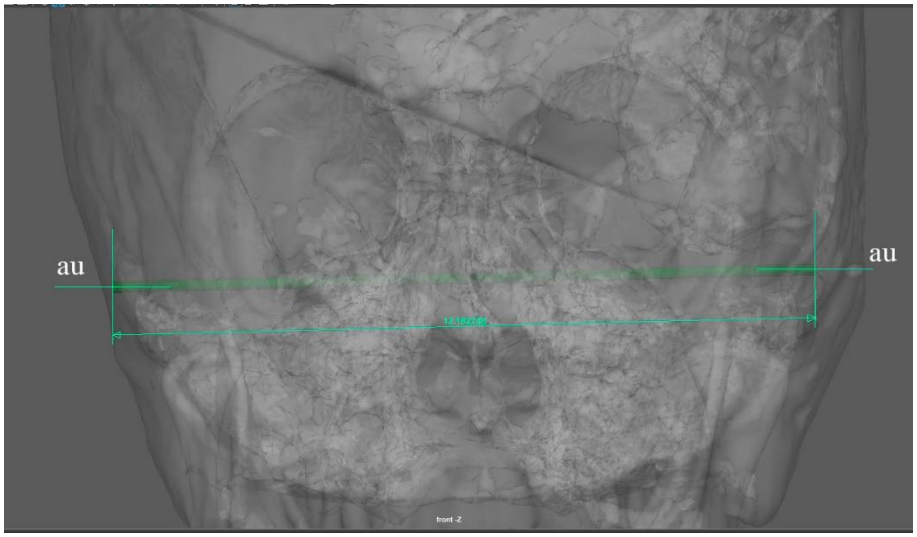
Concluída essa etapa, é acionado o comando *DynaMesh.* A partir deste ponto, foi processada a topologia de modo a aumentar a densidade e resolução facilitando a modelagem no *Zbrush*, bem como possibilita ajustar a resolução da peça (Figura 23). Este procedimento foi utilizado durante toda montagem do busto de D. Pedro. Neste momento do trabalho, foram notadas fraturas em algumas costelas. Assim, foi usado o recurso do *software Zbrush* que possibilita duplicar espelhado os elementos ósseos para direita ou esquerda, ou seja, foi restaurado virtualmente esses elementos. Esta técnica é aplicada na odontologia, medicina e medicina veterinária para auxiliar na modelagem de próteses. O processo seguinte consiste em exportar o arquivo para o *software Maya* onde as medidas são realizadas.



FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila
Figura 23 - Vertebra cervical

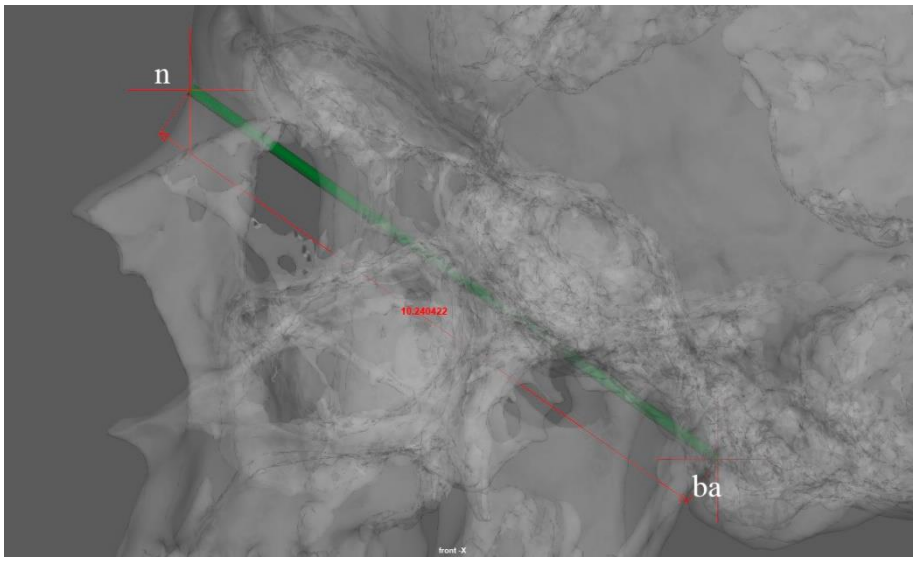
6.1.3 Mensurações de ossos e tecidos moles

Para chegar aos números obtidos através da mensuração feita pelo Prof. Dr. Edson Amaro, em 2012, na época radiologista do InRad do HC-FMUSP, as imagens foram exportadas do programa *Radiant* para o *ZBrush*, pois a escala estava muito alta. Utilizou-se o software Autodesk Maya, com as referências dos dados da TCs. Com isso, no *Maya* foram feitos os ajustes necessários e assim as medidas foram adequadas (Figuras 24 e 25). O *Maya* possui a ferramenta *Measure Tools*, cuja função é medir internamente qualquer objeto a partir de localizadores de distância, isso possibilita o movimento e a edição. Dessa maneira, foram marcadas com precisão todas as regiões da face. Vale lembrar que a mesma técnica foi aplicada em D. Leopoldina e em D. Amélia, mesmo ela possuindo corpo preservado; optou-se por usar a mesma metodologia para todos os três personagens, ou seja, partido da imagem do chamado: "crânio seco". Entretanto, foi escolhido apenas o imperador D. Pedro para evidenciar o passo a passo das técnicas aplicadas.



FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 24 - Mensuração, vista anterior



FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

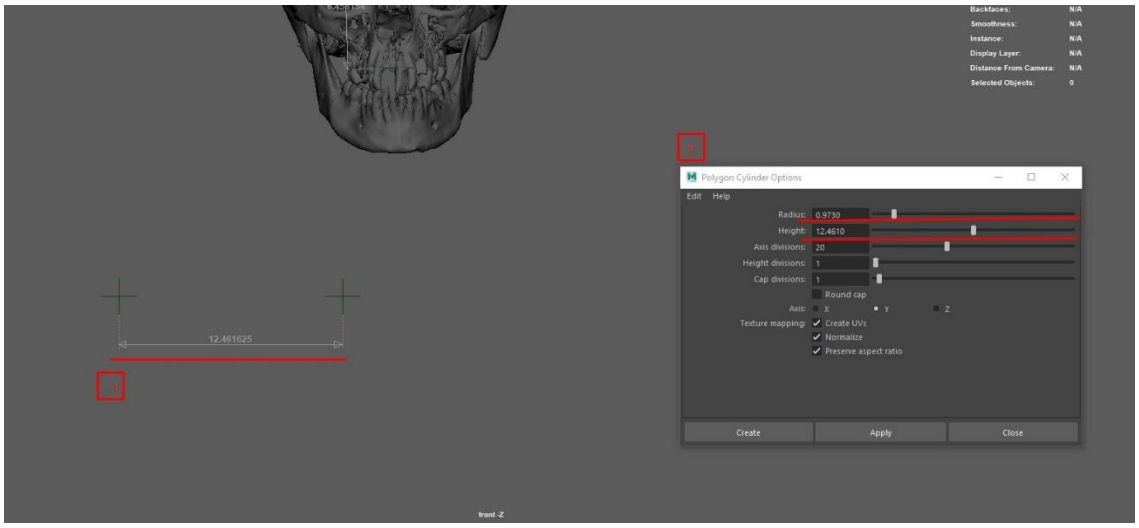
Figura 25 - Mensuração, vista lateral esquerda; no plano sagital; e comprimento do mastoide

6.1.4 Métodos alternativos para as imperatrizes

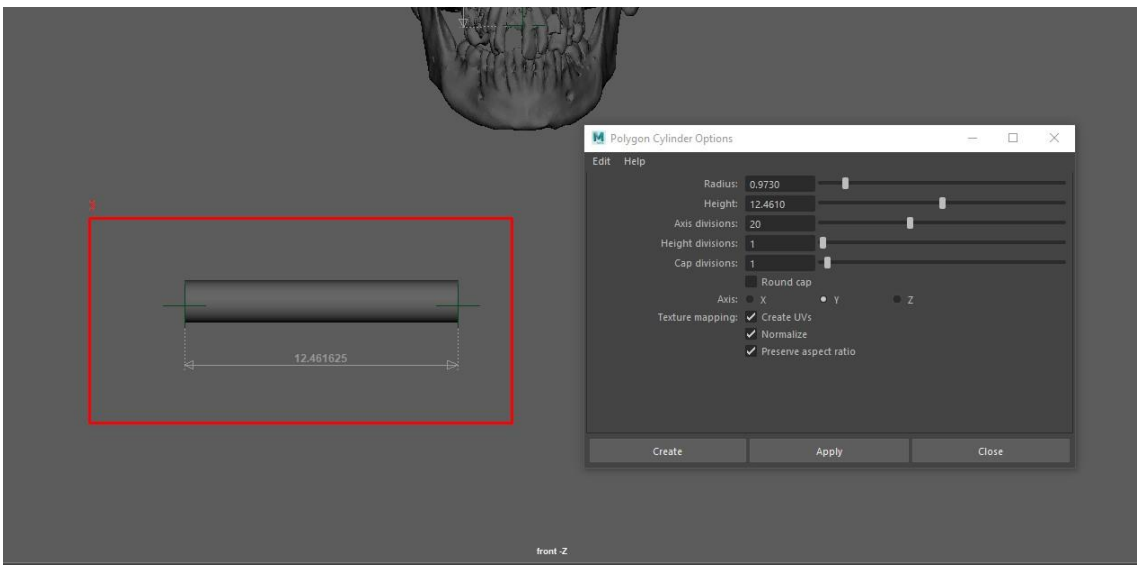
No caso de D. Leopoldina e D. Amélia, houve a necessidade de pensar em um método alternativo para o busto, uma vez que as imagens das TCs sofreram interferência dos metais contidos em suas vestes e essas sujidades dificultavam a leitura óssea.

Assim, foram mensurados as clavículas e úmeros, e foi projetada a largura dos ombros para obter a direção na criação do busto da monarca:

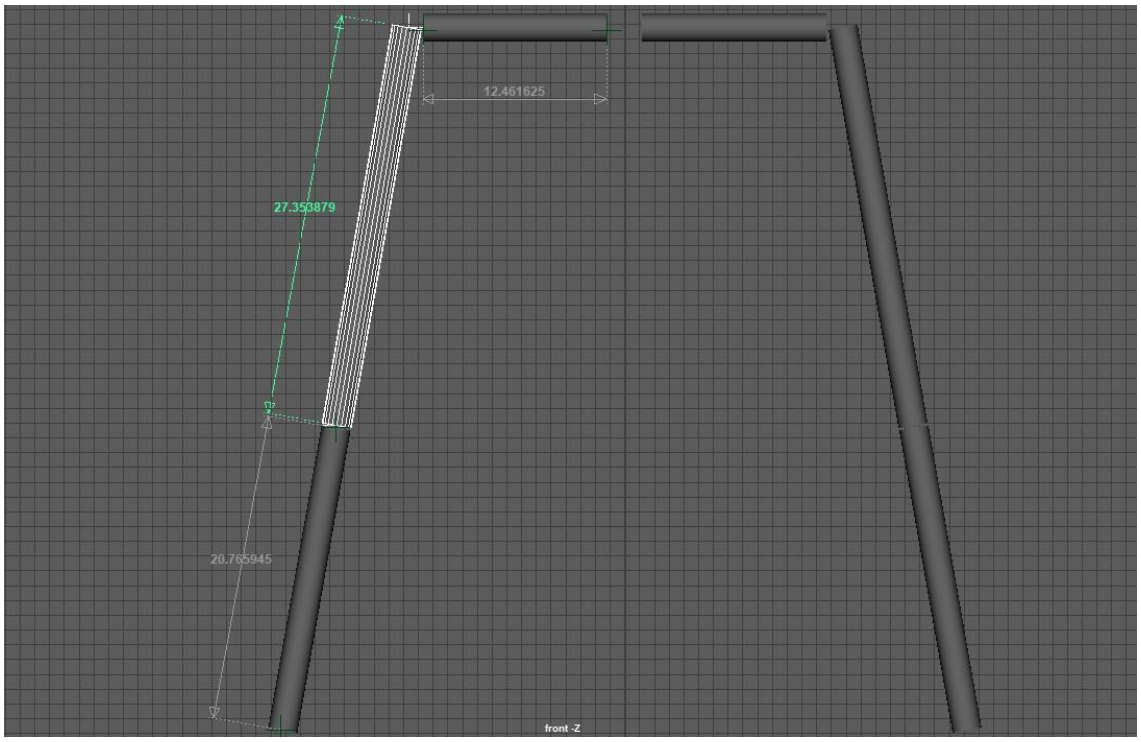
a. O primeiro passo foi usar a ferramenta *Measure Tool* e medir a clavícula (Figuras 26 e 27);
b. A marcação foi feita em outra ferramenta: *Polygon Cylinder Options* onde é criado um objeto com as medidas da clavícula, colocando os valores de largura e comprimento (Figuras 28 e 29);
c. O objeto foi construído com as medidas da largura (Figura 30).



FONTE: Arquivo original TC de D. Leopoldina - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila
Figura 26 - Medição da clavícula de D. Leopoldina

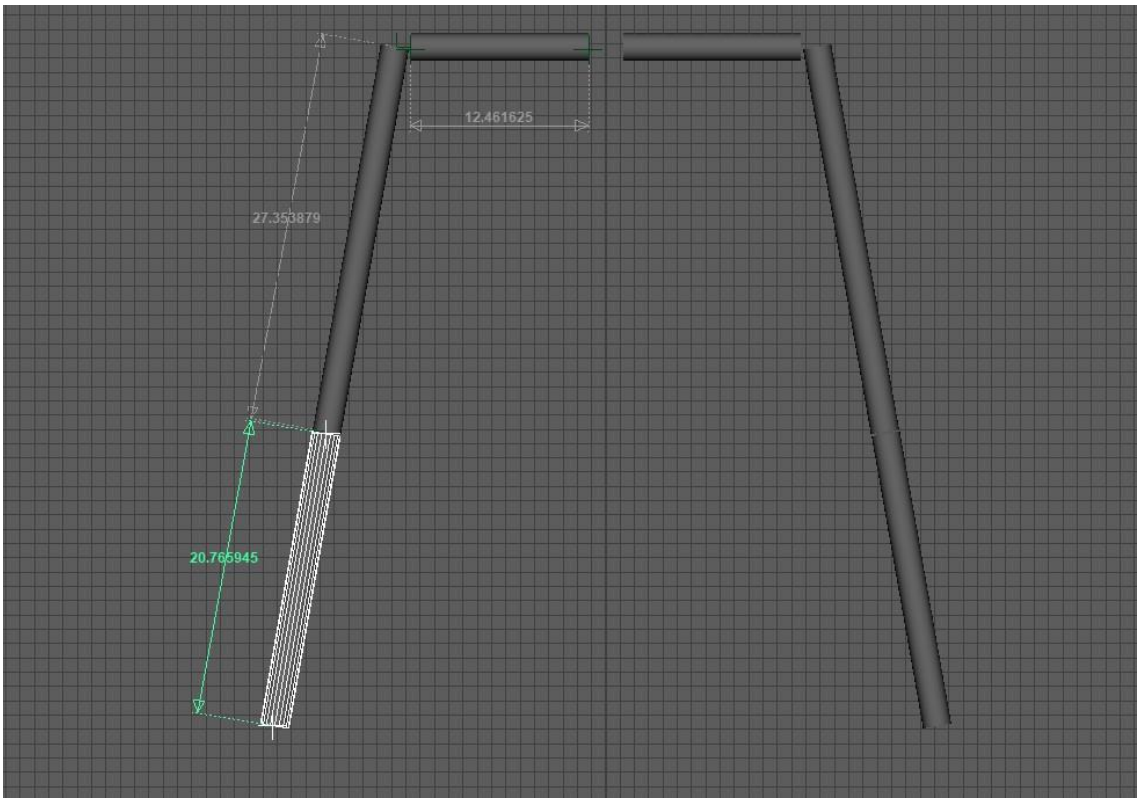


FONTE: Arquivo original TC de D. Leopoldina - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila
Figura 27 - Clavícula de D. Leopoldina, largura e comprimento



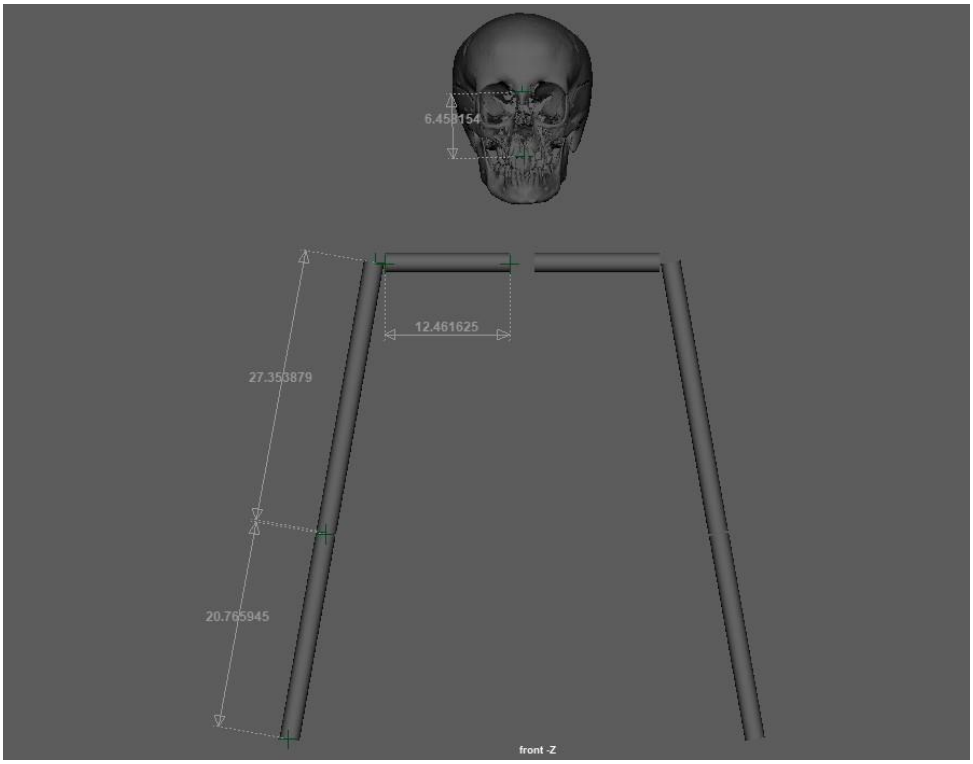
FONTE: Rodrigo S. Avila

Figura 28 - Medição parte superior



FONTE: Rodrigo S. Avila

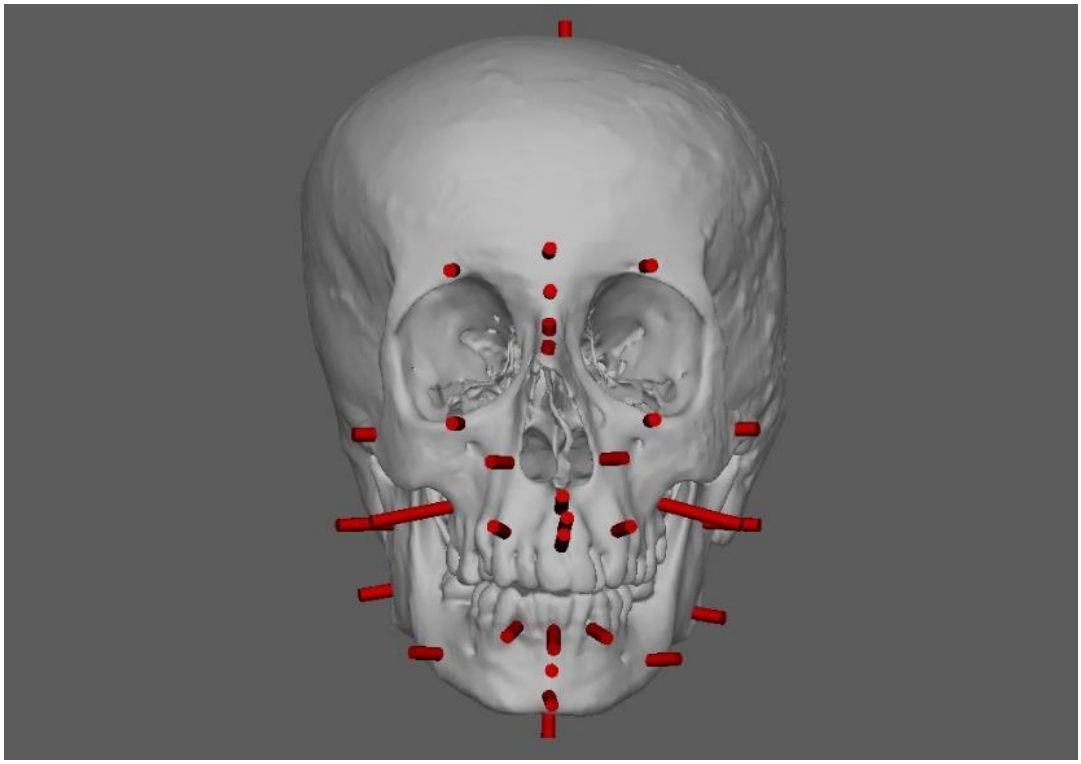
Figura 29 - Medição parte inferior



FONTE: Arquivo original TC de D. Leopoldina - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

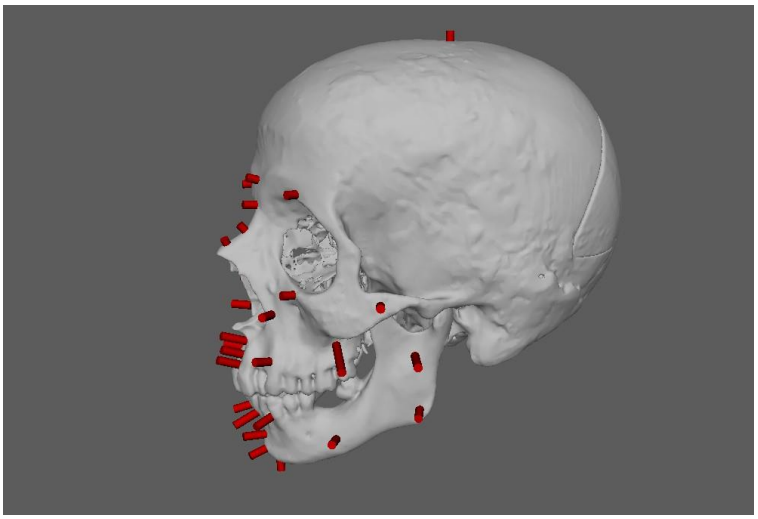
Figura 30 – Com essa técnica foi possível obter a margem e tamanho para assim iniciar a modelação do busto de D. Leopoldina

6.1.5 Músculos, cartilagens e região do pescoço



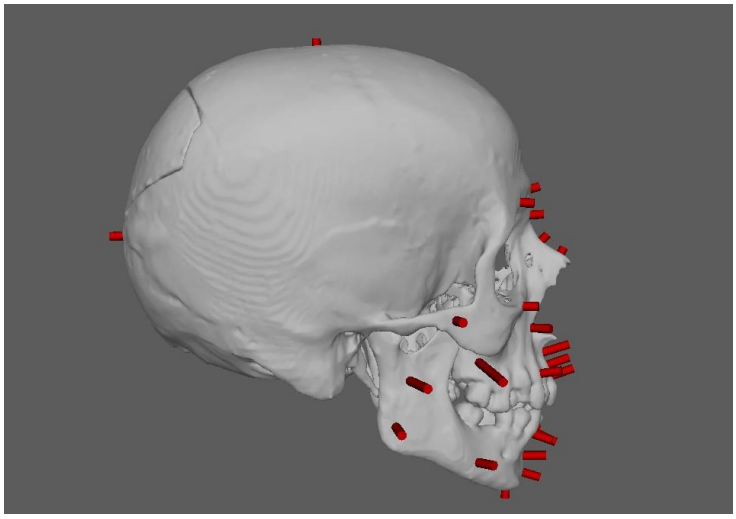
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 31 - Inserção dos pinos craniométricos, vista frontal



FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

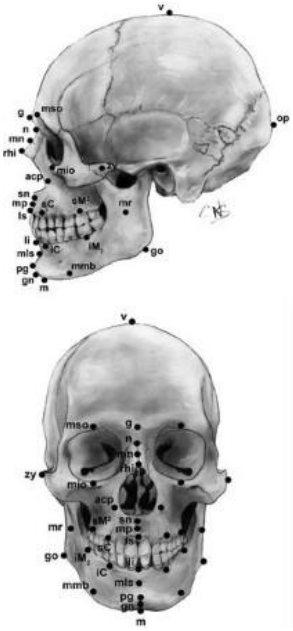
Figura 32 - Inserção dos pinos craniométricos, vista lateral esquerda



FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 33 - Inserção dos pinos craniométricos, vista lateral direita

Essas mensurações para a colocação dos pontos de marcação, bastões ou pinos craniométricos foram feitas com base no método desenvolvido por Carl N Stephan, Ellie K. Simpson (2008), através do fator idade, com a ferramenta *Polygon Cylinder Options* (Figuras 30 até 33). Com os valores de cada área utilizando as técnicas, foram inseridos para cada região da face, os bastões com os valores dos tecidos moles do rosto (Stephan; Simpson, 2008).



Soft Tissue Depths	0-11 years		12 - 17 years		18+ years	
	Mean	n	Mean	n	Mean	n
Median points						
op (opisthocranion)	-	-	-	-	6.5	1152
v (vertex)	-	-	-	-	5.0	1055
g (glabella)	5.0	2116	5.5	1558	5.5	5791
n (nasion)	8.0	4088	8.0	2754	6.5	6159
mn (mid-nasal)	4.0	433	4.0	472	4.0	1272
rhi (rhinion)	2.5	1064	2.5	719	3.0	5511
sn (subnasale)	10.0	1447	12.0	1233	13.0	1768
mp (midphiltrum)	11.5	3671	15.0	2485	11.5	5508
ls (labrale superius)	13.5	1675	14.5	1798	11.5	5106
li (labrale inferius)	14.5	1493	15.5	1639	13.0	4886
mls (mentolabial sulcus)	10.0	1884	11.0	1687	11.0	5792
pg (pogonion)	10.5	4285	11.5	3020	11.5	6786
gn (gnathion)	6.5	1062	7.5	679	8.5	545
m (menton)	9.0	160	9.0	103	7.0	4475
Bilateral points						
mso (mid-supraorbital)	5.0	469	6.0	246	6.0	2225
mio (mid-infraorbital)	6.0	521	7.0	521	7.0	2298
acp (alare curvature point)	7.5	410	8.0	104	9.5	1511
go (gonion)	13.0	575	17.0	109	10.0	4168
zy (zygion)	7.5	110	8.0	147	6.0	4390
sC (supra canine)	-	-	11.0	104	9.5	3138
iC (infra canine)	-	-	10.5	104	10.5	1184
sM^2 (supra maxillary 2nd molar)	-	-	27.0	104	25.5	1405
iM_2 (infra mandibular 2nd molar)	-	-	23.0	104	19.0	1344
mr (mid-ramus)	18.0	108	19.5	142	17.5	2858
mmb (mid-mandibular border)	10.5	411	12.5	104	10.5	935

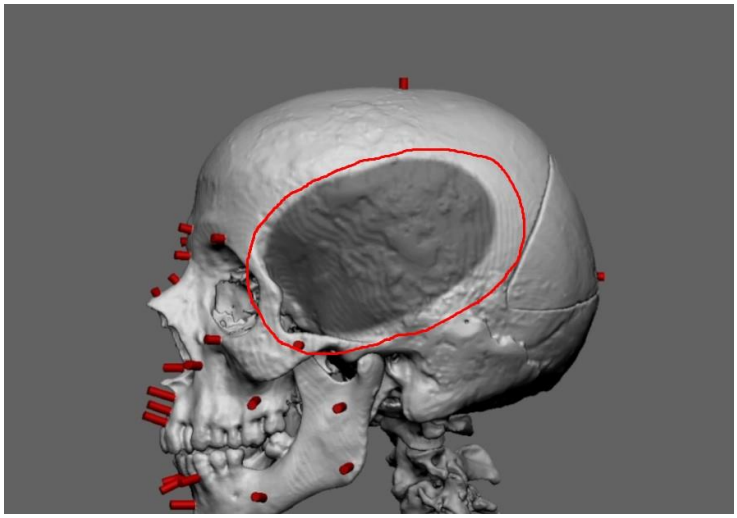
FONTE: STEPHAN; SIMPSON, 2008

Tabela 1- Pontos craniométricos: medianos e bilaterais de acordo com a faixa etária

A chamada medição da espessura dos tecidos moles foi estabelecida através de várias pesquisas quantitativas e qualitativas desenvolvida através da inserção de lâminas, agulhas finas entre outros objetos, em cadáveres, corpos preservados em diversas partes do mundo visando medir a profundidade e penetração do artefato e, desta forma obter valores para cada ponto anatômico para desta forma obter o maior número de dados da topologia craniana (Barros, 2018; Codinha, 2009; Domaracki; Stephan, 2006; Krogman; Íscan, 1986; Stephan; Simpson, 2008; Tedeschi-Oliveira, 2010; Tedeschi-Oliveira *et al*., 2016). As primeiras pesquisas foram desenvolvidas no final do século XIX pelo alemão Herman Welcker e o suíço Wilherm His (Franco, 2012). A partir daí várias tabelas foram estabelecidas com informações sobre gênero, grupos étnicos, idade, ancestralidade. Estas mesmas medições são aplicadas em crânios esqueletizados para aproximação facial, uma vez que estabelecem parâmetros para inserção de músculos, cartilagem, pele etc. No caso do uso de cadáveres ou corpos preservados é necessário que haja o cuidado para observar detalhadamente a decomposição deste corpo ou o ressecamento, no caso de corpos preservados. Hoje, inclusive em pessoas vivas, são aplicadas metodologias com o uso de imagens como: radiografias cefalométricas, tomografias computadorizadas, ressonância magnéticas e ultrassonografias (Barros, 2018).

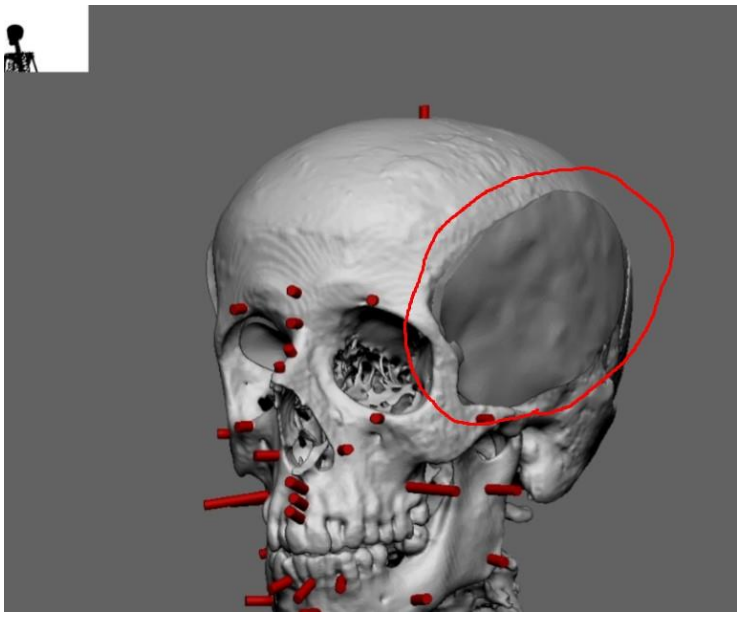
Nessa pesquisa de doutorado os tecidos moles foram criados no *software ZBrush*, que oferece mais ferramentas para modelagem. Todo estudo anatômico: cabeça, pescoço, tronco, é baseada na correlação entre a estrutura esquelética e a espessura dos tecidos moles (Bellomo

Jr, 2015; Codinha, 2009; Miyabara, 2016; Moritsugui, 2021; Stephan; Simpson, 2008; Stephan; Murphy, 2008; Zarins, 2017; 2021). Antes da criação dos músculos, foi elaborada uma máscara onde houve a inserção muscular, no caso das fotos a seguir, na região temporal (Zarin, 2017) (Figuras 34 e 35).



FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 34 - Marcação para inserção do músculo temporal, vista esquerda

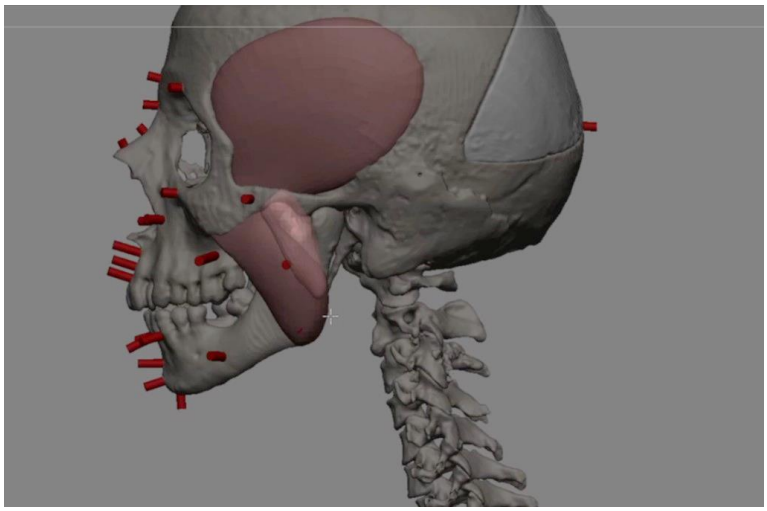


FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 35 - Marcação para inserção do músculo temporal, vista frontal

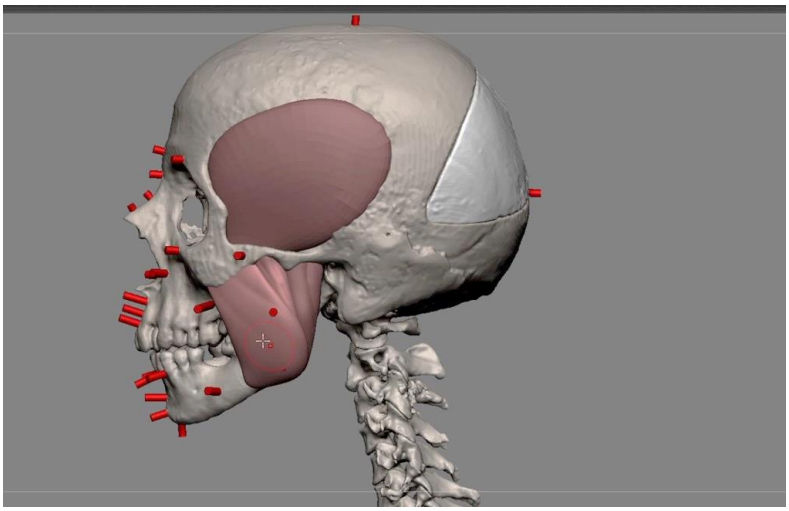
Inserção do músculo masseter, cuja origem é na extensão da margem inferior do arco zigomático e insere-se na superfície lateral do ramo da mandíbula.

Durante o processo todas as regiões analisadas e as cavidades de maior contato dos músculos devem ser observadas. Assim todo modelamento é feito, até chegar próximo dos pontos vermelhos, possibilitando que os músculos sejam criados de acordo com a anatomia da própria face (Codinha, 2009; Stephan; Simpson, 2008; Ullrich; Stephan, 2016). O processo acontece da seguinte maneira: os músculos de um lado do crânio são criados e o outro lado é duplicado, obedecendo, é claro, a topologia craniana. Os ajustes continuam sendo feitos até chegar próximo dos pontos vermelhos. Feito os dois perfis da face, tem início a modelagem da parte central dos músculos do rosto (Figuras 36 e 37).



FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

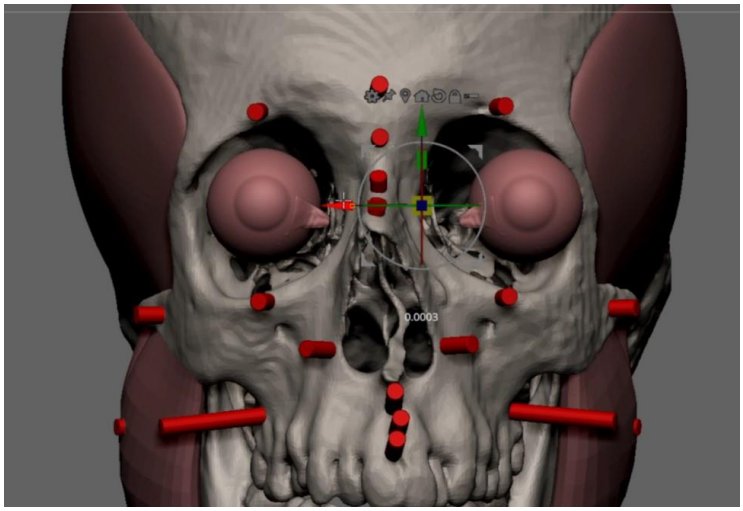
Figura 36 - Inserção dos músculos temporal e masseter, vista lateral esquerda



FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

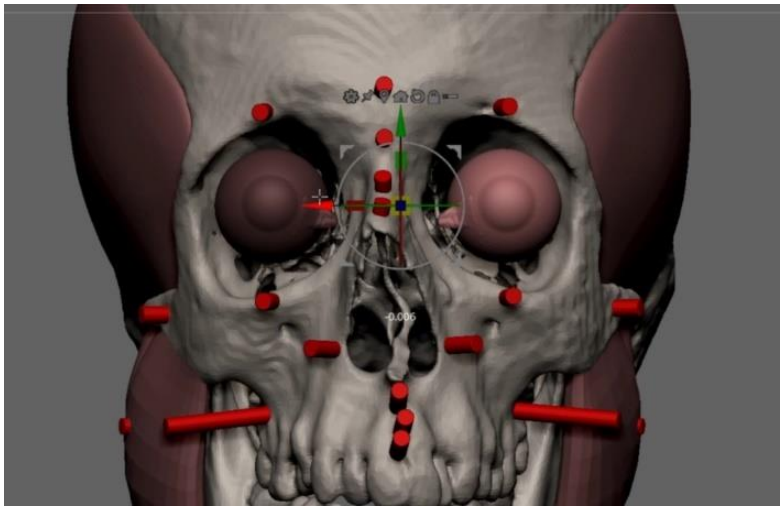
Figura 37 - Modelagem dos músculos temporal e masseter, vista lateral esquerda

Nessa etapa há a importação de um olho aleatório como base. Mais tarde, toda estrutura do globo ocular será criada e inserida. É importante ajustar o *gizmo* do *ZBrush* para a criação da máscara do globo ocular, a fim de regular a assimetria dos olhos. Colocando o globo ocular é possível criar os músculos dos olhos. Essa etapa é realizada com a criação de uma base, onde foram inseridos os músculos oculares. Depois esta estrutura é conduzida a cavidade orbitária e os músculos: corrugador do supercílio e orbicular do olho são inseridos (Zarins, 2017, pp.65,66,67,68,69,70) (Figuras 38 até 41).



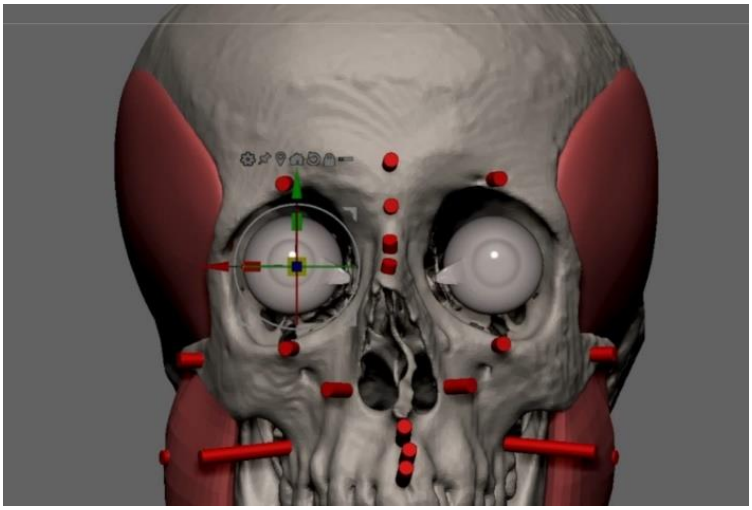
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 38 - Inserção do globo ocular aleatório na cavidade orbital



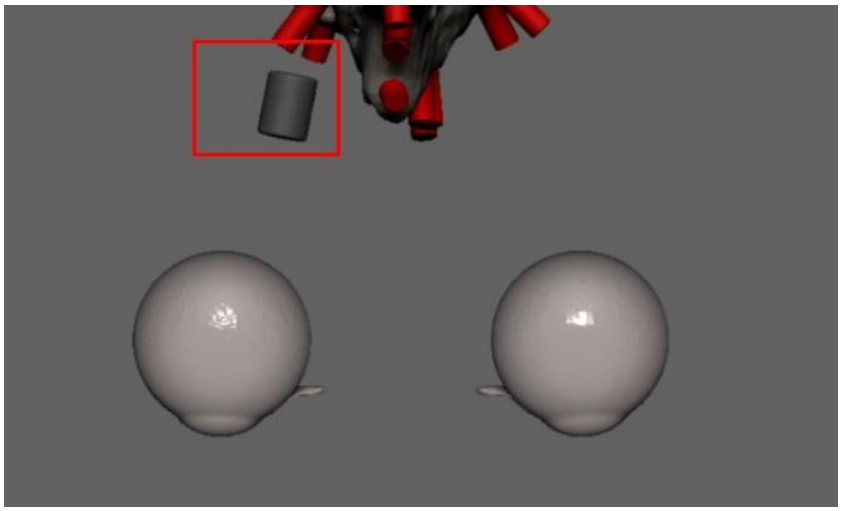
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 39 - Ajustes na inserção do globo ocular aleatório



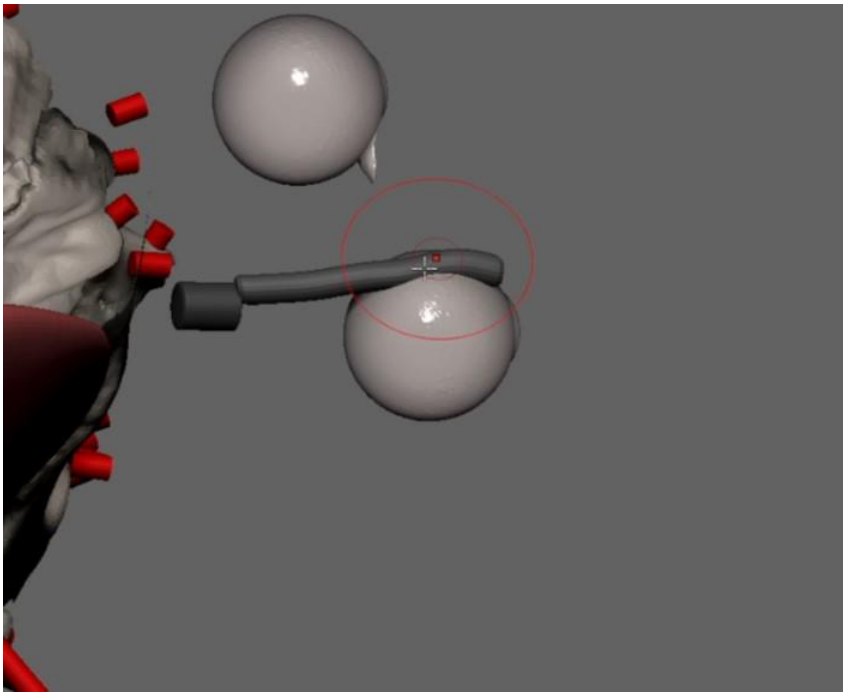
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 40 - Finalização dos ajustes simétricos do globo ocular



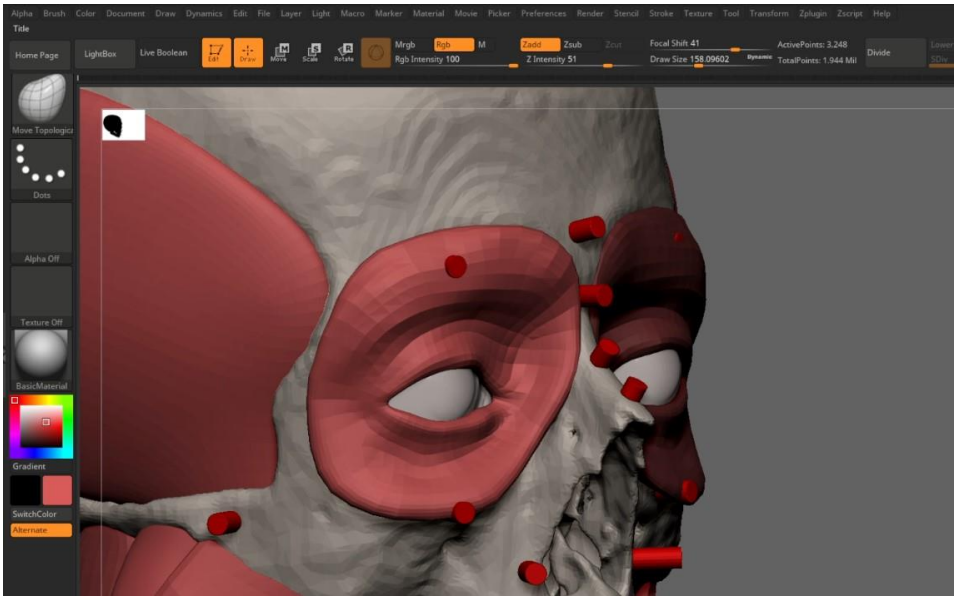
FONTE: Rodrigo S. Avila

Figura 41 - Exemplificando a inserção do globo ocular



FONTE: Rodrigo S. Avila

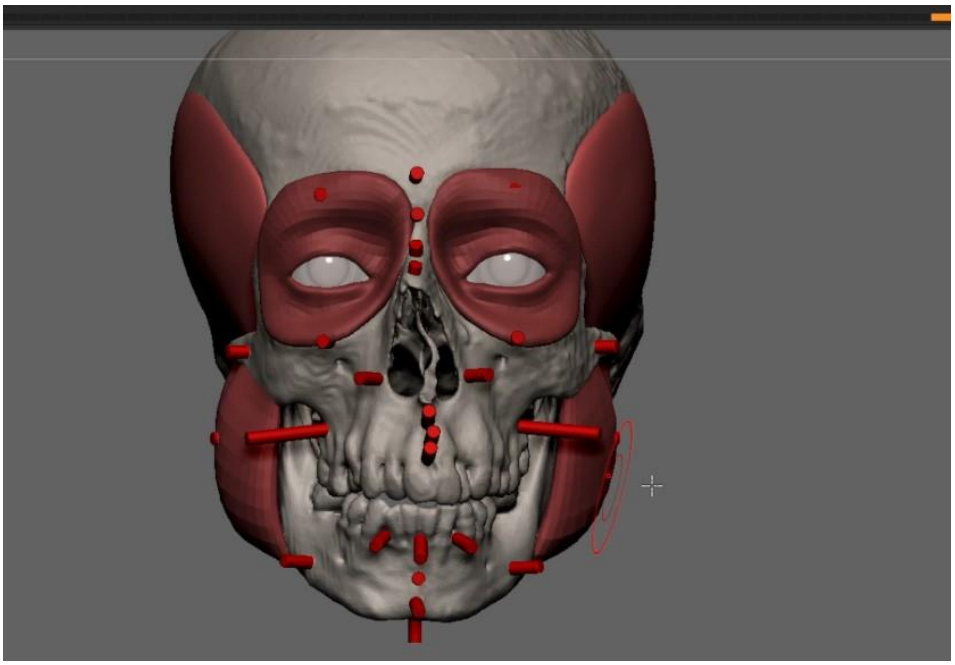
Figura 42 - Exemplificando a inserção do globo ocular por outro ângulo



FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

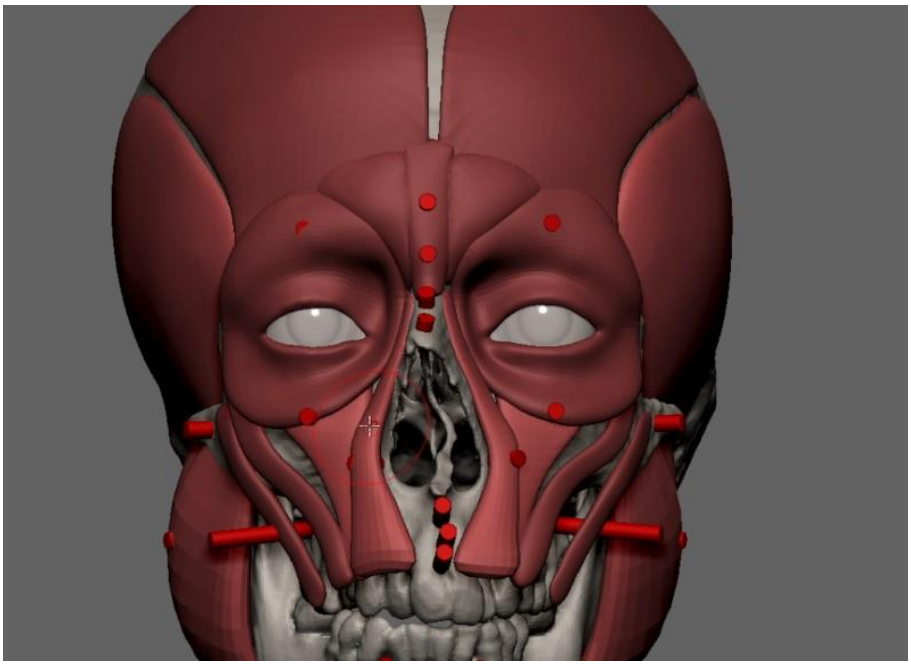
Figura 43 - Inserção dos músculos corrugador do supercílio e orbicular do olho

Início da modelagem dos músculos na região da boca e nariz: levantador do lábio superior; narinas; levantador do ângulo da boca; zigomático maior e menor; risório; depressor do lábio inferior; depressor do ângulo da boca; mentoniano; bucinador (Figuras 42 e 43) (Krogman, 1978; Milani *et al*., 2016; Tedeschi-Oliveira *et al*., 2016; Stephan; Murphy, 2008; Stephan; Simpson, 2008). A técnica utilizada foi desenvolvida pelo pesquisador Uldis Zarins (Zarins, 2017, pp. 47/ 52/ 53).



FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

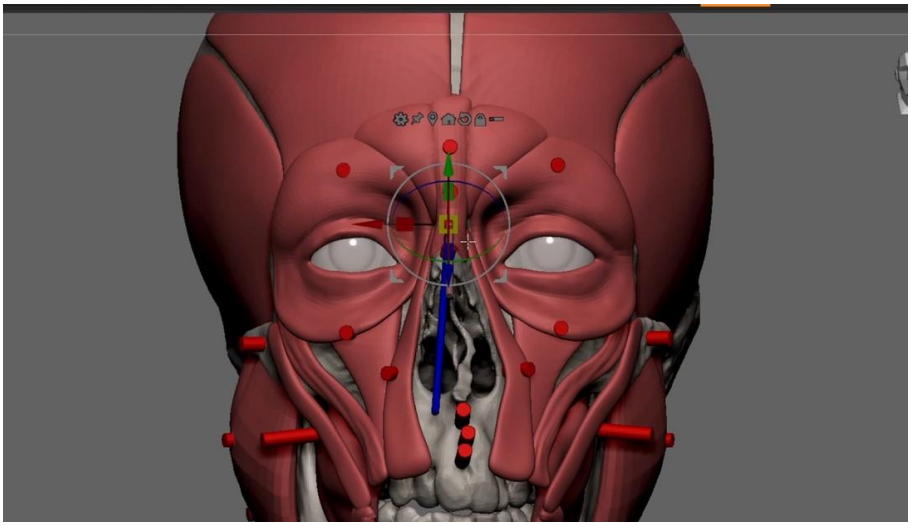
Figura 44 - Ajuste dos músculos com os pinos craniométricos



FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

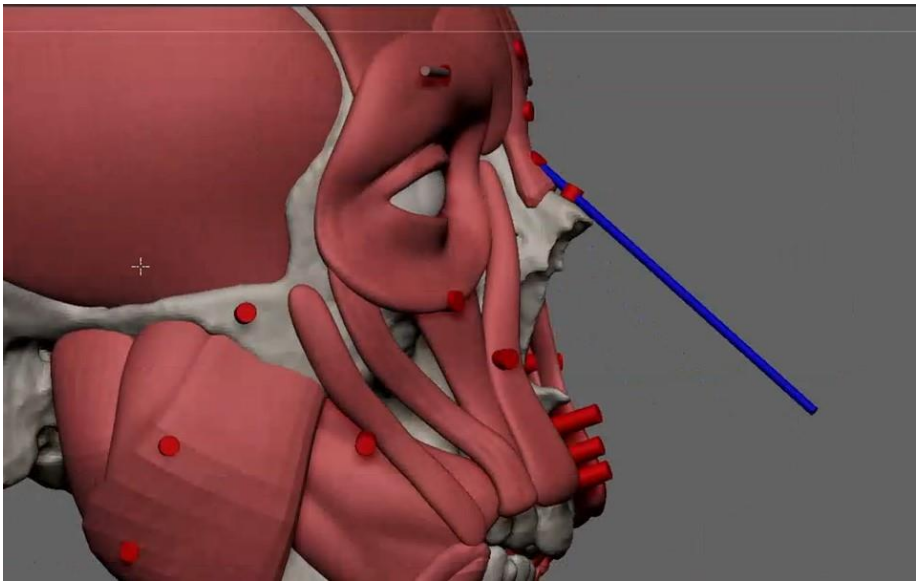
Figura 45 - Através de vários ângulos os músculos são analisados e ajustados conforme a topologia craniana

Para trabalhar na estrutura nasal, foi colocado um marcador na cor azul entre os pontos "*mn*" e "*rhi*", para identificar a direção do nariz (Figuras 44 e 45). Essa marcação auxilia na compreensão da morfologia nasal, principalmente após as análises médicas e odontológicas (Krogman, 1978; Milani *et al*., 2016; Tedeschi-Oliveira *et al*.,2016). As imagens de litografias e pinturas retratando D. Pedro também auxiliaram no entendimento da projeção nasal.



FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

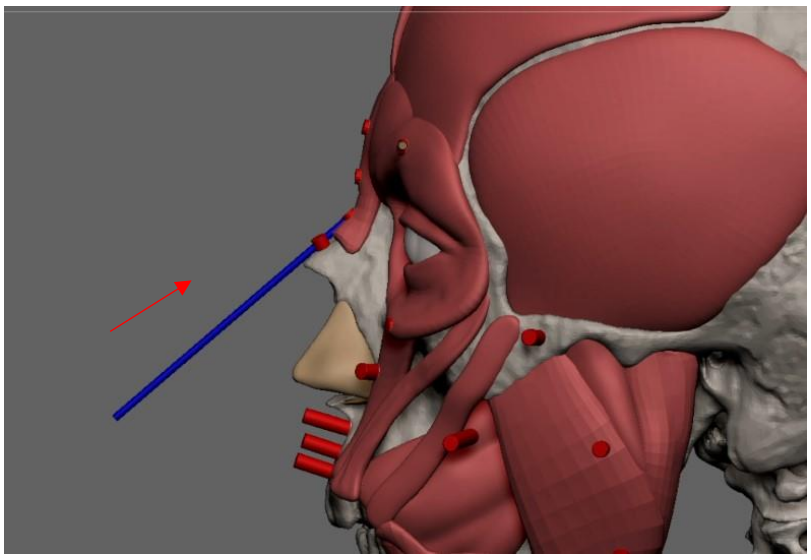
Figura 46 - Marcação para definir a direção do nariz



FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

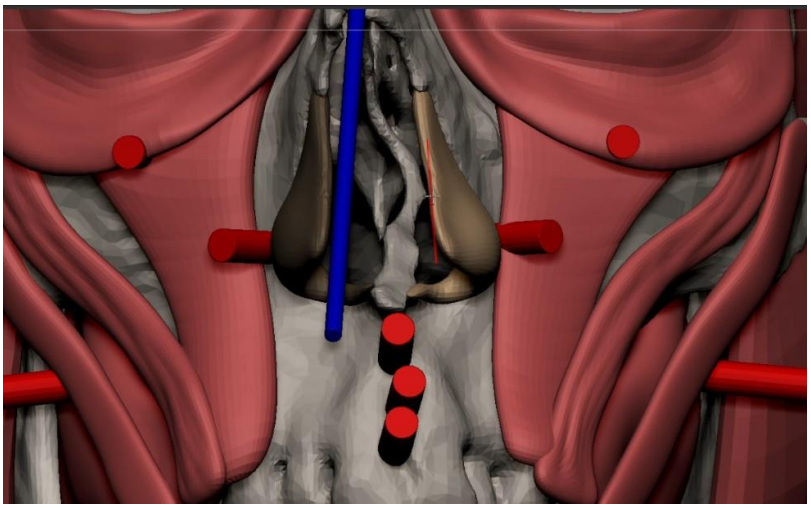
Figura 47 - Marcador nasal visto por outro ângulo

Início das marcações e modelagem nas laterais do nariz. Dando forma ao *shape* das cartilagens através das litografias e, analisando com o crânio e suas características, a distância de uma entrada e outra da narina (Tedeschi-Oliveira, 2010; Tedeschi-Oliveira *et al*., 2016; Ullrich; Stephan, 2016; Zarins, 2017).



FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

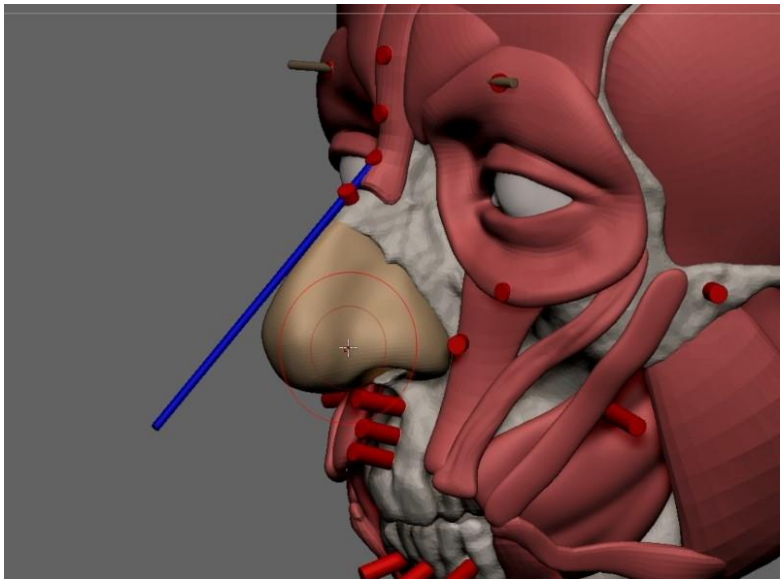
Figura 48 - Shape das cartilagens nasais sinalizada com a seta vermelha



FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

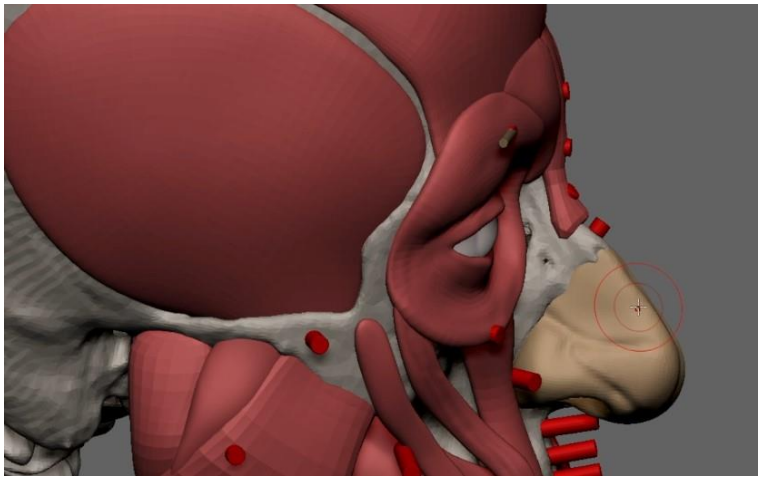
Figura 49 - Vista frontal dos shapes das cartilagens

As narinas vão sendo ajustadas para posteriormente criar os outros músculos nasais. O mesmo processo acontece com a boca, onde um objeto é criado para que sejam dados os aprimoramentos (Figuras 46 até 50). A referência neste caso são imagens do imperador D. Pedro I em vida. Toda essa etapa é feita manualmente para cada músculo. O programa *Zbrush* atua semelhante a uma arte com argila a mão livre, mas de forma digital.



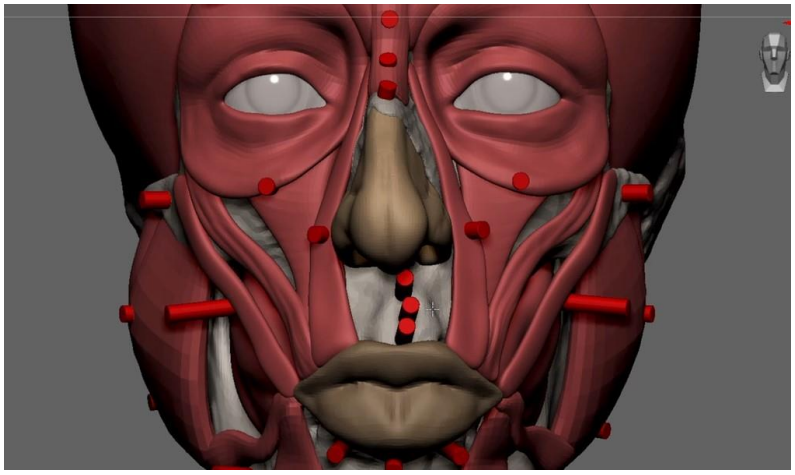
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 50 - Finalização da modelagem do nariz



FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 51 – Modelagem do nariz visto pelo perfil direito



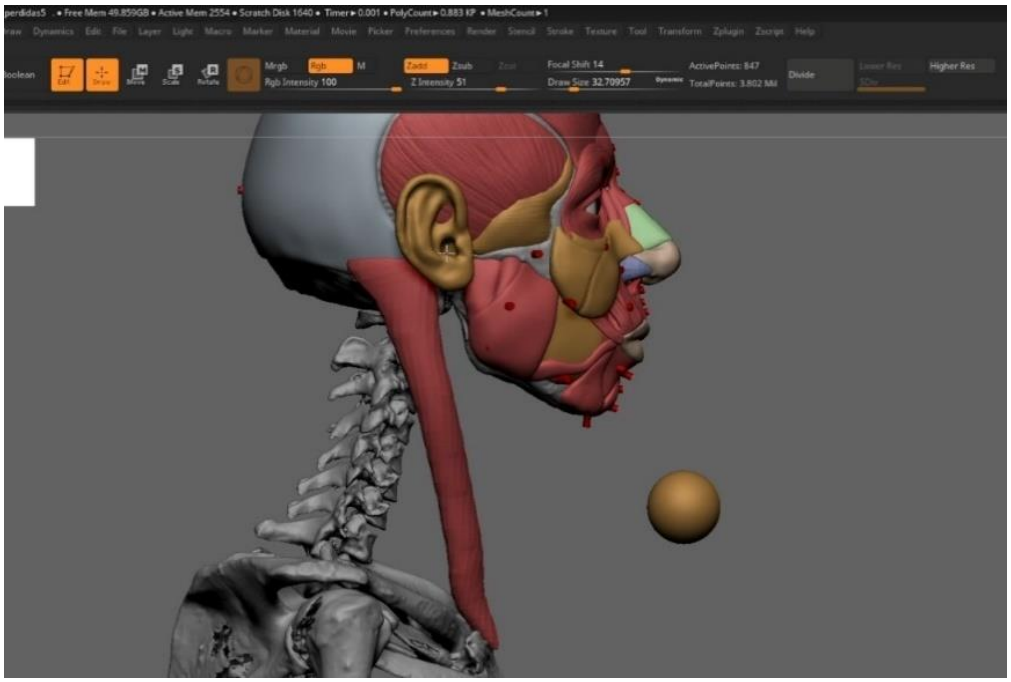
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 52 - Imagem frontal do nariz

Para a modelagem do pescoço, houve também a criação dos músculos: supra-hióideos e infra-hióideos (Figuras 53 até 55). No caso de D. Pedro, foi realizada a articulação das vértebras cervicais: C-1 a C-7 e torácicas: T-1 até T-12, além do manúbrio, corpo do esterno, processo xifoide, clavículas e escápulas, pois o esqueleto estava totalmente desarticulado.

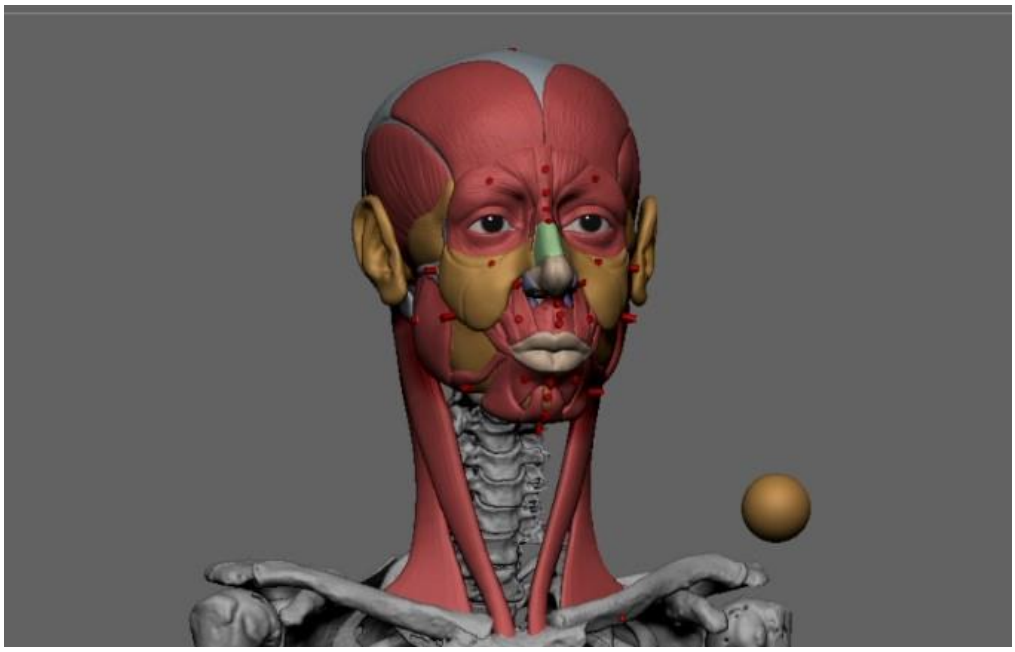
Usou-se as mensurações feitas anteriormente, bem como as medidas da clavícula e dos braços (úmeros) (Gomes et.al., 2018). Logo o objetivo foi modelar primeiro o músculo esternocleidomastóideo (infra-hióideos). Esse primeiro músculo modelado, o próximo passo é modelar os demais, sempre tendo como ponto de partida e referência a proporção antropométrica do crânio, pelo fato da imagem final ser essa região do pescoço terá mais

destaque no render. Feita a parte lateral, é criado um “espelho” no *Zbrush*, até finalizar todas as partes do pescoço. Como já foi mencionado, no *Zbrush* é possível modelar toda espécie de material orgânico



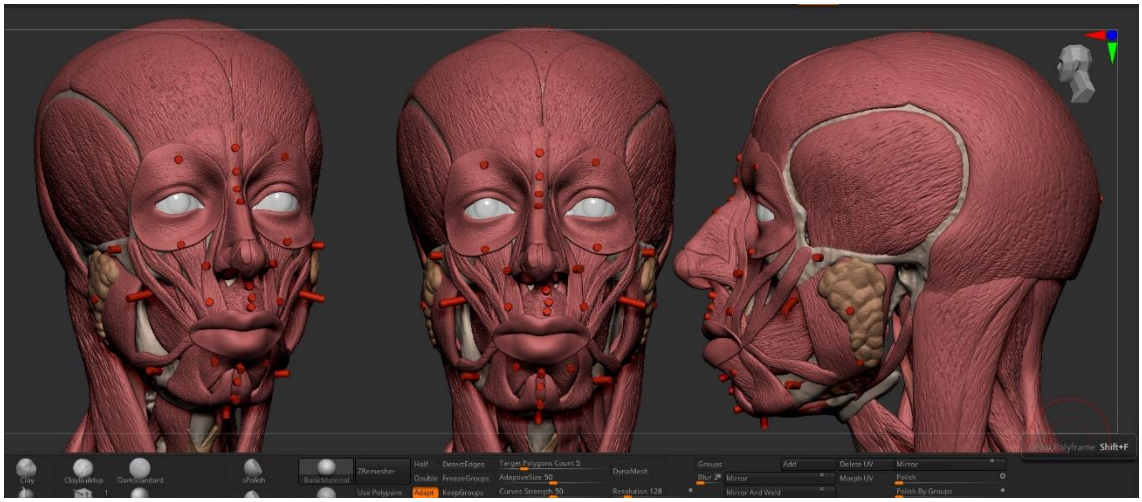
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 53 - Inserção do músculo esternocleidomastóideo



FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

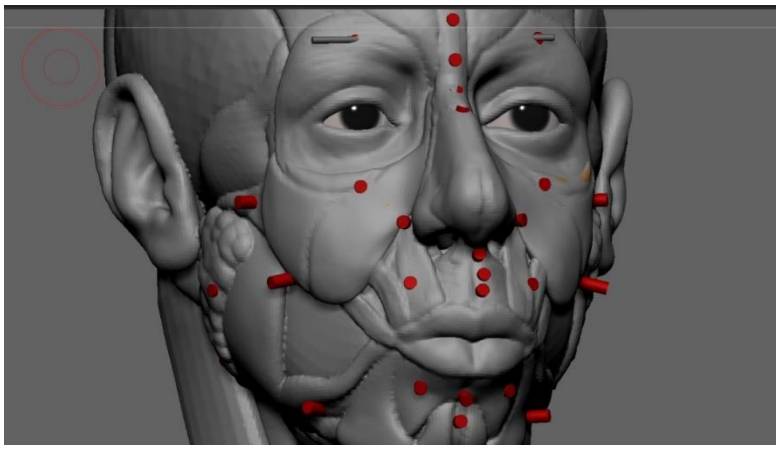
Figura 54 - Inserção dos demais músculos infra-hióideos e supra-hióideos



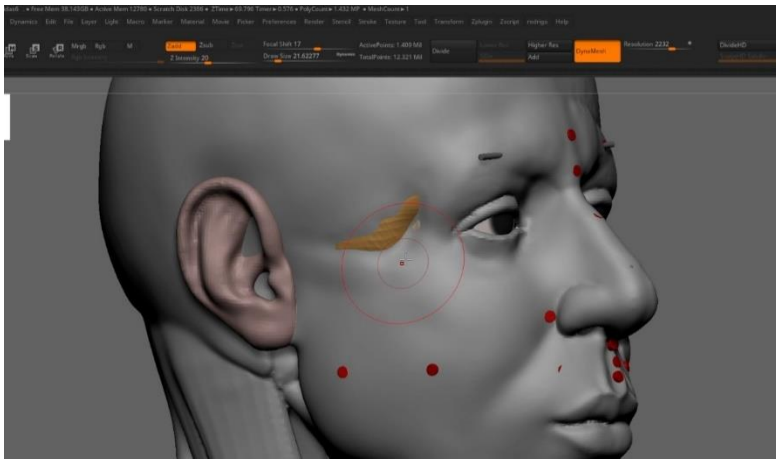
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila
Figura 55 – Finalizada a inserção dos músculos é dado início a modelagem detalhada

6.1.6 Pele

Com a ferramenta *Brush ClayBuildup*, inicia-se a modelagem e as formas terciarias do rosto, tendo como limite referenciais os pontos vermelhos. Nessa etapa, as imagens de litografia são analisadas, principalmente os detalhes das orelhas e dos olhos (Franco, 2012; Milani *et al*., 2015). Para a orelha que é criada uma malha ou máscara separada já modelando com suas características. A técnica consiste em espelhar, ou seja, criar um lado e replicar o outro lado (Figuras 56 até 63).

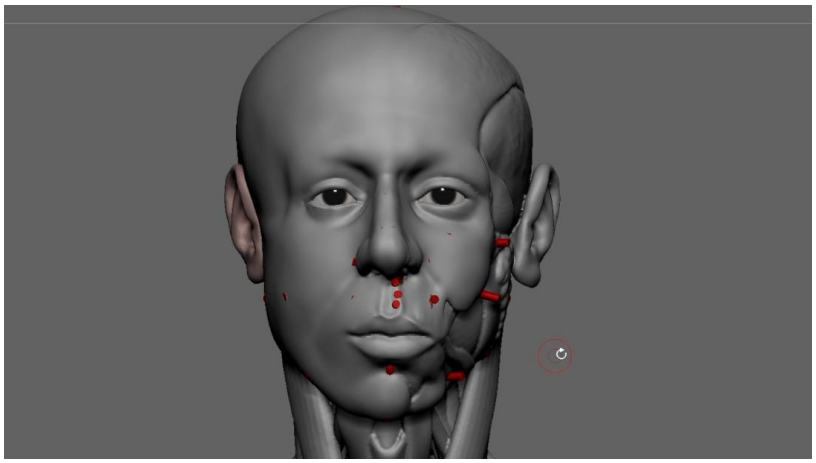


FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila
Figura 56 - Início da modelagem da pele



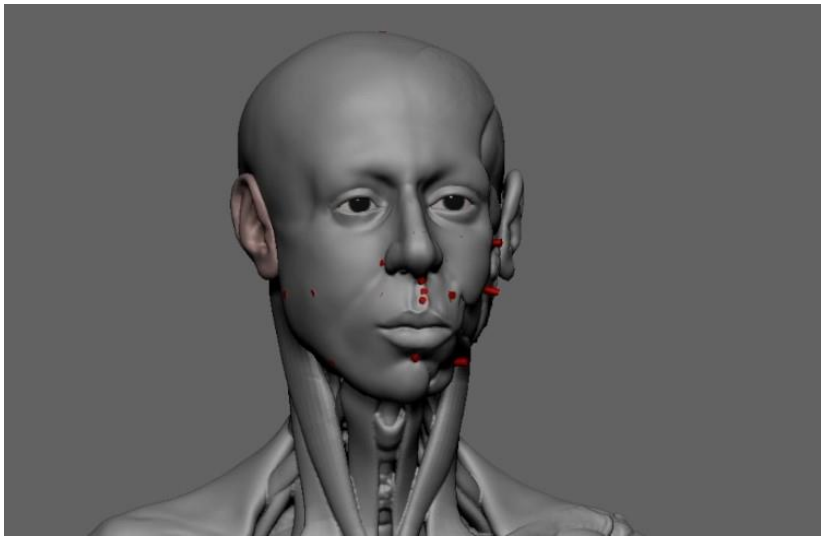
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 57 - Aplicação e readequação da orelha com a continuação da modelagem das formas terciárias



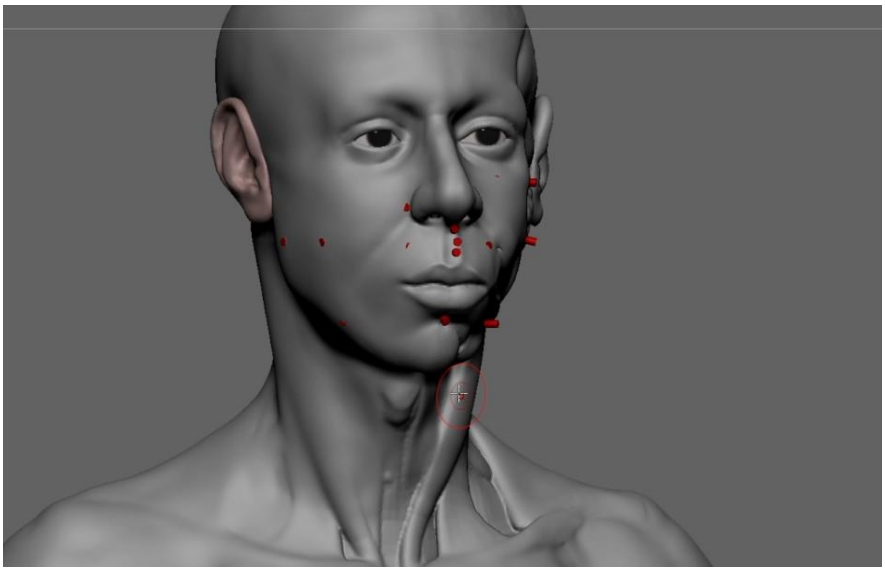
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 58 - Na etapa de aplicação da técnica do espelhamento é possível construir de forma assimétrica o rosto do imperador



FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 59 - Pinos de referência gradualmente preenchidos

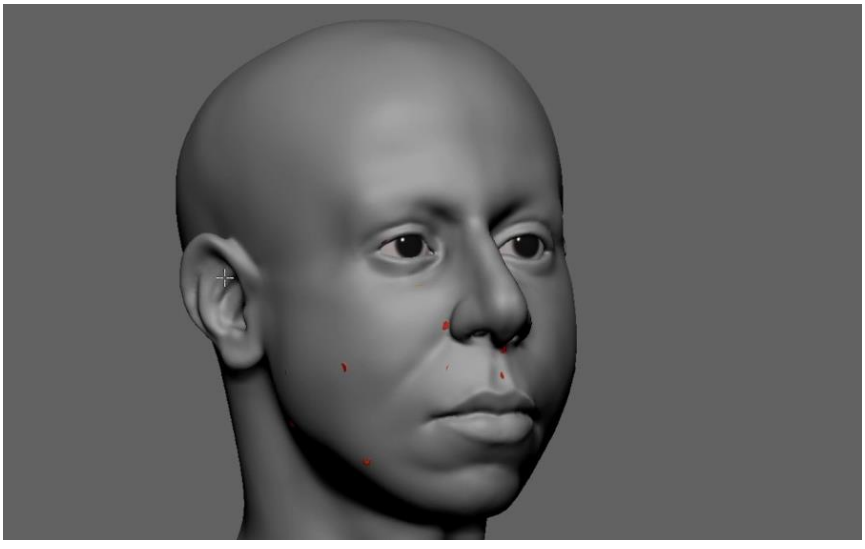


FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 60 - Ombro ganhando formas proporcionais ao crânio

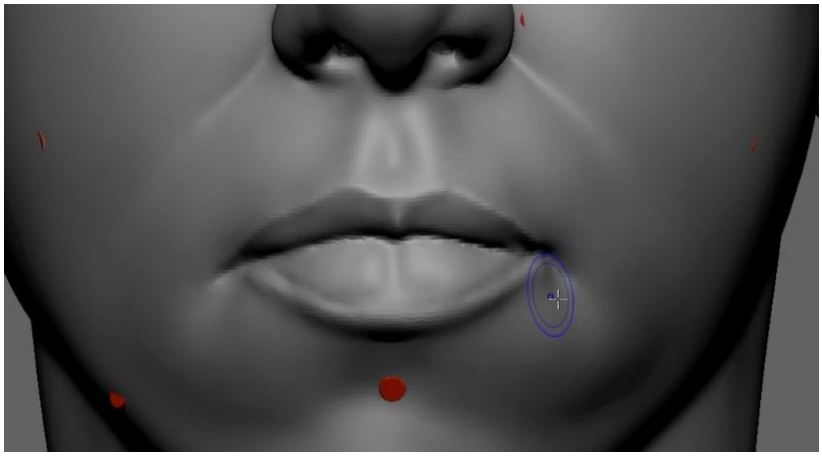
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 61 - Preenchimento da região torácica



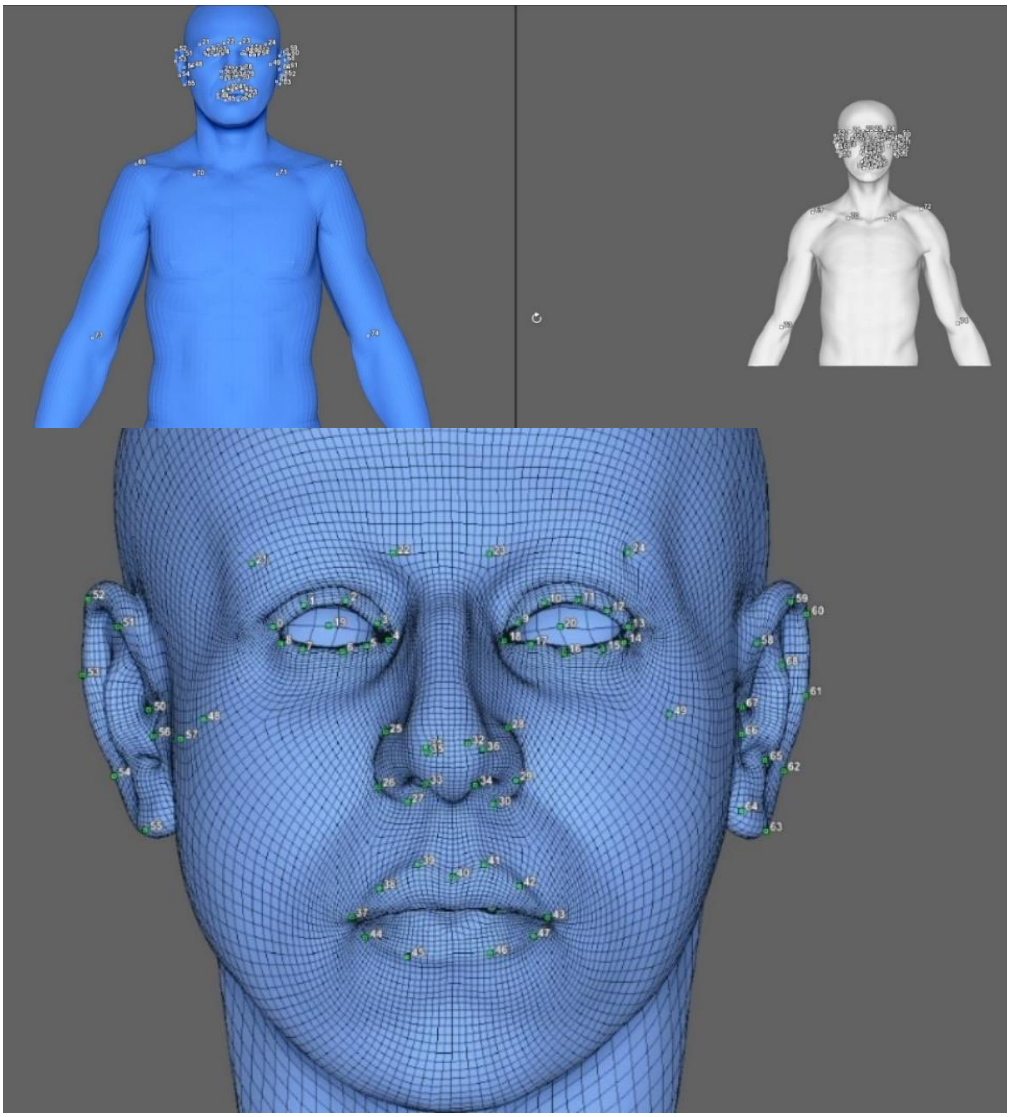
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 62 - Primeira etapa de refinamento das orelhas



FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila
Figura 63 – Lábios na etapa de refinamento para o realismo

A texturização da pele, superfície cutânea: poros, imperfeições etc., se constitui através da manipulação do objeto com os pontos na malha projetados sobre o rosto dos imperadores, por exemplo: a malha azul (esquerda) seria uma base que se sobrepõe a anterior proporcionando o refinamento das regiões dos olhos, boca e nariz, criando a topologia atual, trazendo um nível de detalhamento alto (Figuras 64 até 71). Sabe-se que as imagens de litografias podem trazer informações não muito confiáveis. Até mesmo por uma questão de estética solicitada pelo retratado, bem como, as técnicas utilizadas e a marca registrada do profissional influenciam no resultado. Exatamente por isso, foi obtido o maior número de dados possíveis, uma vez que pontos como as cartilagens do nariz, orelhas e detalhes dos lábios da boca, normalmente, não sofrem muita alteração com o passar do tempo.

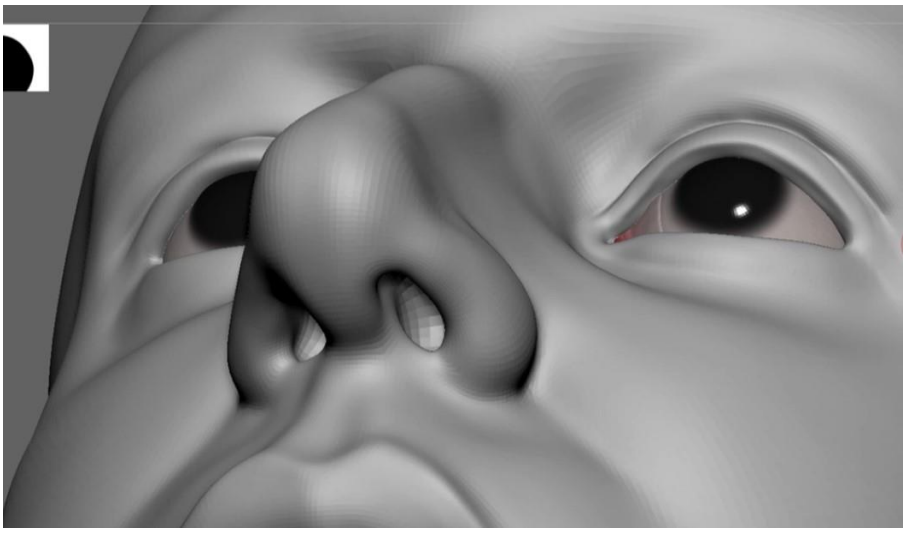


FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 64 - Exemplo da aplicação da malha azul

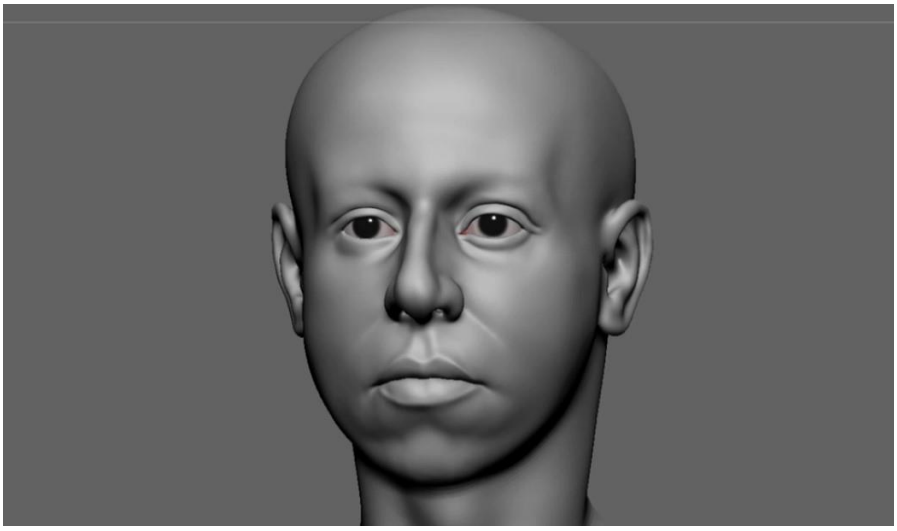
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 65 - Topologia apta para ser texturizada



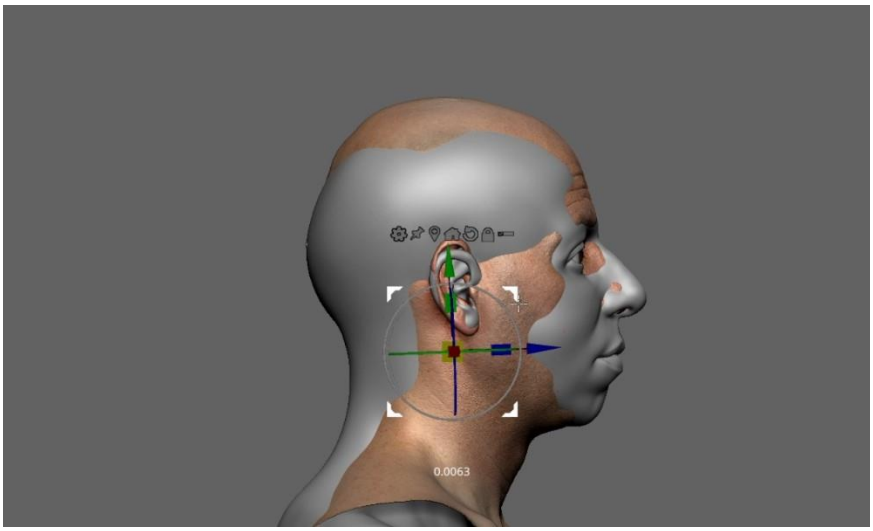
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 66 - Refinação da região dos olhos



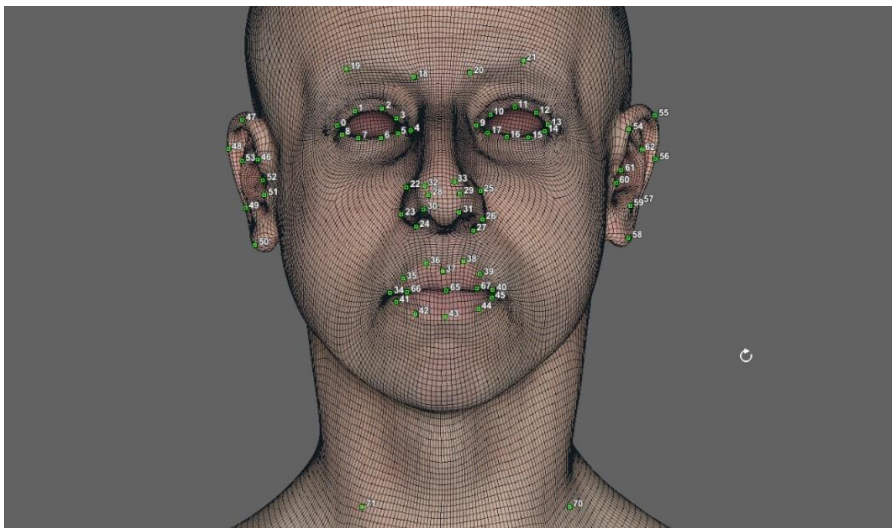
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 67 - Olhos adquirindo formas, profundidade e consequentemente realismo



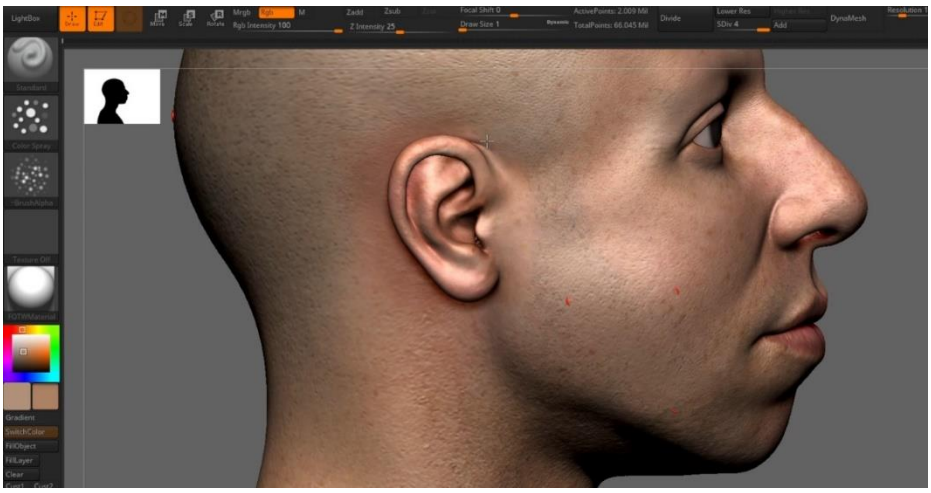
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 68 - Finalização do encaixe das orelhas seguindo as mensurações



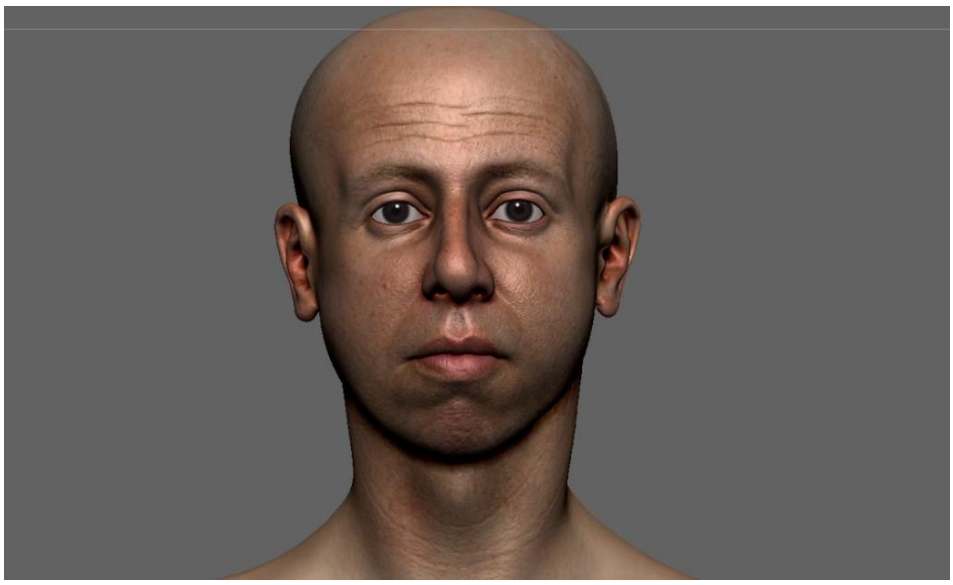
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 69 - Utilizando a malha tem início a aplicação da textura da pele



FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 70 - Imagem de perfil evidenciando a malha da textura da pele completamente aplicada

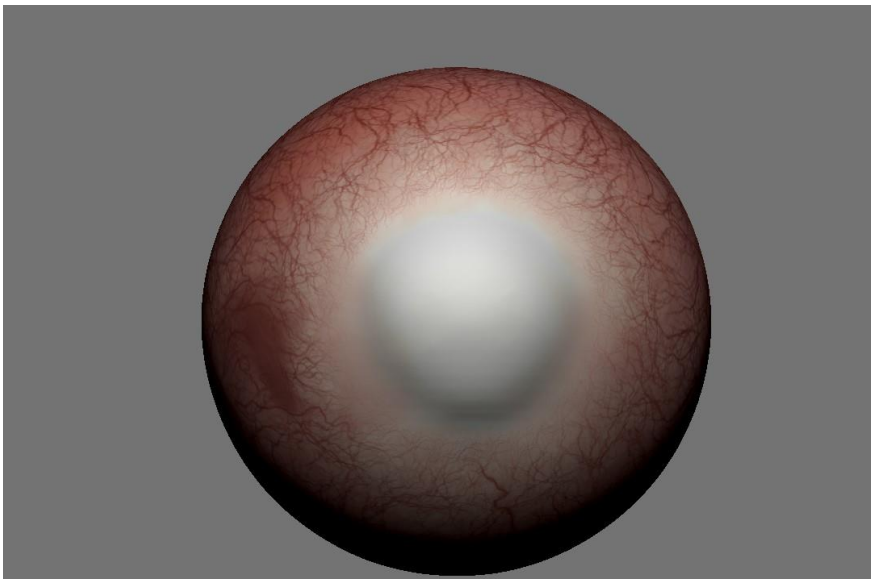


FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

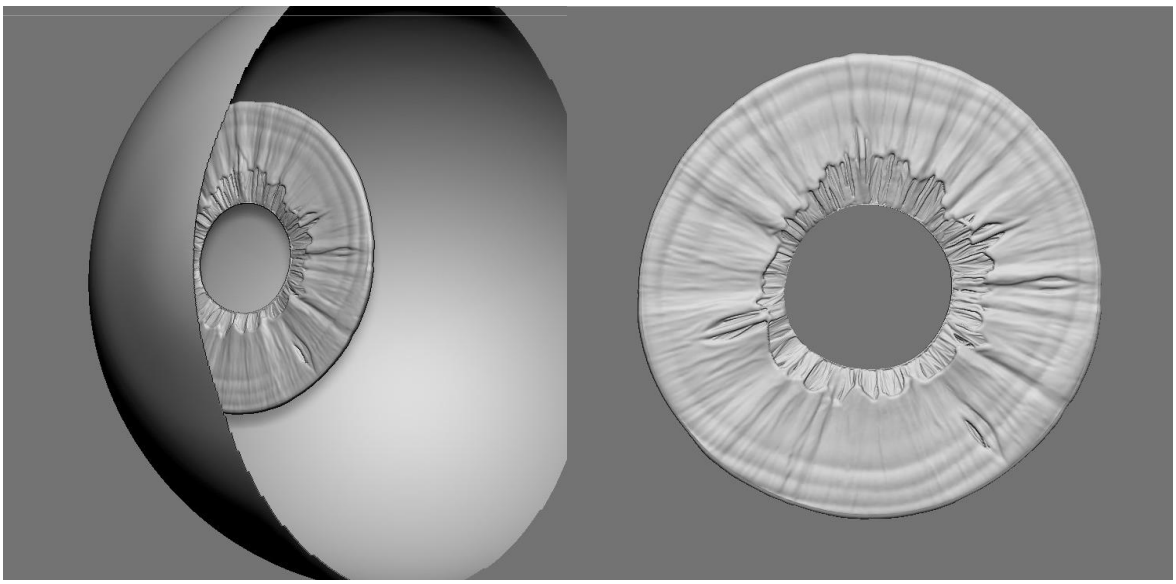
Figura 71 - Pintura em estilo aerógrafo, capaz de projetar pintas e manchas específicas, tonando o objeto hiper-realista

6.1.7 Olhos

Para criar os olhos, Avila desenvolveu durante anos de pesquisa uma técnica para modelar em três etapas: globo ocular; íris e carúncula. Primeiro é criada a esfera que é texturizada com uma espécie de pincel capaz de reproduzir a vascularização do globo ocular. Na região interna é colocada a íris, cuja parte central permanece transparente para evidenciar neste momento somente a córnea (Figuras 72 e 73).



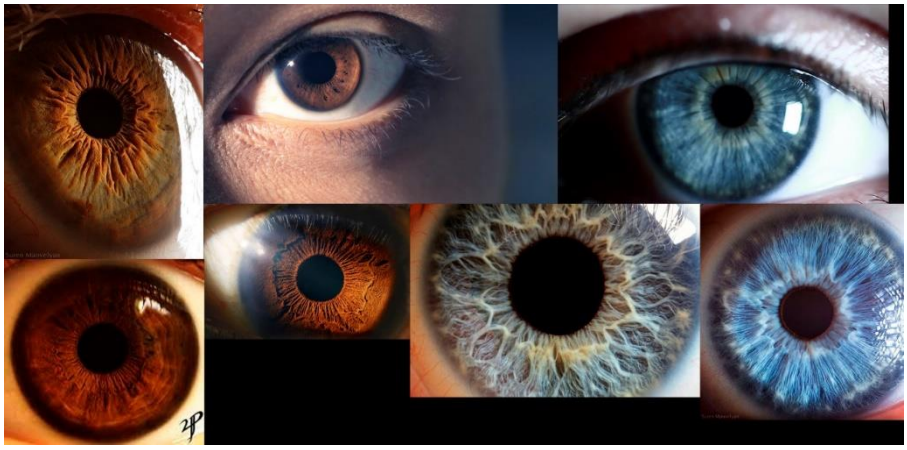
FONTE: Rodrigo S. Avila
Figura 72 - Esfera pronta para receber os detalhes que moldarão os olhos



FONTE: Rodrigo S. Avila
Figura 73 - Íris próxima a parte central

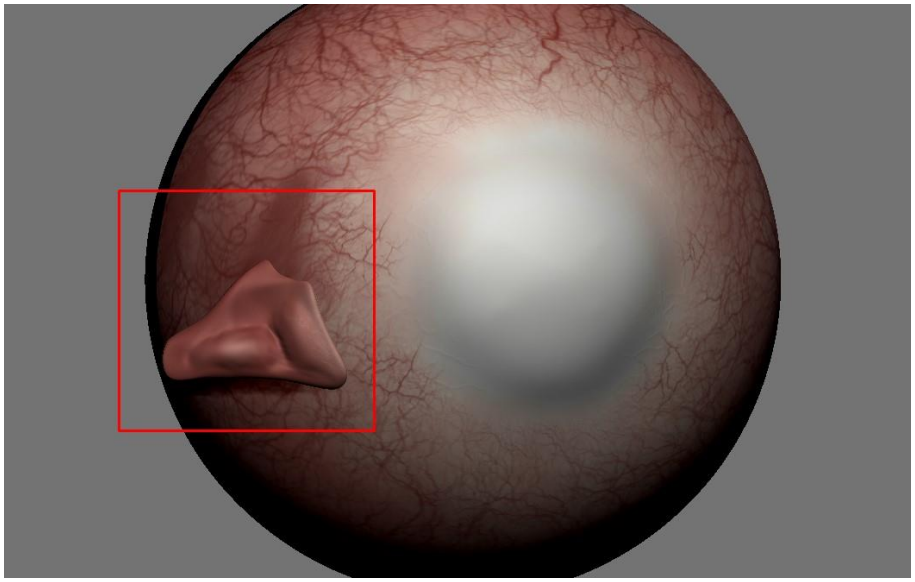
A cor da íris é colocada posteriormente, no *lookdev*, onde é feito uma escala tonal oval, ou seja, utiliza-se o recurso da luz para dar o degradê assim original naturalidade e a cor da íris pretendidas. Ela modelada observadas as formas de cada uma. Exemplos: olhos azuis têm mais linhas e menos cavidades, olhos castanhos têm cavidades profundas (Figura 74).

Informações sobre a cor da íris dos imperadores do Brasil foi feita com base em bibliografias: Calmon, 1943; Lustosa, 2006; Oberacker, 1973; Santos, 2006; Sousa, 1972; Torres, 1947; Ventura; Lyra, 2019).



FONTE: Rodrigo S. Avila
Figura 74 - Escala de cor da íris

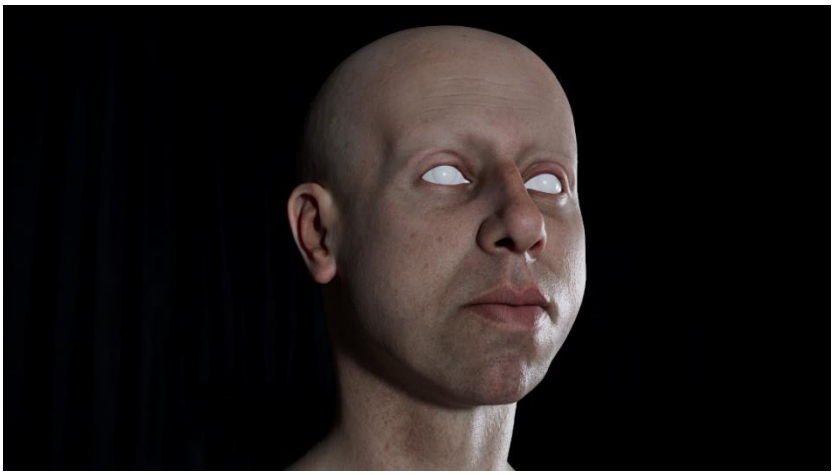
Concluída essa modelagem da íris, foi criada a carúncula, que consiste na saliência localizada no ângulo interno do canto palpebral nasal, que corresponde a glândula lacrimal acessória. Ela é parte importante na modelagem pois ela traz realismo e profundidade aos olhos (Figura 75).



FONTE: Rodrigo S. Avila
Figura 75 - Detalhe da carúncula

Uma das etapas mais esperadas neste trabalho é o processamento das texturas, chamada na produção 3D de *Look Development*. Consiste em um conjunto de instruções aplicadas ao objeto tridimensional visando o processamento de efeitos de renderização para obter maior precisão nos poros e detalhes da pele (Figuras 76 e 77).

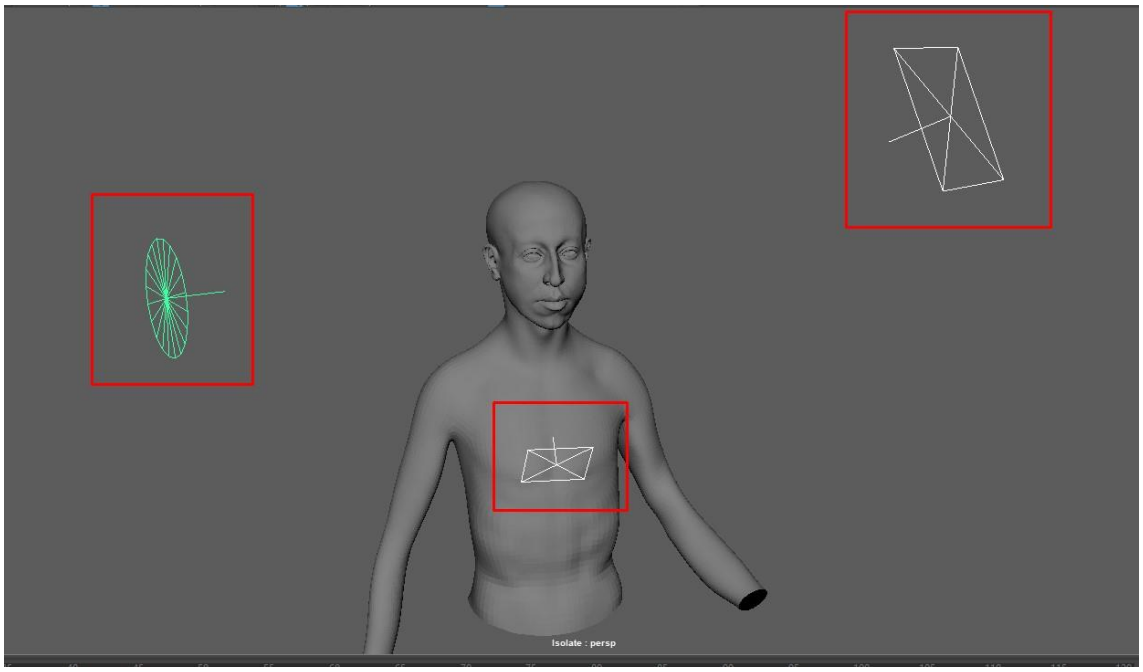
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila
Figura 76 - Poros proporcionando mais realismo. Na imagem em close é possível ver claramente a semelhança com a pele humana



FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila
Figura 77 - Finalizada a colocação da pele, o objeto torna-se mais real

Neste conjunto de instruções, deve ser destacado que o tipo de luz utilizada neste caso foi o *HDRI* (*High Dynamic Range Image*), capaz de dar profundidade e precisão, criando uma espécie de capsula às formas do objeto, capaz de reagir com a luminosidade, seja noturna,

vespertina, matutina e até mesmo luz interior de uma lâmpada comum, por exemplo. Durante esse processo vários tipos de iluminação foram testados, até encontrar o ponto mais harmonioso entre pele e iluminação (Figuras 78 e 79).



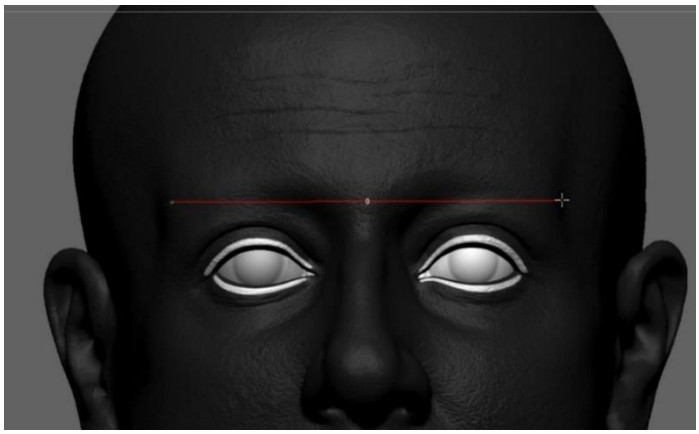
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila
Figura 78 - Os pontos anotados em vermelho projetam a simulação da luz em cena

FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila
Figura 79 - Durante o processo vários tipos de iluminação foram testadas até encontrar o ponto certo que contrastava com a pele

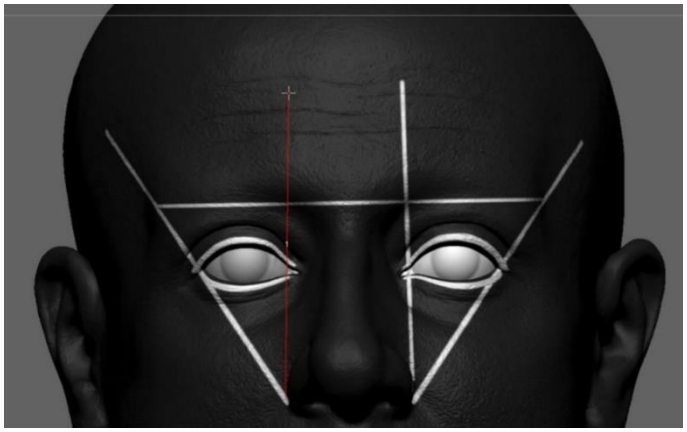
6.1.8 Cabelos e pelos

A técnica utilizada para criar o cabelo é feita pelo *software Maya*. São criados os mapas onde serão os locais determinados em que a pele irá aparecer. A primeira marcação é feita na região dos cílios. Mais uma vez recorre-se às análises das litografias que auxiliam acerca das linhas na região dos olhos e testa.

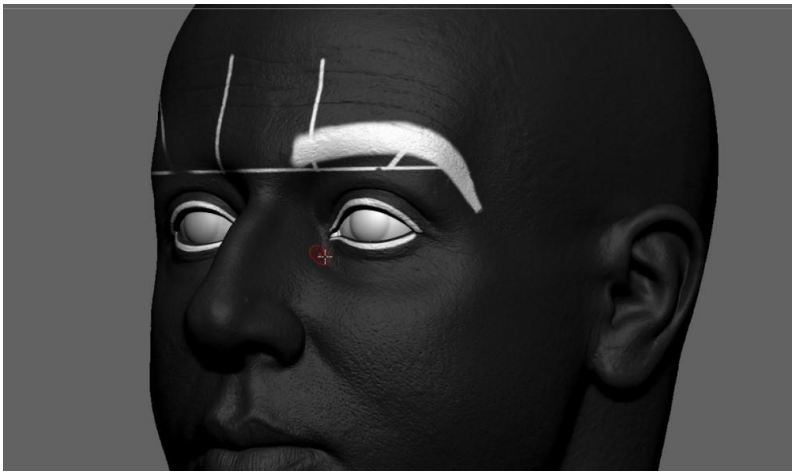
As marcas do cabelo, bem como as sobrancelhas são características de identificação usadas pelas ciências forenses (Taylor, 2001; Stephan, 2002/2008/2014). Nesse processo os pontos são marcados, assim como algumas linhas nas direções e medições da sobrancelha, definindo o ponto médio é o meio da região da glabela, distância entre nariz e olhos. Essas guias são usadas para proporcionar a forma correta das sobrancelhas e posteriormente seu refinamento. O mesmo processo é feito para barba e bigode. O *software* possui vários comandos para a criação, como por exemplo: comprimento dos fios, espessura, largura, quantidade, direção, possibilitando inclusive o uso de modificadores onde é possível proporcionar ondulações aos fios e até mesmo um efeito de recorte em suas pontas (Figuras 80 até 99).



FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila
Figura 80 - Medição de altura para inserção das sobrancelhas

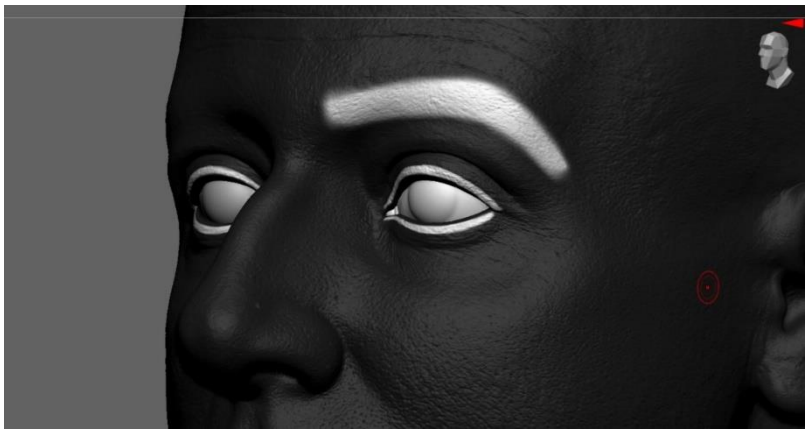


FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila
Figura 81 - Relação de altura e largura para colocação das sobrancelhas



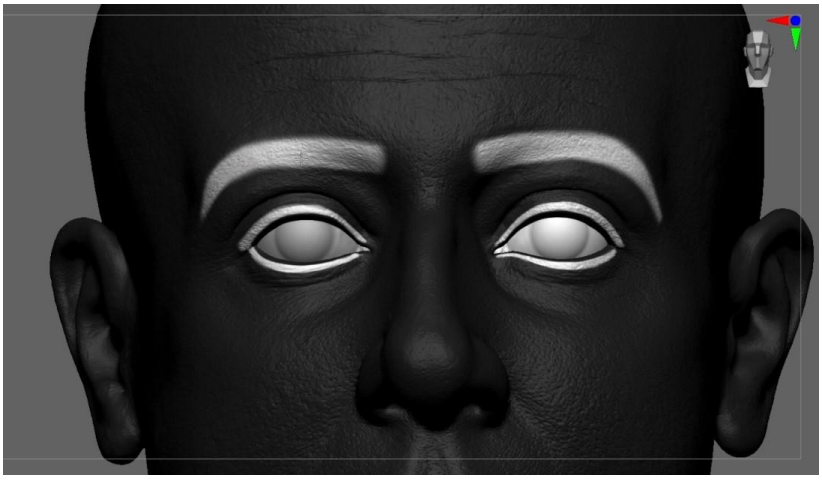
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 83 - Marcação da parte inferior



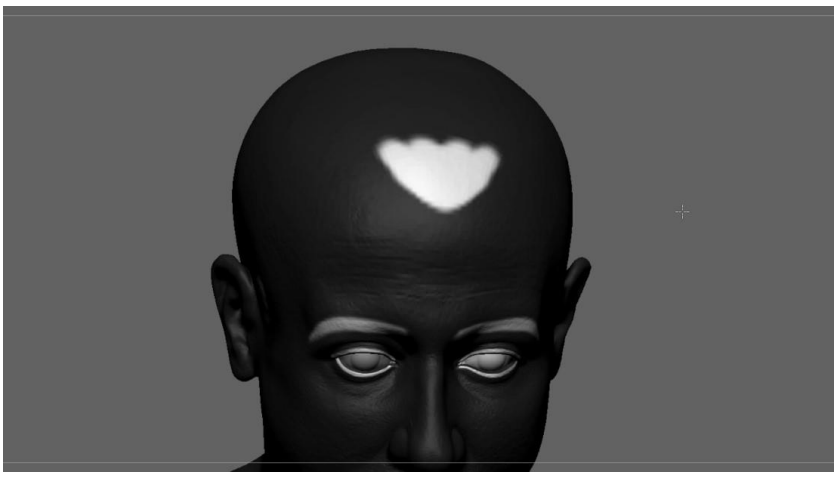
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 82 - Refinamento das sobrancelhas



FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 84 - Vista frontal das sobrancelhas finalizadas



FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

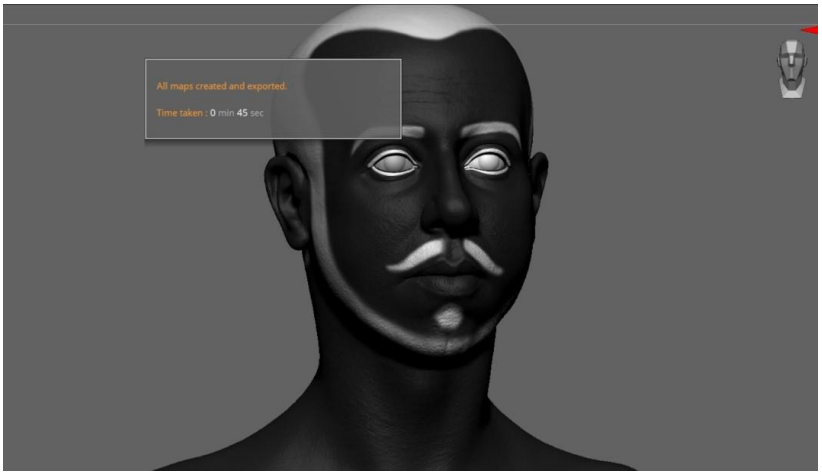
Figura 85 - Início da marcação dos cabelos na região do músculo occipitofrontal

FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 86 - Marcação do cabelo finalizada

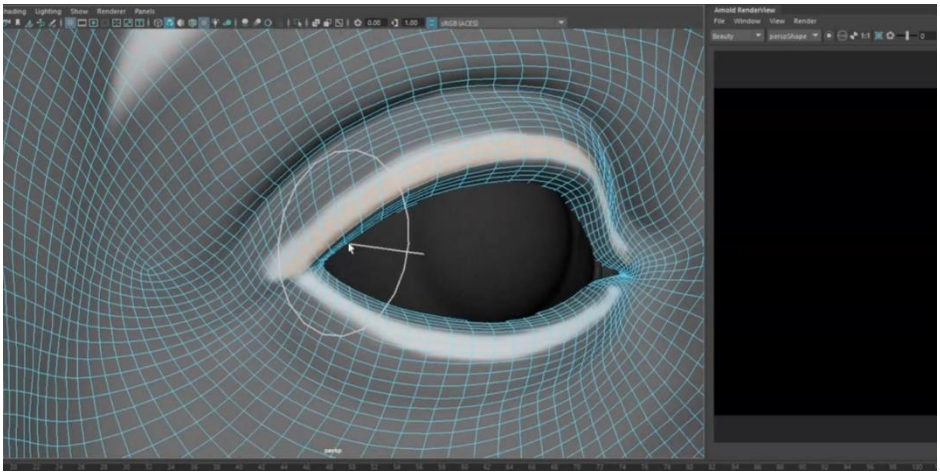
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 87 - Marcação da barba e bigode



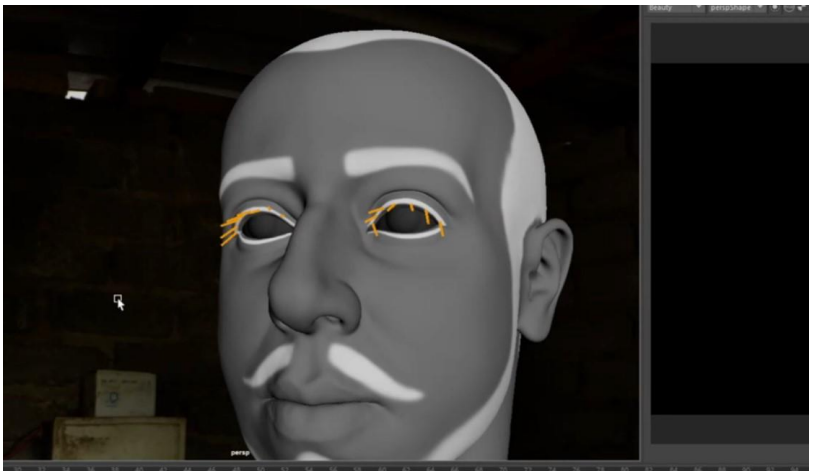
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 88 - Visão frontal do processo de marcação da barba e bigode



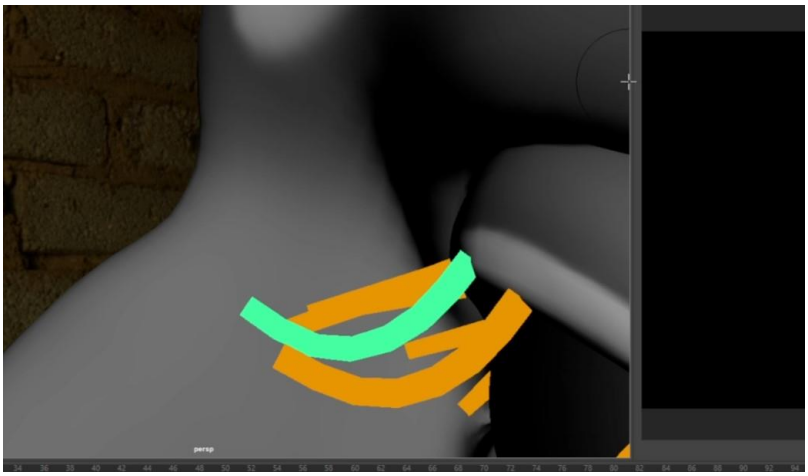
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 89 - Uso da máscara responsável por guiar e dar direção aos pelos



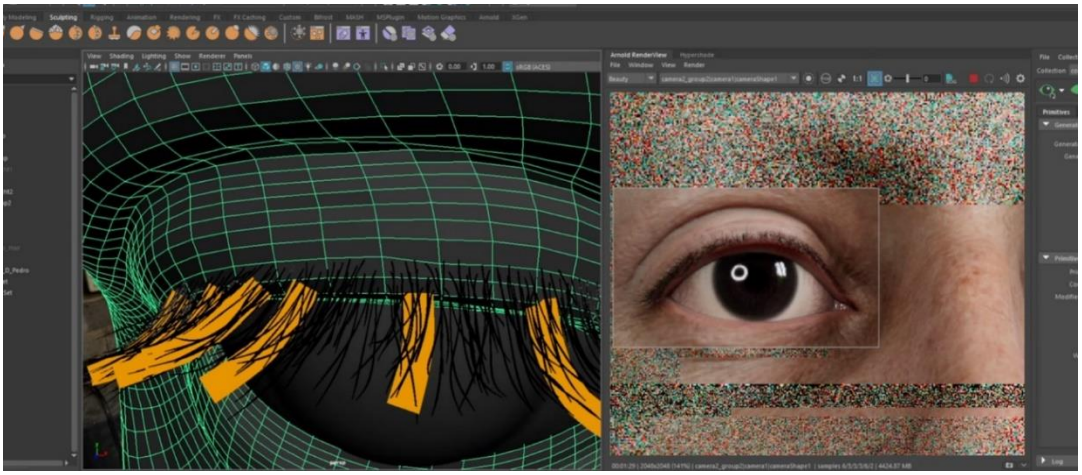
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 90 - Guias amarelas auxiliam a direção dos pelos



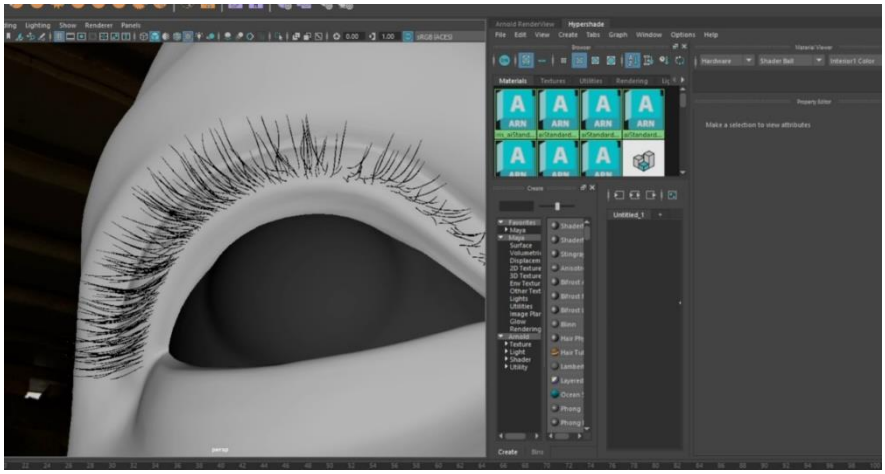
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 91 - Close na implantação dos pelos



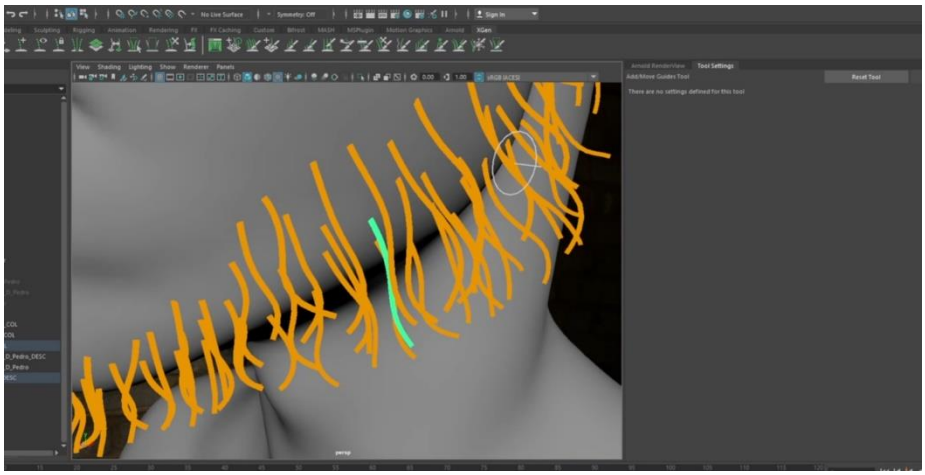
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 92 - Inserção de ruídos ao objeto visando naturalizar os fios e dar movimento



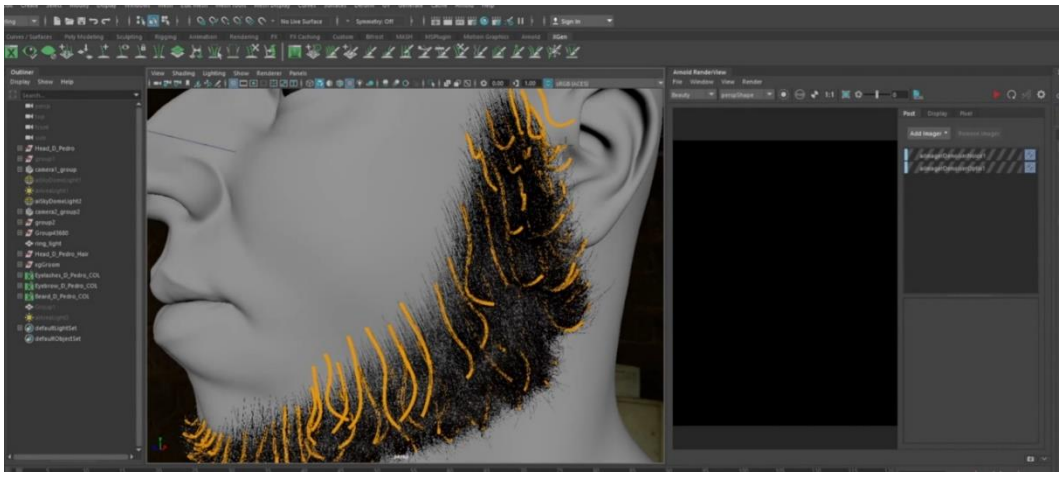
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 93 - Finalização da colocação dos cílios, técnica fio a fio



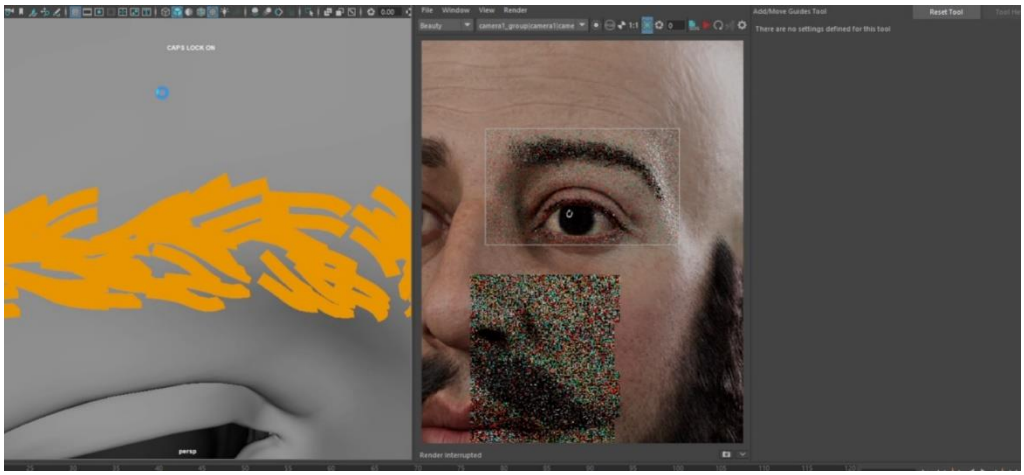
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 94 - Utilização da mesma técnica dos cílios para a barba. Alternando apenas as camadas entre fios espessos e finos



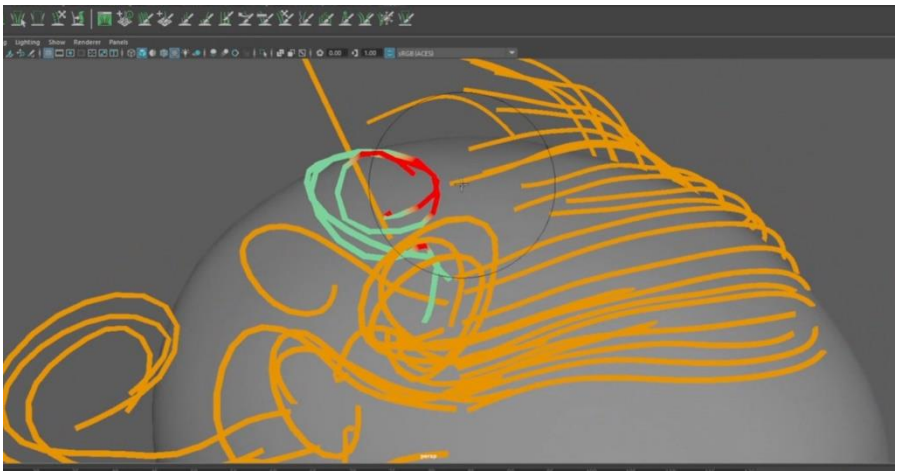
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 95 - Sequência do processo de implantação da barba



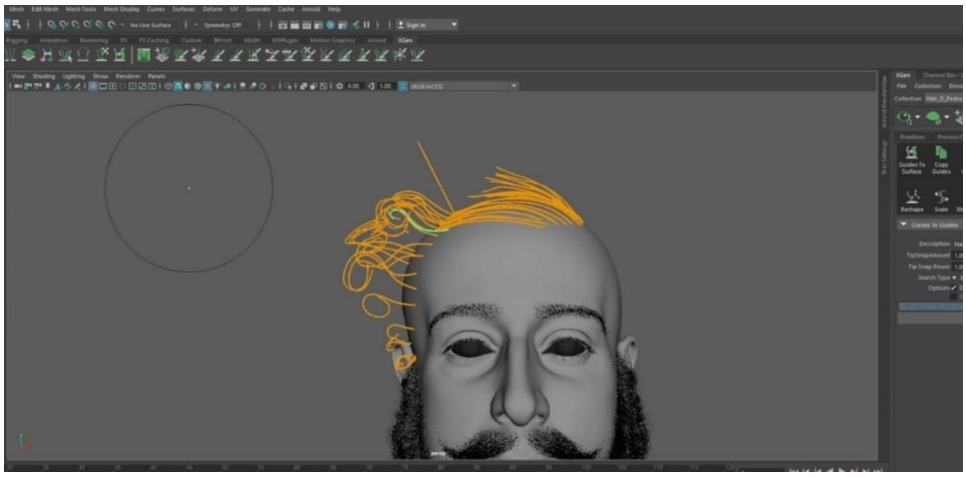
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 96 - Técnica fio a fio na implantação do bigode, a mesma utilizada na sobrancelha



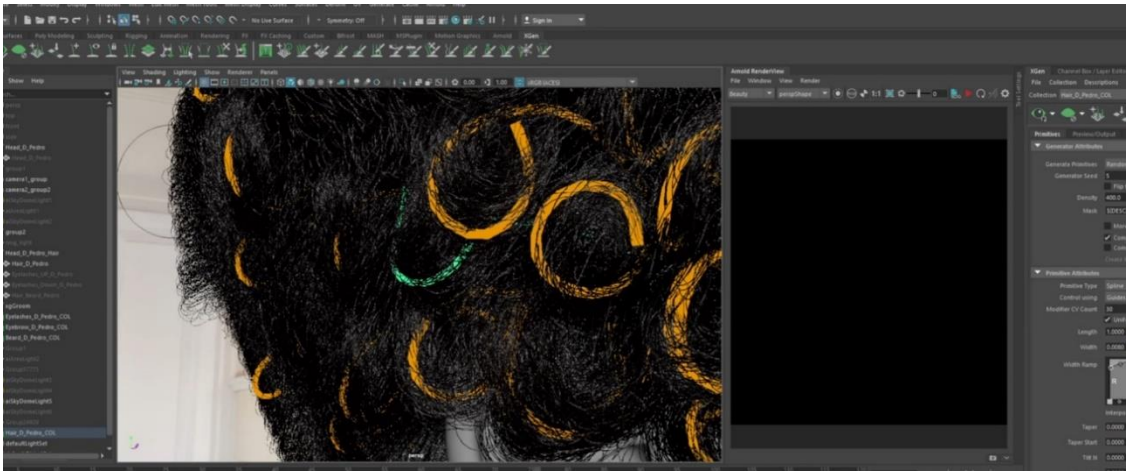
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 97 - Para o cabelo foram criadas guias maiores e, ajustadas até dar o volume ao estilo do corte utilizado



FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 98 - Vista frontal da aplicação da técnica



FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 99 - No couro cabeludo foram criadas uma grande quantidade de guias, respeitando a ondulação do cabelo de D. Pedro

6.1.9 Material associado – roupas e adereços

Na Arqueologia Forense e Funerária as roupas, adereços etc., que são encontrados junto aos remanescentes humanos são denominados: “material associado”. A intenção desta pesquisa não é retratar os imperadores do Brasil mortos. Porém, como é um trabalho com base numa pesquisa arqueológica, optou-se por representá-los com as vestes as quais seus restos mortais foram encontrados no ano de 2012, na Cripta do Monumento à Independência, ou seja, as roupas e adereços que D. Pedro I do Brasil ou D. Pedro IV de Portugal foi sepultado em 1834, bem como as imperatrizes D. Leopoldina em 1826 e D. Amélia em 1873.

As vestes de D. Pedro estavam fragmentadas, conforme retrataram as fotografias feitas durante as pesquisas arqueológicas em 2012. Mas, é possível observar a cor da túnica a qual D. Pedro foi sepultado, bem como alguns detalhes, da mesma forma que as comendas encontradas. Importante destacar que este trabalho trará, apenas, a representação do busto dos monarcas. Logo, a Comenda da Banda das Três Ordens, que ficava na ponta da faixa, na altura do quadril de D. Pedro, não será representada, assim como o crucifixo que estava entre as mãos de D. Amélia (Ambiel, 2013).

6.1.10 D. Pedro I

A farda de D. Pedro foi modelada através do *ZBrush*. Seleciona-se a área em que foi feita a divisão da roupa e separa-se a manga da parte central. A partir desse ponto tem início o refinamento e modelagem por completa das vestes. Para modelar o detalhe das platinas ou galões de ombro, usou-se formas simples geométricas, posteriormente exportadas para o programa *Maya* para inserir nova topologia e, assim, um cordame após o outro foi inserido, duplicado e ajustado em toda a circunferência da platina. Absolutamente tudo é feito de maneira orgânica, sem nenhum recurso pré-moldado (Figuras 103 até 121).

Observando as formas da arte nos fragmentos das vestes encontrados junto ao corpo de D. Pedro indicaram que seria o mais próximo da farda que ele foi sepultado, ou seja, da última vestimenta de D. Pedro (Figuras 100 até 102). Esse detalhe foi feito separadamente, e não como uma textura, pelo fato dessa região conter muitos fios de ouro, e assim na etapa do render obtém-se maior destaque ao realismo.

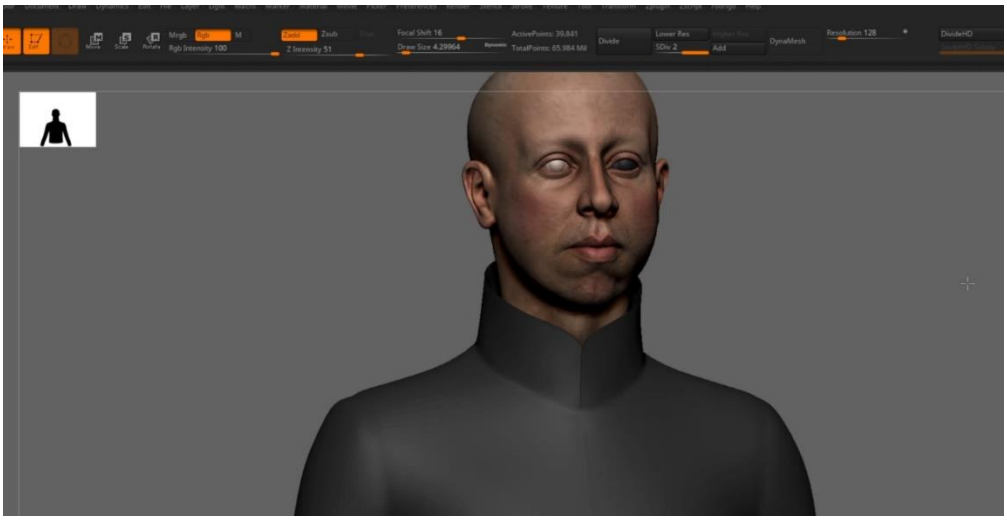
FONTE: Valter D. Muniz (2012)
Figura 100 - Fragmento da túnica de D. Pedro

FONTE: Valter D. Muniz (2012)
Figura 101 - Fragmentos dos ornamentos das platinas

FONTE: Valter D. Muniz
Figura 102 - Detalhes dos fragmentos de bordados em fios de ouro da túnica de D. Pedro

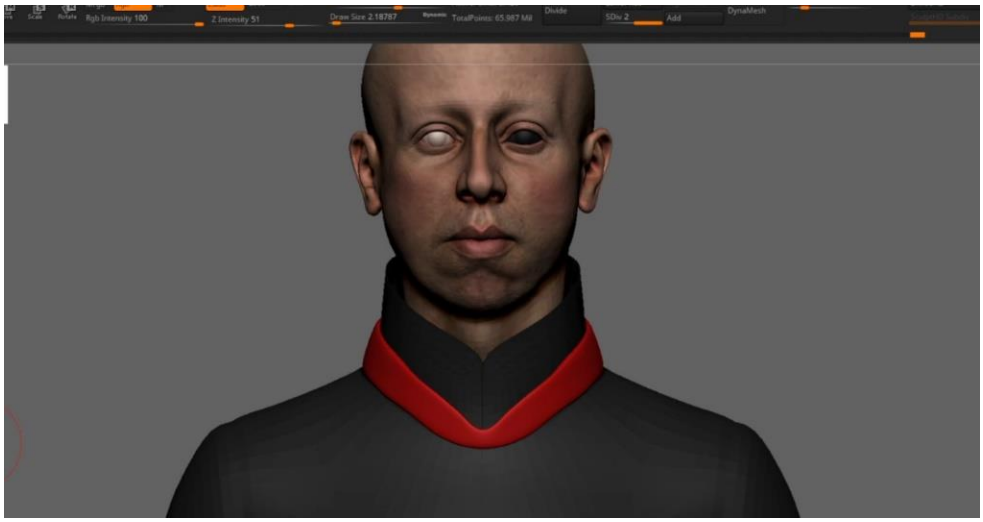
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 103 - Início da criação da túnica de D. Pedro. Primeira etapa: separação das mangas



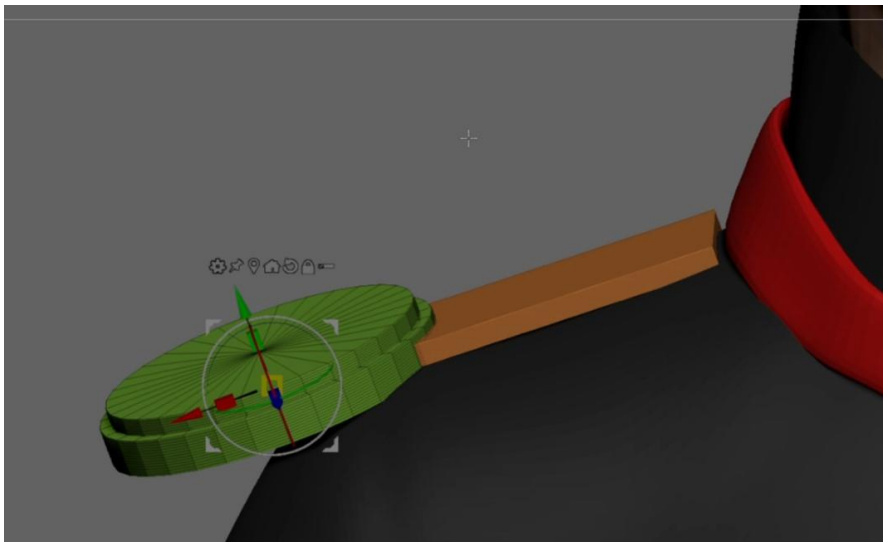
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 104 - Início do refinamento e modelagem

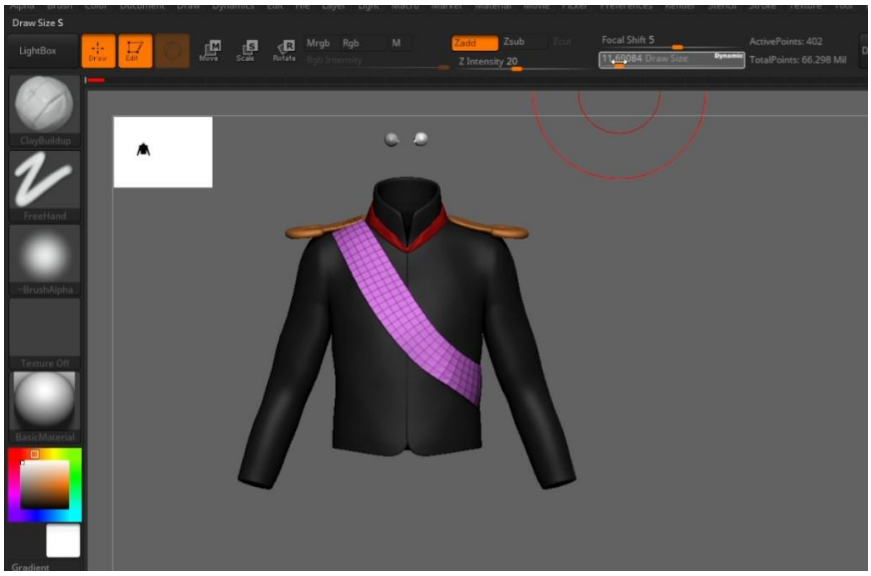


FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

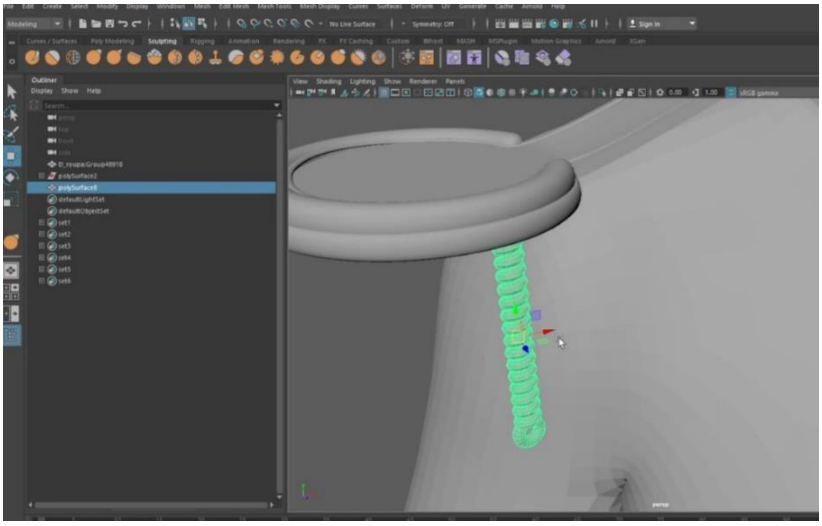
Figura 105 - Modelagem da fita ao redor do pescoço que prendia a Insígnia da Ordem do Tosão de Ouro



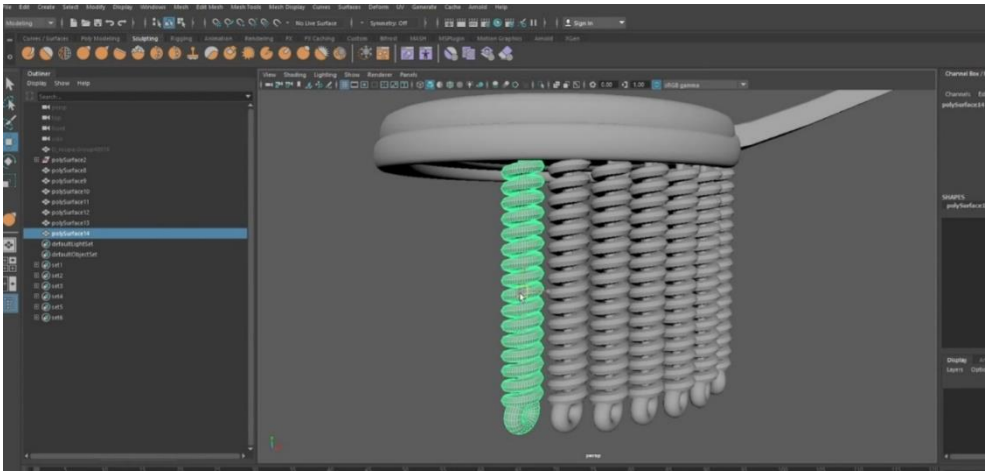
FONTE: Rodrigo S. Avila
Figura 106 - Modelagem das platinas



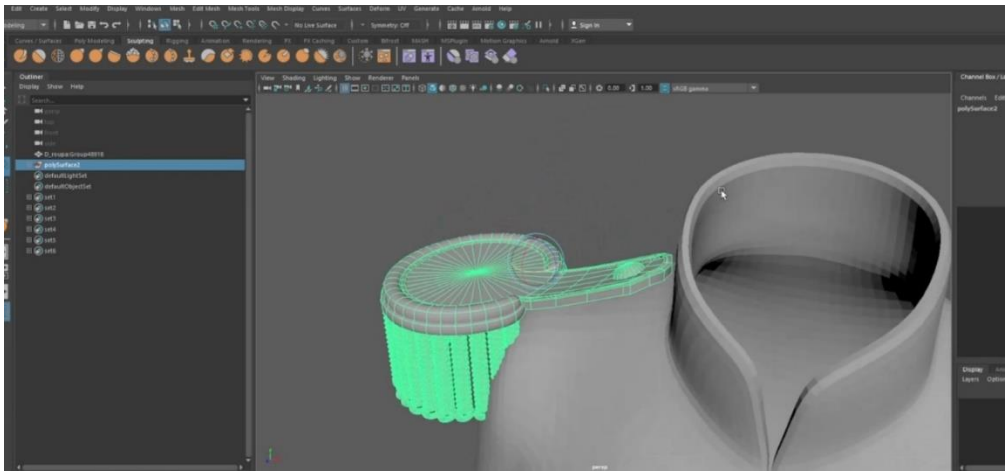
FONTE: Rodrigo S. Avila
Figura 107 - Modelagem e refinamento da faixa



FONTE: Rodrigo S. Avila
Figura 108 - Modelagem dos ornamentos das platinas de forma unitária

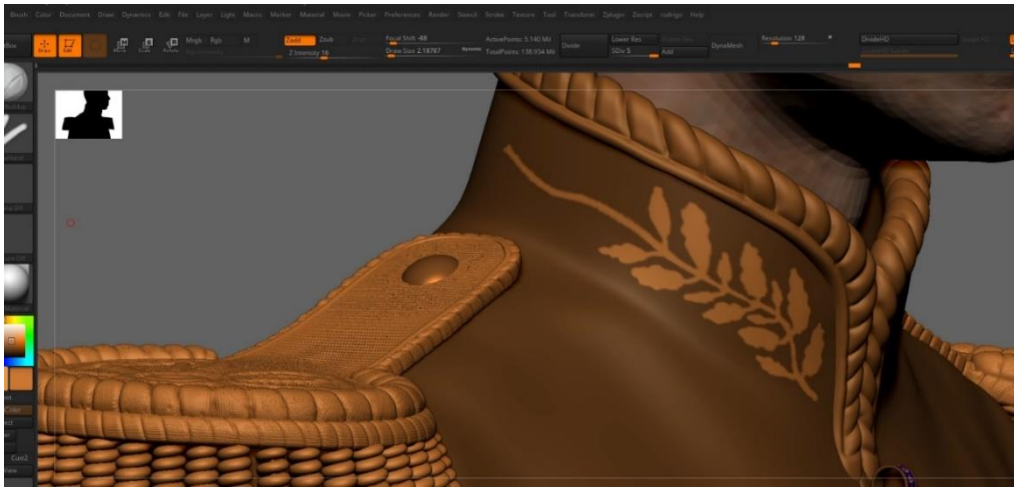


FONTE: Rodrigo S. Avila
Figura 109 - Ornamento das platinas duplicados e ajustados



FONTE: Rodrigo S. Avila
Figura 110 - Refinamento e detalhamento das platinas

FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila
Figura 111 - Criação dos bordados da gola da túnica



FONTE: Rodrigo S. Avila
Figura 112 - Close nos detalhes da túnica

Por se tratar de um trabalho com alto nível de realismo, a grande preocupação era reproduzir as peças de forma a não ficarem com aspecto artificial em relação ao restante da obra. Recorreu-se a um profissional específico que atua no ramo de joalheria. O *designer* de produto Eduardo Moreno N. Vieira desenhou virtualmente as comendas: Placa da Ordem Militar da Torre e Espada e Insígnia da Ordem do Tosão de Ouro. Todas as informações sobre as peças foram embasadas na pesquisa arqueológica desenvolvida em 2012, bem como no artigo publicado por António P. Trigueiros, em 2013 (Ambiel; Muniz, 2015; Trigueiros, 2013) (Figuras 113 até 120). Moreno utilizou os *softwares Matrix 9.0*, *ZBrush* e *Keyshot*.

FONTE: Valter D. Muniz (2012)
Figura 113 - Placa da Ordem Militar da Torre e Espada junto aos despojos de D. Pedro

FONTE: Valter D. Muniz (2012)

Figura 114 - Placa da Ordem Militar da Torre e Espada higienizada pela equipe arqueológica em 2012

FONTE: Eduardo Moreno N. Vieira

Figura 115 - Início da reconstrução gráfica da Placa da Ordem Militar da Torre e Espada

FONTE: Eduardo Moreno N. Vieira

Figura 116 - Finalização da réplica em 3D

FONTE: Valter D. Muniz (2012)

Figura 117 - Insígnia da Ordem do Tosão de Ouro encontrada durante a decapagem arqueológica em 2012

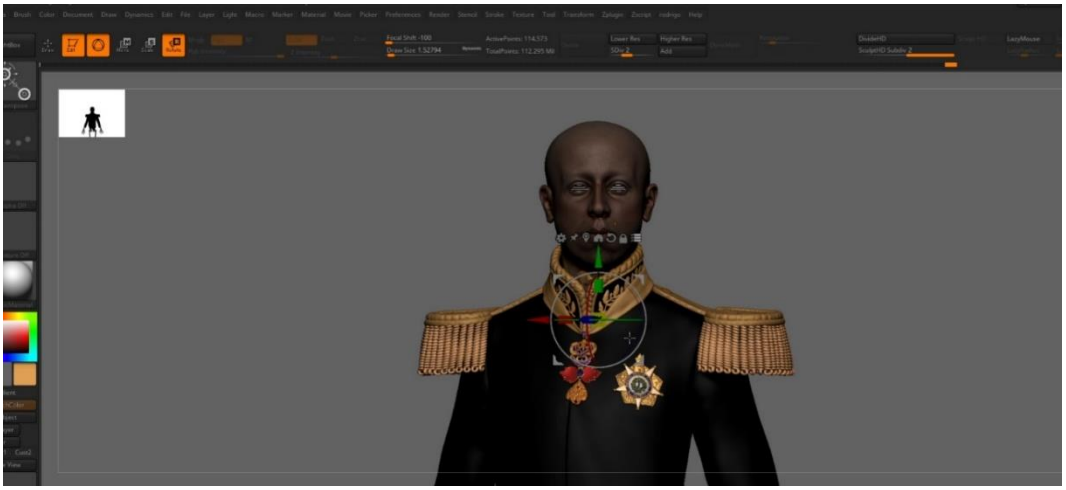
FONTE: Valter D. Muniz (2012)

Figura 118 - Insígnia da Ordem do Tosão de Ouro encontrada com o corpo de D. Pedro em 2012

FONTE: Eduardo Moreno N. Vieira

Figura 119 - Início da reconstrução gráfica da Insígnia da Ordem do Tosão de Ouro

FONTE: Eduardo Moreno N. Vieira
Figura 120 - Finalização da réplica em 3D

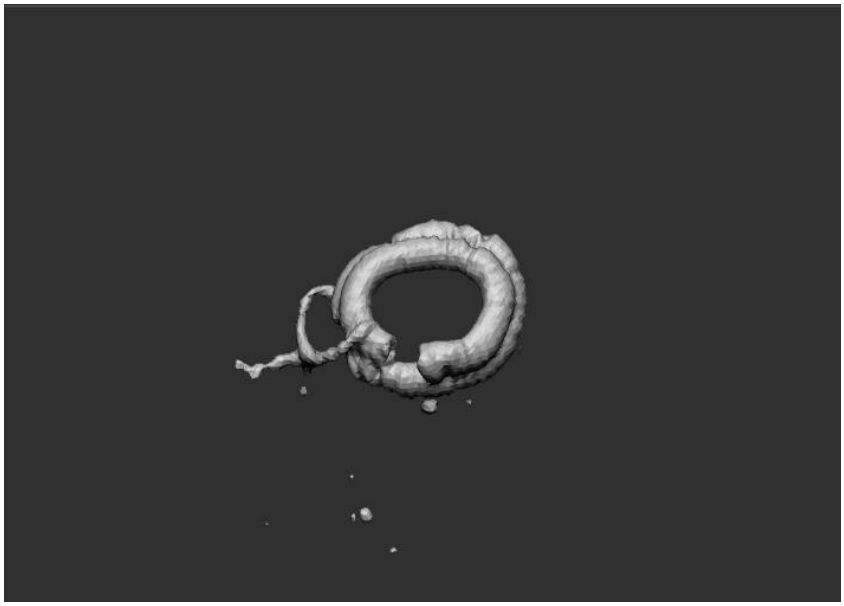


FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila
Figura 121 - Inserção das comendas na túnica de D. Pedro

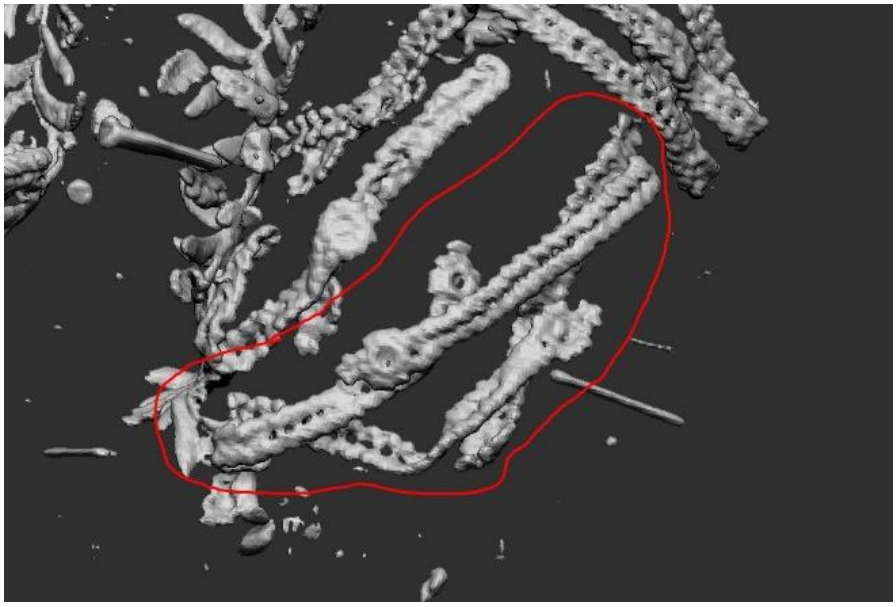
6.1.11 D. Leopoldina

O vestido da imperatriz possuía muitos detalhes, como pode ser observado nas fotos realizadas na pesquisa arqueológica desenvolvida em 2012, bem como as imagens das tomografias, que inclusive indicam fios de ouro (Figuras 122 até 126). A opção foi recriar com maior grau de refinamento e detalhes em certas formas e regiões. O processo foi o mesmo utilizado para as roupas de D. Pedro.

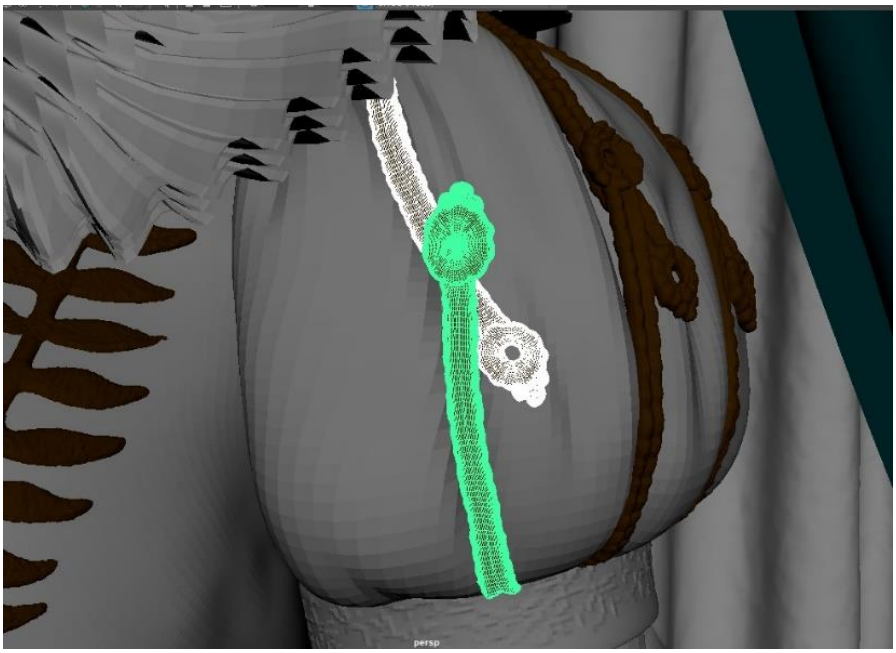
FONTE: Valter D. Muniz (2012)
Figura 122 - Detalhe do vestido de D. Leopoldina e faixa imperial



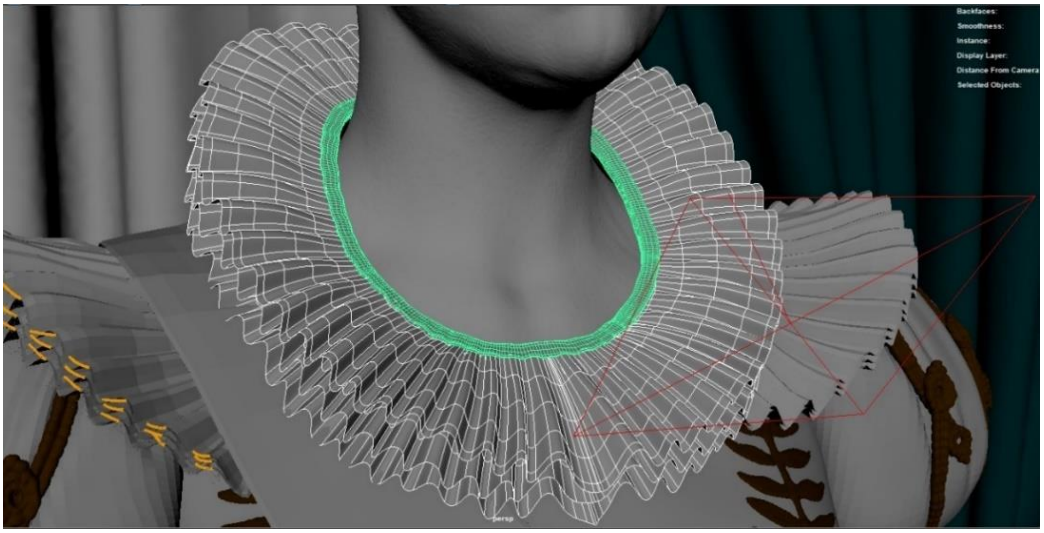
FONTE: Arquivo original TC de D. Leopoldina - InRad (2012).
Figura 123 - Fragmento do adorno presente no vestido



FONTE: Arquivo original TC de D. Leopoldina - InRad (2012).
Figura 124 - Bordados com fios metálicos na manga do vestido



FONTE: Rodrigo S. Avila
Figura 125 - Modelagem dos detalhes da manga do vestido



FONTE: Rodrigo S. Avila
Figura 126 - Criação da gola

O *designer* Eduardo utilizou das mesmas técnicas citadas acima para recriar os brincos da imperatriz (Figuras 128 até 131). O toucado ou ornamento de cabeça usado por D. Leopoldina teve como modelo a obra Óleo sobre Tela de Simplício de Sá, de 1826, (Figura 132) cujos fragmentos foram identificados na pesquisa arqueológica de 2012 (Figura 127). Foram utilizados os programas *Matrix* 9.0 para elaboração 3D da peça e o programa *KeyShot* para renderização. Para as penas do toucado, ornamento de cabeça usado por D. Leopoldina, foi aplicado o mesmo método, mas antes houve a criação de uma base onde os fios iriam aparecer. Esse método foi usado em todo o toucado, até se obter o resultado mais próximo possível. As penas que compõe o toucado foram reproduzidas seguindo a mesma técnica da criação e inserção dos pelos e foi elaborada por Avila (Figuras 133 até 136).

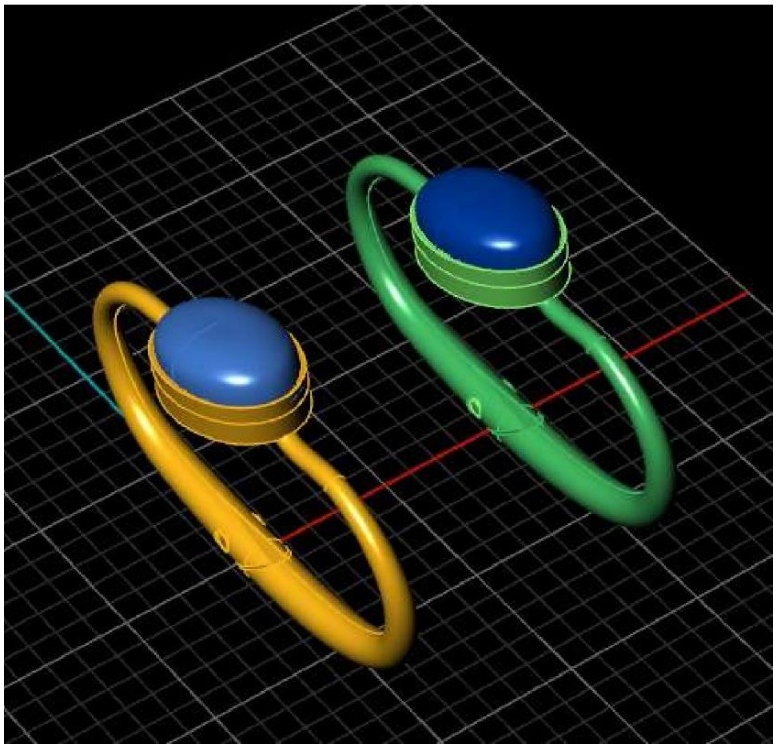
FONTE: Valter D. Muniz (2012)
Figura 127 - Fragmento do toucado junto aos remanescentes humanos da imperatriz

FONTE: Valter D. Muniz (2012)

Figura 128 - Brinco localizado próximo a região temporal esquerda de D. Leopoldina

FONTE: Valter D. Muniz (2012)

Figura 129 - Brinco encontrado com a imperatriz



FONTE: Eduardo Moreno N. Vieira
Figura 130 - Início da reconstrução gráfica do brinco

FONTE: Eduardo Moreno N. Vieira
Figura 131 - Finalização da réplica em 3D

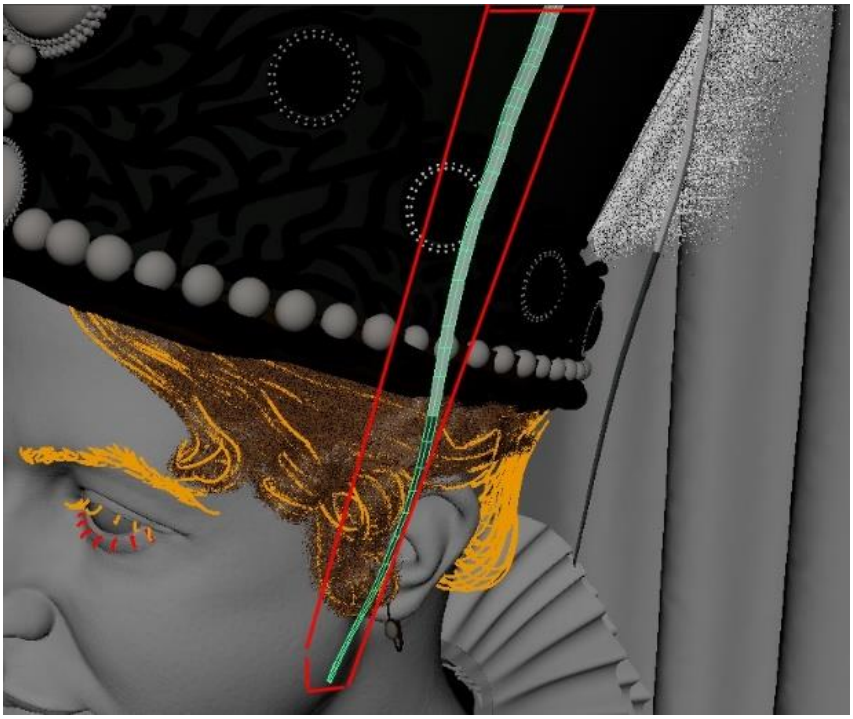
FONTE: Recorte da obra óleo s/ tela de Simplício de Sá. A imperatriz Leopoldina, D. Pedro I e os filhos visitando a casa dos Expostos, 1826

Figura 132 - Imagem de D. Leopoldina usando o toucado

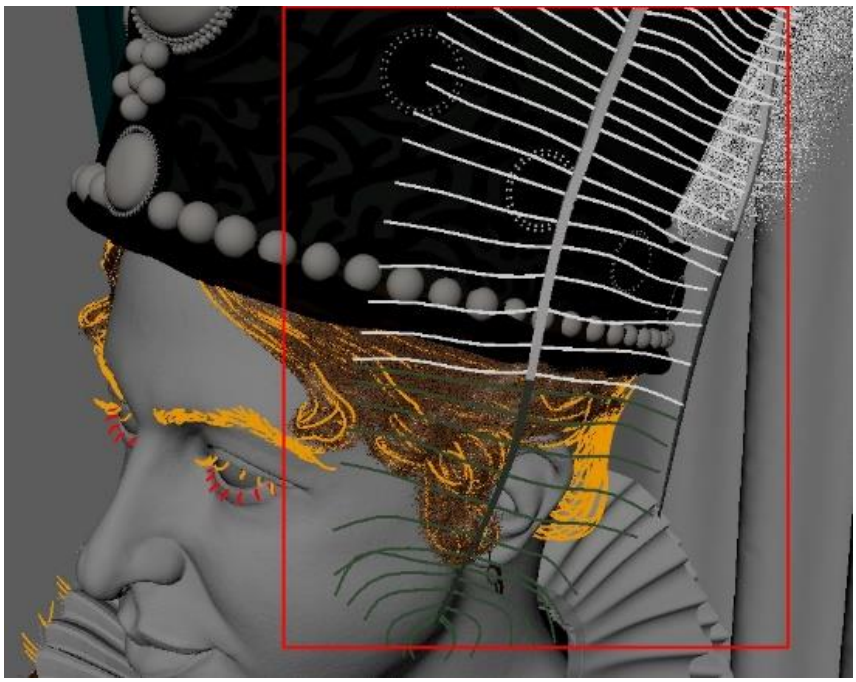
FONTE: Eduardo Moreno N. Vieira

Figura 133 - Início da reconstrução gráfica da tiara que compõe o toucado

FONTE: Eduardo Moreno N. Vieira
Figura 134 - Finalização da réplica em 3D



FONTE: Arquivo original TC de D. Leopoldina - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila
Figura 135 - Medição para criação das penas do toucado



FONTE: Arquivo original TC de D. Leopoldina - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

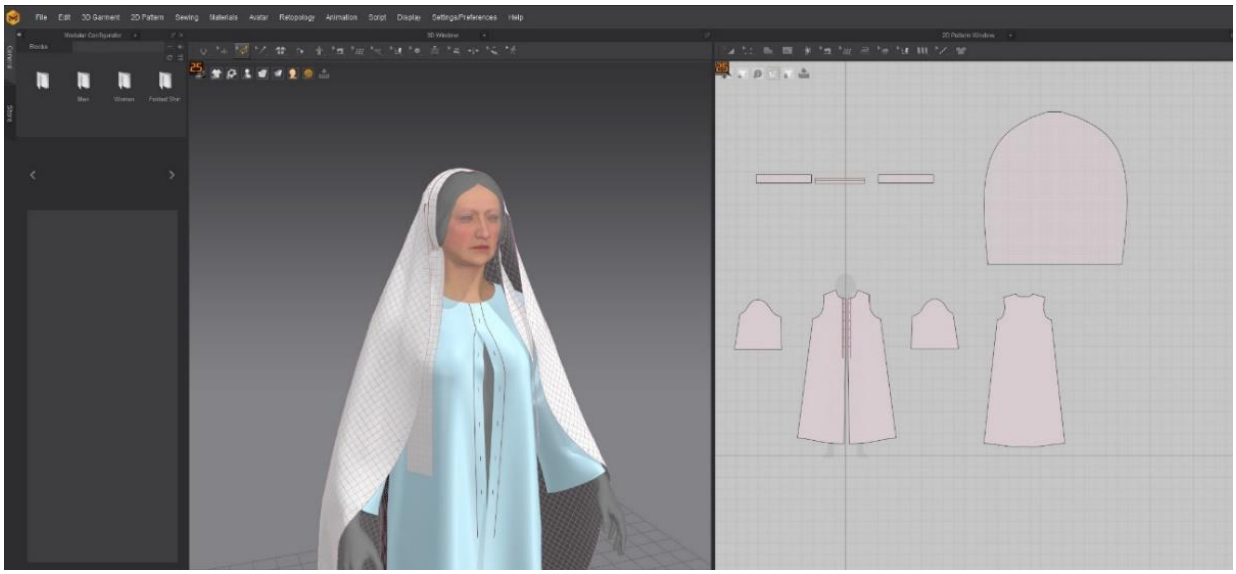
Figura 136 - Processo de reprodução das penas do toucado

6.1.12 D. Amélia

O vestido e véu da imperatriz seguiram as mesmas técnicas anteriores. É importante lembrar que o bordado do véu, previamente identificado através das imagens capturadas na pesquisa arqueológica realizada em 2012, foi confeccionado um a um (Figuras 137 e 138). Em linhas gerais, é como se o profissional estivesse ornando manualmente; obviamente, nesse caso, de maneira digital (Figuras 139 e 141).

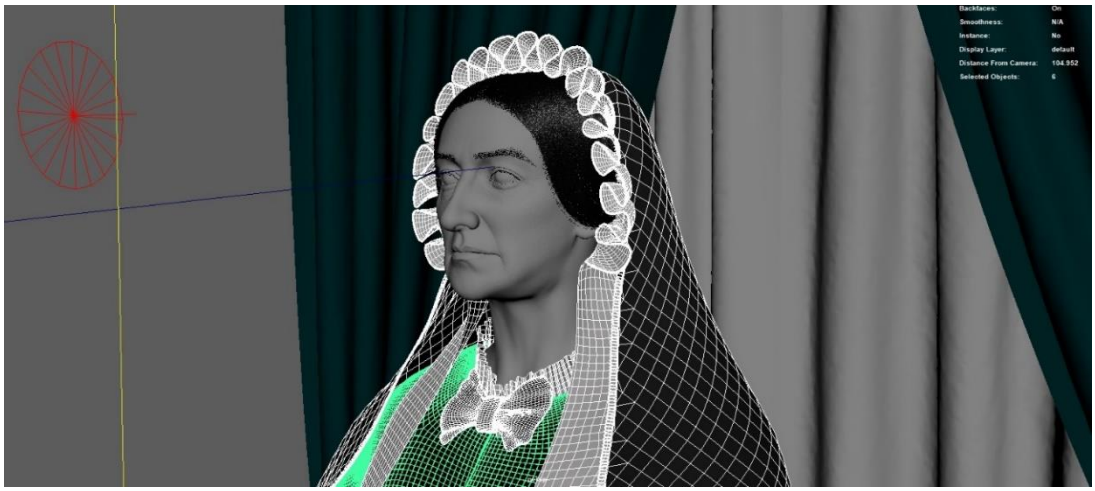
FONTE: Valter D. Muniz (2012)
Figura 137 - Detalhes das vestes de D. Amélia

FONTE: Beatriz T. Monteiro (2012)
Figura 138 - Detalhe das vestes de D. Amélia por outro ângulo



FONTE: Arquivo original TC de D. Amélia - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila
Figura 139 - Desenvolvimento das vestes da imperatriz no software 3D

FONTE: Arquivo original TC de D. Amélia - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila
Figura 140 - Detalhamento do véu



FONTE: Arquivo original TC de D. Amélia - InRad (2012). Manipulação da imagem: Rodrigo S. Avila

Figura 141 - Refinamento do véu e vestido

7 RESULTADOS

O imperador D. Pedro I do Brasil ou rei D. Pedro IV de Portugal sofreu acidentes equestres em 1823 e em 1829, nos quais fraturou algumas costelas (Ambiel, 2013). Nas análises tomográficas realizadas pelos médicos Prof. Dr. Marcelo Bordalo, Prof. Dr. Luiz R. Fontes e pelo Dr. Sérgio Jose Zeri Nunes, foram encontradas fraturas completas de algumas costelas que ocorreram antes da morte, provavelmente nestes acidentes, mas que nada interferiram no óbito de 24 de setembro de 1834.

7.1 RELATÓRIOS DA TC CORPO TOTAL - AVALIAÇÃO ÓSSEA DE D. PEDRO I

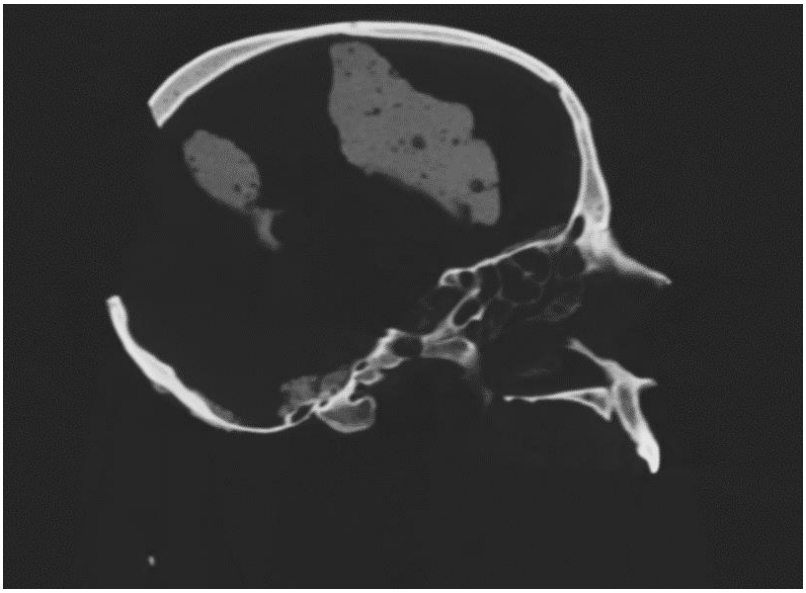
Cadáver totalmente esqueletizado, sem sinais de tecidos moles ou materiais orgânicos preservados. Esqueleto completamente desarticulado.

Crânio e face: craniectomia occipito-parietal post mortem, provavelmente indicando a incisão realizada para retirada do encéfalo durante a autópsia realizada em 1834. Este procedimento é conhecido dentro da Arqueologia como: trepanação (Ambiel, 2013).

Processos estiloides íntegros;

Septo nasal com desvio acentuado para a esquerda;

Ossos nasais simétricos, sem calo ósseo e sem desvio (perfeitamente alinhados e Perpendiculares ao osso frontal) (Figuras 142 e 143).



FONTE: InRad – Prof. Dr. Marcelo Bordalo

Figura 142 - Espinha nasal preservada, vista lateral direita

FONTE: Valter D. Muniz (2012)
Figura 143 - Vista frontal não indicando fratura nasal antes da morte

Conforme análise das imagens de tomografia computadorizada do crânio, os ossos nasais são bastante simétricos e estão alinhados perpendicularmente, ou quase, em relação ao osso frontal. Não há sinal de desvio significativo (isto é, esteticamente grosseiro) no alinhamento do nariz, nem presença de tumoração nesse local. Há perda de massa óssea no osso nasal esquerdo, sem calo ósseo, o que denota fratura pós-morte, ocorrida na ossada. Tal fato pode ter ocorrido na exumação ou mesmo no transporte da ossada de Portugal ao Brasil.

A imagem fotográfica, tomada após a realização da tomografia, exibe assimetria dos ossos nasais; porém, isso ocorre em decorrência de fratura e perda de massa óssea do osso nasal direito. Essa fratura ocorreu na ossada seca e não em vida. Importante lembrar a forma como o corpo de D. Pedro foi encontrado na pesquisa arqueológica em 2012, além dos deslocamentos destes remanescentes humanos realizados no Brasil entre 22 de abril de 1972, quando o corpo chegou ao Rio de Janeiro, até 6 de setembro de 1972, quando o ataúde com os restos mortais de D. Pedro chegou ao Monumento à Independência.

O nariz de D. Pedro é praticamente simétrico e está bem alinhado no crânio, e não apresenta deformidade óssea externa (ausência da alteração estética). Possivelmente havia pequeno desvio do nariz para a direita, sem alteração estética e em conformidade com assimetrias comuns e imperceptíveis, presentes na população geral. A única alteração é interna (desvio acentuado do septo nasal para a esquerda), o que deve ter acarretado eventual

desconforto respiratório, principalmente posicional (quando deitado) e com retenção de secreção.

Coluna cervical: sem alterações ósseas;

Clavículas e esterno: sem alterações ósseas, luxações acrômio-claviculares bilaterais;

Cinturas escapulares: sem alterações ósseas;

Coluna Torácica e Lombar: sem alterações ósseas. Ausência de lâminas posteriores e pedículos de 3 vértebras lombares;

Gradeado costal: seis arcos costais com calo ósseo (fraturas antigas consolidadas); dois fragmentos de costelas com fraturas post-mortem, inclusive com marcas de cortes provocados por lâmina. Demais elementos ósseos sem sinais aparentes de fratura.

Na questão das fraturas de costela de D. Pedro, as imagens da tomografia mostram que eram antigas e consolidadas. Desta forma, não poderia existir qualquer relação entre estas lesões os problemas pulmonares de D. Pedro. As fraturas post mortem são de costelas torácicas, que podem ter sido feitas durante a autópsia para retirada do coração (Ambiel, 2013).

Úmeros: parcialmente inclusos no exame, sem alterações ósseas nos segmentos vistos Rádios e ulnas: desarticulações completas a direita e parcial a esquerda, sem fraturas Mãos e punhos sem fraturas. Ausência de falanges carpianas mediais: quarta e quinta da mão direita e quarta falange distal da mão esquerda.

Desarticulação completa Bacia: sem alterações ósseas;

Sacro e cóccix: sem alterações ósseas;

Fêmures: sem alterações ósseas;

Tíbias e fíbulas: sem alterações ósseas;

Pé e tornozelo: sem alterações ósseas. Ausências de falanges: segunda, terceira e quarta mediais. E segunda, terceira, quarta e quinta falanges distais do pé direito. Pé esquerdo, ausentes as falanges mediais segunda, quarta e quinta, e segunda quarta e quinta distais.

7.2 RELATÓRIOS DA TC CORPO TOTAL - AVALIAÇÃO ÓSSEA DE D. LEOPOLDINA

Cadáver esqueletizado, organizado em posição anatômica e com grande quantidade de resíduos nos entornos laterais e posterior que de acordo com a pesquisa arqueológica de 2012 eram vestes: toucado, manto e vestido. Além da mortalha, colocada provavelmente na segunda metade dos anos 1980 para retirada dos remanescentes humanos da urna original de 1826, para um novo féretro. Havia muita cal junto ao corpo da imperatriz. É possível que tenha sido

inserido em 1826, para provocar um determinado ressecamento do corpo para os três dias de funerais. Lembrando que D. Leopoldina apresentou quadro febril muito forte por vários dias, o que pode ter acelerado todo processo de decomposição (Ambiel, 2013).

Crânio e face: sem alterações ósseas;

Septo nasal sem desvio.

Coluna cervical: alterações degenerativas discais de C2-C3 a C7-T1;

Coluna Torácica e Lombar: sem fraturas. Luxação e rotação completa de L5;

Sacro e cóccix: sem alterações ósseas;

Cinturas escapulares: sem fraturas, desarticulação úmero glenoidal a direita;

Gradeado costal: deformidade importante da caixa torácica (status post-mortem); Clavículas e esterno: sem alterações ósseas, luxações acrômio-claviculares bilaterais;

Úmeros: parcialmente inclusos no exame, sem alterações ósseas nos segmentos vistos Rádios e ulnas: desarticulações completas a direita e parcial a esquerda, sem fraturas;

Mãos e punhos: desarticulação completa;

Bacia: sem fraturas. Luxação completa da articulação sacroilíaca direita e diástase da esquerda. Fêmures: sem alterações ósseas;

Tíbias e fíbulas: sem alterações ósseas; Pé e tornozelo: Luxações completas dos ossos do pé e tornozelo.

7.3 RELATÓRIOS DA TC CORPO TOTAL - AVALIAÇÃO ÓSSEA DE D. AMÉLIA

Cadáver organizado em posição anatômica, remanescente de partes moles aparentemente em bom estado de conservação.

Crânio e face: sem alterações ósseas;

Coluna cervical: alterações degenerativas discais de C2-C3 a C7-T1;

Coluna Torácica e Lombar: Escoliose toraco-lombar sigmoidea, dextroconvexa na torácica e levo convexa na lombar. Discopatias degenerativas em toda a coluna tóraco- lombar. Artroses interapofisárias de L3-L4 a L5-S1 bilateralmente, maiores a esquerda;

Sacro e cóccix: sem alterações ósseas;

Cinturas escapulares: sem alterações ósseas;

Gradeado costal: deformidade da caixa torácica (status post-mortem), sem fraturas;

Clavículas e esterno: sem alterações ósseas;

Úmeros: sem alterações ósseas;

Rádios e ulnas: sem alterações ósseas;

Mãos e punhos: sem alterações ósseas;

Bacia: sem alterações ósseas;

Fêmures: sem alterações ósseas;

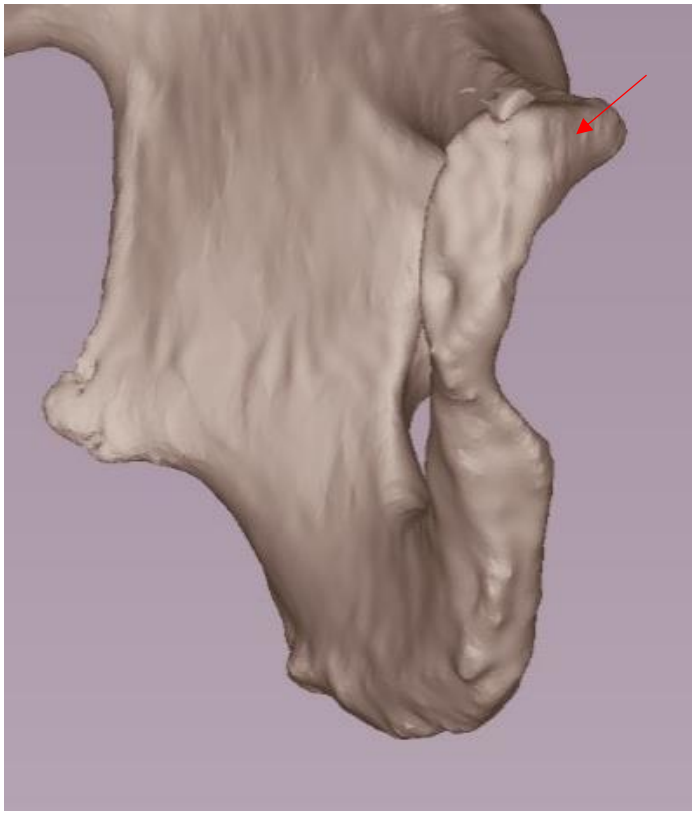
Tíbias e fíbulas: sem alterações ósseas;

Pé e tornozelo: Entesófitos insercionais dos tendões calcâneos. Calcificações das fáscias plantares. Não há fraturas ou luxações.

7.4 IDENTIFICAÇÃO DO SEXO BIOLÓGICO

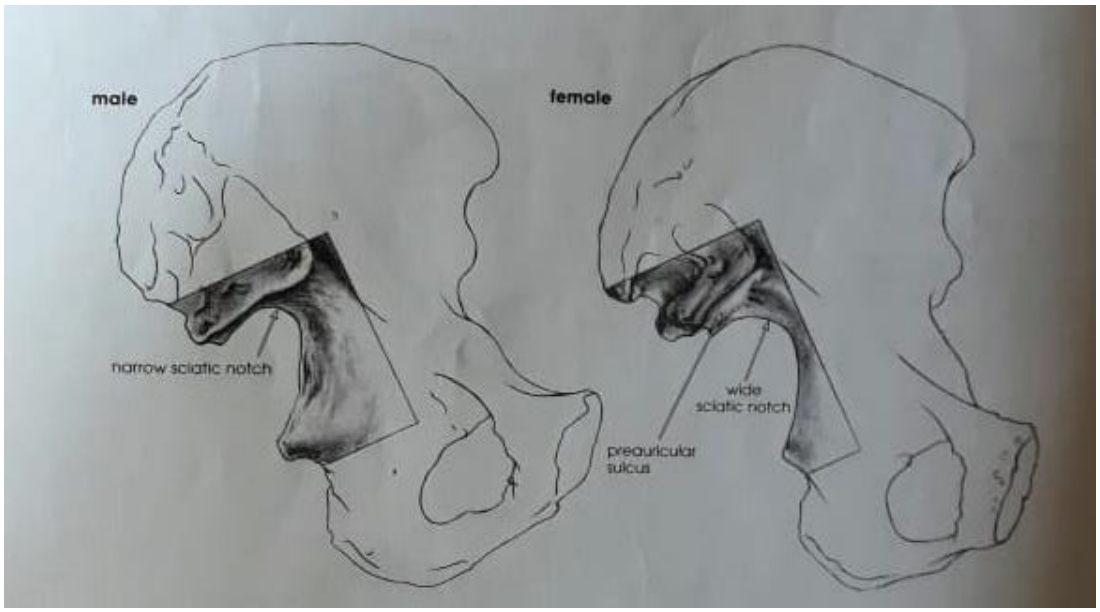
7.4.1 D. Pedro I

Dentro do esquema apresentado nessa pesquisa, a pelve encontrada no sarcófago de granito, identificado como Imperador D. Pedro I, na Cripta Imperial do Ipiranga, apresentou características do sexo biológico masculino (Figura 144) correspondendo a escala de número 5, do aspecto medial do ramo ísquio-púbico, exemplificada no capítulo 6.1 Aspectos Antropométricos, item 6.1.1 identificação de sexo (Páginas 133 e 134).



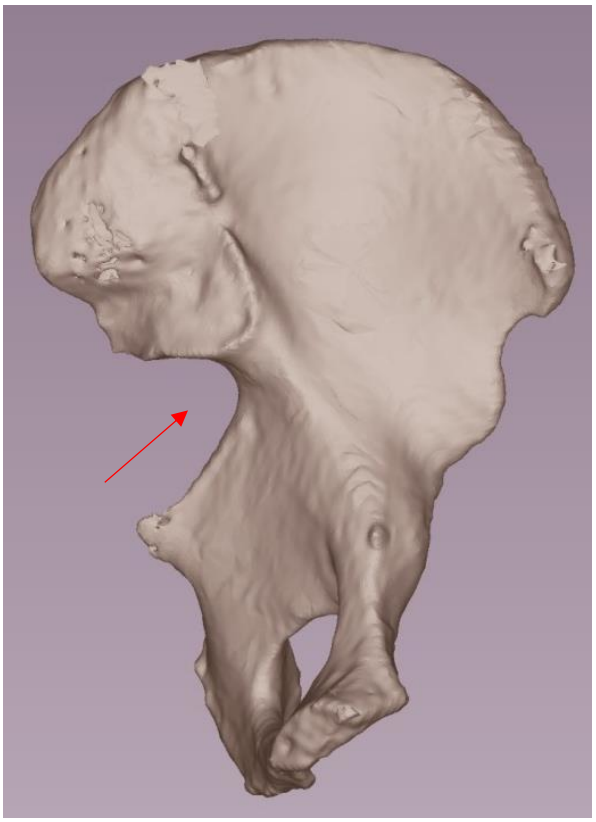
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Glaucia Bento dos Santos e Dr. Carlo Rondinoni
Figura 144 - Aspecto medial do ramo ísquio-púbico

A curvatura da incisura isquiática também é mais fechada em ângulo agudo (Figura 146), o que é característica do sexo biológico masculino.



FONTE: Burns, 2007, p.122

Figura 145 - Identificação de sexo biológico através da incisura isquiática. Esquerda masculina. Direita feminina

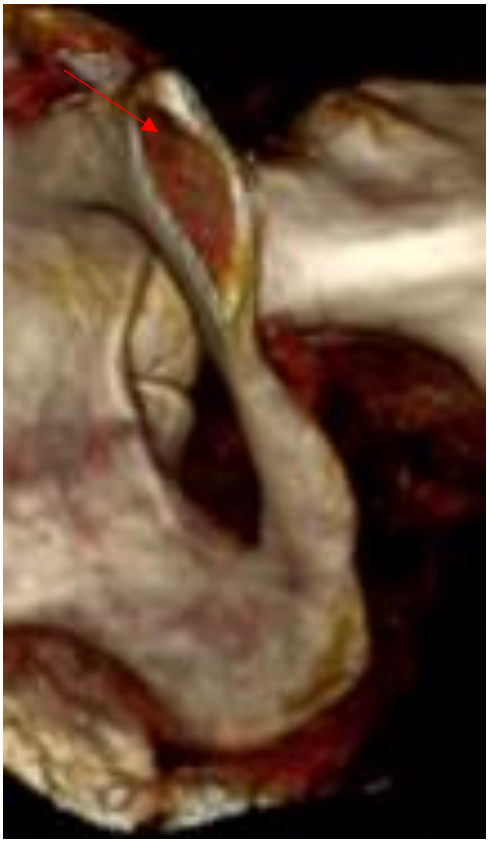


FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Glaucia Bento dos Santos e Dr. Carlo Rondinoni

Figura 146 - Incisura isquiática

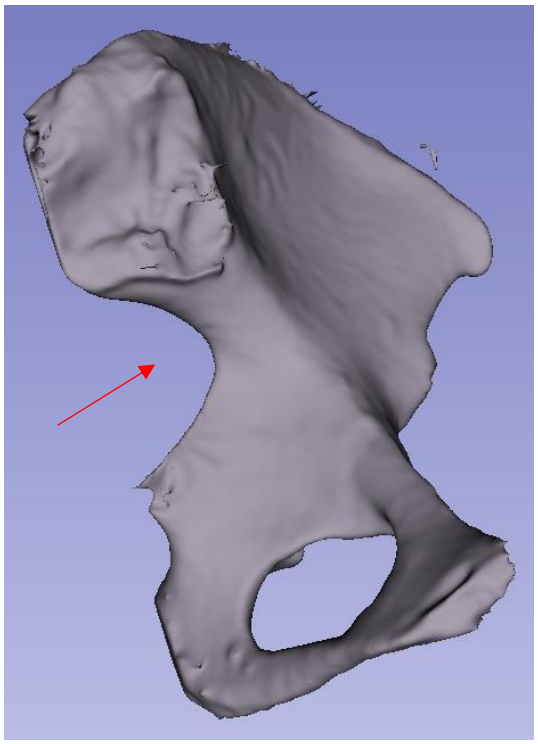
7.4.2 D. Leopoldina

Dentro do esquema apresentado nessa pesquisa, a pelve encontrada no sarcófago de granito (Figura 147), identificado como imperatriz D. Maria Leopoldina, na Cripta Imperial do Ipiranga, apresentou características do sexo biológico feminino, correspondendo a escala de número 1.



FONTE: Arquivo original TC de D. Leopoldina - InRad (2012). Manipulação da imagem: Glaucia Bento dos Santos e Dr. Carlo Rondinoni

Figura 147 - Aspecto medial do ramo ísquio-púbico



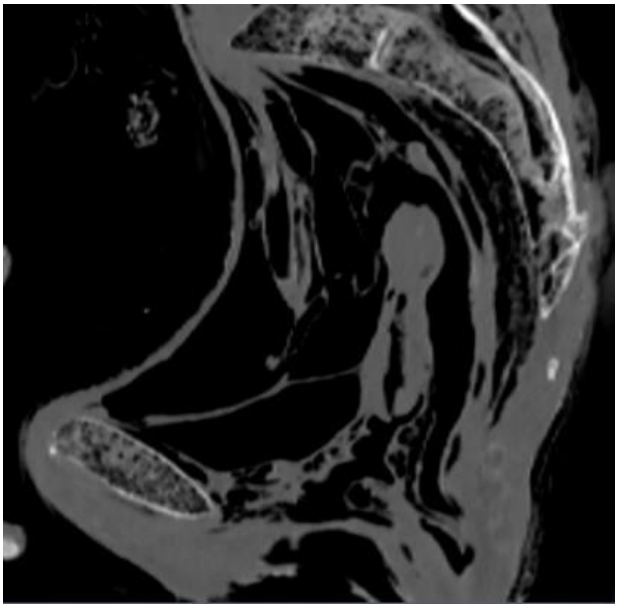
FONTE: Arquivo original TC de D. Leopoldina - InRad (2012). Manipulação da imagem: Glaucia Bento dos Santos e Dr. Carlo Rondinoni

Figura 148 - Incisura isquiática

A curvatura da incisura isquiática é mais aberta em ângulo obtuso, o que é característica do sexo biológico feminino (Figura 148).

7.4.3 D. Amélia

D. Amélia em função de ter o corpo, em grande parte, preservado apresentou, na imagem tomográfica da cavidade abdominal, a presença de útero, caracterizando o sexo biológico feminino.



FONTE: Arquivo original TC de D. Amélia - InRad (2012).
Figura 149 - Cavidade abdominal, presença do útero

7.5 ESTUDOS ODONTOLÓGICOS

7.5.1 D. Pedro I

18 Incluso, impactado em contato com a cortical do seio maxilar	48 Incluso/impactado, mesioangulado em contato com o canal mandibular
17 Hígido, boa inserção óssea	47 Material restaurador oclusal
16 Presença de material restaurador oclusal. Boa inserção óssea	46 AUSENTE
15 Hígido. Boa inserção óssea	45 Hígido, ausência de tábua óssea vestibular, tártaro cervical
14 Hígido. Boa inserção óssea	44 Hígido. Inserção óssea no terço médio
13 Hígido. Boa inserção óssea	43 Hígido. Inserção óssea no terço médio
12 Hígido. Perda óssea horizontal	42 Hígido. Inserção óssea no terço médio
11 Hígido. Boa inserção óssea	41 Hígido. Inserção óssea no terço médio
21 Hígido. Boa inserção óssea	31 Hígido. Inserção óssea no terço médio
22 Hígido. Perda óssea horizontal	32 Hígido. Inserção óssea no terço médio
23 Hígido. Boa inserção óssea	33 Hígido. Inserção óssea no terço médio
24 Hígido. Boa inserção óssea	34 Hígido. Inserção óssea no terço médio
25 Hígido. Boa inserção óssea	35 Hígido. Inserção óssea no terço médio
26 Hígido. Boa inserção óssea	
Nota-se que a raiz DV, a inserção encontra-se no terço médio	36 AUSENTE

27 Hígido	37 Material restaurador oclusal, fratura coroa, mesioangulado
28 AUSENTE	38 AUSENTE

FONTE: Equipe Odontológica

Tabela 2 - Odontograma

No exame do material disponibilizado percebe-se um bom número de elementos dentários presentes e preservados com dois elementos com provável história de cárie, pois vê-se os elementos 37 e 47 com restaurações oclusais metálicas (provavelmente ouro) (Figura 150 até 152).

Na região anterior da maxila os elementos 11 e 21 girovertidos para mesial, apinhados, elementos 12 e 22 com inclinação palatina e com perda óssea horizontal devido ao trauma oclusal por estarem cruzados (Figura 153).

Contato prematuro (elemento dentário que entra em contato antes de todos os outros no ato de cerrar os dentes) em ponta de cúspide do elemento 15 com antagonista 45, causando perda óssea no 15 (Figura 154). Contato prematuro 27 e distal do 26 com 37 (ou 38), mesializando o elemento inferior e causando perda óssea nos molares superiores (Figura 155).

Ao analisar a estrutura craniofacial como um todo, é possível verificar que D. Pedro tinha padrão dos olhos "caídos" (provavelmente olheiras profundas), rosto alongado, lábio superior curto, palato profundo ogival, maxila atrésica, desvio de septo, padrões encontrados em respiradores bucais (Figura 156).

Desvio de septo nasal para a esquerda e osso nasal desviado para a direita (Figura 157). Há uma importante conexão anatômica existente entre as estruturas nasais e o osso maxilar pelas suas fases iniciais de crescimento. Moss, Villarosa afirmam em sua teoria da matriz funcional que o rebaixamento do palato e o crescimento lateral da maxila são estimulados par um fluxo ininterrupto de ar dentro das cavidades nasais, relacionando fortemente a respiração nasal com a morfologia dentofacial (Moss; Villarosa, 1987). A língua deve ficar pousada no palato e ao ficar posicionada no assoalho da boca, por falta de vedamento labial/respiração bucal, o palato, que é o assoalho das fossas nasais, torna-se profundo e esse comprime o septo fazendo-o ficar desviado. Então o hábito da respiração bucal pode prejudicar o desenvolvimento craniofacial (Abou; Saade, 2021). Tanto o osso nasal quanto o desvio de septo podem ser causados por trauma em vida e podem ser perceptíveis ao se olhar a face, mesmo para pessoas leigas, de acordo com os graus de desvio ou gravidade da fratura; afirmam que desvios de septo antigos podem aumentar o risco de fratura do osso nasal (Cury *et al*., 2004; El Zhawi, 2016). De acordo com as análises realizadas para essa pesquisa, não foram encontradas fraturas do

osso nasal de D. Pedro em vida. O desvio de septo também pode ser causado somente por má formação craniofacial como já foi mencionado.

Segundo a primeira Lei de Planas, o crescimento posteroanterior e transversal do sistema estomatognático se dá desde o nascimento com o aleitamento materno (Kwon *et al*.,2015). Por exemplo, ao mastigar do lado direito é chamado de lado de trabalho e o lado que não está mastigando de balanceio. Se houver uma mastigação somente de um dos lados, haverá, com o tempo, uma desproporção entre os ossos maxilares e as Articulações Temporomandibulares ou ATMs. Em D. Pedro I foi constatado que a fossa mandibular direita é mais profunda, com o ângulo do tubérculo articular mais íngreme quando comparado com o lado esquerdo que a fossa e mais rasa e o ângulo menos íngreme o que nos permite concluir que o imperador mastigava muito mais do lado direito, (Figura 158) caracterizando uma disfunção mastigatória (Lawson; Burgess, 2016). Outra evidência que corrobora essa afirmação é o giro da maxila para a esquerda e da mandíbula para a direita (Figura 159).

Sintomas de mastigação unilateral incluem disfunções temporomandibulares (DTMs) perda auditiva (Jeon *et al*.,2017). Diferenças na musculatura e estruturas ósseas corporais como altura dos olhos, posição da mandíbula, ombros, cintura escapular, também poderão ser observadas.

Ao fazer uma mastigação unilateral somente do lado direito por anos ao ponto de haver mudanças estruturais nas ATMs e nos ossos maxilares, nos apresenta que é provável que D. Pedro I tivesse sintomas de DTM, pois não é incomum que o disco articular ao sofrer pressão mastigatória excessiva do lado direito, se desloque para anterior causando estalos, desconforto, dores musculares, dores cervicais, dores de cabeça etc.

Não há elementos para responder sobre uma alimentação específica, a dentição condiz com alimentação ocidental normal, com alimentos cozidos e elaborados. D. Pedro I possuía praticamente todos os dentes na boca e em boas condições, sem lesões de cárie, o que se pode deduzir que fazia higiene oral, ingeria pouco carboidrato e tinha acesso a cirurgião-dentista já que possui duas restaurações em material metálico (provavelmente ouro).

Ao examinar as articulações temporomandibulares (ATMs) e côndilos mandibulares conseguiu-se uma boa relação côndilo-fossa o que nos permitiu a análise funcional e observação da oclusão estática e dinâmica.

Para fazer a simulação dos movimentos mastigatórios foi utilizado o *Software* lnLab 18.0, baseado nos contatos e nas facetas de desgastes, na máxima intercuspidação habitual (MIH) dos dentes, identificou-se a possível posição habitual de D. Pedro (Figuras 160 até 162).

Com a análise dessas informações é possível projetar quais os dentes se tocavam durante os movimentos de lateralidade e protrusão. Essas informações obtidas por esses programas são de extrema relevância para associar os problemas periodontais e de fraturas dentarias identificadas nos exames de tomografia obtidos. Com essas informações o Software simulando os movimentos de lateralidade para o lado direito, evidenciou uma interferência entre o 38 (terceiro molar inferior esquerdo) e o 26 (primeiro molar superior esquerdo) (Figura 163).

Essa relação de interferência do movimento de lateralidade gera uma consequência mecânica dentro da estrutura (esmalte, dentina, ligamento periodontal e tecido de sustentação – óssea) do elemento 38; por isso, há nos achados tomográficos e fotográficos as evidências de fratura radicular no elemento 38 com fratura da coroa em sentido vestíbulo-lingual do mesmo (Figura 162), por conta desse achado e possível afirmar que o D. Pedro sofria com algum grau de dor nessa região.

Na mesma região, evidencia-se nas imagens tomográficas uma perda óssea significativa oriunda da provável presença bacteriana mais potencializada par essa interferência funcional. Vale salientar que, dentro de um movimento funcional ideal é necessário que haja a interferência na região dos caninos para que durante os movimentos de lateralidade e protrusão, os dentes posteriores não se toquem, evitando que as forças laterais não ocorram nos elementos posteriores. Fica evidente que na análise dos modelos articulados virtualmente há falha no sistema de proteção funcional gerado par conta do apinhamento anterior e falta de trespasse vertical na região anterior nos elementos 12 (incisivo lateral superior direito) e 22 (incisivo lateral superior esquerdo) (Figura 164).

No estudo dos movimentos guiados pelo articulador virtual simulando a possível posição dos dentes, observa-se que, durante o movimento de protrusão os dentes anteriores não exercem a função de guiar a mandíbula e dessa forma gerar desoclusão dos dentes posteriores (Figura 160 e 161), ou seja, os dentes posteriores não deveriam sofrer interferências durante esse movimento. Esse fato justifica a hipótese da relação dos problemas dentários dos elementos 26 e 38, 16 e 47.

Durante a simulação do movimento da mandíbula guiada pelo software e movimentos dentários para o lado esquerdo, percebe-se uma série de interferências, causadas pela falta de relação funcional entre o elemento 23 com o 33 (Figura 161). Com isso, observa-se o toque no elemento 12 (incisivo lateral superior direito) por estar na relação de mordida cruzada com dente 43 (canino inferior direito) (Figura 162).

Isso justifica mecanicamente a perda óssea encontrada nos elementos 12 (incisivo lateral superior direito) e 22 (incisivo lateral superior esquerdo) (Figura 6). Além dessa interferência,

identificou-se a relação desfavorável entre o elemento 21 (incisivo central superior esquerdo) com o 32 (incisivo lateral inferior esquerdo) além da interferência entre o 38 (terceiro molar inferior esquerdo) e 27 (segundo molar superior esquerdo). Outro achado importante e a interferência que acontece entre os dentes ao lado oposto aos elementos 47 (segundo molar inferior direito) e 17 (segundo molar superior direito), (Figura 164).

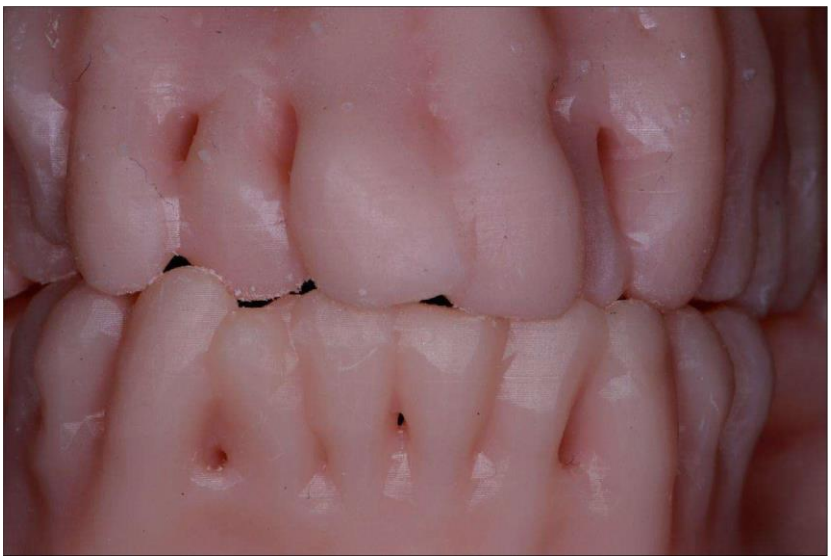
FONTE: Valter D. Muniz (2012)
Figura 150 - Elemento 47 com material restaurador em face oclusal (ouro) e terceiro molar impactado com inclinação mesial

FONTE: Valter D. Muniz (2012)

Figura 151 - Elemento 37. Presença de material restaurador oclusal (ouro) com partes da cavidade sem material. Presença de fratura da coroa em sentido vestíbulo-lingual

FONTE: Valter D. Muniz (2012)

Figura 152 - Elemento 37, vista vestibular. Cavidade em região vestibular realizada provavelmente com instrumento rotatório



FONTE: Mayne Melo

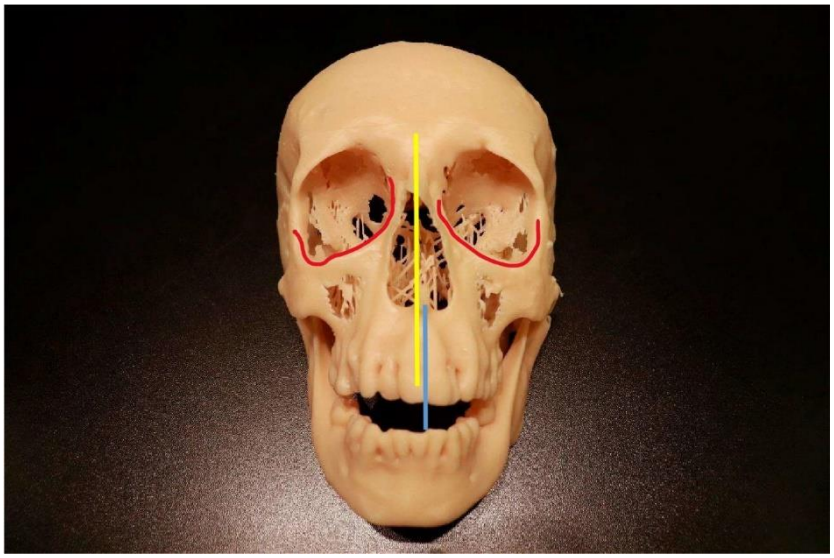
Figura 153 - Vista frontal da oclusão - elementos 12 e 22 cruzados, 11 com giroversão mesial

FONTE: Mayne Melo

Figura 154 - Vista lateral direita - contado de ponta de cúspede do elemento 15 com elemento 45, causando perda óssea. Elemento 18, semi irrompido, com impactação no segundo molar. Ausência do elemento 46

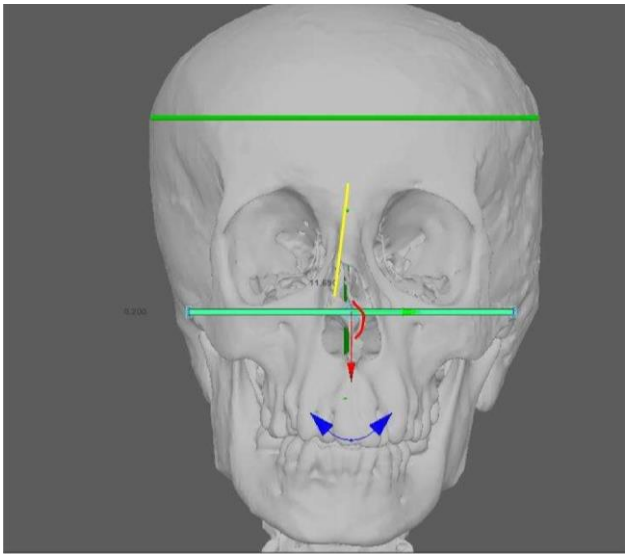
FONTE: Mayne Melo

Figura 155 - Vista lateral esquerda - dente 26 extruído, 37 mesializado e contato prematuro dos elementos



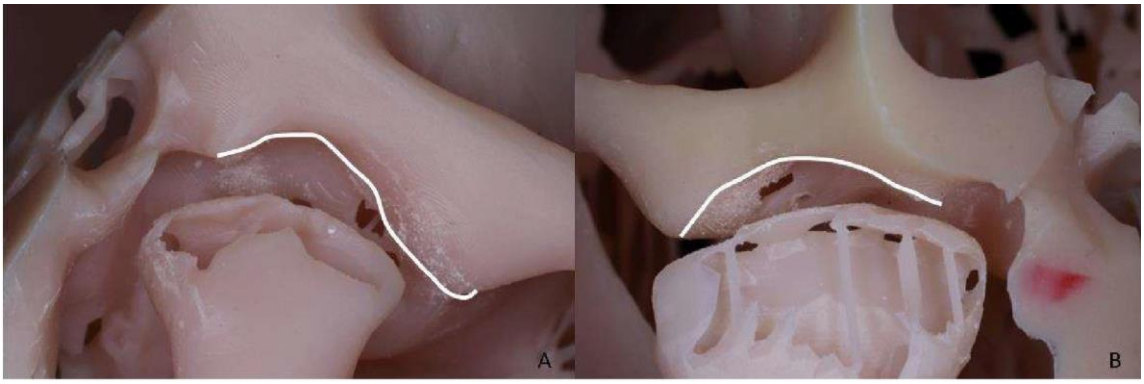
FONTE: Equipe Odontológica

Figura 156 - Padrão de rosto alongado, "olhos caídos" (linha vermelha). Desvio para a direita do osso nasal, espinha nasal e septo para esquerda (linha amarela). Linha média dentária condiz com espinha nasal (linha azul) – ambas desviadas para esquerda



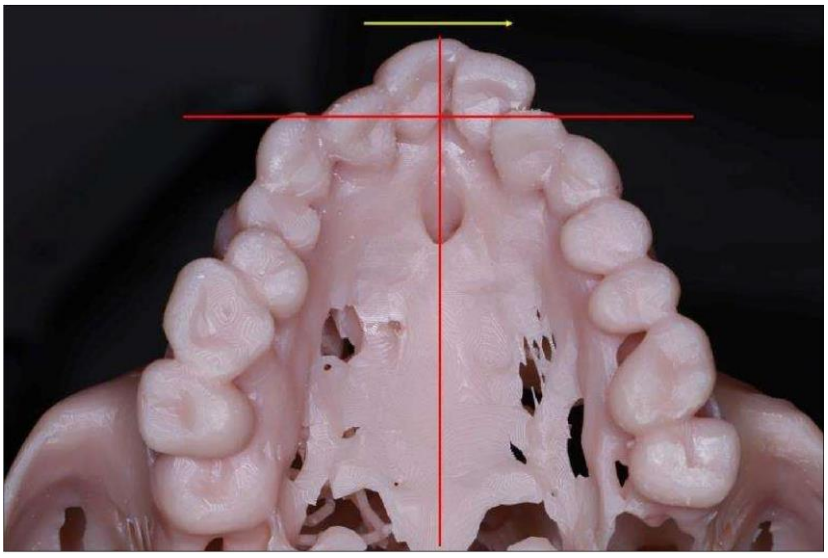
FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro - InRad (2012). Manipulação da imagem: Equipe Odontológica

Figura 157 - Giro da mandíbula para o lado direito. Linha vermelha evidencia desvio de septo para esquerda e linha amarela mostra desvio do osso nasal para a direita



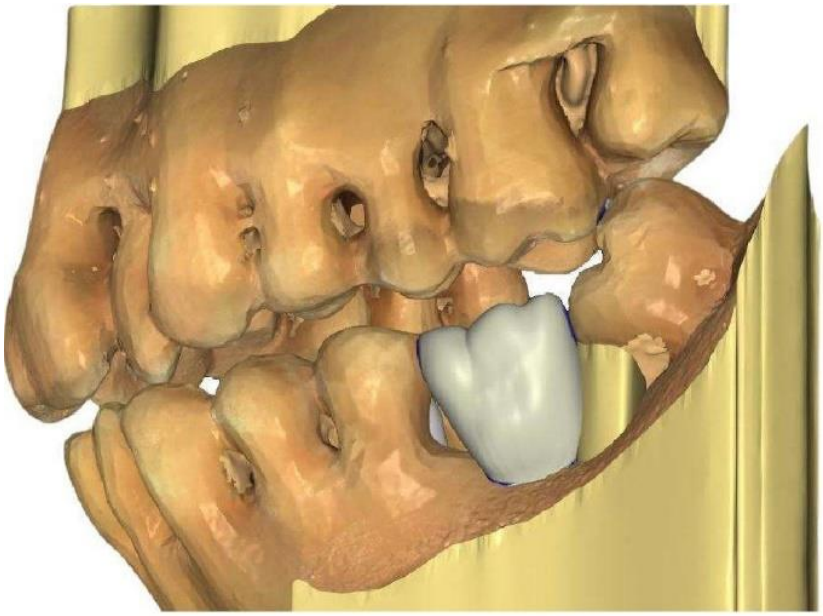
FONTE: Equipe Odontológica

Figura 158 - a) ATM direita mais profunda; b) ATM esquerda mais rasa



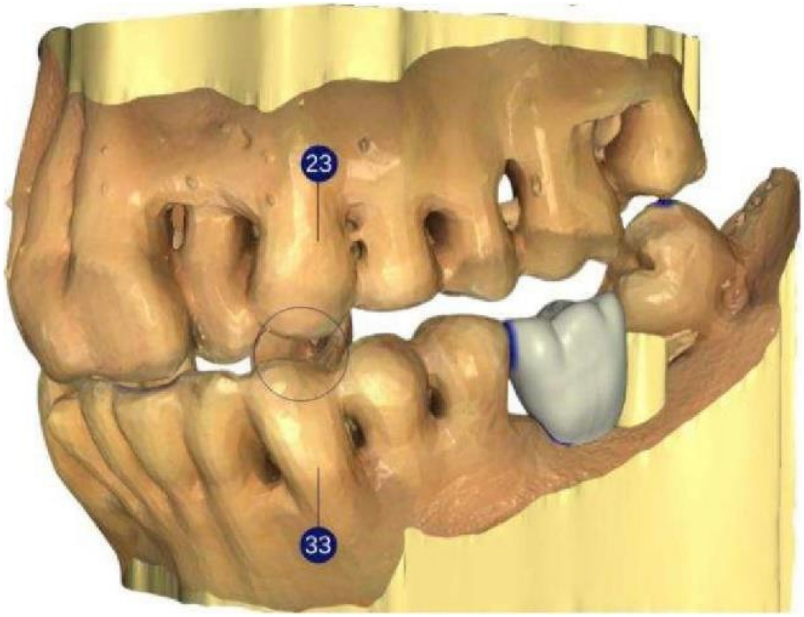
FONTE: Mayne Melo

Figura 159 - Vista oclusal da maxila evidencia uma rotação à esquerda devido a mastigação unilateral do lado direito



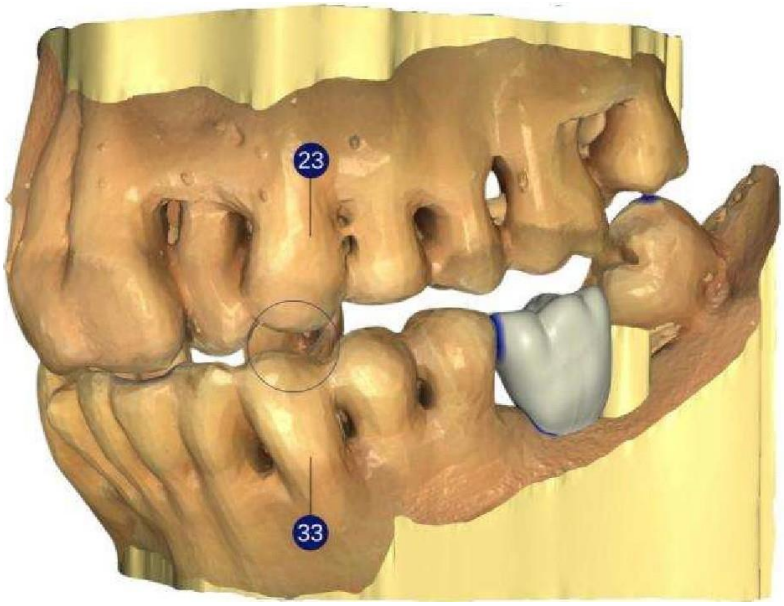
FONTE: Carlos André Kerber; InLab 18.0

Figura 160 - Movimento de protrusão dos dentes anteriores não exercendo a função de guiar a mandíbula e dessa forma gerar desoclusão dos dentes posteriores



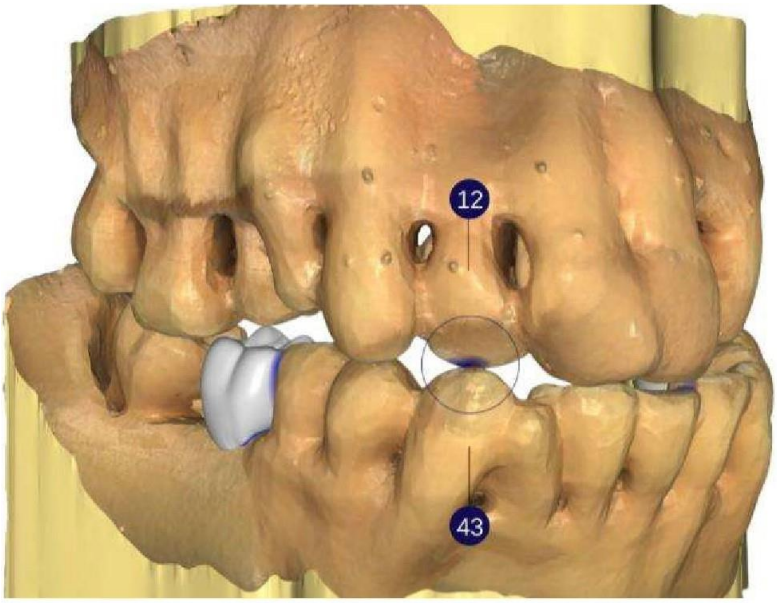
FONTE: Carlos André Kerber; InLab 18.0

Figura 161 - Movimento de protrusão dos dentes anteriores não exercendo a função de guiar a mandíbula e dessa forma gerar desoclusão dos dentes posteriores



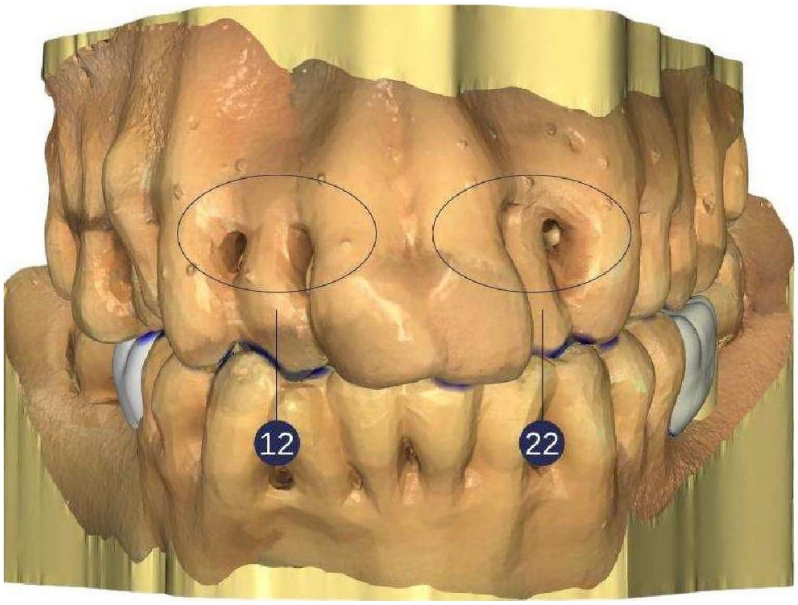
FONTE: Carlos André Kerber; InLab 18.0

Figura 162 - Série de interferências, causadas pela falta de relação funcional entre o elemento 23 com o 33



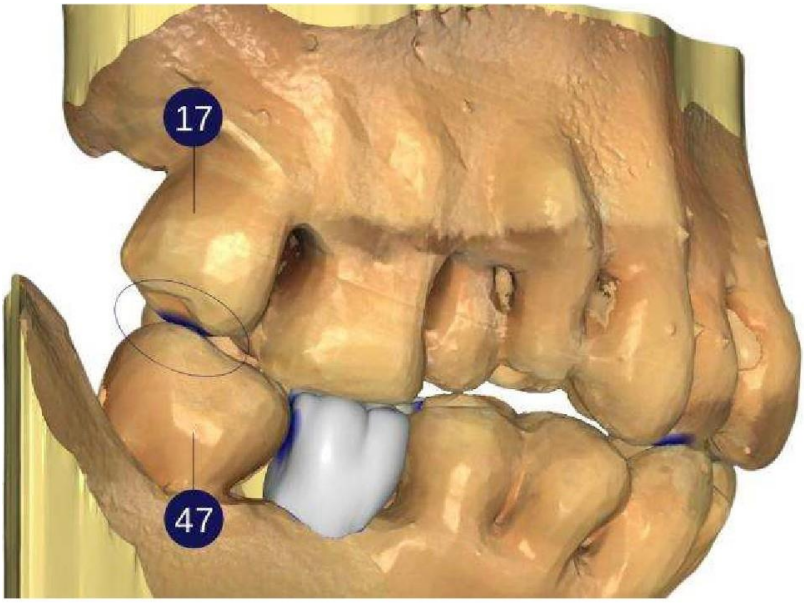
FONTE: Carlos André Kerber; InLab 18.0

Figura 163 - Interferência no elemento 12 (incisivo lateral superior direito) por estar na relação de mordida cruzada com dente 43 (canino inferior direito)



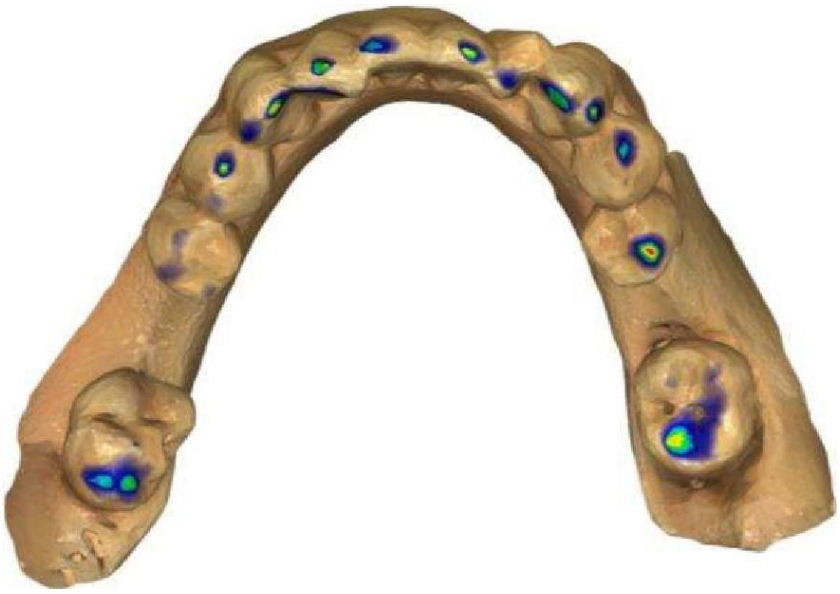
FONTE: Carlos André Kerber; InLab 18.0

Figura 164 - Perda óssea encontrada nos elementos dos elementos 12 (incisivo lateral superior direito) e 22 (incisivo lateral superior esquerdo)



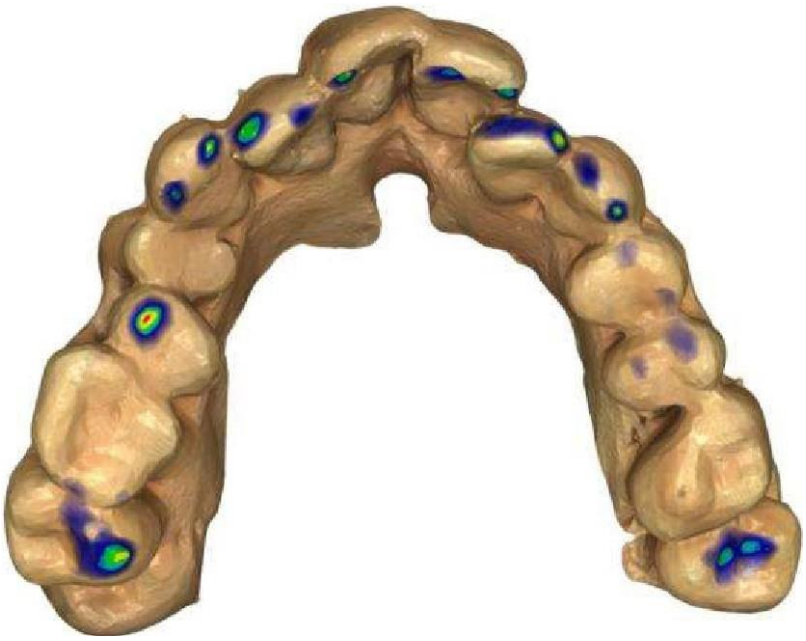
FONTE: Carlos André Kerber; InLab 18.0

Figura 165 - Interferência que acontece entre os dentes ao lado oposto e nos elementos 47 (segundo molar inferior direito) e 17 (segundo molar superior direito)



FONTE: Equipe Odontológica

Figura 166 - Análise dinâmica da oclusão: Pontos de contato na mandíbula (pontos coloridos)



FONTE: Equipe Odontológica

Figura 167 - Análise dinâmica da oclusão: pontos de contato na maxila (pontos coloridos)

7.5.2 D. Leopoldina

18 Hígido. Perda óssea. Rarefação óssea periapical em relação de proximidade com a cortical do seio maxilar	48 Presença de material restaurador na face ocluso-distal
17 Hígido. A inserção óssea na distal encontra-se abaixo do terço cervical da raiz. Espessamento periodontal em relação de proximidade com a cortical do seio maxilar	47 Hígido. Inserção óssea na raiz distal em terço médio e na raiz mesial no terço cervical
16 Raiz residual. Lesão nos ápices radiculares. Rompimento da tábua óssea vestibular na altura do ápice radicular	46 AUSENTE
15 Avulsão post-mortem	45 Hígido. Nota-se área hipodensa localizada na lingual, caracterizando presença de extranumerário
14 Raiz residual. Rarefação óssea periapical com rompimento da tábua óssea no ápice radicular	44 Hígido. Nota-se área hipodensa localizada na lingual, caracterizando presença de extranumerário
13 Hígido. Boa inserção óssea	43 Hígido. Boa inserção óssea
12 Hígido. Boa inserção óssea	42 Hígido. Boa inserção óssea
11 Avulsão post-mortem	41 Hígido. Boa inserção óssea
21 Hígido. Inserção óssea no terço médio. Rarefação óssea no terço apical com início de rompimento da tábua óssea vestibular	31 Hígido. Boa inserção óssea
22 Hígido, apinhado com 21, inclinação vestibular. Inserção óssea em terço médio	32 Hígido. Boa inserção óssea
23 Hígido. Apinhado, giroversão mesial e palatinizado em relação do 22. Inserção óssea em terço médio	33 Hígido. Boa implantação óssea. Tábua óssea vestibular no terço médio
24 Raiz residual. Lesão no ápice radicular. Rompimento da cortical óssea vestibular	34 Hígido. Boa inserção óssea
25 Hígido. Boa inserção óssea. Espessamento do espaço periodontal apical	35 Hígido. Boa implantação óssea. Tábua óssea vestibular no terço médio
26 Raiz residual. Lesão de furca que se estendeu para o ápice radicular – rarefação óssea	36 Raiz residual
27 Hígido. Inserção óssea em terço apical	37 Perda óssea mesial, lesão periapical
28 Hígido. Inserção óssea das raízes disto-vestibular e palatina no terço apical	38 Hígido

FONTE: Equipe Odontológica
Tabela 3 - Odontograma

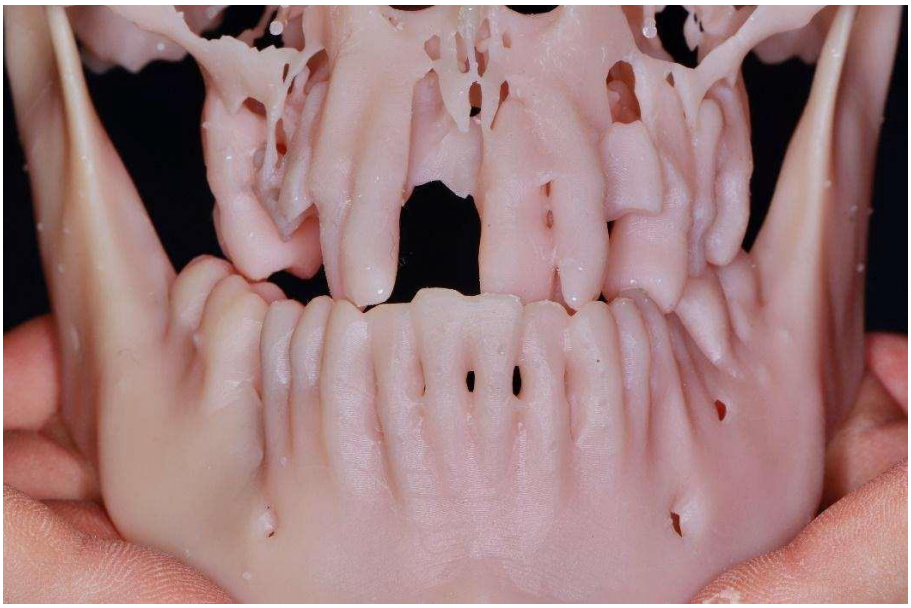
A imperatriz Leopoldina possuía ossos maxilares assimétricos, sua maxila era atrésica e mandíbula maior que a maxila, devido aos elementos cruzados (todos os elementos anteriores e posteriores do lado direito) que promoveram o travamento do crescimento maxilar anteroposterior e lateral deixando a mandíbula livre para crescer. A fisionomia de um paciente

com essas características são pessoas com queixo protuberante, com os dentes inferiores passando a frente dos superiores e alguma assimetria facial (lado direito mais para dentro que o esquerdo). Devido a maxila atrésica, possuir palato ogival e respiração bucal, elementos em mordida cruzada lado direito e anteriores superiores até o 23 (Figura 168 e 169). Desta forma, é possível ter a impressão de prognatismo. Entretanto, as análises odontológicas mostraram que por conta das ausências e o formato da arcada superior, a deficiência da maxila chamou mais a atenção.

Elemento 46 possivelmente perdido por cárie e pela atrofia óssea (Figura 170). Seios maxilares bem desenvolvidos. Muitos elementos com lesões periapicais de origem inflamatória (desdobramentos clínicos e sistêmicos). Região superior direita da maxila com presença de raízes residuais, perdas ósseas e lesão periapical nos elementos 16 e 14 (Figura 171). Região superior esquerda da maxila com presença de apinhamento dos elementos 21, 22 e 23 e presença de raízes residuais, perdas ósseas e lesão periapical nos elementos 24 e 26 (Figura 172). Da mesma forma que D. Pedro I, D. Leopoldina possui uma restauração oclusal no elemento 48; portanto tinha da mesma forma acesso a tratamento odontológico, embora numa situação bucal com muitos focos inflamatórios, causando dor e desconforto.

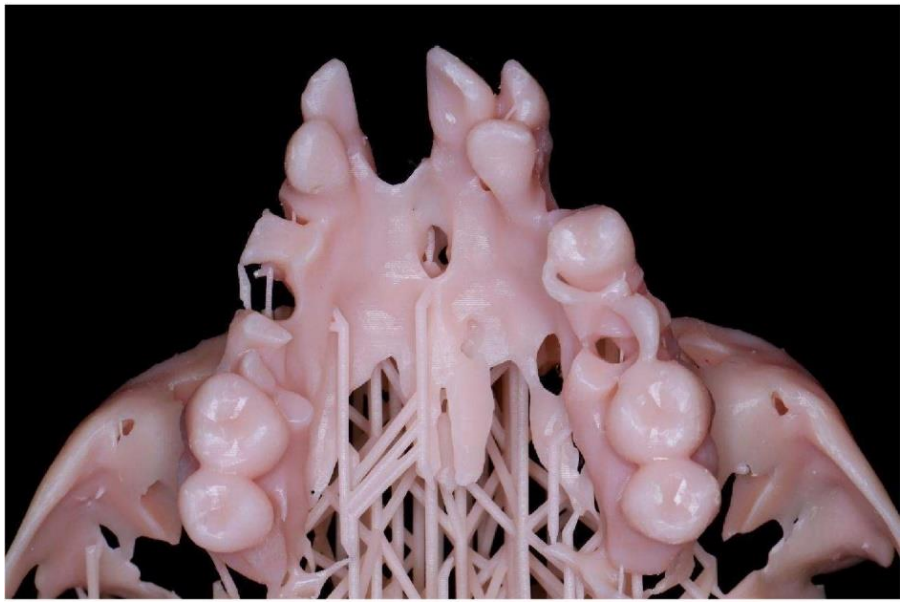
Com base nos achados tomográficos de D. Leopoldina e as facetas de desgastes encontradas na superfície dos elementos dentários remanescentes foi viável buscar uma posição funcional entre a provável relação maxila e a mandíbula.

Com o auxílio do *software* 3D foi possível fazer a montagem no articulador virtual e encontrar a relação dinâmica entre os dentes. O fato de a imperatriz apresentar múltiplas perdas dentárias, principalmente post-mortem, (Figura 168) dificultou a análise funcional adequada, mas fica evidente que, o mau posicionamento dos dentes anteriores com mordida cruzada denota a falta das guias anteriores. O elemento 21 (incisivo central superior esquerdo) apresenta uma grande perda óssea provavelmente identificada por estar na relação de mordida cruzada.



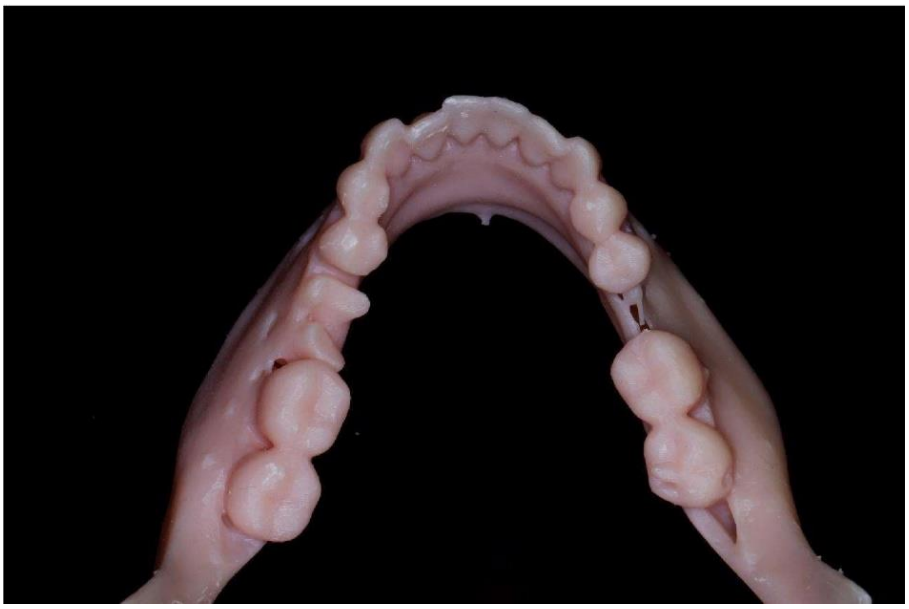
FONTE: Mayne Melo

Figura 168 - Vista frontal. Relação intermaxilar com mordida cruzada anterior e posterior direita. Múltiplas perdas dentárias principalmente post-mortem



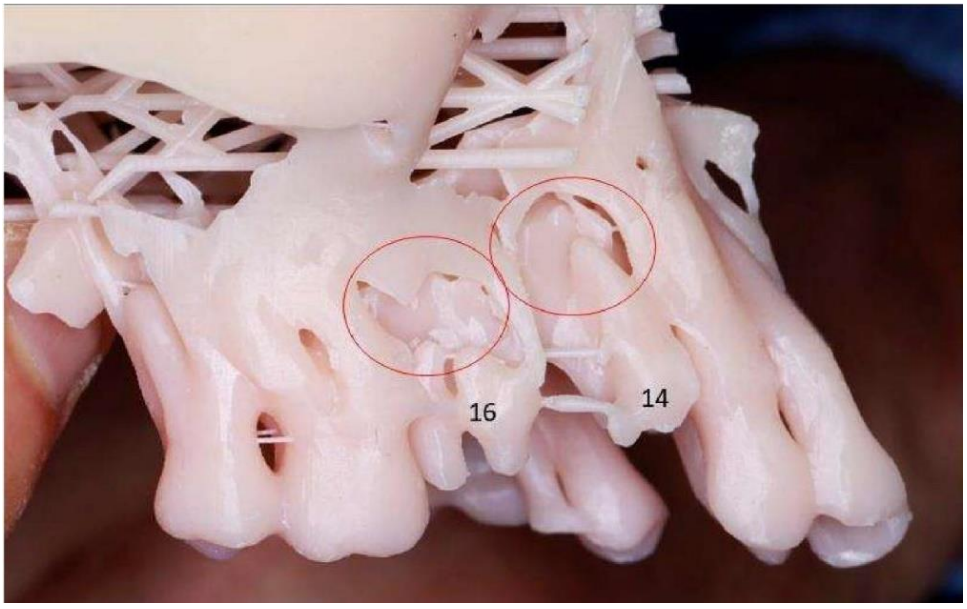
FONTE: Mayne Melo

Figura 169 - Visão oclusal da maxila evidenciando severo apinhamento anterior



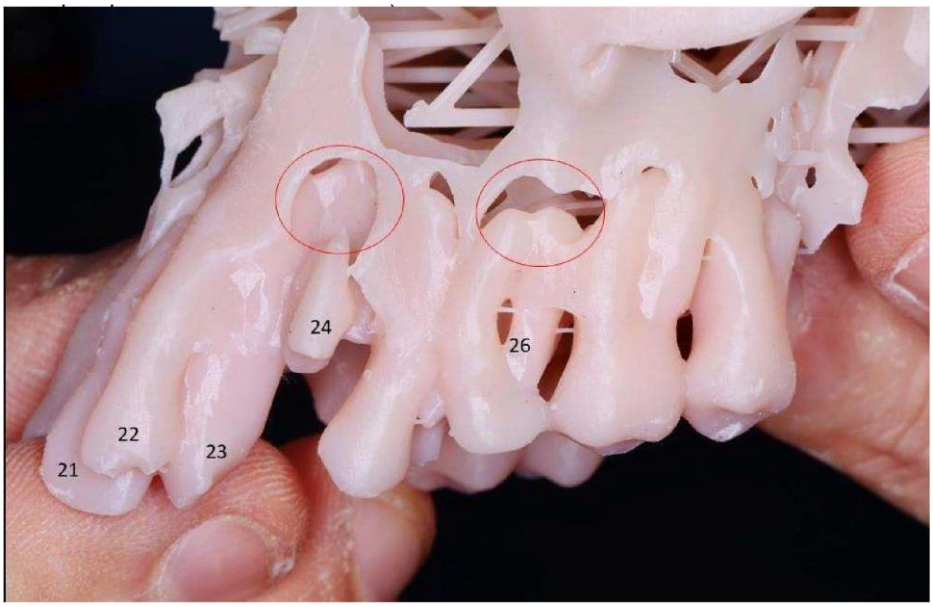
FONTE: Mayne Melo

Figura 170 - Vista oclusal da mandíbula. Presença de restos radiculares no dente 36 e ausência do 46



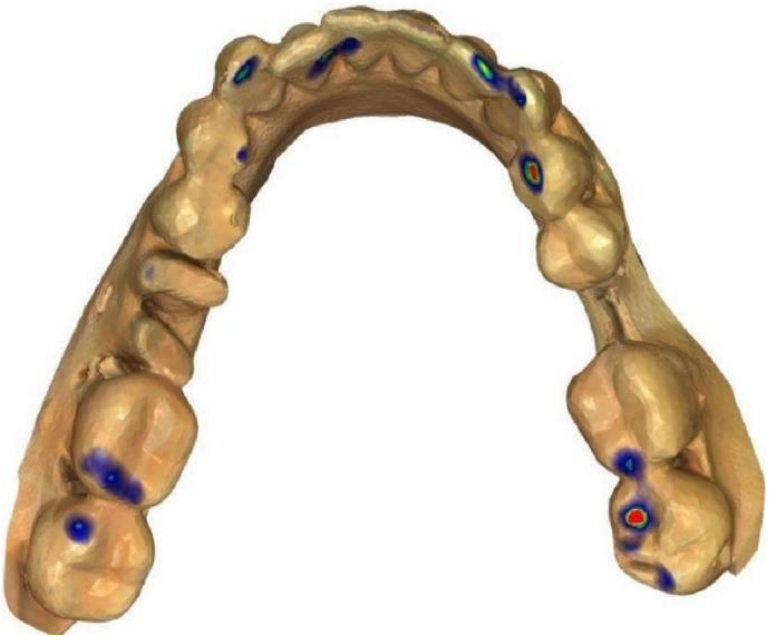
FONTE: Mayne Melo

Figura 171 - Região superior direita da maxila com presença de raízes residuais, perdas ósseas e lesão periapical nos elementos 16 e 14



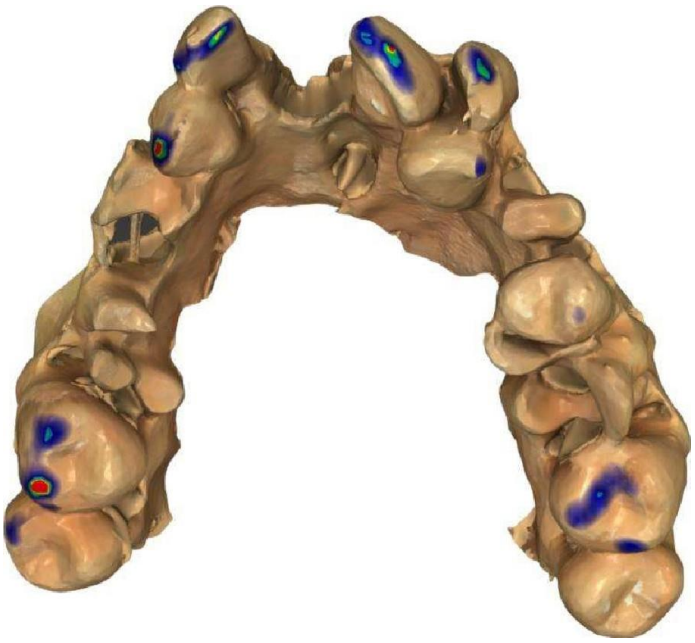
FONTE: Mayne Melo

Figura 172 - Região superior esquerda da maxila com presença de apinhamento dos elementos 21, 22 e 23 e presença de raízes residuais, perdas ósseas e lesão periapical nos elementos 24 e 26



FONTE: Equipe Odontológica

Figura 173 - Análise dinâmica da oclusão: pontas de contato na mandíbula (pontos coloridos)



FONTE: Equipe Odontológica
Figura 174 - Análise dinâmica da oclusão: pontos de contato na maxila (pontos coloridos)

7.5.3 D. Amélia

18 AUSENTE	48 AUSENTE
17 AUSENTE	47 AUSENTE
16 AUSENTE	46 AUSENTE
15 AUSENTE	45 AUSENTE
14 AUSENTE	44 AUSENTE
13 AUSENTE	43 AUSENTE
12 AUSENTE	42 Hígido. Inserção óssea em terço apical. Área hipodensa nas proximais das coroas sugestivo de cárie/inflamação. Presença de tártaro
11 AUSENTE	41 Hígido. Inserção óssea em terço apical
21 AUSENTE	31 Hígido. Inserção óssea em terço apical
22 AUSENTE	32 Hígido. Inserção óssea em terço apical. Área hipodensa nas proximais das coroas sugestivo de cárie/inflamação. Presença de tártaro
23 AUSENTE	33 Hígido. Inserção óssea no terço apical
24 AUSENTE	34 AUSENTE
25 AUSENTE	35 AUSENTE
26 AUSENTE	36 AUSENTE

FONTE: Equipe Odontológica
Tabela 4 - Odontograma

Ao examinar vê-se que a maxila está edêntula e na mandíbula há apenas 5 elementos dentários, com doença periodontal avançada, presença de tártaro e pouca inserção óssea (Figura 175 a 177).

A doença periodontal é uma das doenças inflamatórias mais comuns globalmente que, embora não fatal, impacta na qualidade de vida dos indivíduos em termos físicos, sociais e psicológicos, causando halitose importante e repercussões sistêmicas. A tomografia evidenciou pneumatização e espessamento das membranas dos seios maxilares (inflamação devido a problemas respiratórios).

Com a perda dos elementos dentários houve perda grave de dimensão vertical de oclusão (DVO), protrusão de mandíbula pela perda dos elementos superiores. Com a falta dos elementos, perde-se os pontos de parada e o único arco de fechamento. Toda perda dentária influencia a dinâmica e causa estresse mecânico ao sistema estomatognático. A falta dos elementos posteriores nas arcadas acarreta compressão da zona bilaminar e retrodiscal nas articulações temporomandibulares (ATM), sendo um fator de risco para as disfunções temporomandibulares (DTM) e fazendo com que o paciente possa ter sintomas. Entre eles, estão dores nos músculos faciais, cintura escapular, dores de cabeça tensionais, dores nas ATMs, entre outros.

Nos idosos, a função mastigatória muitas vezes apresenta falhas em determinadas tarefas orais devido a deficiências como o declínio na força muscular, mobilidade da mandíbula ou da língua, coordenação neuromuscular, danos nos dentes, má oclusão e produção de saliva (Motokawa *et al*., 2021; Peyron *et al*., 2018). Tais dificuldades podem ter impactado no consumo alimentar e nutricional de D. Amélia.

A imperatriz tinha 60 anos e era praticamente edêntula total. A mandíbula é um dos ossos que mais sofrem transformações durante a vida e o ângulo gônico vai se modificando desde o nascimento até a velhice chegando de 130 a 140 graus quando há perda dos elementos dentários (Figura 175). D. Amélia perdeu seus dentes muito cedo, ao ponto de a mandíbula ter ficado com angulo de 130° aos 60 anos. Além do ângulo gônico, a perda de dentes ante mortem está relacionada com uma mudança da morfologia mandibular como um todo, principalmente em altura e espessura (Huumonen, 2010; Parr *et al*., 2017;). Isso pode indicar que ela perdeu seus dentes muitos anos antes de sua morte.

Embora as mudanças na forma mandibular ao longo do tempo não sejam amplamente reconhecidas pelos biólogos esqueléticos, a remodelação mandibular e as alterações associadas na morfologia macroscópica podem resultar de uma série de causas relacionadas ao estresse

mecânico, como a perda dentária ante mortem, mudanças na força de mordida ou alterações no desempenho mastigatório (Huumonen, 2010; Koc; Bek, 2010, Parr *et al*.,2017).

Com a perda de praticamente todos os elementos dentários há a perda grave de dimensão vertical de oclusão (DVO), fazendo com que a compressão da zona bilaminar seja ainda mais acentuada e a ação muscular leva a mandíbula a uma postura protrusiva (Figura 179). Essa postura influencia na posição da cabeça que fica anteriorizada e toda a musculatura corporal é modificada, inclusive a coluna vertebral.

Nota-se que houve um aplainamento muito grande das ATMs, tornando o Angulo Funcional Mastigatório Planas quase zero, normal em crianças e idosos por diminuição da DVO, remodelando, com o passar do tempo, a cavidade articular (Figura 176) (Planas, 2013).

Espessamentos da parede de seio maxilar e pneumatizações são sinais inflamatórios relacionados a problemas respiratórios.

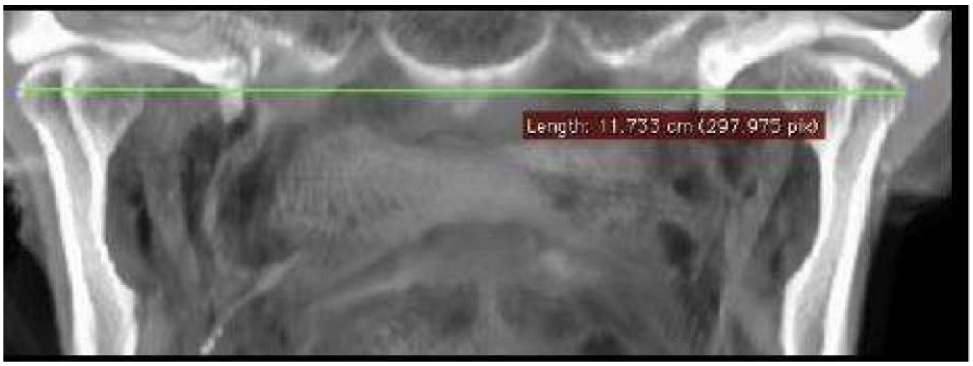
FONTE: Mayne Melo

Figura 175 - Visão frontal dos arcos. Elementos inferiores anteriores e edentulismo total superior e parcial inferior

FONTE: Mayne Melo
Figura 176 - Visão oclusal da mandíbula. Elementos inferiores anteriores

FONTE: Mayne Melo
Figura 177 - Maxila edêntula

FONTE: Mayne Melo
Figura 178 - Relação maxila/mandíbula com região superior edêntula e região inferior com atrofia da mandíbula



FONTE: Arquivo original TC de D. Amélia - InRad (2012). Manipulação da imagem: Equipe Odontológica

Figura 179 - Imagem tomográfica das ATMs, corte coronal e medida côndilo-côndilo, evidencia um aplainamento das cavidades glenóides bilateralmente

7.5.4 Resultado do busto dos três primeiros imperadores do Brasil

FONTE: Arquivo original TC de D. Pedro I - InRad (2012). Aproximação facial e construção do busto: Rodrigo S. Avila

Figura 180 - D. Pedro I, Imperador do Brasil, D. Pedro IV, Rei de Portugal, Duque de Bragança, General da Rainha D. Maria II de Portugal

FONTE: Arquivo original TC de D. Leopoldina - InRad (2012). Aproximação facial e construção do busto: Rodrigo S. Avila

Figura 181 - D. Leopoldina de Habsburgo-Lorena, Arquiduquesa da Áustria, Imperatriz do Brasil, Rainha de Portugal

FONTE: Arquivo original TC de D. Amélia - InRad (2012). Aproximação facial e construção do busto: Rodrigo S. Avila
Figura 182 - D. Amélia de Beauharnais, Princesa de Leuchtenberg, Imperatriz do Brasil, Duquesa de Bragança

7.6 ESTADO ATUAL DO MONUMENTO À INDEPENDÊNCIA – OUTUBRO 2022

O edifício do Monumento à Independência passou por algumas reformas para as comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil. Verificou-se que no mês de outubro de 2022, o espaço contava com uma exposição sobre a história do local, com data de término para 2024, cujo título é “Representação da Nação” e a curadoria da historiadora Marly Rodrigues.

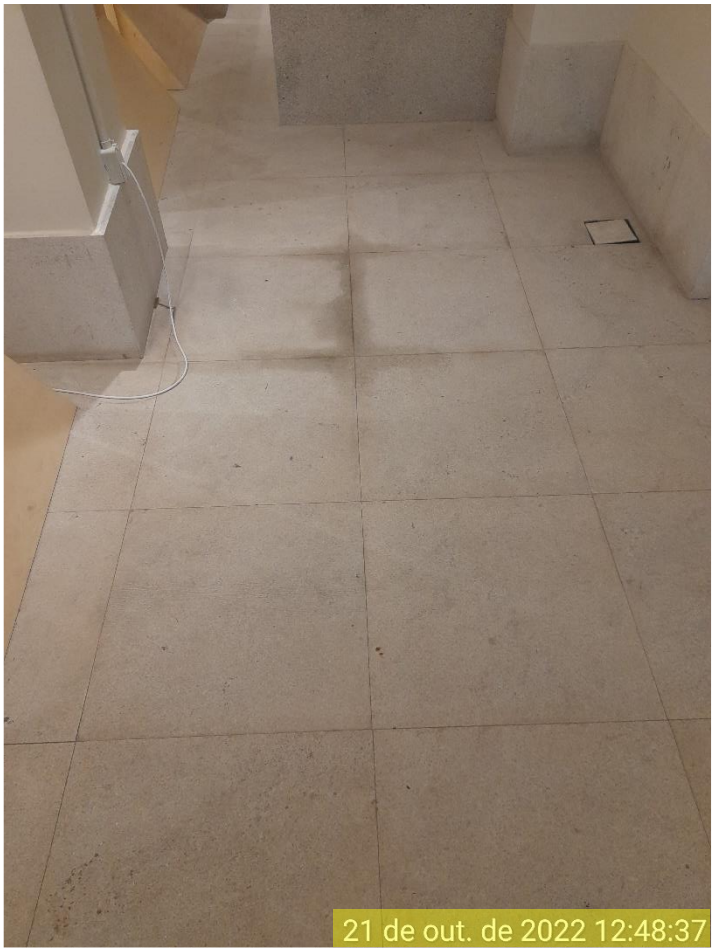
Houve mudanças no espaço museológico, tais como pisos novos, melhora na acessibilidade de idosos e pessoas com necessidades especiais, sanitários etc. Entretanto, persistem velhos problemas, como: a umidade, pois havia um balde no interior da Cripta Imperial (Figura 183) e marcas de umidade no piso do espaço museológico, provocadas não só pela ação da chuva, que caiu no dia anterior, como também possíveis problemas com o ar-condicionado (Figuras 184 e 185). Lembrando que o sepulcro de D. Amélia permanece no interior das paredes da Cripta, próximo ao sarcófago de D. Pedro I, em outras palavras, continua exposto a ação da umidade. O acúmulo de água pluvial em áreas externas da edificação demonstram problemas na preservação da estrutura (Figura 186). Já nas estátuas de bronze, que ornam o espaço externo do Monumento é possível notar que algum tipo de substância escura foi aplicada em algumas dessas obras. Porém, pouco mais de um mês após o dia 7 de setembro de 2022, as marcas de oxidação das estruturas voltam a ser nítidas (Figura 187). Os antigos acessos a Cripta Imperial continuam abertos, com fiação elétrica à mostra e a presença de aracnídeos (Figuras 188 até 191). A ausência de educação de alguns visitantes do Parque da Independência também é notada pelo forte odor de urina humana nestas escadarias. Além disso, observa-se as pichações nas pedras de granito da edificação e nas estátuas, bem como lixo presente neste espaço, inclusive na parte superior do frontão Independência ou Morte de Pedro Américo (Figuras 192 até 194). A chuva da madrugada anterior fez com que poças d’água se formassem na parte posterior da edificação (figuras 186 e 196).

O aspecto da água do famoso riacho do Ipiranga exibe que ele precisa de cuidados (Figura 197).

O Monumento à Independência permanece com sua bela imponência no Parque da Independência (Figura 198). E infelizmente, com seus velhos problemas. Um espaço que deveria ser usado para auxiliar no melhor entendimento da memória coletiva, da identidade do povo brasileiro, mas que foi e permanece sendo usado para atender interesses políticos. E exatamente por isso, sofre a estrutura de pedra o abandono, bem como a história daqueles que jazem no local.

FONTE: Lígia Souza

Figura 183 - Na Cripta Imperial, próximo ao altar, a presença de um balde para conter as goteiras

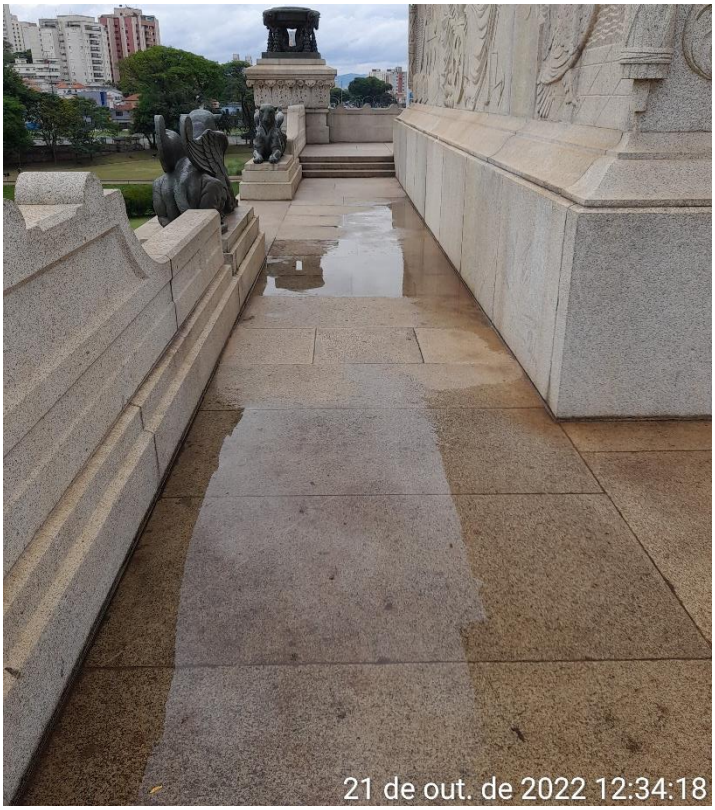


FONTE: Lígia Souza

Figura 184 - Umidade no piso recentemente reformado do espaço museológico

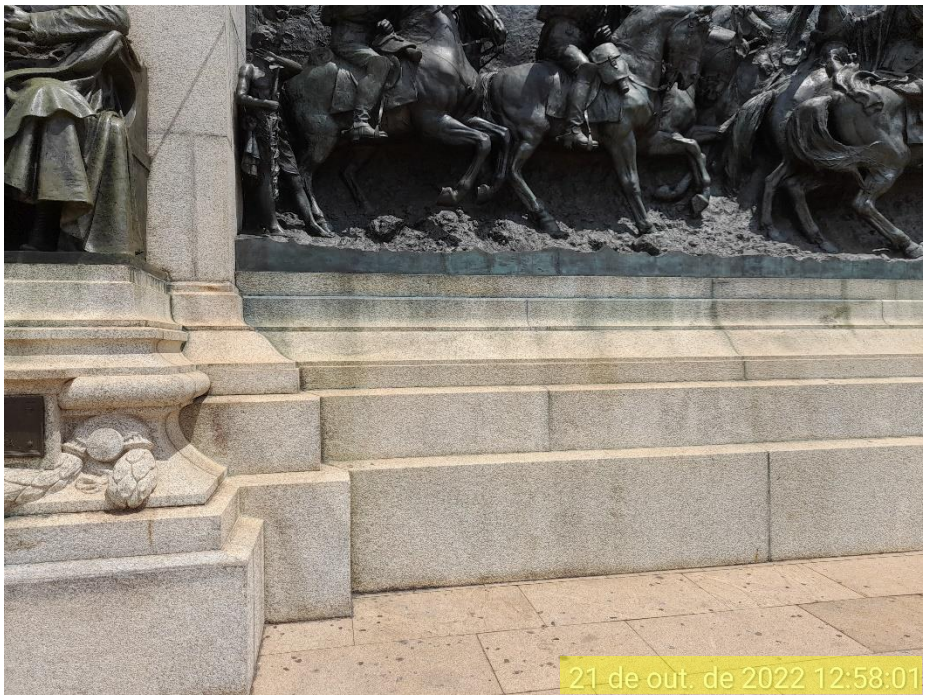
FONTE: Lígia Souza

Figura 185 - Umidade abaixo do ar-condicionado e possíveis goteiras

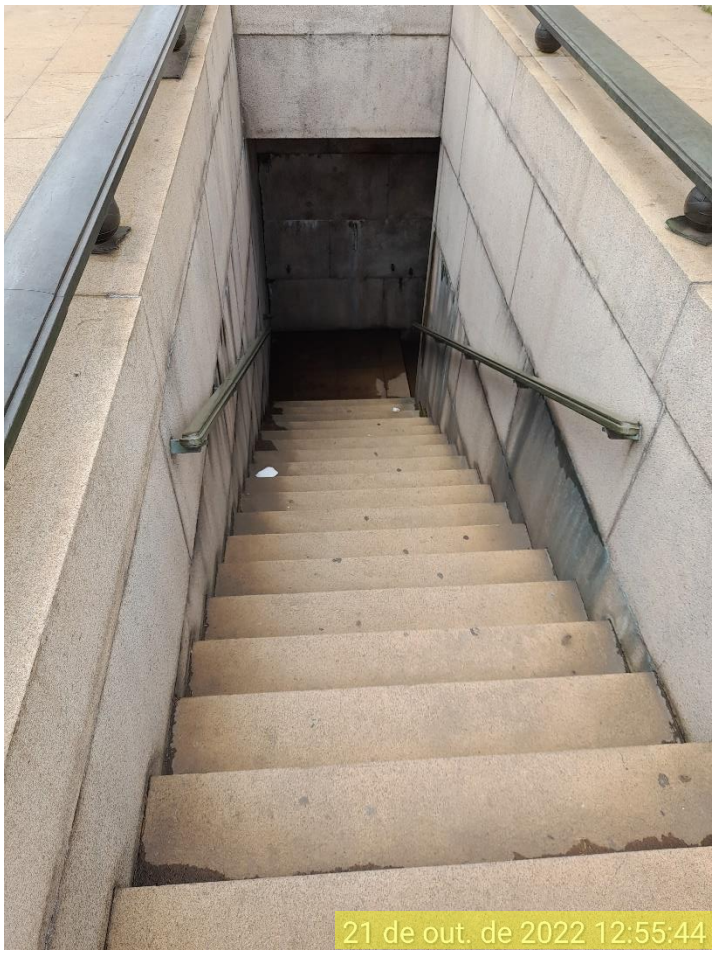


FONTE: Lígia Souza

Figura 186 - Presença de acúmulo de água na parte superior do Monumento



FONTE: Lígia Souza
Figura 187 - Oxidação em parte do frontão Independência ou Morte



FONTE: Lígia Souza
Figura 188 - Antigo acesso à Cripta em péssimo estado

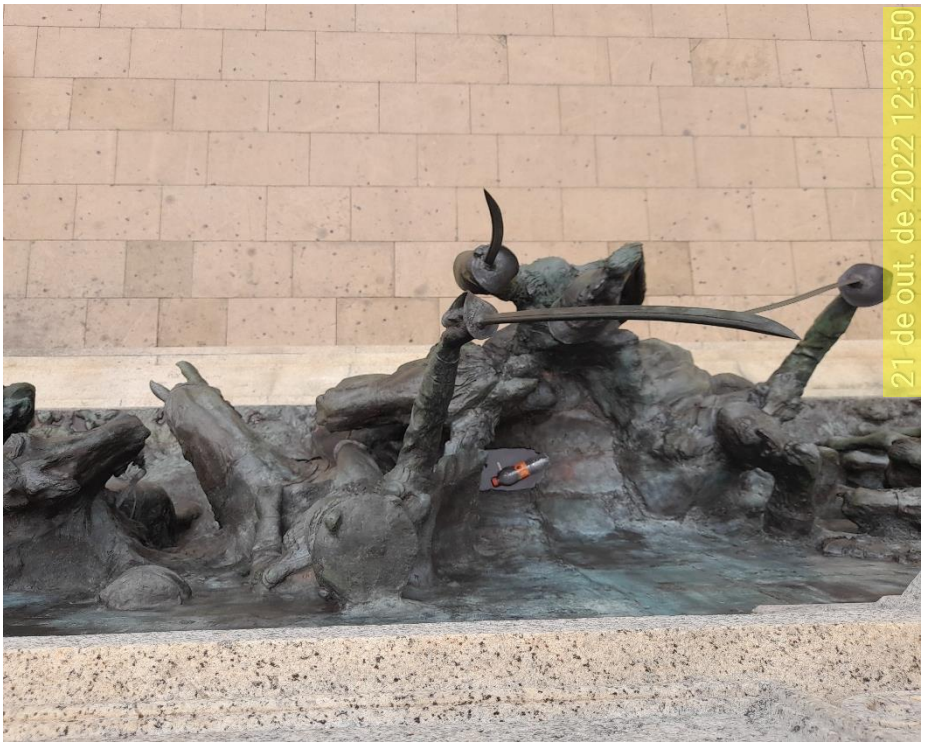
FONTE: Lígia Souza

Figura 189 - Marcas do abandono na porta de bronze do antigo acesso à Cripta

FONTE: Lígia Souza

Figura 190 - Antigo acesso visivelmente abandonado com fiação exposta, deterioração do granito e pichações

FONTE: Lígia Souza
Figura 191 - Antigo acesso em situação precária



FONTE: Lígia Souza
Figura 192 - Lixo jogado nas estátuas do frontão Independência ou Morte

FONTE: Lígia Souza
Figura 193 - Mais marcas de pichações na parede externa

FONTE: Lígia Souza
Figura 194 - Pichações nas paredes externas da edificação

FONTE: Lígia Souza
Figura 195 - Acúmulo de água próximo ao Monumento

FONTE: Lígia Souza
Figura 196 - Acúmulo de água visto das escadarias do Monumento

FONTE: Lígia Souza
Figura 197 - Situação do "famoso" riacho Ipiranga

FONTE: Lígia Souza
Figura 198 – Vista lateral do Edifício do Monumento à Independência

8 DISCUSSÃO

Para conseguir chegar a um conhecimento mais detalhado sobre os três personagens históricos estudados, buscou-se um entendimento maior dentro da história dos seus países de origem: Portugal, Áustria e, no caso de D. Amélia todo o contexto da Revolução Francesa no final do século XVIII, a formação do Reino da Baviera da família da mãe de D. Amélia, e uma pessoa que teve participação fundamental dentro desses três personagens da história do Brasil, o imperador da França Napoleão Bonaparte. Personagem que apesar de ter invadido Portugal era um ídolo para o jovem príncipe D. Pedro. Por outro lado, Napoleão era odiado por D. Leopoldina, pois levou a guerra para Áustria, afastando seu pai da família e obrigando-os a várias fugas. Napoleão humilhou o imperador Francisco I, e casou-se com uma de suas filhas. O mesmo Bonaparte que era avô adotivo da imperatriz D. Amélia. Se D. Leopoldina, uma Habsburgo, odiava Bonaparte, D. Pedro e D. Amélia, também nobres, idolatravam o general e imperador da França. Isso porque cada qual tem sua forma de pensar e vivenciar suas experiências de vida.

Não cabe ao historiador julgar o que aconteceu, mas analisar, compreender os fatos históricos.

O Brasil daquele início do século XIX era uma colônia de uma metrópole europeia. Embora fosse considerada a mais rica e a maior colônia do império português, não possuía administração própria, e a população começou a se rebelar, uma vez que via toda riqueza ser levada para Europa, sem que nada permanecesse no Brasil, e nenhum tipo de melhoria fosse feita visando o bem-estar do povo. Lembrando que dentro do Pacto Colonial, tudo que é produzido nas colônias pertencem a metrópole. E dentro do conceito do absolutismo que existiu em Portugal até 1820, tudo pertencia ao soberano, ao rei. Quando as tropas francesas se aproximam de Portugal, D. João opta por embarcar para o Brasil, trazendo consigo toda "máquina de Estado" portuguesa. Pela primeira vez na história uma colônia tornou-se metrópole. As decisões eram tomadas no Rio de Janeiro, não em Lisboa, questão que com a derrota de Bonaparte não era mais admitida pelos portugueses. Porém, mesmo as decisões do reino sendo tomadas no Rio de Janeiro, isso era feito por portugueses, para atender ao desejo deles, enquanto os interesses dos nascidos no Brasil não eram ouvidos. Ou seja, houve a revolta, tanto em Portugal, exigindo a volta do rei, como no Brasil, que não aceitava voltar a condição de colônia. Os brasileiros queriam ser ouvidos e, ainda mais, serem respeitados. Todo este "jogo de interesses" levou a muitos conflitos entre portugueses e brasileiros, antes e após a Independência. O povo brasileiro queria decidir por si o que era importante para ele, sem

depender de nenhum outro país. É claro que dentro deste quadro, infelizmente, os interesses de alguns grupos foram mais fortes do que de outros, independente se eram nobres ou plebeus. Isso inclui a questão do fim da escravidão, que foi defendida por D. Pedro, D. Leopoldina e José Bonifácio, mas não pela aristocracia rural, responsável por toda economia do país na época. A delicada e vergonhosa questão da escravidão no Brasil evidenciou antagonismos entre membros da família imperial brasileira. Enquanto D. Pedro I, D. Leopoldina e mais tarde D. Pedro II, Princesa Isabel defendiam o fim da mão de obra cativa, D. Amélia possuía escravos em sua propriedade no Brasil. Não há relatos de como estas pessoas eram tratadas. Mas de qualquer forma, inclusive dentro do contexto ideológico defendido por membros da realeza brasileira na época, é um comportamento lamentável por parte da segunda esposa de D. Pedro. Estes trabalhadores foram todos alforriados por ela em seu testamento, em 1873.

A história de D. Pedro aqui no Brasil é mais conhecida até a abdicação, em 1831. Pouco se sabe sobre como foi a vida dele na Europa, em Portugal, e a importância dele para aquele país, onde ele é conhecido como rei D. Pedro IV, duque de Bragança, Rei Soldado, Libertador. No Brasil ele também é conhecido como libertador. Mas também como autoritário. Após a Guerra Civil travada contra seu irmão D. Miguel, D. Pedro mostrou compaixão contra os derrotados. Diferente daquele D. Pedro, imperador do Brasil, que não teve piedade com os derrotados da Confederação do Equador, por exemplo.

Em oposição a estes fatos, D. Pedro é visto como “herói”, tanto no Brasil, quanto em Portugal. Apesar do povo brasileiro não aplicar este adjetivo a seu soberano naqueles últimos anos da década de 1820 e início de 1830. Isso porque o povo brasileiro se sentiu traído por D. Pedro e não obstante, D. Pedro se sentiu traído pelo povo brasileiro. Entretanto, o enorme país que acabava de ser formado, cuja população não possuía nada em comum, precisava de algo que a unisse. Logo, muitos artifícios foram feitos durante o Segundo Reinado. Mas estas diferenças todas do Brasil e de seu povo necessitavam da simbologia de um momento importante que fosse capaz de trazer esta união de interesses. Logo, a opção encontrada foi o momento em que a independência, a separação política deste país aconteceu. Afinal, foi naquela tarde de 7 de setembro, no pacato bairro do Ipiranga que um povo chamado de brasileiro passou a existir de fato. Aqueles que nasciam no Brasil não seriam mais vistos como cidadãos portugueses, mas sim como brasileiros. Foi desta forma que iniciou a importância da simbologia do 7 de setembro de 1822, mesmo que a união do país não tenha acontecido totalmente naquela data, como por exemplo o que ocorreu na Bahia, onde a independência é comemorada em 2 de julho de 1823, com a expulsão das tropas portuguesas. Mas foi nas margens do riacho do Ipiranga que um país livre começou a existir. Obras de arte começaram a ser feitas. A mais

conhecida, a tela de Pedro Américo, em 1888, já no final do período monárquico brasileiro. Porém, o pintor não era nascido em 1822, logo teve que se basear em relatos de testemunhas oculares que ainda estavam vivas, uma vez que já havia se passado sessenta anos do ocorrido. Relatos estes que poderiam estar carregados de fantasias e preconceitos da época. O local foi visitado por Pedro Américo, ele mesmo observou que deveria criar uma imagem épica, que não necessariamente fosse semelhante ao que havia acontecido.

A tela foi criada no imaginário do artista, mas infelizmente acabou sendo usada como documento histórico, a representação de fato do momento da proclamação da Independência do Brasil, o que realmente não é. Com a Proclamação da República, em 1889, toda esta simbologia histórica ganhou ainda mais força. Porém, cuidados deveriam ser tomados, já que a monarquia de D. Pedro havia sido derrubada por um golpe militar. Logo, as histórias deste regime e destas pessoas deveriam ser revistas, tanto a figura do "herói D. Pedro" quanto de sua esposa D. Leopoldina, que praticamente foi esquecida. Só em 1973 que foi publicada a obra de Carlos H. Oberacker Júnior, uma biografia da primeira imperatriz do Brasil. Já D. Amélia, muitos brasileiros confundem a segunda esposa de D. Pedro I com D. Domitila, amante do imperador, ou seja, nem sabem da existência da segunda imperatriz.

Apesar de tudo, a Independência do Brasil deveria ser cultuada. O Monumento à Independência foi construído em São Paulo para homenagear a proclamação feita no local na tarde de 7 de setembro de 1822. Os translados dos restos mortais dos primeiros imperadores do Brasil começaram em 1954, com a chegada dos remanescentes humanos de D. Leopoldina, depois de D. Pedro I, em 1972 e de D. Amélia, em 1982. Porém, principalmente após a propaganda feita para o translado do corpo de D. Pedro em 1972, o espaço do Monumento à Independência foi erroneamente associado ao regime militar que governou o país entre 1964 e 1985. Por muitas décadas o espaço foi negligenciado pelas autoridades brasileiras, e assim permanece, mesmo no ano do bicentenário da independência, conforme foi relatado neste trabalho.

No contexto da Medicina, pode-se observar que as preocupações da Humanidade com a saúde são tão antigas quanto a própria existência humana. Sobre as técnicas aplicadas, nem sempre a questão chamada de modernidade, novas tecnologias têm a capacidade de eliminar doenças. Afinal, a tuberculose e a sepse puerperal permanecem presentes em nossa sociedade, quase duzentos anos após as mortes de D. Pedro I, D. Leopoldina e D. Amélia, com a resistência, a ignorância de determinados grupos de pessoas em não aceitar tratamentos e medidas preventivas. Muitas doenças que poderiam ser evitadas permanecem se alastrando. O

maior problema da humanidade permanece sendo, infelizmente, o fanatismo, que atinge também a área da saúde.

A morte de pessoas ilustres, principalmente quando são jovens, caso de D. Pedro aos 36 anos de idade e D. Leopoldina aos 29 anos, sempre intrigaram a sociedade independentemente da época. Várias hipóteses, rumores sobre as causas destes óbitos são levantadas pela população. Com D. Pedro I não foi diferente. Em virtude das várias mulheres com as quais se relacionou, não foi difícil que as pessoas começassem a comentar a possibilidade de ele ter falecido em decorrência de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), apesar do laudo da autópsia realizada em 1834 afirmar que a causa da morte foi tuberculose (TB) (Ambiel, 2013). Muitas bibliografias narram os sintomas da doença (Lustosa, 2006; Samartini, 1998; Santos, 2006; Sousa, 1973; Torres, 1947). Rumores sobre a morte do imperador do Brasil, rei de Portugal ainda são comuns, inclusive no século XXI. No ano de 2013, quando foi divulgado as pesquisas arqueológicas nos remanescentes humanos dos imperadores do Brasil, foi publicado em várias mídias do país que as fraturas de costelas, ocorridas em dois acidentes equestres sofridos um em 1823 e o outro em 1829, poderiam ter causado a tuberculose ou piorado o quadro clínico do monarca, hipótese essa que não faz sentido e que não partiu nem da arqueóloga responsável pela pesquisa realizada em 2013, tampouco da equipe médica que colaborou.

Nossa opinião, inclusive com o aval do Prof. Dr. Carlos Augusto Pasqualucci, é que a causa da morte do primeiro imperador do Brasil tenha sido, realmente, tuberculose pulmonar, baseada nos sinais e sintomas apresentados nas bibliografias estudadas e inseridas nesta pesquisa e, principalmente nos dados apontados na autópsia realizada, em 25 de setembro de 1834, um dia após o óbito de D. Pedro.

Em virtude dos vários tratamentos e prevenções que surgiram no combate à tuberculose, durante o século XX, é comum as pessoas fora da Medicina, acreditarem que se trata de uma "doença do passado" o que é extremamente errado. Segundo dados da OMS e da OPAS, aproximadamente 1,6 milhão de pessoas morreram em decorrência dessa doença em todo planeta no ano de 2021. Estes mesmos dados revelam um aumento de 4,5 % com relação ao número de óbitos ocorridos em 2020. Este aumento foi em decorrência a pandemia Covid-19, que limitou o acesso das populações aos serviços essenciais, bem como com a diminuição de recursos no combate à doença, com base em matéria publicada no Jornal da USP.

O Brasil está em segundo lugar nos registros de morte em decorrência da tuberculose no mundo. No ano de 2020 houve 66.819 novos casos registrados. Segundo o médico Prof. Dr. Valdes Roberto Bollela, da FMRP/USP, entrevistado do Jornal da USP, em virtude da

preocupação com os casos de Covid-19, muitos casos de tuberculose deixaram de ser investigados e diagnosticados. Além disso, o professor Bodella alertou um problema muito sério que foi a baixa de adesão da população às campanhas de vacinação, que em anos anteriores chegavam a uma cobertura de 97%, mas que atualmente em virtude do aumento de movimentos antivacinas, está em aproximadamente 60% ou 70% de pessoas vacinadas. Todos estes problemas fizeram com que o contágio da doença e concomitantemente o número de óbitos aumentasse nos últimos anos.

A questão do falecimento de D. Leopoldina gerou ainda mais discussões, principalmente pelo temperamento difícil de D. Pedro (Kann; Lima, 2006; Lustosa, 2006; Oberacker, 1973; Ventura; Lyra, 2019). Além da lenda urbana, do próprio Palácio da Quinta da Boa Vista, que não foi publicada e não é encontrada em nenhuma bibliografia, sobre uma discussão muito grande e violenta entre D. Pedro e D. Leopoldina.

Dados bibliográficos mostram apenas que D. Leopoldina se negou a entrar numa sala onde se realizava uma cerimônia de beija mão, de despedida de D. Pedro que viajaria para o sul do país. A imperatriz teria se recusado, pois deveria ficar em companhia da amante do marido Domitila de Castro. Houve uma discussão entre ela e D. Pedro (Rangel, 1916; Sousa, 1972).

Já a lenda do Palácio da Quinta da Boa Vista traz a informação que no calor deste desentendimento, o imperador teria empurrado a imperatriz que rolou as escadarias do Palácio, fraturando o fêmur. Essa fratura teria causado a infecção e o óbito de D. Leopoldina. Essa versão foi descartada pela pesquisa arqueológica realizada nos remanescentes humanos da imperatriz, no ano de 2012, que fez parte da dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do MAE/USP, (2013), uma vez que as imagens de tomografia realizadas nos remanescentes humanos de D. Leopoldina não demonstraram a presença de fraturas (Ambiel, 2013).

A versão já mencionada sobre o "pontapé", presente em algumas bibliografias, como a de Isabel Lustosa (2006) ou qualquer outra agressão física que teria provocado hemorragia e levado à morte de D. Leopoldina também foi descartada, nessa dissertação de mestrado, que teve como base, dados de boletins médicos entregues a D. Pedro sobre o quadro clínico da esposa (Ambiel, 2013; Lustosa, 2006). Pedro Calmon, em sua obra Vida de D. Pedro I, (1943), também corrobora com esta informação, e afirma que a morte da imperatriz aconteceu em decorrência do aborto (Calmon, 1943).

A suspeita, também, que o aborto sofrido por D. Leopoldina, em 2 de dezembro de 1826, tenha sido consequência de agressão de D. Pedro pode ser afastada pelo fato de o imperador ter deixado o Rio de Janeiro em direção a Província da Cisplatina, que estava em guerra visando a

separação do território brasileiro, em 23 de novembro, ou seja, nove dias antes. Bem como, segundo os boletins médicos, que estão nos Arquivos do Museu Imperial em Petrópolis, o aborto sofrido por D. Leopoldina, nove dias antes de sua morte, foi espontâneo, ou seja, ocorreu em decorrência da interrupção involuntária da gravidez.

Dias antes do aborto, numa carta ao pai com data de 20 de novembro de 1826, D. Leopoldina relatou ter sofrido de febre doze dias antes e que ainda não se sentia bem (Kann; Lima, 2006).

No dia 30 de novembro ela sofreu uma piora significativa, e o aborto ocorreu no dia 2 de dezembro, segundo boletim médico encaminhado para D. Pedro I. O documento também afirma que o óbito fetal foi em decorrência do aborto, ou seja, não foi causado por um trauma ou violência física. A imperatriz do Brasil apresentou sangramento vaginal, febre, dores e convulsões. Seria, aproximadamente, a décima segunda semana de gestação. Todos os procedimentos médicos eram realizados no quarto da imperatriz, no Palácio de São Cristóvão, Quinta da Boa Vista, quase quarenta anos antes dos conceitos básicos da antissepsia e assepsia começarem a ser aplicados (Ambiel, 2013). Portanto, segundo o Prof. Pasqualucci a morte de D. Leopoldina ocorreu por septicemia puerperal em concordância com parte da literatura a respeito. O falecimento de D. Leopoldina ocorreu em 11 de dezembro de 1826.

Nos dias atuais, portanto no século XXI, a sepse puerperal, mesmo com os avanços da obstetrícia, da assepsia e da antissepsia, é responsável por altas taxas de morbilidade e mortalidade, uma situação muito delicada para países desenvolvidos e principalmente para aqueles em desenvolvimento pois os índices de incidência dessa infecção são alarmantes em todo mundo e, ela é considerada uma das cinco doenças mais letais do planeta (Silva; *et al*, 2021). Importante lembrar que a febre puerperal foi umas das enfermidades estudadas por Hipócrates e seus alunos, na Grécia Antiga, aproximadamente nos anos 300 a.C.

Em relação a D. Amélia, a partir das avaliações apontadas pelo Relatório da TC, os últimos anos de vida da imperatriz do Brasil, duquesa de Bragança foram muito difíceis no sentido de locomoção e sofrimentos com fortes dores, e corroboram com as afirmações de bibliografias que atestam a questão de D. Amélia ter passado o final de sua vida acamada no Palácio das Janelas Verdes, residência a qual ela ocupou após a morte de D. Pedro, em Lisboa (Torres, 1947; Schmidt, 1927).

Essas lesões na coluna vertebral de D. Amélia são degenerativas. Nos dias atuais são tratadas, de maneira paliativa, com fisioterapia e medicamentos, dependendo da determinação médica. Há casos em que processos cirúrgicos podem ser indicados.

As lesões neuromusculares de D. Amélia fizeram com que ela ficasse acamada, possivelmente em decúbito dorsal por muito tempo. Além disso, estas doenças, principalmente nas vértebras torácicas podem causar sérios problemas respiratórios (Fernandes, 2014). Problemas respiratórios também foram sugeridos nas análises odontológicas da imperatriz, desenvolvidas para essa pesquisa.

D. Amélia sofria de angina pectoris desde 1834, época do óbito de D. Pedro. Em 1871, ela apresentou lesões nas paredes dos pulmões, febre, bronquite e falta de ar. Mas se recuperou, apesar do quadro clínico ser muito grave. No ano seguinte, 1872, sofreu edema nas extremidades inferiores, novamente falta de ar e bronquite capilar, sintomas presentes num quadro de insuficiência cardíaca que, com base nas informações anteriores, pode ter sido consequência de doença arterial coronariana crônica (DAC). Estes relatos estão no boletim médico enviado pelos doutores Francisco Antônio de Barral, Manuel Carlos Teixeira e Antônio Maria Barbosa para o imperador D. Pedro II, com data de 24 de janeiro de 1873, dois dias antes da morte da imperatriz. O documento pesquisado faz parte do acervo do Arquivo do Museu Imperial, em Petrópolis e pode ser consultado através da referência (Maço 206-Doc 9382 (DO2)). (ANEXO II)

A imperatriz, Duquesa de Bragança sofreu um colapso cardíaco e entrou em óbito no dia 26 de janeiro de 1873, às 5 horas da manhã, aos 60 anos de idade. O falecimento aconteceu no Palácio das Janelas Verdes. Infelizmente, quando ela começou apresentar sinais e sintomas de insuficiência cardíaca (IC), não se beneficiou do uso de digitálicos porque somente em 1910 observou-se que esses fármacos tinham ação estimulante sobre o miocárdio. Mais precisamente, os digitálicos têm efeito inotrópico positivo, ou seja, aumentam a força de contração da musculatura cardíaca, o que, pelo menos aliviaria os sintomas de IC apresentados pela monarca.

Desde a chegada dos remanescentes humanos dos imperadores do Brasil ao Monumento à Independência, houve dúvidas com relação se de fato eram os corpos dos monarcas e não apenas uma propaganda política, tanto no caso de D. Leopoldina, 1954, ano do IV Centenário da cidade de São Paulo, D. Pedro I, em 1972, Sesquicentenário da Independência do Brasil quanto no de D. Amélia, já em 1982, onde o translado foi decidido em 1979, durante uma exposição na Pinacoteca do Estado de São Paulo em comemoração aos 150 anos do segunda casamento de D. Pedro I. Após conversas com visitantes do Monumento e até mesmo com colaboradores do espaço, em 2012, constatou-se que alguns acreditavam que os ataúdes estavam vazios ou que eram apenas cinzas. Mesmo após as pesquisas arqueológicas desenvolvidas no ano de 2012, quando os esqueletos de D. Pedro I e D. Leopoldina e o corpo preservado de D. Amélia foram evidenciados, junto com as vestes e comendas, que eram uma

forma de identificação, ainda pairou incertezas sobre a identidade destes corpos. Por este motivo, houve também a identificação do sexo biológico dos três restos mortais que jazem na chamada Cripta Imperial do Monumento à Independência.

As análises das imagens de tomografia foram feitas com a colaboração dos médicos: Dr. Marcelo Bordalo Rodrigues, doutor em radiologia pela FMUSP – foi Coordenador de Radiologia Musculoesquelética do Instituto de Radiologia USP, atualmente *Chief of Radiology – Aspetar Orthopedic and Sports Medicine Hospital* (DOHA, Qatar); Dr. Sérgio José Zeri Nunes, especialidade: radiologia e diagnóstico por imagem, experiência nesse diagnóstico no âmbito do Núcleo de Radiologia do Instituto Médico-Legal/IML do Estado de São Paulo e pelo médico e antropólogo forense Prof. Dr. Luiz R. Fontes.

Em relação à análise odontológica funcional esse estudo é fundamental, não apenas para aproximação facial, mas para o levantamento sobre a saúde dos imperadores; para isso houve a colaboração dos cirurgiões-dentistas: Pós-doutora Luciana Domingues Conceição, especialista em Odontologia Legal, Universidade Federal de Pelotas-RS; Carlos André Kerber, especialista em implantologia, Salvador-BA; Ms. Sérgio Freitas Ribeiro, especialista em Imaginologia Odontológica pela USP-Bauru, mestrado em odontologia digital pela São Leopoldo Mandic, ele é de Salvador, BA e o Ms. Marcos Laboissiere, mestrado em Educação Oral em Odontologia, Brasília-DF.

Por sua vez, o objetivo da aproximação facial nesse trabalho, que também trouxe a montagem do busto dos personagens, não foi saber exatamente a forma física dessas pessoas vivas, mas, como o próprio nome da técnica diz, ter um dado aproximado, uma estimativa de como eles seriam, uma vez que assim como atualmente fotografias digitas podem ser manipuladas, no século XIX litografias e demais representações artísticas também eram. Em outras palavras e, de forma bem científica, nosso objetivo com o uso desta técnica digital foi de lançar, com mais precisão e critérios científicos, uma estimativa, uma versão com base na leitura da osteometria craniana de cada um dos monarcas, como seria o rosto de D. Pedro I, D. Leopoldina e D. Amélia. E com base nessa pesquisa, chamar a atenção para que mais recursos e técnicas sejam estudados nesta área tão importante, não apenas para trabalhos com personagens históricos, mas no auxílio para as autoridades policiais em busca por desaparecidos, tanto no Brasil como em outros países, que significa um drama para milhões de pessoas. A mesma metodologia pode ser aplicada no âmbito policial, ao tentar identificar pessoas desaparecidas, a partir de remanescentes ósseos cranianos cadavéricos, e no desenvolvimento de próteses para medicina humana.

A face é o elemento principal de cada um de nós, seres humanos, afinal, é nossa apresentação e individualidade. Pois mesmo que haja uma questão morfológica esquelética que nos iguale, as diferenças no crescimento de tecidos ósseos e moles geram mudanças na fisionomia de cada pessoa em decorrência de hábitos físicos, alimentares, doenças, personalidade etc., isso faz com que cada ser humano seja único (Milani *et al*, 2015: Thedeschi-Oliveira, 2010). O rosto humano nada mais é que uma correlação entre crânio/mandíbula revestido com tecidos moles (Stephan et.al. 2018).

Os primeiros trabalhos desenvolvidos sobre a estimativa facial humana aconteceram milênios antes de Cristo, na Palestina, passando por Egito, Pérsia, Roma etc. Esculturas feitas em pedra, máscaras mortuárias etc. (Franco, 2012). Nos dias atuais as representações destes trabalhos são feitas em argila ou digitalmente através de softwares, com algoritmos que oferecem maior facilidade e flexibilidade para os ajustes faciais (Milani *et al*., 2015; Stephan et.al. 2018).

O termo aproximação facial passou a ser usado para pesquisas sobre a face humana nos anos 1980, foi uma proposta do antropólogo Robert M. George, em detrimento aos outros termos usados para este tipo de pesquisa, tais como "reconstrução facial". Para George, o mais adequado é o termo "aproximação", uma vez que o máximo que se pode atingir numa pesquisa como esta é uma estimativa de como era a face desta ou destas pessoas em vida, e não uma definição exata para o rosto (Burke, 1991; Franco, 2012; George, 1987). Logo, nessa pesquisa será usado o termo "aproximação facial" por acreditar-se que seja o termo mais adequado: "[...] uma aproximação facial não pretende ser um retrato do indivíduo em vida, mas apenas uma representação fiel dos traços fisionômicos sugeridos pelo relevo ósseo do crânio" (Franco, 2012, p.56). Assim como afirmaram George e Franco o termo "reconstituição" pode ser entendido como uma conotação exata, ou seja, neste caso, seria a reconstituição do rosto dos imperadores como eles realmente eram em vida, o que não está correto (Franco, 2012; George, 1987; Stephan *et al.*, 2018).

Nas investigações policiais, numa sociedade como a nossa com milhões de casos de desaparecidos em todo mundo, por diversos motivos, toda informação, desenvolvimento de técnicas que possam trazer respostas para famílias e amigos destas pessoas é fundamental. Pois não há nada pior para uma pessoa não ter respostas do que aconteceu com um filho, pai, mãe, irmão, um familiar ou um amigo querido. De acordo com uma matéria publicada no Jornal da USP de 5 de agosto de 2021, com base em dados apresentados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública divulgado em julho de 2021 o país teve 62.587 pessoas desaparecidas no ano de 2020. É possível que um trabalho como este com as faces de figuras históricas

conhecidas como os imperadores do Brasil, possa despertar o interesse de autoridades no desenvolvimento por métodos com capacidade de trazer o maior número de dados possível para o reconhecimento destas pessoas, e um conforto para familiares e amigos.

A aproximação facial ou estimativa facial pode ser realizada através de uma variedade de técnicas: bidimensional (2D) onde se capta o maior número de imagens, tanto de vídeo quanto de fotografias do crânio. O uso desta metodologia exige que seja indicada a distância entre o crânio e o equipamento usado na captura das imagens. Um outro detalhe importante e fundamental é o conhecimento das luzes usadas, informações sobre o local no qual foram feitas as capturas de imagens, bem como suas respectivas distâncias e localizações. A ausência destas informações pode deturpar o resultado da aproximação facial.

A técnica tridimensional (3D), pode ser a construção manual do rosto em argila ou a construção informatizada do rosto em 3D. Esta metodologia com o uso da computação gráfica pode também utilizar imagens de ressonância magnética, tomografias ou radiografias do crânio. Essas informações devem ser analisadas com cuidado por médicos, antropólogos forenses e odontologistas, pois a leitura da superfície óssea da face e dados de sua morfologia e anomalias, tais como lesões por fraturas e doenças são fundamentais para o resultado da aproximação facial (Barros, 2018; Herrera, 2015; Krogman, 1978; Milani *et al*., 2015). Independente da técnica usada, é indispensável o conhecimento dos tecidos moles que compõe o rosto humano, bem como suas medidas e espessuras, uma vez que a aproximação facial é a correlação entre espessura dos tecidos moles e as dimensões craniométricas (Franco, 2012; Krogman; Íscan, 1986; Milani *et al*., 2015; Moritsugui; 2021; Stephan, 2010).

Este trabalho enquadra-se como objetivo histórico-arqueológico, como foi colocado pelo português Filipe Jorge M.B. Franco (2012), bem como pelos demais colegas em Milani *et al*, 2015, uma vez que se trata de três indivíduos importantes para história do Brasil e de Portugal (Franco, 2012; Milani *et al*., 2015).

Logo, a intenção dentro deste estudo foi levantar o maior número de dados bibliográficos, não apenas sobre a aparência física dos três personagens, mas também sobre a saúde, onde as pesquisas foram mostradas no capítulo anterior. Além disso, o objetivo não é apenas a aproximação da face dos imperadores, mas a montagem do busto deles. Todo este trabalho será com embasamento antropométrico.

Portanto, a Arte agrega aos estudos científicos acadêmicos, pois trabalham juntos buscando um mesmo objetivo: o conhecimento. Como na obra intitulada: “Arte e Medicina: Interfaces de Uma Profissão”, de 2010, organizada pelo Prof. Dr. André Mota do Museu Histórico Dr. Carlos da Silva Lacaz, da FMUSP, com a participação de Ricardo Tapajós e Izabel

Cristina Rios, onde é colocado que: “O médico ajuda o paciente a contar sua história, a dar sentido a ela e a recontá-la com as devidas mudanças que qualquer terapêutica exige. Enfim, o médico é o leitor/expectador/ouvinte do paciente-texto, do paciente-quadro […]” (Tapajós, *et al*, 2010, p.15). Esse é o caso do trabalho acadêmico agora apresentado.

Uma pesquisa como essa deve ser de caráter multidisciplinar, a qual se faz necessária à análise, neste caso, da arqueóloga forense, historiadora, bem como de médicos, odontologistas, antropólogo, do 3D *Facial Modeler/Character Artist* brasileiro Rodrigo Sanches Avila e do *designer* Eduardo Moreno.

9 REFERÊNCIAS

Ahlgren J, Posselt U. Need of Functional Analysis and Selective Grinding in Orthodontics. A Clinical and Electromyographic Study. Acta Odontol Scand. 196 https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/14042471/3;21:187-226. (acesso em 4/4/22).

Akören AC, Karaagaçlioglu L. Comparison of the electromyographic activity of individuals with canine guidance and group function occlusion. J Oral Rehabil. 1995. https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/7897562/ (acesso em 2/4/22).

Alexandre Vicomte de Beauharnais
https://www.britishmuseum.org/collection/term/BIOG220512 -Acesso em 27/8/2021.

Allam Adel H; Thompson Randal C; Wann Samuel L, Miyamoto Michael, I; Nur El-Din Ael H; EI-Maksoud GA; *et al*.. Atherosclerosis in ancient Egyptian mummies: the Horus study. JACC Cardiovasc Imaging. 2011;4(4):315-27
https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21466986/ (acesso em 29/3/22).

Almeida, Sylvia L.M. Uma Filha de D. Pedro I, Dona Maria Amélia. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

Alonso, Anibal A. Desoclusao: alinhamento tridimensional e oclusao. Sao Paulo: Quitessence Editora, 2020.

Alves, Joaquim, J.B.F. Cerimónias Fúnebres por D. Pedro III, 2014.
https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2849.pdf (acesso em 30/04/2022).

Amado, Janaína; Figueiredo, Luiz C. A formação do Império Português (1415-1580). São Paulo: Editora Atual, 1999.

Ambiel, Valdirene do C. Estudos de Arqueologia Forense Aplicados aos Remanescentes Humanos dos Primeiros Imperadores do Brasil Depositados no Monumento a Independência. São Paulo: Dissertação de Mestrado Apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, 2013.

Ambiel, Valdirene do C; Fontes, Luiz R. O que pode ter matado D. Leopoldina. In: Aline Montenegro Magalhães *et al*. (ed.): *D. Leopoldina e seu tempo: sociedade, política, ciência e arte no século XIX*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2016, pp 200-214.

Ambiel, Valdirene do C; Fontes, Luiz R. Imperatriz D. Maria Leopoldina de Habsburgo-Lorena dentro da política brasileira do início do século XIX/Die Kaiserin Maria Leopoldina von Habsburg-Lothingen in der brasilianichen Politik zu Begin des 19 Jahnhunderts. In: Marcos Alberto Sat'Anna Bitelle (org). Imperatriz Leopoldina: um grito de Independência/Kaiserin Leopoldina: ein Ruf nach Unabhängigkeit 1 ed. São Paulo: Instituto Martius Sataden, 2022, pp. 777-788.

Ambiel, Valdirene do C; Muniz, Valter D. Insígnias Honoríficas de D. Pedro IV. Que o acompanharam na eternidade. In: Revista Debater História. Empresa Diário do Porto. Vila Nova de Gaia, 2015, pp. 34-39.

Andreatta, Margarida D. Pesquisas Arqueológicas Casa do Grito-Ipiranga. Programa de Arqueologia Histórica no Município de São Paulo-MP/USP-DPH/PMSP, 1981. O Relatório desta pesquisa encontra-se no Centro de Arqueologia de São Paulo.

Aristóteles, Política. São Paulo: Martin Claret, 2003.

Armitage, John. História do Brasil. 3ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1943.

Assembleia Legislativa de São Paulo- A construção do Museu do Ipiranga e o Legislativo https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=312863 (acesso em 20/2/22).

Associação Paulista de Medicina: http://associaçãopaulistamedicina.org.br/assets/uploads/suplemento_cultura//195554668d4399a551c31e966d95f864b0a27pdf (acesso em 22/4/20).

Assunção, Paulo. A saudade é cor-de-rosa: Memórias de D. Amélia de Leuchtenberg – Imperatriz do Brasil, 2017 https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/arte-cultura-e-patrimonio-do-romantismo-actas-do-1o-coloquio-201csaudade-perpetua201d/a-saudade-e-cor-de-rosa-memorias-de-amelia-de-leuchtenberg-imperatriz-do-brasil (acesso em 20/02/19).

Barros, Franciéllen. Mensuração da espessura de tecidos moles da face de indivíduos brasileiros. Dissertação de Mestrado apresentado à Faculdade de Odontologia da UNESP Araraquara. Araraquara, 2018.

Bellomo Jr, Douglas P. Caracterização de Movimentos Mandibulares na Disfunção Temporomandibular por Meio de Parâmetros Cinemáticos. Tese de Doutorado Apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Engenharia Elétrica da Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

Benevides, Francisco da F. Rainhas de Portugal. As Mulheres que Construíram a Nação. Lisboa: Marcador Editora, 2011.

Bittencourt, Armando de S (Vice-Almirante). Formação da Marinha Imperial Brasileira. Introdução à História Marítima Brasileira. Rio de Janeiro: Diretoria de Ensino da Marinha e Serviço de Documentação da Marinha, 2006.

Boxer, Charles R. A Idade de Ouro do Brasil (dores de crescimento de uma sociedade colonial). Trad. Nair de Lacerda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

Boxer, Charles R. O império marítimo português, 1415-1825. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Braga, Paulo D. À Cabeceira do Rei. Doenças e Causas de Morte dos Soberanos Portugueses entre os Séculos XII e XX. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014.

Braga, Paulo D. D. de. Leopoldina de Habsburgo, rainha de Portugal
Leopoldina de Habsburgo, rainha de Portugal | Request PDF (researchgate.net) Acesso em 19/9/21.

Bragança, Carlos T.de S.C (Dom). A Princesa Flor Dona Maria Amélia. A Filha mais linda de D. Pedro I do Brasil e IV do Nome de Portugal. Funchal: Direção Regional de Assuntos Culturais, 2009.

Bragança, Carlos T. de S.C (Dom) Imperatriz D. Amélia, Princesa Italiana, 2020. http://ihp.org.br/?p=7204 (acesso em 31/3/2021).

Breda Filho, Odorino. A enfermidade da imperatriz Leopoldina. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, nº71. São Paulo, 1973, pp 49-55.

Burke, Peter. A Escrita da História. Novas Perspectivas. Trad: Magda Lopes. Editora Unesp, São Paulo, 1991.

Burns, Karen R. Forensic Anthropology Training Manual. (second.Ed). New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2007.

Buttery, David. A Primeira Invasão de Portugal 1807-1808, Wellington contra Junot. Trad. Rui J. Mourinha. Portugal: Grupo Leya, 2011.

Cabral, Dilma. Poder Moderador. Memória da Administração Pública Nacional. Arquivo Nacional, 2018. http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/298-poder-moderador (acesso em 22/12/2021).

Calmon, Pedro. A vida de D. Pedro. O Rei Cavaleiro. 2ªed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1943.

Caravagh, D; Steyn,M. Facial reconstruction: Soft tissue thickness values for South African black females, 2011. jll.math.upmc.fr/~frey/papers/forensics/Cavanagh%20D.,%20Steyn%20M.,%20Facial%20reconstruction%20Soft%20tissue%20thickness%20values%20for%20South%20African%20black%20females,%202011.pdf (acesso em 18/8/22).

Carvalho, José M. D. Pedro II. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Carvalho, Maria do Amparo A. A Batalha do Jenipapo no contexto das lutas pela emancipação política no Norte do Brasil. Revista Contraponto, Departamento de História e de Pós-Graduação em História do Brasil-UFPI, 2016, pp. 138-152. https://revistas.ufpi.br/index.php/contraponto/article/view/5746/3410 (acesso em 23/12/2021).

Casa do Grito-Museu da Cidade de São Paulo https://www.museudacidade.prefeitura.sp.gov.br/sobre-mcsp/casa-do-grito/ (acesso em 26/11/21).

Cassotti, Marsilio. A Biografia Íntima de Leopoldina. A Imperatriz que Conseguiu a Independência do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2021.

Celliez, Adelaïde. Leopoldine d'Autriche. Pp. 581-601 in: *Les Impératrices: France, Russie, Autriche, Brésil*. Paris: Eugène Ducrocq, 616 pp., 1860.

Cintra, Jorge, P. Erros e acertos dos caminhos da Independência-2022
https://revistapesquisa.fapesp.br/erros-e-acertos-dos-caminhos-da-independencia/ (acesso em 14/6/22).

Codinha S. Facial soft tissue thicknesses for the Portuguese adult population. Forensic Sci Int. 2009; 184(1–3): 80.e1-7.

Costa, Marcus de N. da (D.). D. Marcos de Noronha e Brito 8º Conde Dos Arcos (Elementos de Uma Biografia). Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2011.

Cury, Jaime A.; Tenuta, Lívia,M.; Ribeiro, Cecília, C, Paes Leme, Adreia F. The importance of fluoride dentifrices to the current dental caries prevalence in Brazil. Braz Dent J. 2004;15(3):167-74
https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/15798817/ (acesso em 5/4/22).

Dawson, Peter E. Oclusao Funcional: da ATM ao desenho do sorriso. Sao Paulo: Quitessence Editora, 2019.

Dicionário Priberam
https://dicionario.priberam.org/gateada#:~:text=1.,baio%20e%20do%20amarelo%20avermelhado) (acesso em 14/6/22).

Dolhnikoff, Miriam. História do Brasil Império. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

Domingues, Mário. A Derrocada do Absolutismo. Evocação Histórica. Lisboa: Edições Romano Torres, 1997.

El Zhawi, Haifa; Kaizer, Mariana, R; Chughtai Asima; Moraes, Rafael.R, Zhang, Yu. Polymer infiltrated ceramic network structures for resistance to fatigue fracture and wear. Dent Mater.2016;32(11):1352-61.
https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27585486/ (acesso em 8/4/22).

Farah, Sheila. Além dos Jardins do Ipiranga: história, restauro e vida no Parque da Independência. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2004.

Fernandes, Adriane S.N. Avaliação da efetividade e segurança do treinamento da manobra de empilhamento de ar nas distrofinopatias. Tese de Doutorado Apresentado ao Programa de Neurologia FMUSP; São Paulo, 2014.

Ferreira, Armando S. 1821 O Regresso do Rei. A Viagem de D. João VI e a Chegada da Corte a Portugal. 2ªed. Lisboa. Planeta de Livros Portugal, 2021.

Ferreira Júnior, Maurício V. A abdicação do imperador D. Pedro I nas coleções do Museu Imperial, 2020, pp. 17-29.
https://museuimperial.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Anuario_MIMP_Ed_2020.pdf (acesso em 13/12/2020).

Ferreira, Paulo Henrique de C. L. A história das constituições brasileiras e a evolução ao longo dos anos, 2017.

https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/a-historia-das-constituicoes-brasileiras-e-a-evolucao-ao-longo-dos-anos/ (acesso em 22/12/2021).

Figueiredo, Pedro A de. O Brado do Ypiranga ou a Proclamação da Independência do Brasil. Algumas palavras acerca do facto histórico. Florença: Typografia da Arte Della Atampa, 1888.

Fontoura, Cláudia. Calouros Lavam Monumento do Ipiranga. Jornal o Estado de São Paulo: Cidades Cidadania-C4. São Paulo, 1997.

Foucault, Michel. Vigiar e Punir; história da violência nas prisões. 36° Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

Fragoso, João L. R. Homens de Grossa Aventura. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1998.

Francisco José das Chagas, na morte, o seu pioneirismo, 2022.
https://primeirosnegros.com/francisco-jose-das-chagas-na-morte-o-seu-pioneirismo/ (acesso em 6/9/22).

Franco, Filipe, J.M.B. Aproximação Facial de Quatro Crânios da Coleção Osteológica Luís Lopes. Dissertação de Mestrado em Anatomia Artística. Universidade de Lisboa-Faculdade de Belas Artes, Especialização em Ilustração Científica. Lisboa, 2012.
https://core.ac.uk/download/pdf/12427892.pdf (acesso em 29/9/22).

Fundação Princesa Maria Amélia
https://www.fundacao-princesaamelia.pt/ (acesso em 10/12/21).

Geometri and modeling in ZBrush
http://docs.pixologic.com/user-guide/3d-modeling/modeling-basics/polygroups
https://codyburleson.com/blog/delete-hidden-geometry-in-zbrush (acesso em 6/9/22).

George, Robert M. – The Lateral Craniographic Method of Facial Reconstruction. Journal of Forensic Sciences. Chicago: Callaghan and Co. Vol. 32, N° 5, 1987, pp. 305-330.

Gomes, Igor C; Oliveira Neto, Leônidas; Freitas Júnior, Ismael F. Pontos Anatômicos. In: Ismael F. Freitas Júnior: Padronização de Medidas Antropométricas e Avaliação de Composição Corporal. São Paulo: Conselho Regional de Educação Física, 2018. pp 39-56.

Gomes, Laurentino. 1808. – Como Uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

Graham, Maria Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz Dona Leopoldina. E Cartas Anexas. 2ª ed. Tradução: Américo Jacobina Lacombe. Belo Horizonte: Editora Garnier, 2020.

Gröbing, Sigrid-M. Habsburgs Kaiserinnen.Wien: Ueberreuter, 2018.

Grundschule am Dom-Pedro-Platz, München
https://dom-pedro.musin.de/index.php/schulhaus/geschichte (acesso em 2/7/21);
https://dom-pedro.musin.de/index.php/schulhaus/wer-war-dom-pedro (acesso em 2/7/21).

Herrera, Lara, M. Reconstrução facial forense: comparação entre tabelas de espessura de tecidos moles faciais. Dissertação de Mestrado apresentado à Faculdade de Odontologia da USP, São Paulo, 2015.

Herson, Bella Cristãos-Novos e seus descendentes na medicina brasileira, 1550-1850.2ed. São Paulo, EDUSP, 2003.

Huumonen S, Sipila K, Haikola B, Tapio M, Soderholm AL, Remes-Lyly T, Raustia, A.M. Influence of edentulousness on gonial angle, ramus and condylar height. J Oral RehabiI. 2010.

Jesus, Walace. Jornal da USP, 2021. Cerca de 63 mil pessoas desapareceram no último ano no Brasil. Como reagem as famílias?
https://jornal.usp.br/atualidades/cerca-de-63-mil-pessoas-desapareceram-no-ultimo-ano-no-brasil-como-reagem-as-familias/ (acesso em 30/10/22).

Jornal da USP- Dados da OMS mostram que o Brasil é um dos países com maior incidência de tuberculose no mundo. Publicação: 8/4/22.
https://jornal.usp.br/atualidades/dados-da-oms-mostram-que-o-brasil-e-o-segundo-pais-no-mundo-em-mortes-por-tuberculose/ (acesso em 12/11/22).

Júnior Gomes, Guilherme S. Viver de Arte entre o Brasil e a Europa: O "Esquema Pedro Américo". Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2019.
https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/XCJ5sfzh4TZKkcHbqLpsSyP/?lang=pt (Acesso em 18/2/22).

Júnior, Caio Prado. Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia. 6ªed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

Kaisermann, John; Pawlowsk, Milos; Mendel, Yavor. História da Medicina. Trad. CSB Equipment. Cambridge Stanford Books, 2019.
https://books.google.com.br/books?id=jB_NDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=fals (acesso em 01/02/2020).

Kann, Bettina; Lima, Patrícia S. D. Leopoldina. Cartas de Uma Imperatriz. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

Karnal, Leandro. O Coração das Coisas. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

Kent, P. Michael (S.A.R). Coroadas em terras distantes: triunfo, tragédias, paixão, poder na vida de oito princesas europeias. Tradução de Maria João Batalha Reis. São Paulo: Ambientes & Costumes, 2011.

Klales, Alexandra. R.; Ousley, Stephan D.; Vollner, J.M. A reviewed method official sexing the human innominate using Phenice's nonmetric statistical methods. American Journal of Physical Anthropology, 34: 104-114, 2002.

Koch, Scheila, R. Asclépio, o deus-herói da cura: seu culto e seus templos. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo, 2011, Suplemento 12:51-55.

Krogman, Wilton M. The Human Skeleton In Forensic Medicine. First ed. Springfield: Charles C. Thomas Publisher, 1978.

Krogman, Wilton M; Íscan, Mehmet Y. The Human Skeleton In Forensic Medicine. Second ed. Springfield: Charles C. Thomas Publisher, 1986.

Kwon, Min.S; Oh, Sang.Y; Cho; Sum.A. Two-body wear comparison of zirconia crown, gold crown, and enamel against zirconia. J Mech Behav Biomed Mater. 2015; 47:21-8 https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25837341/ (acesso em 2/4/22).

Lawson, Nathaniel.C; Bansal, Ritika.; Burgess, John.,O. Desgaste, resistência, módulo e dureza de materiais restauradores CAD/CAM, 2016.
https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27639808/ (acesso em 15/4/22).

Le Goff, Jacques. História e Memória. Campinas, Editora da Unicamp, 1990.

Le Goff, Jacques. São Luís. Biografia. Trad. Marcos de Castro. Rio de Janeiro, Editora Record, 1999.

Le Goff; TRUONG, Nicolas. História do Corpo na Idade Média. Rio de Janeiro, Editora Record, 2006.

Lima, Francisco de A de. A Batalha. O Reconhecimento. Campo Maior: Editora Gráfica Modelo Ltda, 2009.

Lima, M.O. O Império Brasileiro 1822-1889. Barueri: Faro Editorial, 2021.

Linhares, Maria Yedda L.; Silva, Francisco C. T. da. História da Agricultura Brasileira. Combates e Controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Lisboa, Karen M. A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820). São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

Luccock. John. Notas Sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil: tomadas durante uma estada de dez anos neste país, 1808/1818. São Paulo: Martins, 1951.
Lustosa, Isabel. D. Pedro I. Um herói sem nenhum caráter. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Lyons, Albert; Petrucelly, R. Joseph. Medicine: Na Illustrated History. Harry N. Abrams Inc., Publishers, New York, 1987.

Magne, Pascal; Schlichting, Luís., H; Maia, Hamailton, P.; Baratieri, Luiz,N. In vitro fatigue resistance of CAD/CAM composite resin and ceramic posterior occlusal veneers. J Prosthet Dent. 2010;104(3):149-57.

Marinho, Maria Gabriela S.M.C; Mota, André. Da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo: Conjunturas e Contextos. Vols I e II, USP, São Paulo, 2012.

Mauriceau, François. Traité des Maladies des Femmes Grosses et de Celles Qui Sont Accouchées. 4ªed. Paris: Chez Laurent d' Houry, 1694.

McGuigan, Dorothy G. Familie Habsburg 1273-1918. München: Ulltein, 2007.

Menezes, Raimundo. Testemunhas Oculares do Grito do Ipiranga. São Paulo: Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, nº71, 1973, pp.411-424.

Milani, Chantal; Capussotto, Valter; Guaschino, Michele; Mombello, Domenico; Cocuzza, Matteo; Pirirri, Cândido; Panattoni, Gian L.; Lambiase, Simonetta; Gruppioni, Giorgio. A hyper-realistic method for facial approximation: the case of the Italian humanist Angelo Poliziano, 2015.
https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25806538/ (acesso em 22/8/22).

Miybara, Elen H. (Profa.). Músculos da Cabeça e Pescoço. Instituto de Ciências Biológicas da USP. Departamento de Anatomia, 2016.
https://www.academia.edu/38975071/M%C3%BAsculos_da_Cabe%C3%A7a_e_Pesco%C3%A7o acesso em 17/9/22).

Molina, Bárbara; Lopes, Ester R do C; Trimer, Isabella R; Pitta, Manoela G; Modesto, Jacqueline S. Doença Arterial Coronariana (DAC) no Brasil: epidemiologia, causas e consequências, tratamento e adaptações fisiológicas cardiovasculares e sistêmicas esperadas. Trabalho apresentado à FMRP-USP, disciplina de Fisioterapia em Cardiologia. Ribeirão Preto, 2020.

Moore, Keith L. Anatomia Orientada para Clínica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

Moraes, Alexandre J de M. História do Brasil-Reino e Brasil Império. Rio de Janeiro:TYP.De Pinheiro, 1871.

Moritsugui, Deisy S. Reconstrução facial forense: estudo da espessura facial por meio de tomografias computadorizadas e feixe cônico em brasileiros. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Odontologia USP. São Paulo, 2021.

Mota, André. Tropeços da Medicina Bandeirante. Medicina Paulista entre 1892-1920. EDUSP, São Paulo, 2005.

Moura, Fagner R. do N. Hospital Militar de Área de São Paulo. 100 Anos a Serviço do Brasil. São Paulo: HMASP, 2020.

Museu da Cidade de São Paulo
https://www.museudacidade.prefeitura.sp.gov.br/sobre-mcsp/capela-imperial-monumento-a-independencia/ acesso em 26/11/21.

Nascimento, Eduardo de J. M. A Capela Imperial de São Paulo. Separata da Revista do Arquivo Nº CLXXV. Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria da Educação e Cultura-Divisão de Arquivo Histórico [s.d].

Netter, Frank H. Atlas of Human Anatomy. (7th. ed). Philadelphia: Sauders, 2019.

Neves, Lucia M.B.P. D. Leopoldina: uma princesa entre as ciências e a política na Corte do Rio de Janeiro (1817-1826). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2016, pp 70-84.

Nogueira, Adeilson. Guerras Napoleônicas. Santa Catarina: Editora Clube dos Autores, 2020.

Novais, Fernado A. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). 5ª ed. São Paulo. Editora HUSITEC, 1989.

Oberacker Jr, Carlos H. A imperatriz Leopoldina: sua vida e sua época. Ensaio de uma biografia. Rio de Janeiro: IHGB; Conselho Federal de Cultura, 1973.

Oliveira, Cecilia H.de S. Vista do O espetáculo do Ipiranga: reflexões preliminares sobre o imaginário da Independência (usp.br) (acesso em 3/5/22).

OPAS e OMS-Mortes e doenças por tuberculose aumentam durante a pandemia da Covid-19. Publicação: 27/10/22.
https://www.paho.org/pt/noticias/27-10-2022-mortes-e-doencas-por-tuberculose-aumentaram-durante-pandemia-da-covid-19 (acesso em 12/11/22).

Orser, Charles E. Introdução à Arqueologia Histórica. Trad. Pedro P. A. Funari. Belo Horizonte: Editora Oficina dos Livros, 1992.

Osborne-Smith KL, Burke FJ, Wilson NH. The aetiology of the non-carious cervical lesion. Int Dent J. 1999;49(3):139-43
https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/10858746/ (acesso em 20/4/22).

Pimenta, João P. Independência do Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2022.

Pimentel, Alberto. A Corte de D. Pedro IV. 2ª ed. Lisboa: Editora Guimarães & C, 1914.

PISA/FMUSP
https://www.premium.fm.usp.br/index.php?mpg=11.62.00&lab=PISA&equipo=59 acesso em 25/6/22.

Ramirez, Ezekiel S. As Relações entre Áustria e o Brasil 1815-1889. Trad. Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

Rangel, Alberto. D. Pedro I e a Marqueza de Santos. Á vista de cartas intimas e de outros documentos públicos e particulares. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1916.

Real Conservatório de Nossa Senhora dos Inocentes de Santarém-Arquivo Digital de Santarém https://digitarq.adstr.arquivos.pt/ (acesso 21/10/22).

Reich-Ham, Claudia. A imperatriz Leopoldina e sua importância para o Brasil, 2007.
https://www.bmeia.gv.at/fileadmin/user_upload/Vertretungen/Brasilia/Dokumente/A_imperatriz_Leopoldina_e_sua_importancia_para_o_Brasil.pdf (acesso em 3/9/20).

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Trasladação dos restos mortais da Imperatriz Leopoldina, em 12 de outubro de 1954, para o Panteão do Ipiranga e comemoração

do acontecimento com a criação e outorga da Medalha Cultural Imperatriz Leopoldina em 5 de novembro de 1955.Vol. LV. São Paulo: Gráfica Canton Ltda, 1959, pp. 239-265.

Salgado, César. A Guarda de Honra do Príncipe D. Pedro. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, nº 71. São Paulo, 1973, pp 579-590.

Sanmartini, Giulio. Casa de Bragança – Casa de Habsburgo: origem da família Imperial do Brasil. Rio de Janeiro: Artpress, 1998.

Santos, Eliseu de A (Soldado PM). Ismael Torres Guilherme Cristiano. Revista Força Policial, n.44, São Paulo, Polícia Militar do Estado de São Paulo, 2004, pp. 01-05.

Santos, Eugénio. D. Pedro IV. Liberdade, Paixões, Honra. Portugal: 2006.

Santos Filho, Lycurgo. História Geral da Medicina Brasileira. 2ª ed. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1991, vols.I-II.

Schimidt, Maria J. A Segunda Imperatriz do Brasil (Amelia de Leuchtenberg). São Paulo: Companhia Melhoramentos de S. Paulo, 1927.

SEÇÃO N.13 A 2 DE SETEMBRO DE 1822
http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS1-Conselho_dos_Procuradores_Gerais_das_Provincias_do_Brasil_1822-1823.pdf página 52 (acesso em 28/11/2021).

Silva, Antônio P.N; Dinis, Pollyana R; Costa, Poliana F.F. da; Galvão Pauliana V.M; LUNA, Valda L.M; Conrado, George, A.M. Sepse puerperal uma revisão integrativa, 2021. https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/17374 (acesso em 10/11/22).

Silva, Alberto da C.e. As marcas do período. In: Lilia M. Schwarcz (dir). Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010: Crise Colonial e independência, 1808-1830. Rio de Janeiro: Objetiva, vol 1, 2014.

Silva, Jorge M.M. (Capitão-de-Fragata). Um marinheiro com visão conjunta – A influência de Charles Napier no desfecho da Guerra Civil de 1828-1834, 2017. https://www.revistamilitar.pt/artigo/1233#sdfootnote2sym (acesso 31/01/2022).

Silva, José Bonifácio de A e (1825) https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518681/000022940.pdf?sequence=7&isAllowed=y) (acesso 12/10/21).

SLEMIAN, Andréa; PIMENTA, João Paulo G. A Corte e o Mundo: uma história do ano em que a família real portuguesa chegou ao Brasil. São Paulo: Alameda, 2008.

Sociedade Brasileira de Patologia: Três mil anos de estudo: a história da patologia, 2016. https://www.sbp.org.br/tres-mil-anos-de-estudo-a-historia-da-patologia/ (acesso em 22/10/22.

Sousa, Otávio T de. A vida de D. Pedro I. Rio de Janeiro: José Olympio, vols. 1 e 2 1972.

Spix, Johann B.v.; Martius, Carl F. P.von. Viagem pelo Brasil. Rio de Janeiro: IHGB; Imprensa Nacional, vol.4, 1938.

Sposito, Fernanda. Povos Indígenas na Independência. In: João Paulo Pimenta: E deixou de ser colônia. Uma história da Independência do Brasil. São Paulo: Editora Almedina Brasil, 2022. pp:217-250.

Stephan, Carl N. – Position of superciliarei in relation to the lateral iris: testing a suggested facial approximation guideline. Forensic Science International: Elsevier. Vol. 130, N° 1 (2002) pp. 29-33.

Stephan, Carl N.; Murphy, S. J. – Mouth Width Prediction in Craniofacial Identification: Cadaver Tests of Four Recent Methods, Including Two Techniques for Edentulous Skulls. The Journal of Forensic Odonto-stomatology. Adelaide: Journal of Forensic Odonto-stomatology. Vol. 26, N° 1 (2008) p. 2-7.

Stephan, Carl N; Simpson, Ellie K. Facial soft tissue dephs in craniofacial identification (part1 and 2): Na analytical review of the published adult data. National Library of Medicine, 2008. https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/18783476/ (último acesso em 12/9/22). https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/18783475/ (último acesso em 12/9/22).

Stephan, Carl N. The human masseter muscle and its biological correlates: A review of published data pertinente to face prediction. Forensic Science International: Elsevier. vol. 201, Nº 1-3 (2010) pp. 153-159.

Stephan, Carl N. CRANIOFACIAL identification.
[S.L.], 2012, http://www.craniofacialidentification.com (acesso em 22/8/22).

Stephan, Carl N. Facial Approximation and Craniofacial Superimposition. Enciclopedia of Global Archaeology, 2014 (acesso em 25/8/22).

Stephan, Carl N; CAPLE Jodi M.; GUYOMARC'H, Pierre & CLARES, Peter. Na overview of the latest developments in facial Imaging. Forensic Sciences Research, 2018 https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/20961790.2018.1519892?needAccess=true (acesso em 24/8/22).

Straube, Johan F.C. Natterer (1787-1843): naturalista-maior do Brasil. São Paulo: Revista Nattereria v.1, 1996, pp.4-11.

Tapajós, Ricardo; Rios, Izabel C.; Mota, André. Arte e Medicina: Interfaces de uma Profissão. São Paulo: Museu Histórico Carlos Lacaz, 2010.

Taunay, Affonso d'E. O Ypiranga em 1822. In: Guia da Sessão Histórica do Museu Paulista. São Paulo: Imprensa Oficial, 1937, pp. 7-10.

Taunay, Affonso d'E. História da Cidade de São Paulo. Brasilia: Edições do Senado Federal, vol.23, 2004.

Taylor, Karen T. Forensic Art and Illustration. Boca Raton: CRC Press, 2001.

Tedeschi-Oliveira, Silvia V. Reconstrução facial forense: projeção nasal. Tese de Doutorado apresentado à Faculdade de Odontologia da USP, São Paulo, 2010.

Tedeschi-Oliveira SV, Beaini TL, Melani RFH. Forensic facial reconstruction: Nasal projection in Brazilian adults. Forensic Sci Int. 2016; 266: 123–9

Ten Cate JM. Current concepts on the theories of the mechanism of action of fluoride. Acta Odontol Scand. 1999;57(6):325-9.
https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/10777135/ (acesso em 19/4/22).

Ten Cate JM. Fluorides in caries prevention and control: empiricism or science. Caries Res. 2004;38(3):254-7, (acesso em 18/4/22).

Trepach, Rodrigo. 1824. Como os alemães vieram parar no Brasil, criaram as primeiras colônias, participaram do surgimento da igreja protestante e de um plano para assassinar D. Pedro I. São Paulo, Editora Leya, 2019.

Trigueiros, António P. Observações Sobre as Insígnias Honoríficas Exumadas dos Restos Mortais do Senhor D. Pedro Duque de Bragança e Primeiro Imperador do Brasil. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 2013, pp 25-46

Torres, Lygia Lemos. Imperatriz D. Amélia. São Paulo: Elvino Pocai, 1947.

Ubelacker, Douglas H. Cranial photographic superimposition. In C.H. Wech (ed). Forensic Sciences. New York: Mattheuw Bender, 2002. pp.2-28.

Uchôa, Dorath P. Arqueologia de Piaçagüera e Tenório. Análise de Dois Sítios Pré-Cerâmicos do Litoral Paulista. SAB Sociedade de Arqueologia Brasileira, Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (MAE/USP). Brasil, 2007.

Ullrich, H; Stephan Carl N; MIKHAIL MIKHAYLOVICH GERASIMOV'S AUTHENTIC APPROACH TO PLASTIC FACIALRECONSTRUCTION
https://www.researchgate.net/publication/306067138_Mikhail_Mikhaylovich_Gerasimov%27s_Authentic_Approach_to_Plastic_Facial_Reconstruction, 2016 (acesso em 25/9/22).

Vanzolini, Paulo E. As viagens de Johann Natterer no Brasil. Papéis Avulsos de Zoologia, vol.38, n.3, 1993, pp. 17-60.

Varnhagen, Francisco A. História Geral do Brasil antes de sua separação e Independência de Portugal. Rio de Janeiro: LAEMMERT, 1854.

Ventura, António; Lyra, Maria de Lourdes V. Carlota Joaquina e Leopoldina de Habsburgo. Rainhas de Portugal no Novo Mundo. Lisboa: Temas e Debates, 2019.

Watanabe K. The relationship between dentofacial morphology and the isometric jaw- opening and closing muscle function as evaluated by electromyography. J Oral Rehabil. 2000;27(7):639-45.

Westin, Ricardo. Antes da versão atual, letra do Hino Nacional bajulava Pedro II.

https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/antes-da-versao-atual-letra-do-hino-nacional-bajulava-pedro-i (acesso em 30/01/2022).

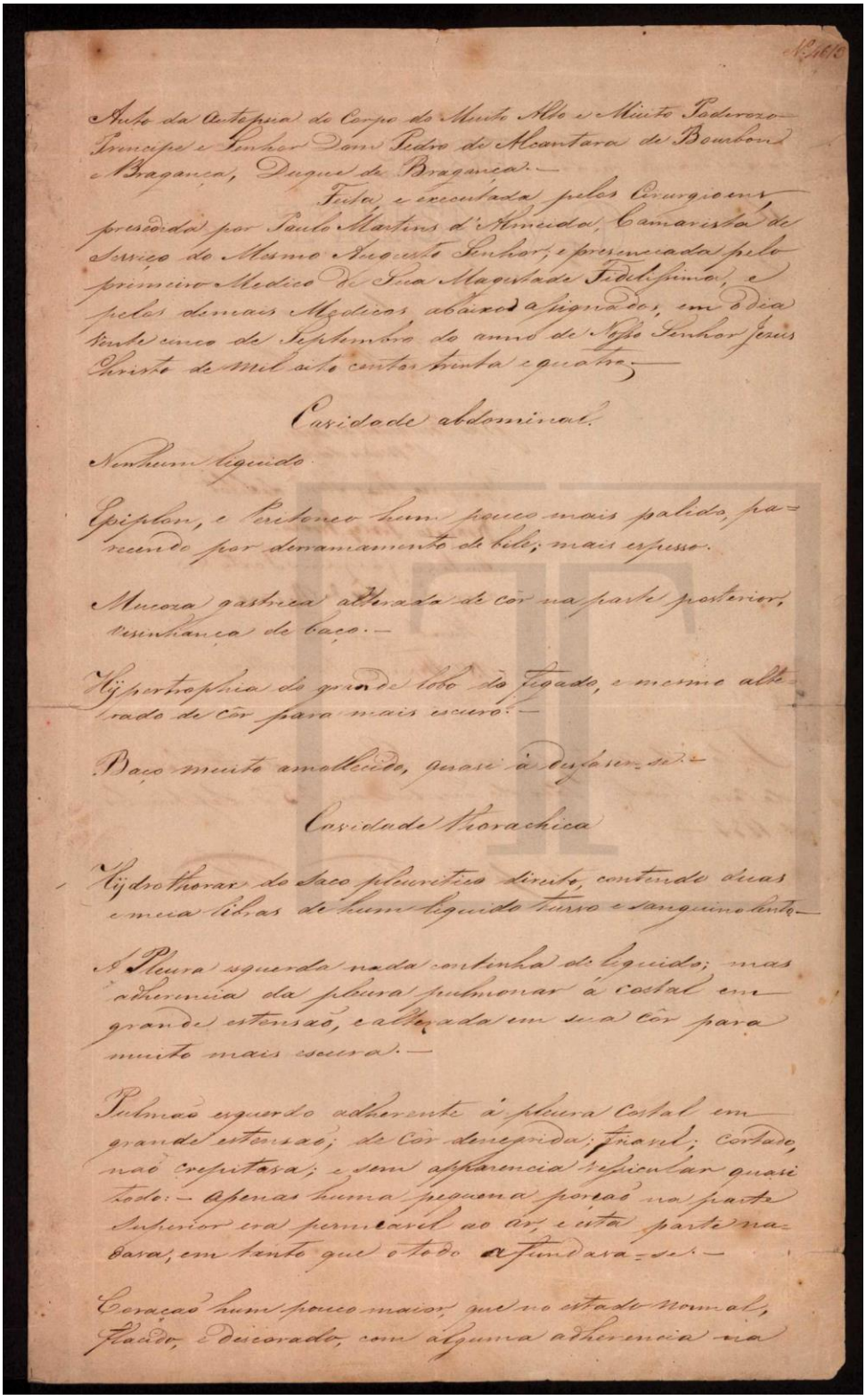
White, Tim D.; Folkens, Pieter A. The Human Bone Manual. London: Elsevier, 2005.

Zarins, Uldis. Anatomy of Facial Expressions. USA: Anatomy4Sculptors, 2017.

Zarin, Uldis. Form of the Head and Neak, USA: Anatomy4Sculptors, 2021.

10 ANEXO I

10.1 AUTOS DA AUTOPSIA DO CORPO DE D. PEDRO DE ALCÂNTARA, DUQUE DE BRAGANÇA



Auto da Autopsia do Corpo do Muito Alto e Muito Poderoso Principe e Senhor Dom Pedro de Alcantara de Bourbon Bragança, Duque de Bragança.—

Feita, e executada pelos Cirurgiões presidida por Paulo Martins d'Almeida, Camarista de Serviço do Mesmo Augusto Senhor, e presenciada pelo primeiro Medico de Sua Magestade Fidelissima, e pelas demais Medicos abaixo assignados, em o dia trinta e cinco de Septembro do anno de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos trinta e quatro.—

Cavidade abdominal.

Nenhum liquido.

Epiplon, e Intestinos hum pouco mais palidos, parecendo por derramamento de bilis; mais espesso.

Mucoza gastrica alterada de côr na parte posterior, semelhança de baço.—

Hypertrophia do grande lobo do figado, e mesmo alterado de côr para mais escuro.—

Baço muito amolecido, quasi a desfazer-se.—

Cavidade Thoracica

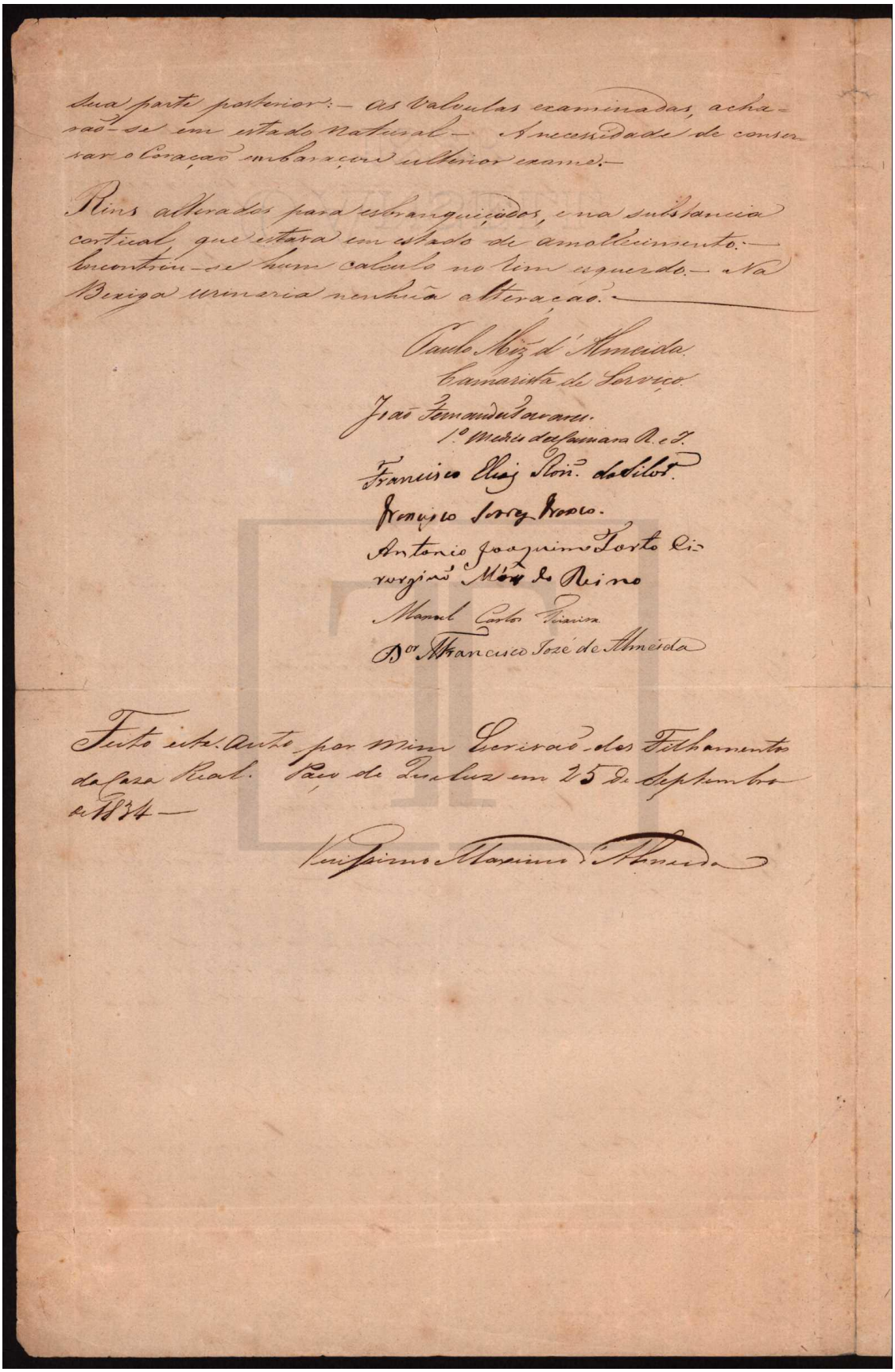
Hydrothorax do saco pleuritico direito, contendo duas emeia libras de hum liquido turvo e sanguinolento.—

A Pleura esquerda nada continha de liquido; mas adherencia da pleura pulmonar á costal em grande estensão, e alterada em sua côr para muito mais escura.—

Pulmão esquerdo adherente á pleura Costal em grande estensão; de côr denegrida; friavel; cortado, não crepitava; e sem apparencia lobular quasi todo.— Apenas huma pequena porção na parte superior era permeavel ao ar e esta parte na base, em tanto que todo o fundo assa-se.—

Coração hum pouco maior, que no estado normal, flacido, e descorado, com alguma adherencia na

FONTE: Arquivo da Torre do Tombo: PT-TT-GAV-16-3-12



sua parte posterior: — As Valvulas examinadas, acharão-se em estado natural — A necessidade de conservar o Coração embaraçou ulterior exame.

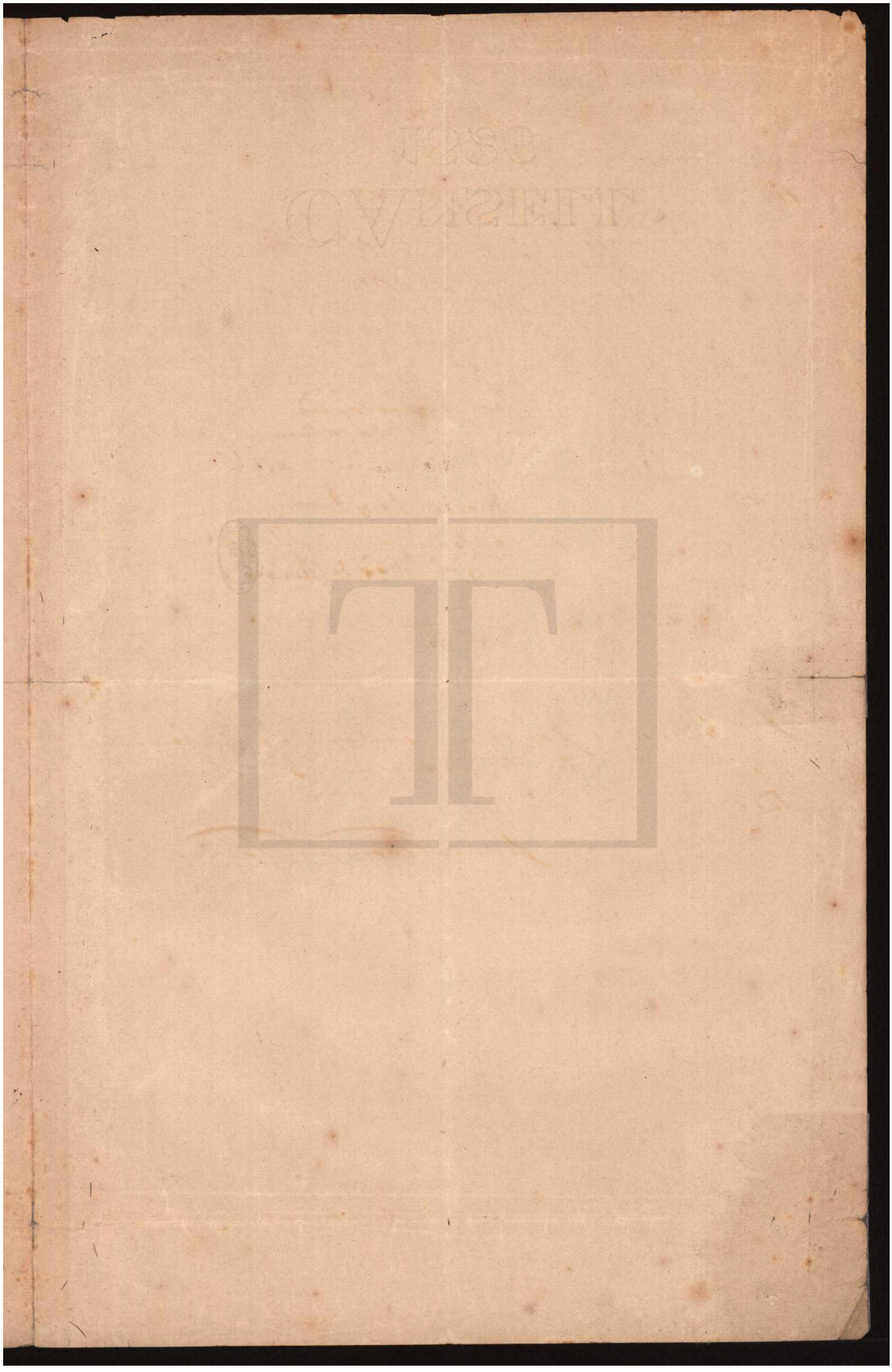
Rins alterados para esbranquiçados, e na substancia cortical, que estava em estado de amollecimento. — Encontrou-se hum calculo no lim esquerdo. — Na Bexiga urinaria nenhuã alteraçaõ. ——

Caetano Maz d'Almeida.
Cirurgião de Serviço.
João Fernandes Tavares.
1º Medico da Camara R. e P.
Francisco Luiz Soares. Substituto.
Francisco Soares Franco.
Antonio Joaquim Forte Cirurgião Mór do Reino
Manuel Carlos Piaiva
Dor. Francisco José de Almeida

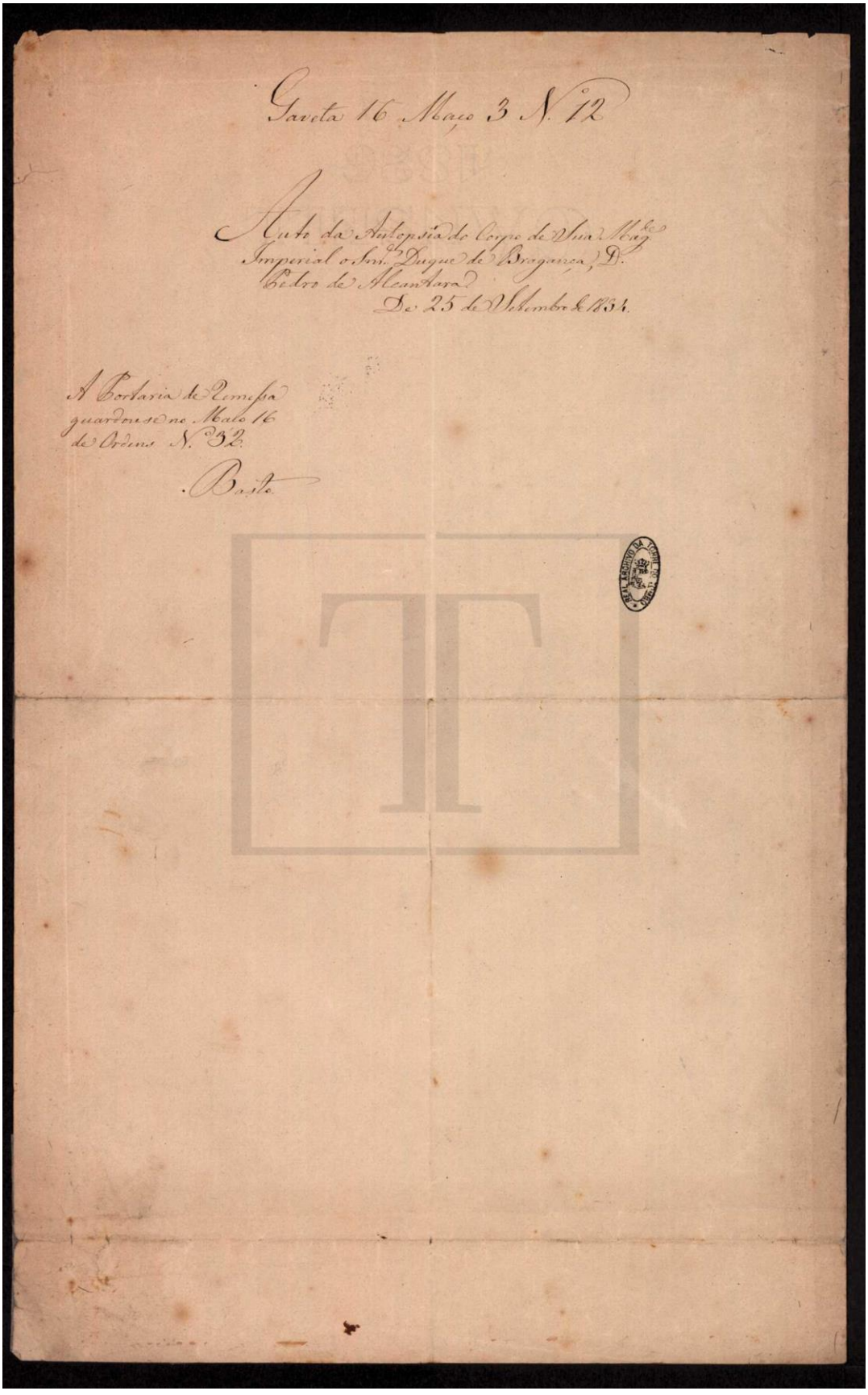
Feito este Auto por mim Escrivaõ dos Estabelecimentos da Casa Real. Paço de Queluz em 25 de Septembro de 1834 —

Venancio Maximo d'Almeida

FONTE: Arquivo da Torre do Tombo: PT-TT-GAV-16-3-12



FONTE: Arquivo da Torre do Tombo: PT-TT-GAV-16-3-12



Gaveta 16 Maço 3 N.º 12

Auto da Autopsia do corpo de Sua Mag.de Imperial o Snr. Duque de Bragança, D. Pedro de Alcantara
De 25 de Setembro de 1834.

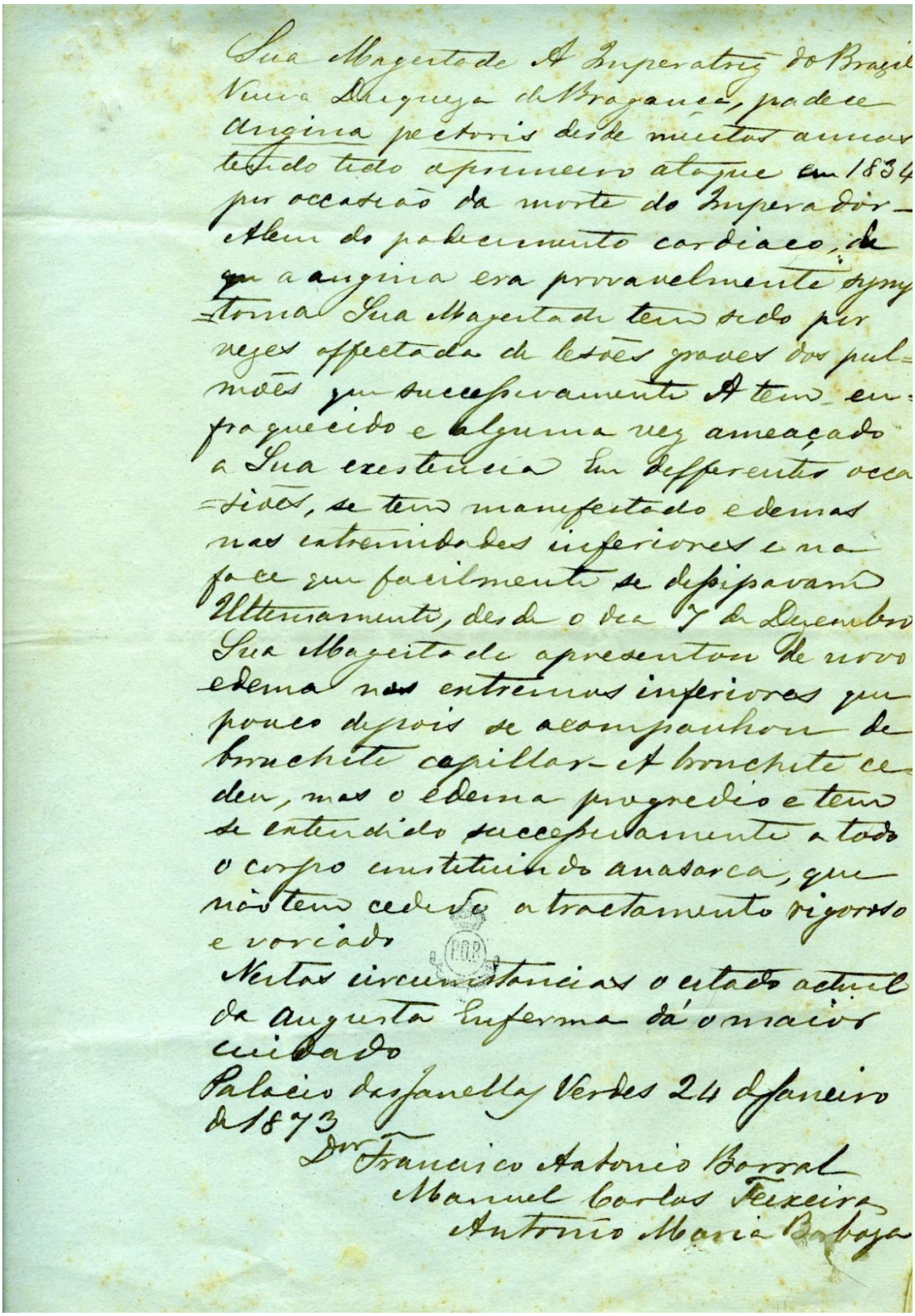
A Portaria de Remessa guardou-se no Maço 16 de Ordens N. 32.

Baste.

FONTE: Arquivo da Torre do Tombo: PT-TT-GAV-16-3-12

11 ANEXO II

11.1 CARTA DOS MÉDICOS DE D. AMÉLIA AO IMPERADOR D. PEDRO II, 24/01/1873



Sua Magestade a Imperatriz do Brazil
Viuva Duqueza de Bragança, padece
angina pectoris desde muitos annos
tendo tido o primeiro ataque em 1834
por occasião da morte do Imperador
Alem do padecimento cardiaco, de
que a angina era provavelmente symp
toma Sua Magestade tem sido por
vezes affectada de lesões graves dos pul=
mões que successivamente a tem en=
fraquecido e algumas vez ameaçado
a Sua existencia em differentes occa
=siões, se tem manifestado edemas
nas extremidades inferiores e na
face que facilmente se dissipavam
Ultimamente, desde o dia 7 de Dezembro
Sua Magestade apresentou de novo
edema nas extremos inferiores que
pouco depois se acompanhou de
bronchite capillar - a bronchite ce
deu, mas o edema progredio e tem
se estendido successivamente a todo
o corpo constituindo uma anasarca, que
não tem cedido a tratamento rigoroso
e variado
Nestas circumstancias o estado actual
da augusta Enferma dá o mais
cuidado
Palacio das Janellas Verdes 24 de Janeiro
de 1873
Dr Francisco Antonio Borsal
Manuel Carlos Teixeira
Antonio Maria Barbosa

FONTE: Museu Imperial/IBRAM-cod:Maço206-DOC9382 (DO2)

12 ANEXO III

12.1 INFORMATIVO DA MORTE E TESTAMENTO DA IMPERATRIZ D. AMÉLIA – 28 DE JANEIRO DE 1873

DIARIO ILLUSTRADO

SEGUNDO ANNO | ASSIGNATURA EM LISBOA: 1 mez ..... 300 réis; 3 mezes ..... 900; Avulso ..... 10. Annuncios, linha, 20 rs. Publicações no corpo do jornal, por linha, 60 rs. | LISBOA — TERÇA FEIRA 28 DE JANEIRO DE 1873 | ASSIGNATURA NA PROVINCIA: 1 mez ..... 360 réis; 3 mezes ..... 1$000 réis. A correspondencia sobre administração a LOBEIRA QUEIROZ, calçada do Combro, 10, 1.º. | NUMERO — 207

Sua Magestade a Imperatriz

O pallido archanjo da morte adejou de novo em torno da familia real portugueza, e foi prostrar mais uma victima illustre, que de ha muito, no leito da dôr, aguardava, serena e resignada, o momento solemne em que o seu puro espirito, desprendido do involucro terrestre, voasse á etherea mansão de gloria, a receber a recompensa do martyrio que lhe pungira a existencia, cerrada de todos os esplendores da opulencia e do fastigio imperial, torturada por todas as angustias que podem ferir o coração virtuoso e sensivel de mulher!

Como aquella nobre senhora, encerrada na clausura voluntaria do seu palacio, com a solidão anuviada no espirito, tendo só por companheiras das suas longas horas de vigilia e de soffrimento as recordações do passado, olhario com um sentir—que se poderia chamar de inveja, se a inveja coubesse em alma tão nobre,—a sorte feliz da mais obscura filha do povo, a quem entre as fadigas que a miseria impõe sorria-se puro o affecto conjugal, a quem a mão carriciosa de uma filha estremecida enxugasse com filial piedade o diadema augusto do suor do trabalho, ou as lagrimas verti das por passageira afflicção.

E ella! ella, que cingia a corôa imperial, ella a que a fortuna caprichosa prodigalisara a riqueza, como insultante escarneo á sua dôr, ella que sentia no coração os dóces effluvios de virtude, ella, a imperatriz, sem poder comprar, a troco de toda a sua opulencia inutil, a troco de toda a sua grandeza desdenhada, a troco de todos os sacrificios de sua existencia, os ductissimos gosos do lar domestico, o mutuar de affeições com o esposo estremecido a rever as encantamentos da sua passada juventude na fresca e promettedora juventude de um ente querido que lhe devesse a vida, que sorriasse com o seu sorriso, cujo coração pulsasse unisono com o seu, que fôsse a luz dos seus olhos, o alvo dos seus desvelos, a fada branca dos seus sonhos, a companheira adorada da sua existencia, a vida da sua vida, o sol das lôres do seu affecto, o celeste orvalho da viuvez dos seus descoroçoados, o seu anjo bom, o idolo da sua adoração, o objecto do seu culto, o enlevo amplido seu materno amor!

E todavia parece que a sina mais propicia sorrira ao berço d'esta nobre e virtuosa senhora! Nascida a 31 de junho 1812, a sr.ª D. Amelia Augusta Eugenia Napoleão, filha do Eugenio de Beauharnais, duque de Leichtemberg e principe de Eichstædt, e da princeza Augusta Amelia, da real casa da Baviera, ligava-se pelos indissoluveis laços do matrimonio, na tenra edade de dezesete annos apenas completos, em 2 de agosto 1829, com o imperador do Brazil, D. Pedro I, que na serie dos reis de Portugal fôra o quarto d'este nome, e que enviuvara da sua primeira consorte, a archiduqueza de Austria, a sr.ª D. Leopoldina.

Largos horisontes de ventura pareciam abrir-se em fulgidos risos aos conjuges imperiaes; elle na mais robusta virilidade, ella na gentil primavera da vida, que enflorava todos os encantos da belleza, todas as seducções da formosura, todos os attractivos de um caracter sem macula!

A bençam do ceu parecera haver descido sobre aquelle enlace, em que as ternuras do amor reciproco cimentavam a união conjugal, em que a alegria do santuario domestico não era das menores venturas do ditoso par!

Mas não devera ser de larga doração aquelle enlevo de duas almas, onde se albergavam os mais nobres e generosos sentimentos! A guerra civil, o monstro horrendo, que só de lagrimas e de sangue de irmãos por irmãos verti-lo se alimenta, começava já a afiar as garras na Europa; e a noiva imperial, partindo para o Brazil com sua augusta enteada, a sr.ª D. Maria da Gloria, que foi rainha de Portugal, se era a mensageira da boa nova dos primeiros e gloriosos feitos praticados em prol da causa da liberdade pelo heroe que ligou o seu nome ao dos invenciveis penedios da ilha Terceira, não podia dissimular, entre as alegrias de tal noticia, que a luta implacavel, carecendo da presença do seu augusto esposo, para com a sua bravura animar os bravos que defendiam tão santa causa, lh'o roubaria em breve para o lançar inexoravelmente nos perigos da campanha, onde elle, sob o modesto titulo do duque de Bragança, deveria cingir de aureola de immortalidade o seu nome venerando, e legar aos posteros a immarcessivel memoria das suas proezas!

Não era porém só no ceu sereno e formoso de Portugal que deviam arastellar-se as nuvens da adversidade! Nas plagas ridentes do Santa Cruz, sob aquelle ceu abrazado, no meio d'aquella vegetação luxuriante, d'aquelle solo virgem da America meridional, devera erguer-se tambem implacavel o espectro da desventura!

A 7 abril 1831 abdicara D. Pedro a corôa do Brasil, e, descendo os degraus do throno com a fronte serena e com o coração a trasbordar de enciedade pela sorte do filho que tão joven deixava, só, e entregue aos halcões traiçoeiros da politica, o imperador via a seu lado, estatua formosa da resignação, a abrigal-o sob as candidas azas do seu affecto, a confortal-o no desalento de tão cruel decepção, a apontar-lhe para a gloria com sumo verosil e para o ceu com espirito religioso, a dedicada consorte, que por tão pouco tempo quinhoára com elle os fructos do throno, e que, deposta a resplendente corôa imperial, ia cingir com elle tambem a corôa mais gloriosa do soffrimento.

A 10 de janeiro diziam os augustos fôrgidos eterno adeus ás plagas adustas da terra conquistada para a gloria portugueza por Pedro Alvares Cabral, e a 31 de julho seguinte aportavam a França, a bordo da corveta ingleza *Volage*.

N'essa terra de exilio devia sorrir-lhes porém uma grande felicidade! No 1.º de dezembro d'esse mesmo anno, n'esse dia tão querido e festejado pelos portuguezes, n'esse dia que recorda a gloriosa emancipação de um povo que as algemas de sessenta annos não poderam nunca subjugar, a que a longa e traiçoeira escravidão não conseguira apagar o sentimento de nacionalidade e de independencia, n'esse dia de jubilos, nascia a formosa princeza D. Maria Amelia, unico fructo do segundo consorcio do rei-soldado, d'aquelle que pela liberdade dos portuguezes vinha batalhar decidido, heroico, legando a gerações por vir o mais grandioso exemplo de civismo e abnegação. O nascimento d'aquella gentil princeza era um horoscopo; o seu dia natalicio era para os portuguezes um presagio de que a breve findar a sua escravidão, não do estranho dominio, mas da tyrannia, que, sob as cores da bandeira nacional, se installara no throno.

Os deveres do amor da patria chamavam o duque de Bragança ás muralhas invenciveis da Terceira; e então começava a viuvez d'alma da augusta princeza, que só achava lenitivo ás suas mogoas nas doces e maternaes caricias com que affagava o fructo abençoado d'aquelle amor. Da Terceira partio o imperador n'essa arrojada expedição, que devia desembarcar nas praias do Mindello e firmar sobre o torrão portuguez do continente o pendão da liberdade!

Quantas angustias e sobresaltos não pungiriam o coração solicito da esposa, entre as noticias das rudes batalhas travadas n'esses dois annos, que com tanto e tão generoso sangue portuguez deviam regar e tornar frondosa a arvore da liberdade! Com que alegria não receberia a virtuosa senhora a noticia levada pelo marquez, hoje duque de Loulé, de que a entrada do duque da Terceira em Lisboa, em 24 de julho 1833, lhe abria emfim as portas de uma nova patria, patria, que a adoptara já, como mãe estremecida, como companheira querida do valente, que lhe dera a liberdade! Em companhia da joven rainha dos portuguezes, D. Maria II, partira a imperatriz a bordo do vapor inglez *Nobo*, entrando a barra de Lisboa a 22 de setembro, e desembarcando no dia immediato, no meio de grande enthusiasmo e regosijos publicos.

A noção das lidas de Lisboa e depois as batalhas de Almoster e de Asseiceira tinham por epilogo a convenção d'Evora-Monte, em maio 1834, e asseguravam completa a victoria da causa da rainha constitucional; e com ella parecia sorrir de novo a tranquillidade á augusta companheira do glorioso rei-soldado.

Não o quiz porém assim ainda o destino!

Entre amarguras, que lhe ralavam a existencia nos ocios da paz, nas atribulações do agitado governo de um povo que não sereneva ainda das commoções da grande lucta, adoecou o duque de Bragança, resignando a 19 de setembro o cargo de regente, que assumira na ilha Terceira e que lhe fôra confirmado pelas côrtes em 30 de agosto 1834. E a 24 de setembro, no palacio de Queluz, exhalava o derradeiro suspiro, an certa edade de 36 annos, quando a patria ainda filha a esperar tanto da sua audacioso iniciativa, o homem que elevára a si proprio um monumento nas paginas da historia patria, descendo de dois thronos, vendo duas realezas, queridas dos povos, firmadas em seus filhos, depois de haver conseguido levado a cabo a generosa idéa de conquistar a liberdade para Portugal.

Eis a joven imperatriz, contando apenas vinte dois annos de edade, e já tantos de attribulações, cingindo os crepes de viuvez que jámais despiu, como que mal significando as trevas em que, depois d'aquelle lamentavel successo, lhe ficara immersa a alma!

Estranha, como sempre, ás commoções da vida politica, alheia a toda a actividade que as ambições desenfreadas manifestavam, quasi indifferente a tudo quanto a cercava, só tinha uma idéa, um sentimento, um amor, um pharol e guial-a na vida. Era a sua unica filha, a sua companheira unica, o seu enlevo, a sua alegria, a sua esperança!

E essa veia a inexoravel mão de morte ceifar-lh'a em flôr, no alvorecer da juventude, em fevereiro 1853.

A morte de seu irmão, o principe Augusto Carlos, primeiro esposo da rainha D. Maria II, occorrida a 28 de março 1835; em 15 de novembro 1853 a d'esta virtuosa rainha, sua socia de exilio, sua filha adoptiva, sua companheira nas angustias, nos sobresaltos, nas esperanças e nas alegrias pelo exito da lucta; e do sempre querido monarcha D. Pedro V, em 11 de novembro 1861; e a dos augustos irmãos d'este, só conseguiram exultar mais e mais o coração generoso da malfadada filha de Eugenio de Beauharnais, só fizeram povoar de tristes recordações a existencia da soudosa viuva do duque de Bragança!

O golpe da perda de sua adorada filha prostrou-lhe totalmente os alentos, estorchecou-lhe o coração, lançou-a nos abysmos de uma eterna orphandade sem conforto, de uma solidão sem alegrias, em que só vinha acompanhal-a o phantasma querido do anjo que lhe vodra da terra a buscar guarida nas regiões ignotas do infinito!

Quando tantos cadaveres dos entes que lhe haviam sido mais queridos dormiam quedos e mudos no sarcophago dos reis, quando a morte, com a sua mão gelada, lhe expremera no coração o fel de tantas amarguras, quando o contacto glacial da campa lhe arrogelara por fio repetidas vezes os effluvios affectuosos do coração, a vida não lhe podia parecer mais do que um ermo ardo e ingrato, e a hora do passamento sorrir-lhe como porto hospitaleiro, onde encontrasse allim abrigo contra as impetuosas procellas da existencia!

Obi como se comprende bem, no espirito que vive de tan-

tas saudades, a necessidade da crença de uma vida de gloria e de repouso além do tumulo! Como seria atroz a existencia, se a esperança risonha de um momento em que o espirito immortal vôe, desprendido dos liames terrestres, a juntar-se nos ceus que no mundo se haviam extremecido, a não alentasse! Como a alma se prepara jubilosa e impaciente para estas nupcias sidereas perante o throno de Deus! Se é lá na vida futura desamparasse os que choram sobre os tumulos d'aquelles a quem sobreviveram, a vida seria um peso horrivel, uma attribulação infernal!

O corpo da imperatriz morrera ha muito. Aquella adoravel formosura, o frescor juvenil dos verdes annos, a vivacidade alegre da primavera, baixara lentamente ao sepulchro, que para si propria erigira na sua residencia imperial, sem fausto, sem grandeza, sem brilho, sem luz; a sua alma grandiosa, terna, meiga, rica de affectos, todos cortados de um golpe, sobreviveu aos destroços da enfermidade, da decrepitude precoce, que os longos quarenta annos de viuvez, os eternos quatrocentos oitenta mezes de solidão haviam lentamente preparado.

Indifferente a si mesma, só sabia interessar-se pelos alheios soffrimentos. Quanto balsamo derramava aquella mão generosa! Quanta caridade exerceu aquella alma bem-e-venturada! que dóces instantes de satisfação lhe viriam momentaneamente desanuvear as tristezas intimas, ao pensar que havia enxugado as lagrimas de uma infeliz, ella tão infeliz na sua vida!

E depois, que doces colloquios não estabeleceria aquelle animo saudoso da tranquillidade do fumulo com as espiritos invisiveis do esposo e da filha, que em torno d'ella adejavam, como que a chamal-a a si, como que a estreital-a na voluptuoso amplexo de uma tumura, que a morte não ostiogue.

Com que alegre sorriso não veria chegar a sua hora derradeira, ella, que até ao extremo alento conservou a lucidez da intelligencia, ella, que via propinquo o momento solemne e jubiloso de ir reunir-se aos entes queridos da sua alma!

Descança em paz, virtuosa princeza, que tanta vez ruagasta os pés nas urzes do caminho que percorreste; que tanta vez dilaceraste o coração d'encontro á fria pedra dos mausoleos! Descança em paz! que em torno do teu cadaver choram lagrimas de saudade os infelizes, a quem davas o balsamo da caridade christã; que em torno do teu ataude, circulado pela corôa imperial e pela corôa do martyrio, se curvam reverentes todos os portuguezes, que am ti contemplavam o modelo das virtudes, o anjo dos soffrimentos, a augusta companheira do glorioso libertador da patria, a mulher que soffreu e chorou, como esposa e como mãe, as mais amargas lagrimas que a dôr extreme do coração.

CERIMONIAS DE SÁ.

O sr. administrador do bairro occidental abriu hontem de manhã, com as formalidades legaes e na presença do sr. ministro do Brazil, do sr. presidente do conselho de ministros e dos testamenteiros, o testamento e codicilho de S. M. a Imperatriz duqueza de Bragança. O testamento é muito longo, e o codicilo é egualmente extenso, porém ambos escriptos em francez. Instituo muitos legatarios na Suecia, Allemanha, Brazil e Portugal; deixa aos filhos e netos do primeiro matrimonio do imperador 258 apolices de 1 conto de réis da divida publica do Brazil, depois de liberar todos os escravos, por 121 contos de réis que foram empregados em apolices da divida brazileira.

Nomeou seus testamenteiros os srs. viscondes de Almeida e de Aljezur, e no seu impedimento a sr.ª condessa de Rio Maior, viuva. O testamento tem 59 paginas.

O testamento foi feito a 6 de janeiro de 1863, em Lisboa, e o codicilo a 9 de janeiro de 1873, fazendo-lhe algumas alterações. No testamento ha, entre outras muitas as seguintes disposições:

A imperatriz deixa por herdeiros dos seus bens, a rainha da Suecia, sua irmã a condessa de Leuchtemberg e os filhos de seu irmão o duque Maximiliano.

A corôa de rainha, mãe da Suecia e dos filhos de seu falleciido irmão o duque Maximiliano e de sua irmã a condessa de Leuchtemberg ficam os seguintes pensões annuaes:

Ao visconde de Almeida, 1:600$000 réis; a mademoiselle Luiza Gersenstein, 800 florins; a D. Carolina Stengal, 2:000 florins do imperio; a mesmo Maria de Dolhoten, 500 florins; a Anna Dreyler, 300; a Theodolinda Kutz, 93; á viuva Janner, 800; ao professor Kunstemann, 600; a Solffranck, 100; a Cecilia Stahe, 300; a Henriquo Jensen, 622; a Francisca Romana Zunner, 400; a Joanna Jensen, 600; a Francisca Romana Schreyr e sua filha, 93; a Francisca Augustara, 700; a Clotilde de Baron, 700; a David Rawell, 933; aos pobres da commuoa de Stein, Baviera, cujos nomes serão dados por Otto de Munich, por a testadora os ter esquecido, 48 florins; a Carolina Lefenbure e sua filha, 300; á viuva Hanstetler, 72, a madame Theresa Spanberger, 186; a J. Schmid, 120; a Xavier Heckl, 36; a madame Salomé Selzer, 120.

As pensões que pesavam sobre a herança do principe Eugenio e da imperatriz Josephina, e que Sua Magestade avocára a si, montavam em 1861 a 2:600 florins. Por estas disposições elevam-se a 17:318 florins.

A cargo dos filhos e netos do imperador D. Pedro I deixa estas pensões annuaes; á marqueza de Cantagallo, 900$000 réis; á D. Maria A. Gomes da Silva, 300$000 réis; a mr. P. Sperling, 720$000 réis; ao dr. F. A. Bartal, 720$000 réis; ao dr. Manuel C. Teixeira, 300$000 réis; a D. Maria do Carmo Xavier Leite, 270$000 réis; a D. Henriqueta Loureiro Sipaio, 400$000 réis.

FONTE: Biblioteca Nacional de Portugal – FP143-1873-01-18

13 ANEXO IV

13.1 ANATOMIA DOS OSSOS E MÚSCULOS CRANIANOS, TORÁXICOS E DO MEMBRO SUPERIOR

Músculos	**Origem, ação e inserção**
Occipitofrontal	Origem: aponeurose epicraniana Ação: puxar a pele da frente para cima Inserção: pele do supercílio à região occipital
Orbicular da boca	Origem: fóveas incisivas da maxila e mandíbula Ação: comprime os lábios, fecha a boca Inserção: túnica mucosa dos lábios
Levantador do lábio superior	Origem: processo maxila e região infraorbital Ação: levantar o lábio superior Inserção: pele do lábio superior e cartilagem alar nasal
Levantador do lábio superior e narinas	Origem: ângulo interno do olho e maxila Ação: dilatar a narina e elevar o lábio superior Inserção: cartilagem alar do nariz e lábio superior
Levantador do ângulo da boca	Origem: face anterior do corpo da maxila Ação: elevar o ângulo da boca Inserção: ângulo da boca
Zigomático maior	Origem: face externa do osso zigomático Ação: levantar e retrair o ângulo da boca Inserção: ângulo da boca
Zigomático menor	Origem: face externa do osso zigomático Ação: levantar o lábio superior Inserção: lábio superior
Risório	Origem: pele da bochecha e fáscia massetérica Ação: puxar levemente o canto da boca para lateral Inserção: fáscia que recobre a glândula parótida e o ângulo da boca
Depressor do lábio superior	Origem: linha oblíqua da mandíbula Ação: abaixar o lábio inferior Inserção: lábio inferior
Depressor do ângulo da boca	Origem: região molar ao tubérculo mentoniano Ação: abaixar o ângulo da boca Inserção: ângulo da boca em linha oblíqua da mandíbula Ação: abaixar o lábio inferior

	Inserção: lábio inferior
Mentoniano ou Mentual	Origem: fossa mentoniana acima do tubérculo mentoniano Função: elevar e protrair o lábio inferior Inserção: pele do mento
Bucinador	Origem: crista do bucinador na mandíbula; processo alveolar da maxila, rafe pterigomandibular Ação: comprimir as bochechas contra os dentes. Inserção: modíolo, se funde com o músculo do lábio superior
Carregador do Supercílio	Origem: margem supra orbital do Frontal Ação: traciona a sobrancelha para baixo e medialmente Inserção: superfície profunda da pele do supercílio.
Orbicular do olho	Origem: margem orbital medial Ação: fechar as pálpebras Inserção: pele ao redor da órbita

FONTE: MOORE, 2014; NETTER, 2019
Tabela 5 - Músculos da face

Músculos	**Origem, ação e inserção**
Temporal	Origem: fossa temporal Ação: elevação e retração da mandíbula Inserção: apófise coronoide a mandíbula, margem anterior do ramo da mandíbula
Masseter	Origem: arco zigomático e apófise maxilar do osso zigomático Ação: protrusão e elevação da mandíbula Inserção: superfície lateral do ramo da mandíbula
Pterigoideo lateral	Origem: crista infratemporal da asa maior do osso esfenoide e superfície lateral da placa pterigoide lateral do osso esfenóide Ação: Contração unilateral movimentação medial da mandíbula e contração bilateral estabilização da cabeça condilar durante o fechamento da mandíbula: Inserção: cápsula articular da articulação temporomandibular e fóvea pterigoide no colo do processo condilar da mandíbula
Pterigoideo medial	Origem: processo pterigoide do esfenoide e fossa pterigoide

	Ação: Protrusão da mandíbula e elevação; Inserção: tuberosidade pterigoide na superfície interna do ângulo da mandíbula.

FONTE: MOORE, 2014; NETTER, 2019

Tabela 6 - Músculos da mastigação

Ímpares	**Pares**
Frontal	Parietal
Esfenoide	Temporal
Etmoide	-
Occipital	-

FONTE: BURNS, 2007; MOORE, 2014; NETTER, 2019

Tabela 7 - Ossos cranianos

Ímpares	**Pares**
Mandíbula	Nasais
Vômer	Maxilas
-	Zigomáticos
-	Palatinos
-	Conchas Nasais Inferiores

FONTE: BURNS, 2007; MOORE, 2014; NETTER, 2019

Tabela 8 - Ossos faciais ou vicerocrânio

Suturas	**Função**
Coronal ou Frontal	Faz a separação entre o osso frontal e os dois parietais.
Sagital	Linha média entre os dois ossos parietais, cuja extremidade é chamada de bregma
Lambdóide	Separa os ossos parietais do osso occipital

FONTE: BURNS, 2007; MOORE, 2014; NETTER, 2019

Tabela 9 - Suturas cranianas

Músculo	**Função**
Milo-hióideo	Elevar o osso hióide e o assoalho da boca, rebaixa a mandíbula
Gênio-hióideo	Encurta o assoalho da boca, alarga a faringe
Estilo-hióideo	Eleva e puxa posteriormente o osso hióide

FONTE: BURNS, 2007; MOORE, 2014; NETTER, 2019

Tabela 10 - Músculos supra-hióideos

Músculo	**Função**
Esterno-hióideo	Abaixar o osso hióide (abaixar a cabeça)

Tireóideo	Elevar a laringe
Omo-hióideo	Retrai o osso hióide e a laringe

FONTE: BURNS, 2007; MOORE, 2014; NETTER, 2019
Tabela 11 - Músculos infra-hióideos

Músculo	**Função**
Esternocleidomastóideo	Auxilia na respiração, contração bilateral e unilateral da cabeça
Escaleno anterior	Inclinação do pescoço e elevação da 1ª costela
Escaleno médio	Elevação a 1ª costela na inspiração profunda e flexão lateral do pescoço
Escaleno posterior	Elevação da 2ª costela na inspiração forçada e flexão lateral do pescoço
Reto lateral da cabeça	Flexionar a cabeça

FONTE: BURNS, 2007; MOORE, 2014; NETTER, 2019
Tabela 12 - Músculos lateral do pescoço

Músculo	**Função**
Longo da cabeça	Flexão da cabeça
Reto anterior da cabeça	Flexão da cabeça na articulação atlanto-occipital
Longo do pescoço	Flexão anterior e lateral da cabeça
Escaleno posterior	Elevação da 2ª costela na inspiração forçada e flexão lateral do pescoço

FONTE: BURNS, 2007; MOORE, 2014; NETTER, 2019
Tabela 13 - Músculos região pré-vertebral

Ímpares	**Pares**
Manúbrio	Clavículas
Corpo do esterno	Escápulas
Processo xifóide	Vertebras cervicais: C-1 até C-7
-	Vertebras torácicas: T-1 até T-12

FONTE: MOORE, 2014; NETTER, 2019
Tabela 14 - Ossos do tórax

Região Ântero-lateral	**Região Costal**
Peitoral maior	Trapézio
Peitoral menor	Levantador de escápula
Subclávio	Levantadores de costelas
Serrátil anterior	Subcostais
-	Intercostais externos
-	Intercostais internos

-	Transverso do tórax

FONTE: MOORE, 2014; NETTER, 2019
Tabela 15 - Músculos do tórax

Anteriores	**Posteriores**
Bíceps braquial	Tríceps braquial
Coracobraquial	Ancôneo
Braquial	Manguito rotador

FONTE: MOORE, 2014; WHITE; FOLKENS, 2005
Tabela 16 - Músculos do braço

14 ANEXO V

14.1 COMPROVANTE DE SUBMISSÃO PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGO/LIVRO

DECLARAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE LIVRO

VALDIRENE DO CARMO AMBIEL, endereço eletrônico: v.ambiel@fm.usp.br, número USP: 6022002, do Programa de pós-graduação em Patologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo-FMUSP, RG 20071542-2, brasileira, solteira, residente na cidade de São Paulo, a Rua Padre Almeida Silva, 70, Vila Cunha Bueno, CEP 03256-010, doravante denominada AUTORA, e HUCITEC EDITORA LTDA., com sede à Rua Dona Inácia Uchoa, 209, CEP 04110-020, na Capital de São Paulo, ora representado por Mariana Tieme Nada, sua sócia administradora, doravante denominada EDITORA, instituição responsável pela publicação do material.

Declaram para os devidos fins que a tese de doutorado intitulada: "Estudo de aspectos antropométricos e médicos dos primeiros imperadores do Brasil", desenvolvida pela AUTORA, será transformada em livro a ser publicado (nos termos do contrato firmado entre as partes), a fim de que seja difundido o conteúdo científico além dos limites da universidade, visando encontrar a base do aprendizado em escolas, universidades e vestibulares.

E por ser titular da propriedade literária/intelectual do material em questão, a AUTORA Valdirene, em parceria com seu orientador, coautor Prof. Dr. Carlos Augusto Pasqualucci, nas condições preestabelecidas em contrato, autoriza a reprodução do conteúdo científico em formato de livro físico e digital em número e volume previamente ajustados.

Reiteramos nossos protestos de mais elevada estima e consideração.

São Paulo, 08 de dezembro de 2022.

Assinado de forma digital por HUCITEC EDITORA LTDA:12453535000105
DN: c=BR, st=RS, l=Porto Alegre, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CNPJ A1, ou=AC SERASA RFB, ou=62173620000180, ou=VIDEOCONFERENCIA, cn=HUCITEC EDITORA LTDA:12453535000105
Dados: 2022.12.12 16:31:06 -03'00'

Mariana Tieme Nada
Sócia-administradora

Valdirene do Carmo Ambiel
Doutoranda FMUSP